



TAIANA CAR VIDOTTO

**A INDISSOCIÁVEL RELAÇÃO ENTRE O
ENSINO E A PROFISSÃO NA CONSTITUIÇÃO DO
ARQUITETO E URBANISTA MODERNO
NO ESTADO DE SÃO PAULO: 1948 - 1962**

**CAMPINAS
2014**



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA CIVIL, ARQUITETURA E URBANISMO

TAIANA CAR VIDOTTO

**A INDISSOCIÁVEL RELAÇÃO ENTRE O
ENSINO E A PROFISSÃO NA CONSTITUIÇÃO DO
ARQUITETO E URBANISTA MODERNO
NO ESTADO DE SÃO PAULO: 1948 - 1962**

Orientadora: Profa. Dra. Ana Maria Reis de Goes Monteiro

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Unicamp, para obtenção do título de Mestre em Arquitetura, Tecnologia e Cidade na área de Arquitetura, Tecnologia e Cidade.

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA
DISSERTAÇÃO OU TESE DEFENDIDA PELA ALUNA TAIANA CAR
VIDOTTO É ORIENTADA PELA PROFA. DRA. ANA MARIA REIS DE
GOES MONTEIRO.**

ASSINATURA DA ORIENTADORA

**CAMPINAS
2014**

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Área de Engenharia e Arquitetura
Rose Meire da Silva - CRB 8/5974

V669i Vidotto, Taiana Car, 1984-
A indissociável relação entre o ensino e a profissão na constituição do arquiteto e urbanista moderno no Estado de São Paulo: 1948 - 1962 / Taiana Car Vidotto. – Campinas, SP : [s.n.], 2014.

Orientador: Ana Maria Reis de Goes Monteiro.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo.

1. Arquitetura - Estudo e ensino - Brasil. 2. Arquitetura moderna. 3. Arquitetura e urbanismo. 4. Planejamento urbano. I. Monteiro, Ana Maria Reis de Goes, 1958-. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The inextricable link between the education and the profession in the constitution of the modern architect and urbanist in São Paulo State: 1948 - 1962

Palavras-chave em inglês:

Architecture - Study and teaching - Brasil

Modern architecture

Architecture and urbanism

Urban planning

Área de concentração: Arquitetura, Tecnologia e Cidade

Titulação: Mestra em Arquitetura, Tecnologia e Cidade

Banca examinadora:

Ana Maria Reis de Goes Monteiro [Orientador]

Silvia Aparecida Mikami Gonçalves Pina

Ricardo Marques de Azevedo

Data de defesa: 31-07-2014

Programa de Pós-Graduação: Arquitetura, Tecnologia e Cidade

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA CIVIL, ARQUITETURA E URBANISMO**

**A INDISSOCIÁVEL RELAÇÃO ENTRE O ENSINO E A PROFISSÃO
NA CONSTITUIÇÃO DO ARQUITETO E URBANISTA MODERNO
NO ESTADO DE SÃO PAULO: 1948-1962**

Taiana Car Vidotto

Dissertação de Mestrado aprovada pela Banca Examinadora, constituída por:


Profa. Dra. Ana Maria Reis de Goes Monteiro
Presidente e Orientadora/UNICAMP


Profa. Dra. Silvia Aparecida Mikami Gonçalves Pina
UNICAMP


Prof. Dr. Ricardo Marques de Azevedo
USP

Campinas, 31 de julho de 2014.

RESUMO

No início da década de 1960, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAUUSP - foi pioneira ao introduzir mudanças no ensino de arquitetura que, posteriormente, influenciaram grande parte dos cursos de arquitetura em todo o Brasil. Na década anterior, houve uma franca aproximação entre os docentes da FAUUSP e o Instituto de Arquitetos do Brasil, seção São Paulo - IAB/SP. Nesse contexto, formulou-se a hipótese de que a aproximação dessas duas instituições teve, como propósito, não só a consolidação da profissão, como também a conformação de uma nova escola de arquitetura, baseada nos cânones da arquitetura moderna. Assim, o objetivo deste trabalho é analisar as circunstâncias, os agentes envolvidos e o papel do IAB/SP nas discussões que culminaram no que se conhece como a Reforma de 62 da FAUUSP, buscando averiguar as mudanças ocorridas na profissão, no ensino e a sua adequação às necessidades da sociedade do período. A pesquisa, de caráter documental, considerou os debates presentes nos boletins e atas das assembleias do IAB/SP e nos documentos existentes nos arquivos da FAUUSP e da Escola Politécnica da USP no período compreendido entre a fundação da FAUUSP (1948) e a Reforma de 1962. O alinhamento manifesto, nos discursos e documentos analisados, evidencia a sintonia entre aqueles agentes, na busca pela formação de um arquiteto, capacitado a exercer sua profissão em conformidade com os preceitos da arquitetura moderna.

Palavras-chave: ensino de arquitetura e urbanismo – arquitetura moderna – arquitetura e urbanismo

ABSTRACT

In the early 1960's, the Faculty of Architecture and Urbanism from the University of São Paulo – FAUUSP – was one of the first schools to introduce changes in architectural education, which later influenced many architecture schools in Brazil. In the previous decade there was an approach among FAUUSP and the main professional organization at that time, the Institute of Architects of Brazil, São Paulo section – IAB/SP. In accordance with that, a hypothesis was formulated, that the approach of those two institutions aimed to consolidate not only the architecture professional but also in the constitution of a new architecture school, based on the canons of modern architecture. In order that, the objective was to describe the circumstances, the agents involved and the role of the IAB/SP in the discussions that resulted on what is known as the 1962 Reform of FAUUSP. To this end, the debates in the bulletins and minutes of the IAB/SP board meetings were considered, in addition to existing documents in the archives of FAUUSP and the Polytechnic School of USP in the period between the foundation of FAUUSP (1948) and 1962 Reform, in which some principles of architecture and urbanism education that persists to the present day were defined. The agreement showed in the documents testify the intense relationship between those agents in the search for changes in architectural education. The main objective was to qualify architects to professional practice in accordance with the precepts of modern architecture.

Key-words: architecture and urbanism education – modern architecture – architecture and urbanism

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. MATERIAIS E MÉTODOS	9
3. AS CIRCUNSTÂNCIAS	19
3.1. O ensino de arquitetura em São Paulo	22
3.1.1. Escola Politécnica de São Paulo.....	23
3.1.2. A Escola de Engenharia do Mackenzie.....	32
3.1.3. A criação da Faculdade Nacional de Arquitetura (FNA) e seus reflexos na cidade de São Paulo.....	35
3.1.4. A fundação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAUUSP.....	42
3.2. O contexto paulista (1922 – 1948).....	55
3.2.1. A regulamentação da profissão de engenheiro-arquiteto	55
3.2.2. A Atuação Profissional do Engenheiro-Arquiteto	56
3.2.3. A instalação do IAB/SP	61
3.2.4. Espaço comum das lutas conjuntas - a aliança entre arquitetos e artistas	66
4. AS INFLUÊNCIAS	77
4.1. As influências externas.....	80
4.2. As influências locais	90
5. OS AGENTES	99
5.1. O Instituto de Arquitetos do Brasil – São Paulo - IAB/SP	101
5.1.1. Os Congressos Brasileiros de Arquitetos.....	102
5.2. Os diretores do IAB/SP.....	120
5.2.1. Discussões sobre o ensino de arquitetura.....	121
5.2.2. A publicação de “Um Plano para o Ensino de Arquitetura” nos Boletins do IAB/SP	128

5.2.3. A Conquista da Autonomia – A Aprovação do Regulamento da FAUUSP	131
5.2.4. O Papel do IAB/SP na Contratação de Novos Professores e na Divulgação dos Trabalhos do CPEU	136
5.3. O Grêmio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP – GFAU e os estudantes	140
5.3.1. Os Congressos Nacionais de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo	141
5.3.2. O diagnóstico do ensino na FAUUSP (1956)	155
5.3.3. As ações do GFAU quanto à atuação profissional do arquiteto	162
5.4. Os Professores.....	172
5.4.1. Aos Formandos da FAUUSP – discurso de Vilanova Artigas (1955) e Mario Wagner da Cunha (1956)	172
5.4.2. Mudanças no programa das disciplinas	174
5.4.3. A proposta de uma nova reforma (1957)	176
5.5. As novas ações do IAB/SP	179
5.5.1. A comemoração dos 10 anos da FAUUSP	183
5.5.2. Pesquisa com os recém-formados arquitetos da FAUUSP	185
5.6. Ações Conjuntas	187
5.6.1. Os Encontros de Diretores, Professores e Estudantes de Arquitetura (1960, 1961 e 1962).....	187
6. A CONSOLIDAÇÃO DA AUTONOMIA NO ENSINO DE ARQUITETURA.....	193
6.1. A aprovação do currículo de 1961	195
6.2. O Atelier na Formação do Arquiteto e as Origens da Reforma de 1962	198
6.3. Os Primeiros Reflexos da Reforma de 1962.....	207
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	211
REFERÊNCIAS.....	221
APÊNDICE – Os Agentes da Reforma de 1962 na FAUUSP	232

“Eu conto porque é velho, e assim arrisca-se a ser esquecido
ou considerado como válido somente para o passado.
Mas não são inúmeros aqueles para quem tudo isso é novo?”

Berthold Brecht

AGRADECIMENTOS

À CAPES, pela Bolsa de Estudos concedida para a realização desta pesquisa.

À professora Ana, por muito além da importância na orientação desta pesquisa. Pelas longas conversas, pelo tempo e pelos conselhos, generosamente, compartilhados nesse período. Sua orientação, certamente, ultrapassou as barreiras da pesquisa, colaborando em formar uma arquiteta e urbanista que escolheu ser professora.

Ao professor Ricardo Marques de Azevedo pelos valiosos comentários na banca de qualificação.

À professora Silvia Mikami pela importante contribuição na qualificação e pelo convívio durante anos de estágio nas disciplinas da graduação.

À Maria Luiza Souza pela colaboração nas buscas efetuadas no Arquivo Histórico da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.

Ao Emerson, secretário do IAB/SP, durante o tempo dedicado à pesquisa no Arquivo do Instituto.

Aos funcionários da Biblioteca e da Acadêmica da FAUUSP.

Aos funcionários da Secretaria de Pós-Graduação da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Unicamp.

À Dina, Katrin e Mirela pelas aulas compartilhadas.

Aos meus pais, Wilson e Elisabete e às minhas irmãs, Talita e Ticiane, por tudo que não caberia aqui se precisasse ser escrito.

Aos meus queridos amigos, Ana Teresa, Augusto, Clarissa, Fábio, Fernanda, Livia, Murielle, Raquel, Renata e Thaís, minha gratidão pelo apoio em cada etapa.

À Deus.

ÍNDICE DE IMAGENS

Imagem 01 : Cidade de São Paulo em 1947.	xxii
Imagem 02: Croquis de João Batista Vilanova Artigas.....	8
Imagem 03: Livro de Atas das Assembleias da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.....	18
Imagem 04: Konstruktion, Hannes Meyer, 1927	76
Imagem 05: Edifício do IAB/SP.....	98
Imagem 06: Atelier construído ao fundo da Vila Penteadó.....	185
Imagem 07: Atelier de Projetos na FAU Maranhão.	192
Imagem 08: Croquis do projeto de João Batista Vilanova Artigas para os ateliers.	209
Imagem 09: Atelier de Projetos na FAU Maranhão.	210
Imagem 10: Livro de atas das assembleias do IAB/SP.....	230

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Curso Especial de Engenheiro-Arquiteto (1894 a 1917).....	27
Tabela 2: Curso Especial de Engenheiro-Arquiteto (1918 a 1925).....	28
Tabela 3: Curso Especial de Engenheiro-Arquiteto (1926 a 1931).....	29
Tabela 4: Curso de Engenheiro-Arquiteto (1932 a 1954).	31
Tabela 5: Currículo do Curso de Arquitetura da ENBA 1930 – 1931.	38
Tabela 6: Currículo do Curso de Arquitetura da FNA – 1945.	41
Tabela 7: Currículo do Curso de Urbanismo da FNA – 1945.	41
Tabela 8: Distribuição das disciplinas do curso de Arquitetura, aprovado em 1948 na data da criação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.	51
Tabela 9: Tabela das disciplinas do curso de urbanismo, aprovado em 1948 na data da criação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.	53
Tabela 10: Diretores da FAUUSP entre 1948 e 1962.....	54
Tabela 11: Diretorias do IAB/SP (1943 - 1962).....	65
Tabela 12: Seriação do Curso de Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo no ano de 1955.	135
Tabela 13: Seriação do Curso de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo no ano de 1955.	136
Tabela 14: Organização do currículo proposto no Projeto de Reforma da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo no ano de 1957.	178
Tabela 15: Organização do currículo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo no ano de 1961. Fonte: Portaria nº 09 de 1961, FAUUSP.....	197
Tabela 16: Organização do currículo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo no ano de 1962.....	204

LISTA DE SIGLAS

ABE – Associação Brasileira de Educação

CONFEA – Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura

CPEU – Centro de Pesquisas e Estudos Urbanísticos

CREA – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agrimensura (Atual Conselho Regional de Engenharia e Agronomia)

DAFAM – Diretório Acadêmico da Faculdade de Arquitetura do Mackenzie

ENBA – Escola Nacional de Belas Artes

FAM – Faculdade de Arquitetura do Mackenzie

FAU – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

FAUUSP – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

FNA – Faculdade Nacional de Arquitetura

GFAU – Grêmio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

IE – Instituto de Engenharia

IBA – Instituto Brasileiro de Arquitetos

IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil

NEDAB – Núcleo de Estudos e Divulgação da Arquitetura Brasileira

UIA – União Internacional dos Arquitetos

UNB – Universidade de Brasília

USP – Universidade de São Paulo

Imagem 01 : Cidade de São Paulo em 1947.

Fonte: www.skyscrapercity.com

1. INTRODUÇÃO



Ao final do século XIX, na cidade do Rio de Janeiro, o ensino de arquitetura dividia-se entre a Escola Politécnica (curso iniciado em 1874) e a Escola de Belas Artes. Estabeleceu-se, então, uma divisão entre o engenheiro-arquiteto formado na Escola Politécnica que atendia às demandas da construção e o arquiteto, formado na Belas Artes, fachadista e produtor de monumentos. Em São Paulo, o ensino de arquitetura era ministrado nos cursos de Engenharia da Escola Politécnica de São Paulo (1894) e da Escola de Engenharia do Mackenzie (1896).

Nas primeiras décadas do século XX, o ensino de arquitetura no Brasil, subdividido entre a Belas Artes e as Escolas Politécnicas, passou a ser revisto a partir de influências externas. Em 1919, na Alemanha, Walter Gropius fundou a Bauhaus que foi criada como uma escola que tinha, como premissa, a união da formação teórica com a prática e com a vivência em indústrias e oficinas, retomando o aprendizado dos ofícios através da prática, o que havia sido abandonado na França. Posteriormente, em 1927, com a participação de Hannes Meyer, a Bauhaus iniciou, no curso de arquitetura, o ensino de novas técnicas e tecnologias e, em alguns períodos, utilizou seus conceitos para produzir uma arquitetura que transformasse a sociedade. Para Gropius (1957), isso passou a ser primordial após as grandes guerras visto que a sociedade necessitava, com urgência, da reconstrução das cidades e o arquiteto deveria estar preparado, através do ensino, baseado em problemas reais, para atuar profissionalmente.

Na Europa, o período posterior à 1ª Guerra Mundial foi de luta pela conquista dos direitos profissionais. Rios (1934) aponta as datas nas quais os países europeus tiveram a profissão de arquiteto regulamentada: Polônia (1921), Itália (1923), Portugal (1925), Bélgica e França (1926), Espanha e Inglaterra (1929). Na Itália, essa luta pela regulamentação da profissão caminhou simultaneamente às reformulações do ensino de arquitetura. Originalmente, dividido entre os institutos politécnicos que formavam *architetti civili e ingegneri civili* e as academias e institutos de belas artes que formavam *professori di disegno architettonico*, o ensino, na Itália, foi reformulado para a formação do “Arquiteto integral” que, formado por um novo instituto, deveria conhecer a técnica e a ciência das construções, assim como a história e os valores artísticos do contexto nacional italiano. A busca por essa renovação no ensino tinha, como propósito, solucionar as disputas pela habilitação dos profissionais formados nas duas escolas – nos institutos politécnicos e nas academias de belas artes – divididas entre atividades técnicas e artísticas (LIRA, 2011).

Deve-se apontar também que, com o final da 1ª Guerra Mundial, conceitos de construção, tanto aqueles relativos aos aspectos plásticos, quanto aos construtivos, trilhavam um novo caminho – o do

modernismo. Moradia mínima ou máquina de morar eram novas formas de intitular a casa dos tempos modernos com uma linguagem simples, sem ornamentos. Mediante as circunstâncias, o Ensino da Belas Artes ou das Escolas Politécnicas e a profissão do arquiteto demandavam mudanças. Era necessário que o arquiteto tivesse conhecimentos sobre aquela sociedade que ele atendia.

Nos Estados Unidos, não foi diferente. O período entre a 1ª e a 2ª Guerra Mundial teve mais um agravante – a quebra da Bolsa de Nova York em 1929. Com isso, a necessidade de repensar a forma de construir habitações foi um item primordial diante da crise. Littmann (2000) ilustra o exemplo da Universidade da Califórnia, em Berkley. Ao ver o país em uma situação grave, os alunos do curso de arquitetura iniciaram uma campanha para que o currículo – baseado na Belas Artes – passasse por adequações, de forma a atender às necessidades da sociedade. Para eles, a introdução dos conceitos do modernismo ultrapassava as razões estéticas, estando diretamente relacionados ao bem-estar social que seria proporcionado a um maior número de famílias.

Em 1933, a Bauhaus foi fechada pelo Regime Nazista e, após mudar para os Estados Unidos em 1938, Mies van der Rohe assumiu a direção da Escola de Arquitetura de Chicago, do então Armour Institute¹. Com a sua chegada, o ensino de arquitetura, na cidade americana, passou por uma grande transformação, seguindo os conceitos por ele utilizados entre os anos de 1930 e 1933, especialmente focados no atendimento à produção industrial. O novo currículo estava diretamente baseado nas técnicas de desenho, no conhecimento dos novos métodos construtivos e dos materiais. Seu método de ensino inovador para a América foi concretizado com a construção do projeto do Crown Hall (1956), um dos edifícios projetados no Campus do Instituto de Tecnologia de Illinois que abriga, até os dias atuais, a Escola de Arquitetura.

Da mesma forma que na Europa e nos Estados Unidos, no Brasil, havia uma sintonia entre a defesa da regulamentação da profissão do arquiteto e as necessidades da sociedade. Graeff (1995) avalia que, naquele momento: “a categoria profissional começa a se organizar e movimentar, e manifestar as primeiras inquietudes sobre a qualidade da arquitetura produzida e seu significado cultural para a nação”.

Em 1930, Lucio Costa assumiu a direção da ENBA e nela promoveu uma tentativa de adequação de seu ensino às questões modernas que se apresentavam. Com isso, buscou capacitar o arquiteto para

¹ Atual Instituto Tecnológico de Illinois.

² Data da década de 1920 a fundação das primeiras organizações profissionais. Em 1921 foi fundado o Instituto

formar-se, não apenas em um artista ou fachadista, mas em um profissional capaz de projetar e construir. Essa reforma não teve resultado imediato, mas, nas décadas seguintes, grandes arquitetos brasileiros despontaram no cenário nacional e internacional, motivo pelo qual Graeff (1995) afirma que “se fez arquitetura moderna no Brasil apesar das escolas”. São da década de 1930, o Ministério da Educação e da Saúde (1937) e o Pavilhão do Brasil para a Feira de Nova York (1939), ambos com a participação de Lucio Costa e Oscar Niemeyer. Na década de 1940, foram construídos os edifícios da Pampulha em Belo Horizonte. Para Graeff (1995), os resultados obtidos foram mais que satisfatórios:

“No curso desses dez anos que completaram o segundo decênio do moderno no Brasil, torna-se claro que a nova arquitetura não nascia aqui como fruto do trabalho de uns poucos arquitetos de excepcional talento: ela se generalizava rapidamente, mantendo um nível de qualidade bastante bom” (GRAEFF, 1995, p. 19).

Naquele período, em 1933, foi aprovada a Lei nº 23.569 que regulamentou a profissão do engenheiro-arquiteto. No entanto, essa regulamentação não fez jus ao arquiteto moderno brasileiro reconhecido mundialmente. Assim, iniciou-se um processo de reposicionamento da categoria diante de sua atuação profissional. Através das organizações profissionais², representadas na década de 1940 pelo IAB, os arquitetos passaram a se articular em prol da divulgação da profissão e de reformas no ensino de arquitetura.

Assim, a primeira grande conquista dos arquitetos para o estabelecimento de uma nova visão de sua atuação profissional perante a sociedade, foi a formação das escolas autônomas de arquitetura, iniciada em 1945, com a criação da Faculdade Nacional de Arquitetura (FNA). O período que se sucedeu à criação da FNA, foi de intensa atividade para os arquitetos no IAB/SP. Nesse contexto, em 1948, foi criada a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, a FAUUSP.

Esta pesquisa, que tem delineamento documental, deu-se pelo interesse na história dos primeiros anos do ensino autônomo de arquitetura no estado de São Paulo, especialmente na FAUUSP. Ao verificar as publicações e documentos existentes sobre esse tema, nas bibliotecas da FAUUSP e da

² Data da década de 1920 a fundação das primeiras organizações profissionais. Em 1921 foi fundado o Instituto Brasileiro de Arquitetos. Em 1924, este mesmo Instituto de uniu à Sociedade Central de Arquitetos formando o Instituto Central de Arquitetos. Todas essas organizações foram criadas dentro da Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro e deram início às discussões para a regulamentação da profissão do arquiteto no país.

Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, foram encontrados trabalhos sobre a história do curso de engenheiro-arquiteto, como o de Santos (1985) e Ficher (1989), outros referentes à história recente da FAUUSP e muitos deles se referindo ao período após a fundação da faculdade, especialmente sobre as Reformas de 1962 e 1968 e os acontecimentos dos fóruns de discussão. No entanto, não foram encontrados estudos sobre os meandros dessa época. Assim, buscou-se compreender como se deram os primeiros anos do ensino nessa escola até a Reforma de 1962.

Nesse período, a FAUUSP participou ativamente com seus alunos e professores das discussões levantadas nos Congressos Brasileiros de Arquitetos, Encontros Nacionais de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo, assim como no IAB/SP. A Reforma de 1962, em si, foi a concretização dos diversos princípios definidos nesses eventos, reconfigurando o ensino da escola, segundo a atividade principal do arquiteto e urbanista como profissional liberal, autor e coordenador de projetos. A necessidade de reformar o ensino de arquitetura esteve relacionada à capacidade de influenciar a formação de um maior número de novos arquitetos conforme os conceitos modernos. Assim, garantiu-se que esses fossem perpetuados para as gerações seguintes. Segundo Artigas (in ABEA, 1978) e Graeff (1995), com a Reforma de 1962, foram definidas as bases para a conformação de um novo ensino de arquitetura e consolidou-se a autonomia necessária para futuras mudanças. A partir disso, foi selecionado o período para que a pesquisa se aprofundasse, determinado entre 1948, ano de fundação da FAUUSP, e 1962, ano da Reforma do Ensino.

Dessa forma, objetiva-se, com este trabalho, analisar as circunstâncias, os agentes envolvidos e o papel do IAB/SP nas discussões que culminaram no que se conhece como a Reforma de 1962 da FAUUSP, buscando averiguar as mudanças ocorridas na profissão, no ensino e a sua adequação às necessidades da sociedade do período. A Reforma de 1962 da FAUUSP foi o nome dado para a introdução do atelier de projetos como cerne do ensino de arquitetura e urbanismo e a divisão de suas disciplinas em departamentos. Ao analisar o período que a precedeu, identificou-se uma forte aproximação da FAUUSP com o IAB/SP – tanto dos alunos quanto dos professores. Por essa razão, estabeleceu-se a hipótese de que essa aproximação teve, como finalidade, não só a consolidação da profissão, como também a conformação de uma nova Escola de arquitetura, baseada nos cânones da arquitetura moderna. Assim, são objetivos específicos da pesquisa: descrever o contexto no qual a atuação profissional do engenheiro-arquiteto passou a impulsionar mudanças no ensino de arquitetura; caracterizar os Congressos Brasileiros de Arquitetos e os Congressos Nacionais de Estudantes de Arquitetura, segundo os temas de ensino e atuação profissional; identificar os agentes

que vivenciaram esse período e perpetuaram a atuação do arquiteto conforme as definições implantadas no ensino na Reforma de 1962. Partiu-se do pressuposto que essas discussões interferiram na produção arquitetônica desses agentes, no entanto não é objetivo deste trabalho analisar essa produção, restringindo a pesquisa ao ensino e à forma de atuação profissional no período selecionado..

§

A pesquisa, de caráter documental, está estruturada em seis partes – introdução, materiais e métodos, as circunstâncias, as influências, os agentes e a consolidação da autonomia da FAUUSP. O capítulo *As Circunstâncias* está dividido em duas seções. A primeira refere-se ao ensino de arquitetura na cidade de São Paulo, inicialmente, através da Escola Politécnica e da Escola de Engenharia do Mackenzie. Na sequência, relata a tentativa de reforma no ensino da Escola Nacional de Belas Artes no Rio de Janeiro – ENBA por Lúcio Costa e a criação da Faculdade Nacional de Arquitetura – FNA. Além disso, aponta-se a organização das escolas autônomas da Arquitetura na cidade de São Paulo – a FAUUSP – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e a FAM- Faculdade de Arquitetura do Mackenzie. A segunda seção trata do contexto paulista, desde a atuação profissional do engenheiro-arquiteto, iniciando pela lei que regulamentava sua profissão e compreendendo a organização da classe através da criação do IAB/SP. Destacam-se, além desses, os ambientes frequentados pelos arquitetos no período, consolidando sua participação diante dos espaços de discussão e vivência do moderno. Buscou-se apontar como, naquele contexto, os arquitetos atuavam, profissionalmente, e se articulavam em busca do reconhecimento da profissão no meio artístico moderno.

O capítulo *Influências* procura compreender de que forma as mudanças no ensino de arquitetura, na Europa, estiveram relacionados à atuação do arquiteto brasileiro segundo sua função social. Além disso, buscou-se identificar de que maneira os arquitetos formados lá influenciaram a nova configuração do ensino e da profissão no Brasil. Ainda procurou-se entender as possíveis influências vindas dos Estados Unidos onde os grandes mestres da arquitetura europeia passaram a ensinar a partir do início da Segunda Guerra Mundial.

O capítulo *Os Agentes* objetiva descrever as ações do IAB/SP e seus diretores, dos professores da FAUUSP, do GFAU e dos estudantes nos eventos que culminaram na Reforma de 1962. Para tal, foram relacionadas, separadamente, as ações do IAB/SP, sendo elas: os Congressos Brasileiros de

Arquitetos; as ações dos diretores do IAB/SP, como as interferências na aprovação do Regulamento da FAUUSP em 1955 e a participação na promoção de concursos para professores da instituição; do GFAU e dos demais alunos dos cursos de arquitetura em eventos como os Encontros Nacionais de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo e o apoio à nova regulamentação profissional proposta em 1958; as ações dos professores, como os discursos de paraninfo de Vilanova Artigas e Mário Wagner Vieira da Cunha, além das propostas de reforma; e, por fim, as ações conjuntas nos Encontros de Diretores, Professores e Estudantes de Arquitetura e Urbanismo na década de 1960.

O capítulo *A consolidação da autonomia no ensino de arquitetura* discorre sobre os movimentos pela reforma do ensino (1957-1961); aprovação do currículo mínimo (1961); o atelier na formação do arquiteto (1962) e, por fim, os reflexos da Reforma de 1962 na constituição do arquiteto e urbanista moderno no estado de São Paulo. Permeiam essas seções os momentos os quais participaram da história da FAUUSP o IAB/SP, interferindo e colaborando com as mudanças desejadas na escola.

A Reforma de 1962 foi resultado da aplicação dos conceitos discutidos entre o IAB/SP e a FAUUSP quanto ao ensino de arquitetura e sua influência na atuação profissional do arquiteto. Essa indissociável relação culminou na constituição do arquiteto e urbanista moderno no estado de São Paulo.

**Imagem 02: Croquis de João Batista Vilanova Artigas
para o projeto da FAUUSP.**
Fonte: KATINSKY, 1998.

Esta pesquisa tem delineamento documental. Sendo assim, foram utilizados, como fontes, folhetos, atas de assembleias do IAB/SP, atas das reuniões das Congregações da Escola Politécnica e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, leis e decretos, além de textos escritos pelos professores na época. Inicialmente, para o entendimento das circunstâncias em que se deu a Reforma de 1962, foi realizado um levantamento prévio, em ordem cronológica, dos acontecimentos culturais, históricos e sociais que marcaram esse período, organizados em uma linha do tempo. Em seguida, foi necessário revisar a literatura sobre o ensino de arquitetura no Brasil, para que fossem compreendidos os antecedentes com início no Rio de Janeiro, através dos trabalhos de Marques (1996) e Uzeda (2006). No contexto do Estado e da cidade de São Paulo, foram consultadas as pesquisas de Santos (1985) e Nadai (1987), além dos documentos disponíveis sobre a Escola Politécnica no Arquivo Histórico da Escola Politécnica da USP. Sobre a história da Escola de Engenharia e a Faculdade de Arquitetura do Mackenzie, foi examinado o trabalho de Breia (2005).

Em uma segunda etapa deste levantamento, consultou-se os documentos do Arquivo Histórico da Escola Politécnica da USP. Foram obtidas as informações dos Livros de Atas de Sessões da Congregação da Escola Politécnica (n.º XVII e XVIII) que relatam as sessões realizadas entre os anos de 1946 a 1955. A consulta a esses dois livros se deu, pois o ano de 1946 foi a data do aceite da doação da Vila Penteado pela Universidade de São Paulo e, por sua vez, o ano de 1955 foi a data da aprovação do primeiro Regulamento da FAUUSP, Lei n.º 3.233. No entanto, apesar da Escola Politécnica da USP ser responsável pela FAUUSP, de sua fundação até 1955, não constam discussões sobre o ensino da Faculdade nas Atas da Congregação da mesma. A partir dessa constatação, levantou-se a questão de onde eram discutidas as decisões a serem tomadas na FAUUSP, sendo que elas não ocorriam nas reuniões da Congregação da Escola Politécnica da USP. Cogitou-se que as discussões já se davam no âmbito da Congregação da FAUUSP, no entanto, ao consultar a primeira ata da congregação da escola, comprovou-se que ela havia se constituído apenas em 1968. Além dos Livros das Atas da Congregação da Escola Politécnica, foram consultadas, no Arquivo Histórico da Escola Politécnica da USP, as pastas dos docentes que lecionaram tanto na Escola Politécnica quanto na FAUUSP. Assim, as pesquisadas foram as dos professores Alexandre Albuquerque, Bruno Simões Magro, João Batista Vilanova Artigas, Luiz Ignácio de Anhaia Mello e Zenon Lotufo. Entre os documentos encontrados, estavam as Fichas de Registro de Funcionário da Escola Politécnica, cartas enviadas pela secretaria da escola e correspondências trocadas com os diretores. As cartas encontradas, nas pastas de João Batista Vilanova Artigas e Luiz Ignácio de Anhaia Mello, mostraram

o que se passou na vida acadêmica desses professores na época da fundação da FAUUSP, contribuindo de forma significativa para compreender de que modo atuaram para a conformação da nova escola.

Na biblioteca da FAUUSP, foram encontrados os Programas das Disciplinas dos Anos de 1957 e 1962 com a relação do que era ministrado em cada uma delas naqueles anos e o nome dos professores. Além desses, foi consultado o Regulamento da Faculdade Nacional de Arquitetura, modelo para a criação da FAUUSP e de outras escolas de arquitetura do país.

Os documentos foram analisados e sistematizados. Porém, ainda não respondiam completamente à questão que se colocava a respeito da Reforma de 1962. Paralelamente, estava sendo realizada uma revisão bibliográfica acerca da Arquitetura Brasileira e da atuação dos arquitetos no período estudado no qual havia um caloroso debate sobre a atuação desses profissionais. Nesse contexto, o trabalho de Ficher (1989) faz referência à importância das organizações profissionais dos arquitetos, entre elas o IAB Central e o IAB/SP, nos esforços para que o arquiteto devesse ser formado em escolas autônomas de arquitetura e atuasse como profissional liberal, dedicando-se à autoria de projetos.

Ao consultar o Arquivo do IAB/SP, observou-se a existência de uma franca aproximação entre os docentes da FAUUSP e o IAB/SP que se destacava como a principal organização profissional do período. Na ocasião, levantou-se a hipótese de que a aproximação dessas duas instituições tivera, como propósito, a consolidação da atuação profissional dos arquitetos, da autonomia das escolas de arquitetura e urbanismo e de um ensino baseado nos cânones da arquitetura moderna.

Com o intuito de confirmar a hipótese, foi realizada uma nova pesquisa nos documentos da FAUUSP, incluindo as Atas da Congregação. Nos Arquivos do IAB/SP, foram obtidos os Boletins do IAB-SP (1954 – 1959), documentos sobre os Congressos Brasileiros de Arquitetos (que retrataram o cenário que o Instituto desejava para a formação do novo arquiteto) e os livros das Atas das Assembleias do IAB, nas quais foi possível apurar as intervenções do Instituto no ensino da FAUUSP e tanto elas quanto os Boletins do IAB/SP foram organizados em ordem cronológica, de modo que fossem alinhados o discurso da diretoria do Instituto com aquilo que era divulgado aos seus associados.

Deve-se considerar que as Atas das Assembleias do IAB/SP possuem o registro histórico do que foi discutido entre os diretores, de como foram tomadas as decisões e definidos os posicionamentos em

relação aos problemas da época. Segundo Durand (1972), as atas das assembleias não têm o poder de:

“... captar a intensidade em que as opiniões se polarizam num ou noutro sentido, a proporção dos que participaram, nem revelam a problemática discutida no interregno entre uma assembleia e outra, porém, reconhecidos estes limites, pode-se cogitar das evidências que fornecem” (DURAND, 1972, p.47).

Pelas evidências presentes nas atas, pretendeu-se estabelecer as relações desse Instituto com a FAUUSP. Para tal, foram relatadas as ocasiões em que a faculdade foi pauta das discussões, em um primeiro momento, para a consolidação de sua autonomia em prol de um regulamento para a escola. Foram agentes desse processo os professores da FAUUSP, alguns deles diretores do IAB/SP e os alunos da faculdade, representados pelo GFAU.

Por sua vez, os Boletins do IAB/SP³ deram o suporte, no sentido de mostrar como as decisões sobre ensino e profissão eram transmitidas ao público em geral. A partir de 1954, o IAB/SP passou a publicá-los com o intuito de uniformizar as informações divulgadas aos seus associados. Outro objetivo dessas publicações periódicas⁴ foi suscitar debates sobre assuntos diversos relativos à profissão (IAB nº 01, 1954).

Os livros de Atas das Assembleias do IAB/SP encontram-se em situação precária, visto o modo como estão arquivados. Foram consultadas no Arquivo do IAB/SP as Caixas nº 012 – Atas das

³ Inicialmente, os Boletins do IAB/SP eram publicados como um encarte dentro da Revista Acrópole. Estas publicações ocorreram de 1954 a 1959, ano em que o Boletim passou a ser um encarte separado, ainda que editado pela Editora Acrópole. Para esta pesquisa, tivemos acesso aos Boletins publicados dentro da Revista Acrópole, fornecidos em forma de arquivo digital pelo IAB/SP. Neste período, a publicação dos Boletins foi administrada por cinco diretorias: as de 1954 e 1955, presididas por Rino Levi e as de 1956 a 1959 presididas por Ícaro de Castro Mello. Foram editores neste período: Jorge Wilhelm e Roberto Carvalho Franco, no ano de 1954; Jorge Wilhelm e Telésforo Cristofani, de janeiro a agosto de 1955; Alfredo Paesani, Bernardo Castelo Branco, Pedro Torrano e Rodolpho Ortenblad Filho de setembro de 1955 a novembro de 1956. No período final do Boletim na Revista Acrópole, de dezembro de 1956 a abril de 1959 os editores foram Alfredo Paesani, Rodolpho Ortenblad Filho, Carlos Lemos e Eduardo Corona. Em março de 1959, no Boletim nº 61, o IAB/SP anunciou que a partir do mês de junho, ele seria impresso em 16 páginas de papel, ainda editado pela Editora Acrópole, chefiado pelo Arquiteto Brenno Ciryno Nogueira. Foram encontrados, no período da pesquisa, 62 boletins.

⁴ Nesse contexto, a estrutura do Boletim contou com algumas colunas fixas neste período como a “Revista das Revistas”, um compilado de matérias publicadas em revistas internacionais; a coluna “Um Detalhe”, que incluía o desenho de um detalhe de alguma obra em andamento e a coluna “Croqui dos Fatos”, com notas sobre as notícias do mês. Os boletins então serviram para expor as discussões que permeavam as conquistas de profissionais reconhecidos mundialmente, os Concursos promovidos pelo IAB/SP e até mesmo a forma de elaboração do regulamento dos mesmos; os eventos da UIA – União Internacional dos Arquitetos e seus pareceres sobre a profissão; os cursos especiais organizados e ministrados pelos arquitetos do IAB/SP, que complementavam a formação dada nas Faculdades de Arquitetura; relatos sobre as exposições de artes plásticas na cidade e dos Salões de Arte Moderna, ou seja, relatos do ambiente cultural paulistano; questões sobre a legislação do município de São Paulo, tanto para aprovação de projetos quanto em relação às Leis do Plano Diretor e do Código de Obras.

Assembleias 1954 – 1986 – e nº 107 - Livros de Registro de Atas do Período de 1946 a 1975. Há que se observar que existem duas caixas com o número nº 107. Para fins desta pesquisa, foram denominadas 107A e 107B. Por sua vez, os livros das atas existentes dentro delas estão com suas capas sem identificação e em significativo estado de degradação. O único livro cuja identificação está clara é o que chamamos de Livro “B” com o título de “Livro de Atas nº 2 – Das Reuniões do Conselho Diretor”.

A partir disso, foram selecionados, segundo o período estudado, quatro livros que continham atas de assembleias, ocorridas entre os anos de 1948 e 1962. Todas as páginas foram fotografadas. Após a leitura, as mesmas foram organizadas em ordem cronológica. A identificação dos outros três livros utilizados como fonte, nesta pesquisa, seguiram a ordem cronológica de sua primeira ata. O Livro denominado “A” possui atas de 1947 a 1970; o chamado “B”, único com título identificável, de 1952 a 1954; o “C”, de 1954 a 1958 e o Livro “D”, atas de 1959 a 1960. A ordem cronológica foi selecionada por dois motivos: em primeiro lugar, pela relação com os demais documentos, todos organizados dessa mesma forma; o segundo, foi a ausência de ordem das atas nos livros, pois mais de um era usado ao mesmo tempo – um para Assembleias da Diretoria e outro para Assembleias Extraordinárias. Sendo assim, a única forma de compreender o correto andamento das discussões foi a organização cronológica.

Da mesma forma como foram selecionados os assuntos relativos ao ensino de arquitetura, a FAUUSP e a atuação profissional do arquiteto nos Boletins do IAB, essa seleção foi feita nas atas das assembleias. Para estabelecer a relação entre os temas publicados nos Boletins – de divulgação e acesso a todos – e aos temas discutidos nas Assembleias – de acesso restrito aos diretores do IAB/SP – partiu-se da ordem cronológica, cruzando as datas e assuntos discutidos.

Também foi consultada a Caixa nº 98 – Congresso Brasileiro de Arquitetos. Para esta pesquisa foram considerados os documentos dos Congressos: o 1º realizado em São Paulo (1945); o 2º em Porto Alegre (1948); o 3º em Belo Horizonte (1953); o 4º, novamente em São Paulo (1954) e o 5º, realizado em Recife (1957). O Congresso com maior documentação foi o 4º, realizado em São Paulo na data do 400º aniversário da cidade, recebendo visitas ilustres como Alvar Aalto e Walter Gropius. Os documentos sobre os Congressos evidenciam a sintonia entre os debates promovidos à época pelo IAB/SP e pelas Faculdades de Arquitetura.

Ao retornar ao material disponível na Biblioteca da FAUUSP, revisou-se a literatura disponível sobre o ensino de arquitetura, após a criação da FNA (1945). Foram consultados os textos produzidos pelo GFAU – Grêmio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – e pelos professores da FAUUSP, publicados em folhetos disponíveis na Biblioteca da Faculdade, bem como as leis que regulamentaram o ensino nesse período e as Atas da Congregação da FAUUSP que datam de 1968. No trabalho de Graeff (1995), encontrou-se uma divisão de dois períodos que nortearam as pesquisas sobre a atuação do IAB/SP e a FAUUSP: o primeiro, de confirmação da autonomia conquistada entre os anos de 1948 e 1955; o segundo, com a luta pela reforma no ensino de arquitetura de 1955 a 1962.

Referentes a esses períodos estabelecidos por Graeff (1995), entre os textos disponíveis na Biblioteca da FAUUSP, estão a cópia do Regimento da Faculdade Nacional de Arquitetura; o Programa de Disciplinas da FAUUSP proposto para 1957; o texto do GFAU com a colaboração dos professores Mario Wagner Vieira da Cunha, Luís Saia, João Batista Vilanova Artigas (“Rumos para o ensino de arquitetura”) e Lina Bo Bardi de 1956; do mesmo ano, o “Seminário de Ensino” do Prof. Julio Katinsky; o texto “Da Profissão de Arquiteto no Brasil”, também de autoria do GFAU, publicado em 1958; o “Programa Proposto para 1962” das disciplinas da FAUUSP.

Além desses, outros dois textos, encontrados na Biblioteca da FAUUSP em forma de folheto, foram: “A FAUUSP, sua criação e funcionamento na Vila Penteadão”, sobre os primeiros anos da Faculdade e “O Ateliê na Formação do Arquiteto: Relatório Apresentado pelo Professor Carlos Barjas Millan, Coordenador do Grupo de Estudos do Ateliê” que narra o projeto para a Reforma do Ensino de 1962. Da mesma forma, foram consultadas as “Conclusões dos I, II e III Encontros de Diretores, Professores e Estudantes de Arquitetura”, ocorridos no início da década de 1960.

Quanto às leis que regulamentaram o ensino da FAUUSP, foram consideradas: a Lei nº 104 de 1948 que dispunha sobre a criação, na Universidade de São Paulo, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; a Lei nº 3.233 de 1955 que dispunha sobre o regulamento da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo; e a Portaria nº 09 de 1961 que fixava o Currículo Padrão da FAUUSP. A primeira, Lei nº 104/48, estabeleceu a organização administrativa das disciplinas da FAUUSP, segundo o modelo da FNA. Já a Lei nº 3.233/55 foi fruto da intensa luta pela aprovação do Regulamento independente da FAUUSP, luta essa que passou a ser discutida no IAB-SP. Por fim, a Portaria nº 09/61 estabeleceu a nova organização curricular da Faculdade, assim como a relação de interdependência entre as disciplinas.

Para que se compreendesse o contexto da época, buscou-se identificar os movimentos artísticos e culturais do período através: dos trabalhos de Zanini (1983), quanto às manifestações artísticas; Acayaba (1994), referindo-se ao design; Brito (1999), León (2006) e Nascimento (2003), quanto ao Movimento Concreto e Neoconcreto, o MASP e o Instituto de Arte Contemporânea, e o MAM, respectivamente. De uma forma particular em cada caso, tanto os artistas quanto as instituições, criadas nesse período, buscavam “ser modernos” ou “promover o moderno”. O entendimento desse ambiente que foi vivenciado pelos arquitetos, durante e após a fundação do IAB/SP e da FAUUSP, também apontado no trabalho de Deddeca (2012), evidencia a construção do “caminho heroico,”⁵ percorrido pelos arquitetos paulistas para a introdução do moderno, conforme apontado por Saia (1959) e Artigas (in ABEA, 1978). Ainda, quanto ao contexto, foram de grande contribuição as matérias publicadas em revistas da época, como “Habitat”, “Bem Estar”, “Arquitetura Contemporânea” e “Acrópole”.

Por sua vez, a abordagem dos conceitos do moderno, realizada em cada um dos movimentos artísticos, era outro ponto a ser compreendido. Assim como apontado no trabalho de Kopp (1990), para os arquitetos, sem descartar o contexto político em que vivia o país na época, o moderno era difundido por parte desses como um estilo e, por outro grupo, como uma forma de transformar a sociedade na qual viviam. Nesse segundo grupo, destacaram-se as figuras de Carlos Millan e João Batista Vilanova Artigas. Por essa razão, buscou-se, inicialmente, caracterizar como o moderno era difundido em suas origens na Europa e, posteriormente, em seus reflexos no Brasil.

Por fim, ao retornar ao contexto dos arquitetos paulistas, foi produzido um levantamento de todos os nomes – dos engenheiros-arquitetos, engenheiros-civis e arquitetos – que são aqui reconhecidos e identificados como agentes da introdução dos preceitos modernos do ensino de arquitetura. Iniciou-se pelos pioneiros professores da Escola Politécnica de São Paulo que passaram a lecionar na FAUUSP – como Luís de Anhaia Mello, Bruno Simões Magro e Felisberto Ranzini – seguidos pelos alunos da Escola Politécnica de São Paulo que se tornaram professores nas duas escolas – José Maria das Neves, Carlos Alberto Gomes Cardim Filho, Luís Saia, Ícaro de Castro Mello, Victor Reiff, Ariosto Mila, João Batista Vilanova Artigas, Oswaldo Correia Gonçalves e Lauro Bastos Biskholz. Dentre esses professores, levantou-se quais deles lecionavam na FAUUSP enquanto eram diretores

⁵ O “caminho heroico” consistiu na aliança realizada entre os arquitetos e os demais artistas participantes dos movimentos de arte moderna.

no IAB/SP. Foram eles, os professores Luís de Anhaia Mello, Luís Saia, Ícaro de Castro Mello, Victor Reiff, Ariosto Mila, João Batista Vilanova Artigas e Oswaldo Correia Gonçalves. Outros nomes de professores que não estudaram na Escola Politécnica de São Paulo, mas exerceram a função, simultaneamente, de professores da FAUUSP e diretores do IAB/SP constam no Apêndice deste trabalho. Os nomes dos professores e alunos da Escola Politécnica de São Paulo foram obtidos no trabalho de Ficher (1989), enquanto a relação dos professores da FAUUSP constava nos programas das disciplinas da escola e no trabalho de Birkholz e Nogueira (1991). Com a relação dos alunos formados na FAUUSP, entre os anos de 1952 e 1962 (FAUUSP, 2014), os dados dos participantes nos Congressos e os nomes dos novos associados aprovados nas Assembleias do IAB/SP, identificou-se um grupo de alunos que participou das discussões entre as décadas de 1950 e 1960. Alguns deles exerceram, posteriormente, a função de docentes na FAUUSP (Arquivo IAB/SP, 1980). Ao todo, foram relacionados 123 agentes.

As informações e discussões travadas entre os professores, no período que antecedeu à criação da Congregação da FAUUSP (1968), que, provavelmente se davam nos departamentos criados a partir de 1955, não tiveram seus registros encontrados, assim como as atas das discussões das comissões especiais de ensino referidas nas Atas do IAB/SP.

A análise das circunstâncias, das influências e das ações dos agentes indicaram que a relação estabelecida entre eles, através do IAB/SP, teve, como princípio, a formação de novos arquitetos e urbanistas, segundo os preceitos da arquitetura moderna. Por definição, seriam ensinados através do atelier de projetos, formando-se profissionais com conhecimentos técnicos, científicos, artísticos e humanos, capazes de promover a atuação do arquiteto e urbanista como indispensável para a mudança desejada à sociedade do período.

Imagem 03: Livro de Atas das Assembleias da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.

Fonte: Autora.

3. AS CIRCUNSTÂNCIAS

808. Ata da sessão extraordinária da Congregação realizada em segunda convocação, aos seis (6) dias do mês de abril, do ano de mil novecentos e sessenta e um (1961), sob a presidência do Senhor Vice-Diretor, Professor Oscar Bergström Lourenço.

Abertura - O Senhor Presidente declara aberta a sessão às dezesseis (16) horas e trinta (30) minutos, com a presença dos Senhores Professores José Octávio Monturo de Camargo, Roberto Fernandes Moreira, Theodorico Henrique Ignácio de Aruda Souto, Paulo Guimarães da Fonseca, Leonidas de Toledo Piza, Francisco João Humberto Maffei, Nelo Andrade Amaral, Lucas Nogueira Garcez, Paulo Ribeiro de Aruda, Milton Vargas, Walter Borzani, Oscar Bergström Lourenço, Fuy Aguiar da Silva Leme, Luis de Queiroz Cassini, Tharciso Damy de Souza Santos, Marcello de Moura Campos, Alceu Falco Barbosa e Paulo Turaz de Mesquita.

Cita - É lida a ata nº 800, relativa à sessão realizada no dia vinte e cinco (25) de fevereiro p. passado. Posta em discussão, pede a palavra o Professor Moreira para observar que foi omitido nessa ata um trecho das informações que lhe perante este plenário e que foram encaminhadas com o seu ofício G.E. 008/61, de 10-2-1961, a Comissão de Inquerito designada pela Congregação para averiguar irregularidades que teriam ocorrido na cadeira nº 15, deixando de figurar também as palavras elogiosas pronunciadas pelo Prof. Anhaia Mello com referência ao Engenheiro Carlos Eduardo Liconi. Em resposta, declara o Senhor Presidente que o trecho das informações a que se refere o Professor Moreira fôra deliberadamente cancelado pela Mesa por considerá-lo anti-regimental dado o seu caráter pessoal. Quanto às palavras do Professor Anhaia Mello segundo informação prestada pelo Secretário deixaram de constar por não figurarem nas notas fornecidas pelo referido Professor, certamente por esquecimento. Entretanto, solicitados depois ao Prof. Anhaia, as notas foram completadas, na parte relativa ao Engenheiro Liconi, cujos termos são adiante reproduzidos: "Como Diretor da Faculdade de

As circunstâncias nas quais se desenvolveu o ensino autônomo de arquitetura e a atuação profissional do arquiteto, no Brasil, teve suas origens com o início do estabelecimento de instituições de ensino superior no Rio de Janeiro. No entanto, a origem do ensino superior de arquitetura não seguiu o mesmo modelo no território nacional. No Rio de Janeiro, o ensino iniciou-se na Academia Imperial de Belas Artes, que, posteriormente, veio a chamar-se Escola Nacional de Belas Artes. Em São Paulo, teve início na Escola Politécnica e posteriormente na Escola de Engenharia do Mackenzie.

Em 1945, a criação da Faculdade Nacional de Arquitetura mudou o ensino de arquitetura em todo o país. As escolas existentes precisaram padronizar seus cursos segundo a Lei nº 7.918/1945. Assim, os cursos de arquitetura ou de engenheiro-arquiteto passaram a ser ministrados por escolas autônomas.

As circunstâncias profissionais vividas pelos engenheiros-arquitetos, na cidade de São Paulo nesse período, não eram favoráveis. Subjugados em firmas construtoras, seus projetos ficavam sem reconhecimento. Esses, eram considerados desenhistas, decoradores e não projetistas.

Na tentativa de alterar esse panorama, os engenheiros-arquitetos se reuniam no IAB/SP e, a partir da criação das escolas autônomas e do fortalecimento do Instituto, passaram a frequentar diversos espaços de socialização no centro de São Paulo. O contato com os artistas modernos e a participação na direção dos museus permitiram um posicionamento mais firme do arquiteto e do início do reconhecimento de sua profissão. Foi nesse ambiente que os arquitetos atuaram para, em um segundo momento, consolidar a autonomia do ensino de arquitetura e a atuação profissional de arquiteto e urbanista.

Pretende-se, neste capítulo, descrever essas circunstâncias em duas partes – as origens do ensino de arquitetura em São Paulo e suas transformações após a criação da FNA e o contexto paulista. Essa última parte tem, como objetivo, abordar a atuação profissional do engenheiro-arquiteto à época, sua associação ao IAB/SP e sua participação nos ambientes de socialização do moderno.

3.1. O ensino de arquitetura em São Paulo

A cidade de São Paulo, durante os tempos da economia cafeeira, era um grande ponto de conexão entre o interior do Estado e o Porto de Santos por onde o café era exportado. Nesse contexto, segundo Santos (1985), a primeira iniciativa, para a criação de um ensino técnico-superior, partiu de Rafael Tobias de Aguiar, Presidente da Província de São Paulo. Em 1835, foi criado o Gabinete Topográfico com a finalidade de capacitar técnicos para manterem a eficiência das estradas existentes, criarem novas e proporem planos de melhorias para o transporte do café. O objetivo desse Gabinete era formar topógrafos e engenheiros construtores de estradas. Além disso, essa instituição funcionava como arquivo de mapas e memória dos projetos, constituindo, com o tempo, uma considerável biblioteca. Essa escola perdurou até 1850 e atendeu às expectativas da Província de São Paulo. Ao final do século XIX, com a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República, condições bastante favoráveis ao progresso e ao desenvolvimento passaram a fazer com que se iniciasse o processo de industrialização no estado de São Paulo. O lucro obtido com o café colaborou para o acúmulo de capital e a elite paulista começou a diversificar os investimentos de sua economia (SANTOS, 1985). Também as cidades brasileiras começaram a ter um crescimento considerável:

“O país possuía uma rarefeita economia urbana, pulverizada de centros urbanos nas frentes agrícolas ou cidades portuárias a serviço da exportação dos produtos: Campinas, São Paulo, Santos, Campos e Rio de Janeiro para o café; Recife para a zona açucareira; Salvador para o cacau; Porto Alegre para couros e peles; Belém e Manaus para a borracha. E, embora incipiente como rede urbana, algumas capitais conheceram um extraordinário crescimento demográfico: o Rio de Janeiro em 1900 era habitado por 746.749 habitantes – sua população aumentou 271 % em relação a 1872; São Paulo nesse mesmo período, teve um aumento populacional da ordem de 870%, com 239.820 habitantes na virada do século” (SEGAWA, 2009, p. 18).

Com o intuito de organizar esse desenvolvimento, foi criado, no ano de 1876, o Instituto Politécnico. Segundo Santos (1985), esse Instituto reunia engenheiros com o objetivo de divulgar leis e fatos que contribuíssem para o melhor andamento da indústria paulista, assim como difundir conhecimentos de engenharia. Os investidores e fazendeiros de café precisavam de mão-de-obra capacitada para que seus negócios, na indústria, fossem prósperos. Mediante as necessidades apontadas, fez-se necessária a capacitação de uma mão de obra com conhecimentos técnicos, de ciências puras e aplicadas, para que fossem solucionados os problemas existentes. Da mesma forma, fez-se necessário o planejamento do crescimento da economia e da indústria do Estado que até então tinha sua economia focada exclusivamente na agricultura.

Com o objetivo da criação de um instituto de ensino técnico, tramitaram três projetos de Lei na Câmara de Deputados do Estado de São Paulo entre os anos de 1891 e 1893. O primeiro deles, com a proposta de criação da Associação Protetora das Ciências de São Paulo; o segundo, tendo como objetivo a criação de duas Escolas – uma Superior de Engenharia e a outra de Agricultura; o terceiro projeto estabeleceu a criação do Instituto Polytechnico de São Paulo (SANTOS, 1985) que, criado por Antônio Francisco de Paula Souza, já assinalava o propósito de pesquisa e desenvolvimento científico que a escola teria – o que contrastava com a educação prática oferecida em todo o território brasileiro (SANTOS, 1985). Os dois últimos projetos foram transformados em duas Leis (nº 26 e nº 64, respectivamente), convertidas, posteriormente, na Lei nº 191, aprovada em 24 de agosto de 1893 - Regulamento que organizou a Escola Politécnica de São Paulo.

3.1.1. Escola Politécnica de São Paulo

Entre os últimos anos do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, a cidade de São Paulo crescia em ritmo acelerado com o desenvolvimento de sua economia cafeeira. No entanto, esse crescimento não se dava da mesma forma nas áreas do conhecimento científico e da industrialização. Com o aumento da população urbana, a necessidade de provimento de infraestrutura era primordial o que incluía iluminação, pavimentação urbana, obras de saneamento, a construção de novos edifícios públicos e residenciais (FICHER, 2005). Ainda assim, a cidade de São Paulo não possuía um número de profissionais com conhecimento técnico para trabalhar em prol desse desenvolvimento. Para preparar os futuros trabalhadores, capacitados para colaborar no desenvolvimento da cidade, a Escola Politécnica de São Paulo foi fundada, no início da Primeira República, em 24 de agosto de 1893, através da Lei nº 191. Santos (1985) aponta:

“Os candidatos à carreira de engenheiro só dispunham de duas alternativas: ou cursar uma das escolas de engenharia existentes no País, a Politécnica do Rio de Janeiro (1810) e a Escola de Minas de Ouro Preto (1875), ou seguir para os principais centros universitários europeus” (SANTOS, 1985, p.11).

O propósito de sua criação não foi apenas suprir a ausência de um curso de engenharia na cidade e no estado de São Paulo, e sim, conservar a burguesia paulistana, essencialmente cafeeira, preparada para seguir, mantendo o sistema produtivo e econômico sob controle. Para Nadai (1987):

“No caso paulista, a burguesia agroexportadora elaborou um projeto educacional como um dos componentes do seu projeto político mais amplo, visando estruturar e manter a sua dominação. E, nesse projeto, a instrução superior ocupou uma posição destacada, fato que não passou despercebido a seus próprios idealizadores. Afinal, as “escolas superiores são um instrumento de hegemonia de São Paulo” afirmava em 1912 o senador estadual Luiz Piza” (NADAI, 1987, p.16).

Nadai (1987), também afirmou que o papel da Escola Politécnica de São Paulo “projetada e construída em uma fase de transição da própria cidade de São Paulo” confundiu-se com a história da industrialização da cidade.

No discurso de inauguração da Escola Politécnica de São Paulo, Antônio Francisco de Paula Souza⁶, empossado diretor, declarou que a principal responsabilidade da Escola Politécnica era “promover a divulgação dos conhecimentos úteis ao progresso e engrandecimento de nossa pátria”. Para ele, a formação de mão de obra adequada e o desenvolvimento de pesquisa na área de industrialização poderiam levar o estado de São Paulo a manter o domínio econômico (SANTOS, 1985).

O curso de engenheiro-arquiteto também fez parte desse projeto progressista da sociedade paulistana. Para Domschke (2007), a Escola Politécnica de São Paulo conseguiu, através de seu curso, determinar qual papel o engenheiro-arquiteto e engenheiro-civil desempenhariam nesse projeto desenvolvimentista:

“... o curso de arquitetura da Politécnica visava formar engenheiros-arquitetos, preparados para projetar e construir edificações, em contraste com seus colegas, engenheiros civis, que deveriam projetar e construir obras de engenharia: pontes, viadutos, cais, estradas de ferro, de rodagem” (DOMSCHKE, 2007, p.64).

O Curso de Engenheiro-Arquiteto

O curso de engenheiro-arquiteto começou a ser ministrado na Escola Politécnica de São Paulo no ano de 1894. Para Ficher (2005):

“A estrutura que então era adotada em São Paulo não era análoga ao sistema preconizado pela École Polytechnique de Paris. Apenas o curso fundamental correspondia à organização da escola francesa, igualmente com três anos de duração e preparatório para as demais escolas de engenharia, como a École des Ponts et Chaussées e a École des Mines, nas quais eram ministrados os cursos especiais. Na Politécnica seguiu-se bem mais o sistema germânico, o qual – apesar de fruto da difusão da experiência pioneira francesa ao longo do século XIX – tinha a particular característica de unificar o ensino do curso fundamental e dos cursos especiais em uma única escola. Esse havia sido o modelo adotado no Polytechnikum de Karlsruhe em 1832 e prevalecera com algumas variações na organização do de Zurique em 1834. E foi adotado na Politécnica de São Paulo muito provavelmente porque o seu principal organizador e primeiro diretor, Antônio Francisco de Paula Souza, havia estudado em Karlsruhe, onde se formara engenheiro civil em 1868”(FICHER, 2005, p. 26).

⁶ **Antônio Francisco de Paula Souza** (1843 – 1917): Consta que ele formou-se em Engenharia na Universidade de Karlsruhe, na Alemanha, após cursar os primeiros anos na Universidade Politécnica de Zurich. O ensino destas escolas, segundo Santos (1985) era caracterizado “pela ênfase na ciência aplicada, através de uma instrução sistemática de métodos experimentais”. Retorna ao Brasil na década de 1880 e passa a atuar profissionalmente e no campo da política.

Ficher (2005) subdividiu a história do curso de engenheiro-arquiteto na Escola Politécnica de São Paulo em três períodos: da criação do curso em 1894 à mudança do regulamento da escola em 1917; de 1918 a 1933, quando foi promulgada a Lei de Regulamentação da Profissão de Agrônomo, Engenheiro e Engenheiro-Arquiteto (Lei nº 23.569/1933) e, por fim, de 1934, data da integração da Escola Politécnica de São Paulo à Universidade de São Paulo, a 1947, ano que antecedeu a fundação da FAUUSP. Através dessa periodização, será realizada a análise das mudanças no ensino do curso de engenheiro-arquiteto.

Primeiro Período (1894 a 1916)

Em seu primeiro período, da fundação da Escola Politécnica até 1917, o curso de engenheiro-arquiteto teve seu currículo apoiado no currículo do curso de Engenharia Civil, sendo complementado por algumas cadeiras específicas. As disciplinas que o complementavam, versavam sobre a História da Arquitetura, da Arte e desenho do projeto, contrastando com as demais disciplinas do curso base de Engenharia - Civil que se baseavam em um caráter racionalista e tecnicista (SANTOS, 1985).

No ano de 1907, através do Decreto Estadual nº 1.539, uma nova estrutura foi introduzida no currículo, com um número maior de aulas para elaboração de projetos e estudos de composição, além da criação da cadeira de Composição. A descrição dessa cadeira, feita no Anuário da Escola Politécnica de São Paulo de 1908, retratava a grande importância da disciplina que estudava os fundamentos dos estilos arquitetônicos, aplicando-os às elevações. Os prédios públicos eram estudados não apenas quanto às suas fachadas, mas também quanto à organização de suas plantas. A parte prática ficava por conta do exercício de composição de estilos arquitetônicos em fachadas, um exercício que demandava atenção à estética e à plasticidade, mas limitava-se à reprodução de valores estéticos já célebres e pré-concebidos. A cadeira de Composição distinguia o objeto de estudo dos engenheiros-civis – obras de engenharia – dos engenheiros-arquitetos – edificações (SANTOS, 1985).

Entre os anos de 1894 e 1917, a Escola Politécnica teve quatro regulamentos⁷ em que estavam estabelecidas as seriações dos cursos preliminar, geral e especial. Os cursos preliminar e geral eram

⁷ Quanto aos regulamentos, “ todos baixados por legislação estadual: o 2o regulamento pelo Decreto n. 270 –A, de 20 de novembro de 1894; o 3o regulamento pelo Decreto n.485, de 30 de setembro de 1897; o 4o regulamento pelo Decreto n.924 – A, de 29 de julho de 1901; e o 5o regulamento pela Lei n.1228 de 20 de dezembro de 1910 e pelo Decreto n.1992, de 27 de janeiro de 1911”(FICHER, 2005, p. 43).

comuns a todos os cursos especiais. Entre os anos de 1894 e 1917, esses cursos foram organizados da seguinte forma: um ano de curso preliminar e dois de curso geral. O primeiro possuía três disciplinas *Matemática Elementar, Trigonometria Retilínea e Esférica; Álgebra Superior e Rudimentos de Geometria Analítica e de Geometria Descritiva, Escrituração Mercantil e Desenho a mão livre e Geométrico Elementar* (FICHER, 2005).

O curso geral, por sua vez, era subdividido em dois anos nos quais:

“... eram oferecidas duas cadeiras de matemática, três de introdução física e à química, duas de geometria descritiva, e a cadeira prática de “Topografia e Elementos de Geodésia e Astronomia”. Além dessas, cada ano do geral possuía uma aula: no 1º ano, “Desenho Geométrico e de Ornamento” e , no 2º ano, “Desenho Topográfico e Elementos de Arquitetura””(FICHER, 2005, p. 44).

A única mudança ocorrida, nesse curso, se deu em 1911, com a inclusão de duas disciplinas de desenho por ano. No primeiro, foram introduzidas as disciplinas de *Desenho a Mão Livre e de Ornamentos Arquitetônicos* e *Desenho Topográfico*; no segundo, as disciplinas de *Desenho de Perspectiva e de Arquitetura* e *Desenho Cartográfico* (FICHER, 2005). De forma mais detalhada, a organização do curso especial de engenheiro-arquiteto que, segundo Ficher (2005), formou vinte alunos, entre os anos de 1894 e 1917, deu-se conforme a Tabela 1.

Ficher (2005) apontou algumas diferenças adicionais entre o curso de engenharia-civil e o de engenheiro-arquiteto. No primeiro ano do curso, a diferença se deu na ordem em que as disciplinas eram ministradas – uma disciplina, do primeiro ano dos engenheiros-arquitetos, era dada no segundo ano dos engenheiros-civis. No segundo ano, a diferença estava nas disciplinas ministradas. Enquanto o curso de engenheiro-arquiteto possuía, em sua grade, a disciplina de *Elementos dos Edifícios. Composição Geral e Projetos de Composição Geral*, os engenheiros-civis estudavam *Hidráulica. Abastecimento de Água, Esgotos e Saneamento das Cidades* e *Desenho de Máquinas e Levantamento de Rascunhos*. Nesse ano, nota-se que, enquanto os engenheiros-arquitetos estavam focados nos exercícios de composição, os engenheiros civis partiam para o estudo de problemas urbanos, como o saneamento.

O terceiro ano do curso especial de engenheiro-arquiteto possuía mais diferenças. Duas cadeiras eram comuns aos dois cursos: *Estradas, Pontes e Viadutos* e *Economia Política. Direito Administrativo e Estatística*. No entanto, as disciplinas de *Estética das Artes de Desenho* ou *Composição Geral II* e *História da Arquitetura. Estudos dos Estilos Diversos* do curso de engenheiro-arquiteto eram substituídas pelas disciplinas de *Rios, Canais e Portos de Mar* e *Estradas de Ferro* no curso de engenharia civil. Por fim, a disciplina de *Projetos, Orçamentos e Desenhos de Estilos Especiais* dos engenheiros-arquitetos era apenas

Projetos e Orçamentos para os engenheiros-civis. Além disso, foi acrescentada, ao curso desses últimos, a disciplina de *Motores Térmicos. Motores de Ar Comprimido. Moinhos de Vento*.

Tabela 1: Curso Especial de Engenheiro-Arquiteto (1894 a 1917).

ANO	DISCIPLINA
1º ANO	Teoria da Resistência dos Materiais. Grafo-Estática
	Tecnologia das Profissões Elementares
	Física Industrial
	Arquitetura Civil. Higiene das Habitações
	Projetos de Construção. Detalhes e Cópias de Modelos (até o 3º Regulamento) e Épuras e Projetos (4º Regulamento)
2º ANO	Estabilidade das Construções. Resistência Aplicada
	Tecnologia do Construtor Mecânico
	Elementos dos Edifícios. Composição Geral ou Elementos dos Edifícios. Composição Geral I (Habitações)
	Mecânica Aplicada às Máquinas
	Projetos de Composição Geral
3º ANO	Estradas, Pontes e Viadutos
	Estética das Artes de Desenho ou Composição Geral II (Edifícios Públicos) e Estética das Artes de Desenho
	História da Arquitetura. Estudo dos Diversos Estilos
	Economia Política. Direito Administrativo e Estatística
	Projetos, Ornamentos e Desenhos de Estilos ou Continuação de Projetos de Composição Geral

Fonte: Ficher (2005)

Segundo Período (1916 a 1933)

Em 1918, houve uma mudança relevante no curso de engenheiro-arquiteto, através do Decreto Estadual nº 2.931 de 12 de Junho, que promulgou o 6º Regulamento da Escola Politécnica de São Paulo, introduzindo a divisão da cadeira de História da Arquitetura em dois anos, a exigência para promoção no primeiro e segundo anos de um Projeto Final que envolvesse os conceitos apresentados em todas as disciplinas daquele período, além da inclusão da cadeira de *Arquitetura das Cidades* com o foco em projetos de espaços públicos, como parques e jardins e obras de infraestrutura, como pontes e viadutos (SANTOS, 1985). Posteriormente, no ano de 1925, através do 7º Regulamento, foi criada a cadeira de Urbanismo, integrando a grade do 3º ano do curso (**Tabela 3**).

As diferenças entre o currículo de engenharia civil e de engenheiro-arquiteto ficaram mais evidentes. No primeiro ano (**Tabela 2**), a principal diferença entre eles foi o enfoque ao desenho no de engenheiro-arquiteto com as disciplinas de *Composição Decorativa (Desenho)* e *Projetos de Composição Geral*.

No segundo ano, a única disciplina comum entre os dois foi de *Resistência e Estabilidade II*. No último ano do curso especial, as disciplinas de *Pontes e Viadutos* e *Contabilidade Geral e Especial* estiveram presentes em ambos os cursos. No de engenheiro-arquiteto, uma nova disciplina foi acrescida, a de *Arquitetura das Cidades*. Entre os anos de 1918 e 1925, o curso preliminar seguiu tendo os mesmos conteúdos de “matemática, geometria descritiva, geometria analítica, cálculo diferencial e integral, física, mecânica racional, astronomia e topografia e química” (FICHER, 2005).

Quanto ao curso fundamental, Ficher (2005) citou as disciplinas de *Desenho Arquitetônico e Esboço do Natural* e *Desenho Topográfico e Cartográfico* como uma atenção dada pela Escola Politécnica à “representação arquitetônica”. Segundo declarações feitas por Prestes Maia, não havia “razões para que os alunos não se habituem desde cedo ao pincel e à pena, meios de expressão como o lápis”.

Tabela 2: Curso Especial de Engenheiro-Arquiteto (1918 a 1925).

ANO	DISCIPLINA
1º ANO	Resistência e Estabilidade I
	Tecnologia da Construção Civil
	Tecnologia da Construção Mecânica
	Arquitetura Civil. Higiene das Habitações
	Composição Decorativa (Desenho)
	Projetos de Composição em Geral
2º ANO	Resistência e Estabilidade II
	Composição Geral I (Habitações)
	História da Arquitetura. Estética. Estilos I
	Composição Decorativa (Modelagem)
	Projetos de Composição Geral
3º ANO	Pontes e Viadutos
	Composição Geral II (Edifícios Públicos) e Estética das Artes de Desenho
	História da Arquitetura. Estudo dos Diversos Estilos II
	Contabilidade Geral e Especial
	Projetos de Composição Geral
	Arquitetura das Cidades

Fonte: Ficher (2005)

No entanto, Ficher (2005) relatou que:

“... apesar do discurso oficial do diretor da Politécnica valorizar o ensino de desenho, a responsabilidade pela sua qualidade recaía sobre a competência dos professores. Nesse aspecto, essa área ficou completamente imobilizada por longo tempo, de vez que Dubugras nunca alterou seus exercícios (ainda que, muito provavelmente, tinha alterado o estilo dos projetos que os estudantes copiavam). A entrada de Prestes Maia também não deve ter sido uma grande revolução: segundo alguns de seus ex-alunos, apesar de ser um excelente desenhista, Prestes Maia nunca se sobressaiu por seu interesse, aplicação nem por sua didática”(FICHER, 2005, p. 192).

Tabela 3: Curso Especial de Engenheiro-Arquiteto (1926 a 1931).

ANO	DISCIPLINA
1º ANO	Resistência e Estabilidade I
	Tecnologia Civil e Tecnologia Mecânica
	Mineralogia, Geologia e Petrologia
	Arquitetura Civil. Higiene das Habitações
	Desenho de Perspectiva
2º ANO	Resistência e Estabilidade II
	Estética. Composição Geral e Urbanismo I
	Hidráulica. Hidráulica Urbana. Higiene dos Edifícios e Saneamento das Cidades
	Composição Geral e Decorativa
3º ANO	Pontes e Viadutos
	Composição Geral e Urbanismo II (Edifícios Públicos)
	História da Arquitetura
	Economia Política e Noções de Estatística. Organização Administrativa
	Contabilidade Geral e Especial
	Composição Geral e Decorativa. Modelagem

Fonte: Ficher (2005)

Terceiro Período (1934 a 1947)

O período, entre os anos de 1934 e 1947, teve uma importante mudança no 8º Regulamento (Decreto Estadual nº 5.064 de 13 de Junho de 1931) com a extinção do curso fundamental. Os dois anos preliminares dos cursos da Escola Politécnica foram incorporados aos cursos especiais. Sendo assim, todos eles passaram a ter cinco anos de duração.

Outra mudança, ocorrida no período, foi a supressão do curso preliminar que preparava os alunos para ingressar na Escola Politécnica. Esse curso foi incorporado ao Ensino Médio, no colegial

científico, como exigência da norma federal, estabelecida em 1931, que regulamentava o acesso ao Ensino Superior (FICHER, 2005).

No currículo de cinco anos do curso de engenheiro-arquiteto (Tabela 4), o primeiro ano correspondia ao primeiro ano do curso geral, o mesmo entre engenheiros civis e arquitetos. O segundo ano possuía uma disciplina específica aos engenheiros-arquitetos – *Desenhos de Perspectiva* – enquanto os engenheiros civis cursavam *Topografia*. No terceiro ano que correspondia ao primeiro ano do curso especial, todos passavam a ter mais particularidades. Enquanto os engenheiros civis cursavam as disciplinas de *Hidráulica. Hidráulica Urbana e Saneamento I* e *Construções Civis. Higiene das Habitações. Noções de Arquitetura* (ministradas aos engenheiros-arquitetos no quinto e terceiro ano respectivamente), os engenheiros-arquitetos frequentavam *Composição Geral I, Desenhos de Perspectiva e Desenho de Composição Geral*. O quarto ano possuía duas disciplinas em comum entre eles – *Resistência e Estabilidade II* e *Tecnologia Mecânica*. No último ano, as cadeiras comuns eram *Economia Política. Estatística. Organização Administrativa e Contabilidade Geral*. No 10º Regulamento, aprovado em 1939, passou a ser comum a disciplina de *Concreto Simples e Armado. Teoria, Experiência e Aplicações a Casos Correntes* (FICHER, 2005).

Sobre o ensino no curso de engenheiro-arquiteto, Ariosto Mila (1982), aluno da Escola Politécnica, declarou que havia uma discussão quanto aos estilos adotados em exercícios de composição:

“... a geração de arquitetos a que pertenco começou, mesmo na Escola Politécnica, a encarar a evolução da própria arquitetura o que sem dúvida refletia na metodologia de ensino. Lembro-me por exemplo que se discutia, inclusive com os mestres, se a composição de trabalhos escolares deveria seguir o estilo acadêmico ou se poderia ser um “moderno”. Posição incompreensível nos dias de hoje mas que marcavam aquele momento como o fim de um ciclo para dar início do modernismo” (MILA, 1982, p.06).

Em meio à vigência do 8º e do 9º Regulamento, a Escola Politécnica de São Paulo foi integrada à Universidade de São Paulo, fundada pelo Decreto nº 6.283 de 25 de Janeiro de 1934. Entre 1934 e 1947, o curso de engenheiro-arquiteto formou oitenta e cinco alunos, um número grande de profissionais, se comparado com os períodos anteriores. Com a criação da FAUUSP em 1948, houve uma “verdadeira corrida” pelos graduados em outros seguimentos da Escola Politécnica para a obtenção do título de engenheiro-arquiteto. Para isso, bastava cursar as disciplinas exclusivas a esse curso.

Tabela 4: Curso de Engenheiro-Arquiteto (1932 a 1954).

ANO	DISCIPLINA
1º ANO	Cálculo Vetorial
	Complementos de Geometria Analítica. Elementos de Nomografia. Cálculo Diferencial e Integral
	Física I
	Topografia. Geodésia Elementar e Astronomia de Campo
	Perspectiva. Aplicações Técnicas. Geometria Projetiva e Noções de Calculo Gráfico
	Desenho Arquitetônico e Esboço do Natural
	Desenho Topográfico (até 1934)
	Cálculo de Observações e Estatísticas. Cálculo Gráfico e Mecânico, Nomografia I (a partir de 1939)
2º ANO	Mecânica Racional
	Física II
	Química Geral Inorgânica e Noções de Química Orgânica
	Aplicações Técnicas de Geometria Descritiva (a partir de 1935)
	Cálculo Diferencial e Integral. Cálculo Vetorial II (a partir de 1939)
	Desenho de Perspectiva
	Desenho Topográfico (a partir de 1935)
3º ANO	Resistência e Estabilidade I
	Tecnologia Civil. Materiais de Construção. Fundações
	Mineralogia. Geologia e Petrografia
	Composição Geral I, a partir de 1939 Composição Geral I e Estética
	Hidráulica. Hidráulica Urbana e Saneamento
	Desenho de Perspectiva
	Desenho de Composição Geral (até 1939) e Composição Decorativa . Modelagem
4º ANO	Resistência e Estabilidade II
	Composição Geral II
	Noções de Arquitetura e Construções Civis. Higiene das Habitações e História da Arquitetura I e II
	Tecnologia Mecânica
	Desenho de Composição Geral (até 1939) e Composição Decorativa . Modelagem
5º ANO	Composição Geral III e Urbanismo
	História da Arquitetura (até 1935)
	Tecnologia Mecânica (de 1935 a 1937)
	Concreto Simples e Armado. Teoria, Experiência e Aplicações e Casos Correntes (de 1938 a 1946)
	Hidráulica Urbana e Saneamento
	Economia Política. Estatística Aplicada. Organizações Administrativas
	Contabilidade Geral e Especial
	Desenho de Composição Geral. Modelagem (até 1939) e Composição Decorativa. Modelagem

Fonte: Ficher (2005)

3.1.2. A Escola de Engenharia do Mackenzie

Durante a existência do curso de engenheiro-arquiteto da Escola Politécnica de São Paulo, foi fundada a Escola de Engenharia do Mackenzie College em 1896, como a segunda Escola de Engenharia da cidade de São Paulo. Localizada no bairro de Higienópolis, a Escola promovia os cursos de engenheiro-civil e engenheiro-arquiteto.

O curso de engenheiro-arquiteto foi criado no ano de 1917 por Christiano Stockler das Neves,⁸ que, segundo Breia (2005), era o corpo e a alma desse curso:

“Inicialmente, o trabalho no curso de arquitetura era intenso. Não havia material disponível para o estudo em português e o único professor, Christiano, se encarregou de produzi-lo. Além disso, depois dos primeiros anos, mais alunos foram se juntando a turma de estudantes. O primeiro formado, Waldemar Kneese Ferreira, em 1919, passou auxiliar no ensino.” (BREIA, 2005, p.151).

Como único professor, Stockler das Neves estabeleceu o conteúdo e como deveria ser ensinado o ofício de engenheiro-arquiteto. O curso, em seu currículo, foi distribuído em quatro anos com disciplinas que focavam os conhecimentos técnicos como: Mecânica, Alicerces e Alvenaria e Engenharia das Construções; conhecimentos artísticos como Desenho à mão livre e Aquarela e, ainda, conhecimentos de História. Não constavam, no currículo do curso de engenheiro-arquiteto, assim como na Escola Politécnica de São Paulo, disciplinas humanísticas.

De forma diferente da ENBA e da Escola Politécnica de São Paulo, a primeira organizada, segundo as leis federais e a segunda, pelas leis do Estado de São Paulo, a Escola de Engenharia do Mackenzie não era dependente do governo brasileiro. Seu vínculo era com a Universidade de Nova York dos Estados Unidos, com uma autonomia costumeira às universidades americanas que não sofriam a interferência política do Estado. Ou seja, o professor Christiano Stockler das Neves, diretor e professor do curso de engenheiro-arquiteto, possuía liberdade total para definir como seria o curso, sem que precisasse seguir qualquer organização curricular ou programática e orgulhava-se de comandar uma escola nos moldes da Universidade da Pennsylvania que, sob seu olhar, seguia a melhor organização de ensino – a da Escola de Belas Artes de Paris (BREIA, 2005).

A organização da Escola de Engenharia do Mackenzie só passou a ser regida pelo governo brasileiro em 1923, depois de algumas alterações nas Leis Federais. Nesse ano, foi promulgada a Lei nº 4.659-

⁸ **Christiano Stockler das Neves (1889 - 1982):** Graduou-se Arquiteto pela Universidade da Pennsylvania, nos Estados Unidos, cujo ensino se pautava pela École des Beaux-Arts de Paris. Seu pai, Samuel das Neves, era proprietário de uma construtora, onde Christiano passou a trabalhar depois de graduado, em 1912 (BREIA, 2005).

A/23 que a equiparava com as outras instituições de ensino federal. Portanto, a Escola de Engenharia deveria se adequar ao que era ensinado nos institutos federais, assim como se submeter às suas vistorias (BREIA, 2005).

Enquanto diretor, até 1947, Christiano Stockler das Neves também foi responsável pelo ensino de todas as disciplinas e pela produção do material didático nos primeiros anos de curso. Assim como os professores da Escola Politécnica de São Paulo, participou da fundação de algumas organizações profissionais de arquitetos e engenheiros como o Instituto Brasileiro de Arquitetos, em 1921, e o Instituto Paulista de Arquitetos (que permaneceu ativo entre os anos de 1930 e 1937) (BREIA, 2005).

Além de sua presença nas organizações, Christiano Stockler das Neves também participou de encontros como o III Congresso Pan-Americano de Arquitetos onde apresentou o trabalho “A Profissão do Arquiteto no Brasil”. No Congresso seguinte, o IV Congresso Pan-Americano de Arquitetos, ocorrido no Rio de Janeiro em 1930, apresentou um trabalho intitulado “Regulamentação da Profissão de Arquiteto” (BREIA, 2005).

Segundo Breia (2005), Stockler das Neves foi um homem com opiniões bem definidas. Em seus discursos, nunca demonstrou simpatia com a inclusão da arquitetura moderna no ensino da sua Escola. Em seus textos, fez protestos explícitos que são possíveis de identificar através do título “A pretensa arquitetura moderna” de 1929 e “Comunismo Arquitetônico” de 1930. Essa acusação a uma arquitetura moderna, aliada à política comunista, foi motivo de deboche por outros autores. Em seu livro, “Arte e Técnica na Formação do Arquiteto”, Graeff (1995) escreveu que, naquele tempo, para ilustres professores acadêmicos a arquitetura moderna era como “arquitetura Bolchevista”.

Sampaio (1995) mencionou que mesmo com esses embates de Stockler das Neves com os arquitetos que não seguiam os padrões estéticos defendidos por ele, seu pensamento seguiu sob os mesmos conceitos. Em 1947, mesmo com a criação da Faculdade de Arquitetura do Mackenzie (FAM), reconhecida pelo Decreto nº 23.275 de 07 de julho de 1947, como a primeira faculdade autônoma de arquitetura na cidade de São Paulo, os conceitos ecléticos abordados por Stockler das Neves continuaram se propagando.

Assim como a FAUUSP, os motivos da fundação da FAM se relacionavam diretamente com a criação da FNA. Segundo documento publicado pelo professor Henrique Pegado, no Anuário de 1946 do Mackenzie, o curso de engenheiro-arquiteto que vigorava até então não tinha um volume grande de alunos, principalmente, por ter uma duração mais longa que o curso de engenharia civil (6 anos

contra os 5 anos da civil). Com a criação da FNA, em 1945, o curso de engenheiro-arquiteto do Mackenzie passou a ter 5 anos de duração, conforme o padrão federal e, imediatamente, recebeu um número maior de inscritos. Então, foi realizada a proposta da criação de uma Faculdade de Arquitetura à Congregação do Mackenzie, de forma a organizar o curso com os “ditames de uma formação artística” (BREIA, 2005).

Ao ser criada, a FAM foi dirigida por Christiano Stockler das Neves e teve, como membros de seu corpo docente: Francisco J. E. Kosuta, Antonio Ferrigno, Domingos de Almeida, Elisário da Cunha Bahiana, Pedro Corona e Ruy Ferreira (BREIA, 2005). Outros professores do curso de engenharia eram responsáveis pelas disciplinas técnicas.

Quanto ao ensino, os alunos da FAM sempre enfrentaram a predileção de Christiano Stockler das Neves pelos conceitos clássicos da Belas Artes. Ele havia declarado que os alunos que não estivessem de acordo com os preceitos utilizados para o ensino de arquitetura em sua faculdade, estariam livres para se transferir para outra escola (BREIA, 2005).

Segundo Ferraz (1956), desde 1949, os alunos da FAM levavam, à diretoria da faculdade, queixas quanto ao ensino ministrado. No entanto, ao chegarem no Conselho Universitário, essas queixas não resultavam em mudanças por parte do diretor. A principal delas referia-se ao ensino baseado em uma arquitetura que não era atual. Para Ferraz (1956), todos os alunos do Mackenzie, até então, vieram a aprender arquitetura fora da escola no ambiente sociocultural da cidade de São Paulo. Na década de 1950, a FAM começou a contratar professores adeptos da estética moderna, como Eduardo Corona e Ubirajara Motta Lima Ribeiro. Também iniciaram suas atividades, como docentes na FAM, os arquitetos Carlos Millan e Fábio Penteado (BREIA, 2005).

Essa faculdade adequou seu ensino em 1961, após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases quando, em reunião do Conselho Técnico Administrativo da Faculdade, estabeleceu: a necessidade de uma melhor coordenação entre as cadeiras; um ensino prático e objetivo, próprio da formação do arquiteto; um aumento das aulas de Composição e Planejamento, através do ensino do Atelier (BREIA, 2005).

Em 1964, a FAM passou pela sua maior reestruturação, oito anos após a aposentadoria do seu diretor Christiano Stockler das Neves. Definitivamente, a partir de então, a faculdade passou a experimentar novas formas de ensino, como o Atelier Vertical proposto por Eduardo Corona.

3.1.3. A criação da Faculdade Nacional de Arquitetura (FNA) e seus reflexos na cidade de São Paulo

Enquanto os cursos de engenheiro-arquiteto e de arquitetura eram ministrados na Escola Politécnica de São Paulo, na Escola Politécnica e na ENBA do Rio de Janeiro, houve uma primeira ação no sentido de promover algumas alterações nesse ensino. Isso se deu em 1929, quando Lúcio Costa foi convidado para dirigir a ENBA, nomeado pelo Ministro da Educação, Francisco Campos:

“Colhido de surpresa, recebi em Correias um recado de Rodrigo M. F. de Andrade, que eu ainda não conhecia, pedindo o favor do meu comparecimento ao Ministério então instalado no Edifício da Assembleia, na Praça Floriano. Vi me assim, da noite para o dia, diante da tarefa de reorganizar o ensino das chamadas Belas-Artes no Brasil” (COSTA in PINHEIRO, 2005).

Pinheiro (2005) apontou que esse período ainda precisava de elucidações e colocou algumas razões para a nomeação de Lucio Costa como diretor da ENBA:

“Fossem quais fossem as razões de Francisco Campos, o fato é que a nomeação de Lucio Costa constitui um episódio peculiar de uma questão muito mais abrangente esta sim na base da atitude do Ministro da Educação do governo revolucionário: a Reforma Universitária. Estava de fato em andamento um processo geral de normatização e regulamentação das instituições de ensino superior, e não uma reforma pontual, especificamente voltada para os problemas da ENBA. Esse processo culminou na promulgação do Decreto n ° 19.852, de 11/04/1931 – o Estatuto das Universidades Brasileiras – que criava uma estrutura institucional baseada em órgãos colegiados – o Conselho Universitário (CO), e os Conselhos Técnico e Administrativos (CTAs)” (PINHEIRO, 2005).

Em 1930, Lucio Costa tomou posse do cargo de diretor na ENBA. No exercício de sua função, publicou, em 1930, o texto “A Situação do Ensino na Belas Artes” no qual expôs a necessidade de uma transformação radical no curso e uma reorientação geral do ensino. Sua principal crítica foi quanto ao ensino de “cenografia” e não de arquitetura, pois todos os projetos eram concebidos de forma racional e, posteriormente, decorados. Para Lucio Costa:

“A reforma visará aparelhar a escola de um ensino técnico-científico tanto quanto possível perfeito a orientar o ensino artístico no sentido de uma perfeita harmonia com a construção. Os clássicos serão estudados como disciplina; os estilos históricos como orientação crítica, e não para aplicação direta” (COSTA in XAVIER, 2003, p.57).

O objetivo de Costa foi diminuir o distanciamento entre o pensamento do projeto de arquitetura e o da estrutura de modo que o arquiteto pudesse aproximar seu trabalho artístico da realidade construtiva. A mudança por ele promovida com referências à arquitetura moderna é por muitos apontada como resultado da conferência proferida por Le Corbusier em 1929 na ENBA. Pinheiro (2005) comentou que esse foi o primeiro contato de Lucio Costa com o franco-suíço, mas não foi o episódio decisivo para que o arquiteto adotasse os conceitos da arquitetura moderna. Teriam sido

mais importantes para ele o convívio com Gregori Warchavchik, que já estava atuando profissionalmente em São Paulo e publicado alguns textos importantes, e a proximidade com Flávio de Carvalho.

O contato com Gregori Warchavchik rendeu-lhe o cargo de professor da ENBA na disciplina de Composição do 4º ano, enquanto Alexandre Buddeus foi contratado por Lucio Costa para a mesma disciplina no 5º ano. Segundo Santos (in XAVIER, 2003), esses dois professores fizeram uma verdadeira revolução na escola:

“As fontes de inspiração dos alunos eram até então o *Concours d'École*, os *Grand Prix de Rome* e os *Concours Chénavaud*, da Escola de Belas Artes de Paris. Buddeus introduziu as revistas *Form* e *Modern Bauformen*, com novo vocabulário plástico de sólidos geométricos elementares e nova técnica de apresentação: exata, pura, que começou a ser adotada dentro e fora da Escola e continua em uso até hoje ... Os alunos deliravam com as inovações” (SANTOS in XAVIER, 2003, p.61).

Essa revolução se opunha ao ensino vigente, pautado nos documentos citados por Santos (in XAVIER, 2003). Segundo Souza (in XAVIER, 2003):

“Esse curso era ministrado de uma forma totalmente clássica. Era a velha teoria de que o aluno tem que aprender o que o mestre sabe ensinar, coisa que, por sua vez, o mestre aprendeu de seus mestres. Nada de inovações. Nada de novo poderia se esperar de professores que pareciam emissários diretos da École des Beaux-Arts, de Paris, trazendo debaixo dos braços os *Cahiers d'architecture*” (SOUZA in XAVIER, 2003, pp.64-65).

Estava a ENBA dividida em duas doutrinas, de acordo com Santos (in XAVIER, 2003): uma de tradicionalismo romântico, voltado ao passado e outra racionalista e moderna, caminhando para o futuro. Opunham-se, então, o caráter nacionalista defendido por Mariano Filho (neocolonial) e parte dos antigos professores que era oposta ao defendido por Lucio Costa (Moderno) (PINHEIRO, 2005).

A gestão de Lúcio Costa, como diretor da ENBA, foi curta. Depois de alguns meses, por questões de política interna, foi exonerado de seu cargo⁹. Conforme Souza (in XAVIER, 2003), com os novos professores, a revolução no ensino de arquitetura foi total. Nos três primeiros anos, onde lecionavam, eram ensinados temas como “casa mínima”, postos de gasolina, grupos escolares, equipamentos de

⁹ Um dos primeiros conflitos que levaram a demissão de Lúcio Costa foi o posicionamento adotado frente às suas propostas: “de fato, diante das inovações que pretendia realizar e, certamente ciente da oposição que iria enfrentar, ele parece ter optado por nunca consultar os órgãos representativos da Escola – Congregação e CTA – a respeito de nenhum assunto - ferido frontalmente, assim o recém promulgado Regimento Universitário. Também utilizou o expediente de não comparecer às reuniões do CO, para as quais foi convocado” (PINHEIRO, 2005).

cozinhas e banheiros, nos mínimos detalhes, observando, especialmente, a função dos espaços. Era permitido “criar uma fachada, uma cobertura e uma estrutura”.

Com todos esses episódios, não se pode negar que Lúcio Costa deixou a semente do modernismo plantada. Em depoimento, Otilia Arantes comentou:

“É importante dizer que Lucio Costa não apenas adotou a Arquitetura Moderna Brasileira como uma “boa causa”, mas elaborou para ela um “esquema” (como ele costumava dizer), ou um projeto muito claro, e mais, tomou todas as providencias para que ela realizasse esse projeto. Portanto, mesmo que tenha sido um “acaso” que o colocou na origem de nossa Arquitetura Moderna, ela seguramente não ocorreria se ele não estivesse lá. E mais, acho que ela tem a feição que tem, se “formou”, tem a coerência que tem, a ponto de permitir que se fale em Arquitetura Moderna Brasileira, graças a ação de Lucio Costa. Isso, em grande parte, devido a consciência que ele tinha quanto o momento histórico que estava vivendo e a oportunidade que estava colocada para que ela surgisse e vingasse” (ARANTES in WISNIK, 2003).

A partir de então, a ENBA passou a ser aclamada como um dos berços da arquitetura moderna nacional. Ainda assim, Lúcio Costa considerou incompleta a sua reforma na escola:

“... gorada reforma do ensino da ENBA afinal se materializou fora dela, quando o fabuloso ministro Capanema resolveu me confiar a elaboração do projeto para a construção do edifício-sede do Ministério. Edifício projetado por um grupo de arquitetos escolhido por mim e baseado num belíssimo risco feito, para outro terreno, por Le Corbusier quando aqui esteve por quatro semanas, convocado pelo ministro, por insistência minha, como nosso consultor” (COSTA, 1995, p. 17).

A proposta não efetivada de Costa, a sua “intervenção fracassada no ensino”, para um novo currículo, certamente, influenciou o ensino de arquitetura (**Tabela 5**). Em 1937, outras mudanças ocorreram no curso de arquitetura da ENBA que renunciaram o currículo da FNA. A primeira delas foi a supressão das disciplinas de “Física e Química Aplicada às Artes” e “Escultura e Ornatos”. Para Marques (1996), a supressão da disciplina de “Escultura e Ornatos” indicou um rompimento com os vínculos estéticos antigos e a busca de uma arquitetura com “caráter utilitário” sem efeitos decorativos. Outra mudança significativa, segundo a análise de Marques (1996), foi a identificação de três áreas no currículo do curso de arquitetura – projeto, teoria e história e estrutura. Quanto ao ensino de projeto, ainda que tivesse obtido maior destaque, encontrava um obstáculo em seus docentes. Para a autora, muitos dos professores seguiam lecionando seu “estoque de conhecimento” e experiência em projetos de arquitetura neocolonial ou neoclássica. Dessa forma, permaneciam distantes o ensino de arquitetura e a busca do Estado em modernizar a paisagem da capital federal.

Tabela 5: Currículo do Curso de Arquitetura da ENBA 1930 – 1931.

Seriação	Disciplinas
1º ANO	Matemática Superior; Geometria Descritiva; Aplicação às Sombras; Perspectiva; Desenho (primeira parte); Arquitetura Analítica - Antiga Composições Elementares de Arquitetura; Elementos de Construção; Tecnologia; Prática dos Materiais; Tecnologia das Profissões Elementares; Modelagem (primeira parte).
2º ANO	Resistência dos Materiais, Grafoestática e Estabilidade das Construções; Sistemas e Detalhes da Construção (primeira parte); Materiais de Construção; Terrenos e Fundações; Arquitetura Analítica - Antiga Composições Elementares de Arquitetura; Desenho; Modelagem.
3º ANO	Sistemas e Detalhes da Construção (segunda parte); História das Belas Artes; Artes Aplicadas - Tecnologia e Composição Decorativa; Teoria da Arquitetura (primeira parte); Composição de Arquitetura (grau mínimo).
4º ANO	Estilo; Artes Aplicadas - Tecnologia e Composição Decorativa; Teoria da Arquitetura (segunda parte); Composição de Arquitetura (grau médio).
5º ANO	Urbanismo - Composição e Edificações Urbanas; Topografia - Arquitetura Paisagística; Legislação das Construções - Contratos e Administração - Noções de Economia Política; Composição de Arquitetura (grau máximo).

Fonte: UZEDA, 2006.

Mesmo com as mudanças implantadas com a Reforma de 1937, a alteração mais significativa, no ensino de arquitetura no Rio de Janeiro, ocorreu apenas em 1945, quando foi criada a Faculdade Nacional de Arquitetura – a FNA. Assim, começava um novo capítulo no ensino de Arquitetura no Brasil:

“Com a criação da Faculdade Nacional de Arquitetura, em 1945, o curso de Arquitetura separava-se da antiga escola. A emancipação foi motivo de regozijo entre os estudantes e professores, que consideravam aquela autonomia necessária diante do perfil cada vez mais técnico e científico da profissão, o que parecia escapar ao currículo das Belas Artes. E ainda que o curso, durante algum tempo tenha acrescido a designação “engenheiro” ao título que conferia aos seus formandos, a proposta pedagógica sempre fora formar arquitetos como “artistas”. E essa tarefa parece ter sido cumprida com louvor se levarmos em conta a criatividade e a ousadia plástica presente em alguns de seus brilhantes alunos” (UZEDA, 2006, p.464).

Graeff (1995) comentou que, nas duas décadas finais da existência da ENBA – 1930 a 1940 – a arquitetura brasileira “conseguiu arrancar-se de um ecletismo provinciano e bisonho para se colocar, em dois decênios, ao lado e ao nível do que se fazia de melhor no mundo¹⁰ em matéria de produção

¹⁰ Em 1931, no âmbito internacional, a produção moderna havia sido celebrada com a exposição do MOMA – Museu de Arte Moderna – de Nova York chamada “International Style Architecture since 1922” da qual participaram quinze países. Em 1943, como continuidade deste trabalho de difusão da produção moderna, o Brasil foi protagonista da exposição “Brazil Builds: architecture new and old”. No catálogo da exposição foram destacados os projetos do Cassino da Pampulha, em Belo Horizonte, de Oscar Niemeyer, assim como o Ministério da Educação e Saúde do Rio

arquitetônica”, mesmo sem mudanças concretas no ensino que passaram a ocorrer após a criação da FNA.

É inegável que a tentativa de reforma iniciada por Lúcio Costa, em 1930, em uma escola que foi o berço das organizações profissionais da categoria do arquiteto, iniciou uma nova fase no ensino de arquitetura que não estava apenas relacionada à adoção do estilo moderno, mas também à atuação profissional do arquiteto que deveria estar apto a compreender a arquitetura em seu todo, da estética à construção. Pode-se dizer que a tentativa de reforma estava alinhada ao início do processo de reposicionamento do arquiteto diante de sua atividade profissional que havia se iniciado com a retomada de seu prestígio na cidade do Rio de Janeiro com o concurso de fachadas da Avenida Central¹¹.

Além disso, as mudanças no ensino de arquitetura passaram a fazer parte de um projeto mais abrangente do governo de Getúlio Vargas, para o qual o ensino superior era um ponto de grande importância, pois “todos os setores sociais deveriam ser educados”. Após a criação da Universidade do Rio de Janeiro em 1920, o projeto de Getúlio Vargas era transformá-la em Universidade do Brasil – um modelo de ensino superior para a nação (MONTEIRO, 2007).

A FNA fez parte desse projeto. Suas origens estavam relacionadas ao 1º Congresso Brasileiro de Arquitetos, realizado em 1945 na cidade de São Paulo. Segundo Ficher (1989), naquele Congresso, promovido pelo IAB/SP, a grande polêmica interna do Instituto era a arquitetura moderna, associada à “relevância do projeto arquitetônico”. Para que fossem concretizados esses ideais, o IAB/SP almejou “o ensino de arquitetura desligado do ensino de engenharia e das Belas Artes”. Deve-se notar que, entre a tentativa de reforma por Lúcio Costa na ENBA e o 1º Congresso Brasileiro de

de Janeiro (LINO, 2013). Neste contexto, o Brasil começava a tomar parte e sofrer influência do cenário internacional. Além disso, participava, conforme apontado por Graeff (1995), ao lado do que se fazia de melhor no mundo.

¹¹ Em 1902 os alunos da ENBA protagonizaram com os alunos da Escola Politécnica do Rio de Janeiro a realização do Concurso de Fachadas da Avenida Central, que tinha como pressuposto “higienizar e reorganizar” a paisagem da capital federal (UZEDA, 2006). Neste concurso, mais do que fachadas, o que se tentava estabelecer eram os papéis desempenhados pelos construtores, pelos arquitetos e pelos engenheiros. Uma das indicações do desprestígio da posição dos arquitetos era a ausência de um representante da profissão na comissão julgadora do concurso, composta por seis engenheiros, três médicos e um escultor – o diretor da ENBA Rodolfo Bernardelli. Em contrapartida, um quarto dos projetos vencedores do concurso havia sido produzido por professores e ex-alunos da ENBA: “... Morales de los Rios, Heitor de Codoville, Ludovico Berna, Heitor de Mello, Gastão Bahiana, e Bethencourt da Silva. Esta participação expressiva trouxe prestígio inesperado aos arquitetos ligados ao ensino acadêmico, o que iria influenciar a decisão do governo de conceder à Escola um espaço na Avenida”. Segundo Uzeda (2010), face ao resultado do concurso, foi concedido e um terreno na Avenida Central para a construção da nova sede da ENBA.

Arquitetos, passaram-se quinze anos, período no qual o IAB nacional se reorganizou, articulando a união da categoria em prol da conquista do ensino autônomo. Nesse período, a principal obra dos primórdios da arquitetura moderna brasileira, o Ministério da Educação e Saúde, estava prestes a ser inaugurada. A construção de um edifício público, segundo os preceitos modernos, reforçava o prestígio dos arquitetos da época, legitimando seus esforços para a proposta que redigiram no Congresso de São Paulo.

Ficher (1989) apontou que ao retornarem do 1º Congresso Brasileiro de Arquitetos, os arquitetos cariocas se mobilizaram em defesa dessa causa e escreveram um “memorial sobre o ensino de arquitetura”. Esse documento foi entregue ao Presidente Getúlio Vargas em junho de 1945 e destacava o papel dos arquitetos para a promoção da imagem do Brasil no mundo, assim como lembrava ao Presidente todos os serviços que estavam prestando à nação. Ao final, solicitava-se à Presidência da República, a criação de uma Faculdade de Arquitetura do Brasil. Dois meses depois, em agosto de 1945, foi criada a Faculdade Nacional de Arquitetura.

Eram finalidades da FNA: “ministrar o ensino de arquitetura e de urbanismo, visando a preparação de profissionais altamente habilitados; realizar estudos e pesquisas nos vários domínios técnicos e artísticos, que constituem objeto de seu ensino”. Esses fins eram cumpridos em dois cursos – o de Arquitetura e o de Urbanismo (FNA, 1945).

Quanto ao currículo, a Lei nº 7.981 – Regulamentação da Faculdade Nacional de Arquitetura – distribuía o ensino em trinta disciplinas, conforme **Tabela 6**. O curso de arquitetura seria concluído em cinco anos e o de urbanismo em dois. A criação do curso de urbanismo (**Tabela 7**), como um curso de pós-graduação, estava diretamente relacionada às necessidades de planejamento das cidades. No entanto, nas fontes consultadas nesta pesquisa, o único registro existente de seu funcionamento é do Instituto de Belas Artes de Porto Alegre¹².

Para Marques (1996), a diferença, entre o currículo proposto em 1937 na ENBA e o currículo da FNA, trouxe a “ampliação do objeto de estudo” em algumas disciplinas, mantendo os três grupos de ensino – projeto, teoria/história e estrutura. Em 1945, a disciplina, anteriormente chamada de *Legislação Predial*, passou a englobar o conteúdo de Economia Política. Por sua vez, a de *Higiene dos Edifícios* chamou-se, em 1945, *Higiene da Habitação e Saneamento das Cidades*. As disciplinas de projeto

¹² Segundo Pereira (1953), o curso de Urbanismo foi ministrado por três anos.

também passaram por mudança de nome – *Composição Elementar* e *Composição Superior* tornaram-se *Pequenas Composições* e *Grandes Composições*. Essas mudanças, segundo Marques (1996), representavam “as respostas que os grupos conservadores, detentores do controle do curso, adotaram para uma adequação às novas solicitações sem a perda do poder”.

Tabela 6: Currículo do Curso de Arquitetura da FNA – 1945.

Seriação	Disciplinas
1º ANO	Matemática Superior; Geometria Descritiva; História da Arte – Estética; Desenho Artístico; Arquitetura Analítica - primeira parte; Modelagem.
2º ANO	Mecânica Racional - Grafo-Estática; Sombras - Perspectiva – Estereotomia; Materiais de Construção - Estudo do Solo; Teoria da Arquitetura; Arquitetura Analítica - segunda parte; Composições de Arquitetura - primeira parte.
3º ANO	Técnica da Construção – Topografia; Física Aplicada; Composição Decorativa; Composições de Arquitetura - segunda parte;
4º ANO	Legislação - Economia Política; Higiene da Habitação e Saneamento das Cidades; Arquitetura do Brasil; Grandes Composições de Arquitetura - primeira parte.
5º ANO	Sistemas Estruturais; Organização do Trabalho - Prática Profissional; Urbanismo - Arquitetura Paisagística; Grandes Composições de Arquitetura - segunda parte.

Fonte: FNA (1945).

Por parte do Estado, mais do que a simples ampliação dos conteúdos ministrados, o regulamento da FNA tornou-se referência para todas as escolas de arquitetura do país que precisaram ser remodeladas segundo seu regimento. A criação da FNA não atendeu por completo às ambições do grupo chamado moderno da ENBA, mas inaugurou um novo período no ensino de arquitetura com a criação das escolas autônomas.

Tabela 7: Currículo do Curso de Urbanismo da FNA – 1945.

Seriação	Disciplinas
1º ANO	Teoria e Prática dos Planos das Cidades – 1ª Parte; Evolução Urbana – 1ª Parte; Urbanologia – Estatística – Documentação Urbanística; Técnica Sanitária Urbana – Serviços de Utilidade Pública
2º ANO	Teoria e Prática dos Planos das Cidades – 2ª Parte; Evolução Urbana – 2ª Parte; Arquitetura Paisagista; Organização Social das Cidades; Administração Municipal.

Fonte: FNA (1945).

O curso de arquitetura ainda se aproximava do currículo proposto por Lucio Costa em sua tentativa de reforma na ENBA em 1930 com disciplinas em comum, como *Teoria da Arquitetura* e *Arquitetura Analítica*. As disciplinas técnicas seguiram sendo ministradas, nos primeiros anos de curso, de uma forma mais concentrada, diluindo-se ao longo dos cinco anos. Destacou-se, no currículo da FNA, a inclusão de uma disciplina de Organização Profissional no último ano com o objetivo de preparar o

arquiteto para administrar seu escritório. Pode-se dizer que essa disciplina teria como finalidade direcionar os novos arquitetos em sua atuação profissional que começava a se delinear com as associações de arquitetos em pequenos escritórios.

Quanto ao curso de urbanismo, interessa-nos observar que cada uma das disciplinas, através dos anos, foi integrada ao currículo do curso de arquitetura. Dessa forma, conceitos de *Organização Social das Cidades*, *Paisagismo* e *Estatística* foram absorvidos por outras matérias.

§

Segundo Souza (in XAVIER, 2003), enquanto, no Rio de Janeiro em 1945, criava-se a FNA e procurava-se estabelecer novas diretrizes para o ensino de arquitetura, em São Paulo, a situação era praticamente a mesma:

“... tendo a seu favor a luta gigantesca que travavam para impor suas ideias três grandes da arquitetura moderna: Gregori Warchavchik, Rino Levi e Flávio de Carvalho que, vindos da Europa, de lá trouxeram as novas ideias e a arquitetura europeia. Warchavchik, Rino e Flávio lutaram sozinhos, uma vez que não tinham contato com a classe estudantil em que se pudessem escorar para enfrentar a luta, como aconteceu no Rio com Lucio, Reidy e Buddeus e tantos outros que puderam transmitir aos seus alunos suas ideias...” (SOUZA in XAVIER, 2003, pp. 69-70).

Essa realidade foi alterada quando, em 1948, sob o regulamento da FNA, foi organizada a FAUUSP, escola autônoma de arquitetura na cidade de São Paulo que teve suas origens no curso de engenheiro-arquiteto da Escola Politécnica em 1894.

3.1.4. A fundação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAUUSP

Os rumos do curso de engenheiro-arquiteto começaram a mudar em 1945, ano em que foi promulgada a Lei Federal nº 7.918 que dispunha sobre a organização da Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil. Em janeiro do ano seguinte, 1946, o então diretor da Escola Politécnica de São Paulo, Paulo de Menezes Mendes da Rocha, recebeu um telegrama dos interventores federais, requisitando “a remodelação do curso de Arquitetura da Escola Politécnica de São Paulo, nos moldes do padrão federal, como Faculdade Superior de Arquitetura”¹³. Destacava-se, no telegrama, o momento oportuno para essa remodelação, pois, no ano anterior, apenas um aluno havia se formado no curso de engenheiro-arquiteto. Uma carta foi enviada pelo diretor Paulo de

¹³ Telegrama consultado na Pasta do Professor Luiz Ignácio de Anhaia Mello no Arquivo Histórico da Escola Politécnica.

Menezes Mendes da Rocha ao professor Luiz Ignácio de Anhaia Mello, requisitando sua participação em uma reunião para a discussão do assunto.

Com o pedido dos interventores federais e a nova legislação aprovada da Faculdade Nacional de Arquitetura, a Escola Politécnica de São Paulo iniciou seus movimentos para remodelar o seu curso que deixaria de existir com a fundação da FAUUSP. Deve-se notar que a constituição da nova faculdade, segundo os moldes do padrão federal, com direção autônoma e dentro da organização universitária não representava a autonomia da faculdade. Segundo Fávero (2006), o Estatuto das Universidades Brasileiras, vigente desde 1931, apresentava as faculdades dentro da organização como ilhas isoladas, dependentes da administração superior. Outro aspecto destacado foi o papel desempenhado pelo professor catedrático que tornou-se o núcleo das instituições de ensino superior. Esses dois quesitos da organização universitária tiveram reflexos na FAUUSP.

Em 1946, João Batista Vilanova Artigas, então professor na Escola Politécnica da USP, viajou aos Estados Unidos com uma Bolsa concedida pela Fundação Guggenheim. Para a efetivação da Bolsa, Artigas enviou um plano de estudos à Fundação no qual afirmava seu interesse em estudar os grandes mestres da arquitetura moderna que estavam nos Estados Unidos como Frank Lloyd Wright, Walter Gropius e Richard Neutra. Além disso, em sua viagem, seria possível, ao visitar a região sul do país, verificar questões relativas à produção industrial. Com isso, o arquiteto esperava cumprir dois propósitos: o primeiro, quanto ao conhecimento da arquitetura moderna e o outro, para a colaboração na reorganização do ensino de arquitetura:

“Espero que os estudos que eu venha a fazer tragam apreciáveis vantagens para a arquitetura brasileira. Em meu país trata-se justamente agora, da reorganização dos cursos oficiais de arquitetura. Nessa tarefa, e na de ensinar na minha Universidade, poderia colaborar ajudando os arquitetos modernos da minha pátria, se pudesse juntar aos meus conhecimentos, a experiência que a América e os seus homens me pudessem proporcionar. A Universidade de São Paulo é interessada direta em meus estudos e providenciará a publicação do que eu julgar necessário” (IRIGOYEN, 2002, p.148).

Ao tempo de sua viagem, na Escola Politécnica da USP, Vilanova Artigas deu a entrada a um processo datado de 26 de agosto de 1946, chamado “Proposta de Comissionamento para Realizar Estudos sobre Cursos de Arquitetura nos Estados Unidos” (Arquivo Histórico da Escola Politécnica da USP) que tratava, especialmente, do direito de seguir recebendo seus vencimentos no período em que estivesse ausente das atividades de docente. Luiz de Anhaia Mello encaminhou uma carta, consultada na Pasta do professor João Baptista Vilanova Artigas, disponível no Arquivo Histórico da Escola Politécnica da USP, reforçando o pedido de Artigas à direção da Escola:

“São Paulo, 22 de Agosto de 1946.

Exmo. Snr. Dr. Paulo de Menezes Mendes da Rocha,

M. D. Diretor da Escola Politécnica da Universidade de S. Paulo

Meu caro Diretor

Tendo o adjunto da minha cadeira de Arquitetura e Urbanismo, sido contemplado com uma Bolsa de Estudos nos Estados Unidos, venho encarecer junto ao prezado colega e ilustre diretor da Escola a grande conveniência do comissionamento do arquiteto João Batista Vilanova Artigas, meu adjunto, para, por conta da nossa Escola, realizar estudos sobre cursos de Arquitetura nos Estados Unidos.

Estão hoje ensinando nas Escolas de Arquitetura Norte-Americanas os expoentes mundiais da arquitetura: Gropius, Saarinen, Mendelsohn, Behrendt, Frank Lloyd Wright.

Seria, pois, de imensa vantagem para nossa Escola, nesta emergência da organização do Curso de Arquitetura e Urbanismo, aproveitar a ida do arquiteto Artigas aos Estados Unidos, incumbindo-o do estudo da organização desses cursos e da remessa de elementos que nos habilitem a organizar os nossos a altura das tradições de nossa Escola.

Em certeza que o prezado colega e ilustre diretor providenciará no sentido desta minha lembrança, subscrevo-me.

Amo.Coll.Obgdo.

Luiz de Anhaia Mello”

Irigoyen (2002) citou que a “ideia de criar um curso alternativo à Politécnica foi ganhando força”. No entanto, esse movimento teve início com o recebimento do telegrama do Governo Federal em que foi pedida, com urgência, à Escola Politécnica da USP a criação do curso de arquitetura. Além disso, ainda que a FNA fosse o padrão a ser seguido para a organização desse curso, Luiz Ignácio de Anhaia Mello e João Batista Vilanova Artigas se interessaram em verificar como outras escolas do mundo organizavam seus cursos de arquitetura. Em 17 de Agosto de 1946, Vilanova Artigas enviou uma carta a Henrique Mindlin, reafirmando o interesse de verificar o ensino de arquitetura nos Estados Unidos:

“Caro Midlin:

Junto mando uma cópia da carta que a Fundação Guggenheim me mandou comunicando a concessão da bolsa, e um breve resumo do plano de trabalho que eu mandei. O que mais me interessa ver nos EEUU é realmente a parte que se refere ao ensino. Por mais que a gente leia sobre a “Bauhaus”, por exemplo, não imagina como as coisas se passam praticamente; o que é mais importante, nós só podemos desfrutar um progresso real da arquitetura brasileira quando as escolas lançarem anualmente um número substancial de arquitetos. Espero que o que você propôs em relação a uma verba auxiliar para meus estudos, não seja tão difícil que lhe dê muito trabalho.

Aguardo notícias.

Ia esquecendo: recebi uma carta do Sprage Smith dizendo que eu nem pense em deixar Verônica aqui. Que ele julga imprescindível que ela vá também, e que ele já falou com o Dr. Wagley a respeito e fez ver a importância que isto teria.

E é só. Um abraço do
Artigas” (SANTOS, 1980?).

Vilanova Artigas chegou aos Estados Unidos na cidade de Nova York em 28 de setembro de 1946. Em 03 de outubro, foi à Fundação Guggenheim e, por indicação do diretor Henry Allen Moe, estabeleceu o MIT (Massachusetts Institute of Technology), como sua base de operações. William W. Wurster, diretor da Escola de Arquitetura, acolheu Vilanova Artigas que já havia sido recomendado pelo diretor da Fundação Guggenheim, através de documento transcrito em Irigoyen (2002) em que Moe atestava que o plano de estudos de Vilanova Artigas havia sido elaborado sem muito conhecimento da realidade americana e que abordar as faculdades, diretamente através de questões sobre o ensino, não seria uma boa ideia:

“Depois que o Sr. Artigas recebeu esta bolsa de estudos, um cidadão de São Paulo estabeleceu um fundo, contou-me o Sr. Artigas, para uma Escola de Arquitetura na Universidade de São Paulo, e o Sr. Artigas foi incumbido de estudar a organização e o funcionamento de escolas de arquitetura nos Estados Unidos com a intenção de fazer um plano para a Escola de Arquitetura em São Paulo. Obviamente, este deve ser um negócio bastante importante, e como eu já disse para você e para o Sr. Artigas, eu estou convencido de que deve estar definitivamente subordinado ao seu trabalho na bolsa de estudos – o estudo da arquitetura moderna nos Estados Unidos. Eu digo isso porque eu sei por experiência que os colegas estrangeiros que saem por aí a estudar a organização de nossas instituições são vistos, em grande parte, como uma praga nas vidas de homens ocupados, e raramente vão além da superfície. O verdadeiro caminho para descobrir a organização e o funcionamento, eu estou certo, é ficar em um lugar tempo suficiente para fazer um bom trabalho profissional, obter respeito, se fizer jus a isso, e então, você descobrirá o que está acontecendo, naturalmente e com profundidade” (IRIGOYEN, 2002, p.154).

Irigoyen (2002) mencionou que Vilanova Artigas não adotara a estratégia de Moe, de solidificar as bases no MIT e aprender profundamente sobre seu ensino. Muito pelo contrário, decidiu partir para uma viagem, ainda no inverno, pelas escolas de arquitetura dos Estados Unidos. Em sua estadia no MIT, Vilanova Artigas teve contato com Alvar Aalto, Walter Gropius, Carl Koch, Ralph Rapson, Gyorgy Kepes e Joseph Hudnut.

Antes de partir para outras cidades, enviou uma carta a Oswaldo Correia Gonçalves, também professor da Escola Politécnica da USP¹⁴ em que comentou que seus dias vividos até aquele momento, nos Estados Unidos, haviam reforçado seus ideais de que as mudanças só seriam concretizadas através da luta organizada da união das partes. Esse discurso, com viés político, esboçou a atuação que o arquiteto teria na constituição do ensino de arquitetura na nova escola.

¹⁴ Consultada em 13/04/2014 (www.dearquitecturas.com.br).

Quanto ao ensino, Artigas assinalou que o plano inicial, feito para ele pelos organizadores da Fundação Guggenheim, propunha que ficasse de cinco a seis meses em Boston para conhecer a organização universitária, além de métodos para arquitetura moderna e ensino. No entanto, após um mês de estadia, concluiu que não havia as novidades que ele esperava naquelas universidades e iria buscar outras escolas no sul do país.

Artigas fez algumas sugestões a Oswaldo Correia Gonçalves quanto ao que se passava no Brasil em sua ausência. Em primeiro lugar, sugeriu que, para a organização da nova escola de arquitetura, fosse desconsiderado o programa estabelecido no Rio de Janeiro, pois quanto mais longe a FAUUSP pudesse estar disso, seria melhor. É provável que Artigas se referisse à Lei nº 7.918/1945 e pensasse em poder criar algo que fosse distinto da Lei Federal, como programa da nova escola paulista. Deve-se notar que, até a viagem do arquiteto aos Estados Unidos, o projeto da criação da FAUUSP ainda tramitava entre a USP e a Assembleia Legislativa. Portanto, parecia viável a Artigas que a organização da faculdade pudesse ser estabelecida segundo outras referências. Um novo apontamento feito na carta foi quanto aos professores que deveriam lecionar na nova escola sem ser os mesmos da Escola Politécnica e tampouco qualquer professor, especialmente nas cadeiras técnicas. Para Artigas, era um grande erro pensar que o arquiteto não precisasse delas, consideradas por ele básicas, mas disso dependeria todo o curso.

Sobre a organização do currículo, afirmou que, em Boston nas duas escolas, ninguém parecia saber o que estava fazendo, assim como ele, em busca de soluções. O que havia encontrado, enviou para Luís de Anhaia Mello, mas lembrou Oswaldo Correia Gonçalves que essas organizações eram criticadas inclusive nos Estados Unidos. Achava que não poderiam ser modelos adotados, eram referências, pois deveriam ser consideradas para a organização do currículo da FAUUSP as condições brasileiras. Em seus dizeres, reforçou “uma escola de arquitetura deve estar intimamente ligada com a indústria e o povo e tudo o mais, do país a que serve”.

Artigas era consciente da impossibilidade de criar uma escola ideal em três meses, possivelmente, para que pudesse iniciar suas atividades em 1947. Apontou isso como acusação à organização universitária do país que, segundo o arquiteto, não permitia autonomia, não possuía vitalidade e dependia da política. Outra crítica foi ao sistema de cátedras vitalícias nas quais os professores se acomodavam, destacando que, nos Estados Unidos, o sistema adotado para contratação e demissão de professores era muito mais flexível.

Por fim, comentou a transformação de uma sala de aula do MIT no que parecia o seu primeiro contato com um atelier nos moldes modernos:

“Mas lá, a revolução estava se processando. A sala de desenho a mão livre e aquarela a cargo de um “Ranzini” americano qualquer, estava sendo arrasada. E o termo é esse mesmo: arrasada. Eles acabaram de contratar um rapaz de Chicago, que por sinal é o melhor, e quase o único bom elemento no MIT. E não se perde tempo, nem precisa de aquarela. A sala se transformou num laboratório fotográfico (não é bem isso, mas é o melhor termo que eu encontro em português para definir o laboratório) onde se começa agora a estudar cor, “visual design”, composição com elementos abstratos e uma porção de outras coisas. É quase um laboratório de pesquisa sobre cor, forma e espaço” (Carta Fonte: www.dearquitecturas.com/2012/03/fauusp-50-anos-da-reforma-de-ensino-de.html. Acessado em 11/03/2013)

Outro apontamento realizado por Artigas, na conclusão de sua carta, foi sobre a importância das escolas na vida profissional. Segundo ele, no ensino dos Estados Unidos, todos colaboravam – os alunos, arquitetos de fora da escola, todos proferiam conferências e sabiam dos pontos positivos e negativos. Nessa visita aos Estados Unidos, defrontou-se com escolas que não seguiam o mesmo método da Escola Politécnica da USP, de aulas tradicionais por meio de preleções dos professores. Para ele, as escolas, nos Estados Unidos, não eram meros espaços que os alunos frequentavam para obter um diploma, mas laboratórios de pesquisa.

Durante a sequência da sua viagem, passou pela Escola de Arquitetura da Universidade de Columbia, em Nova York; pelo Black Mountain College, na Carolina do Norte e conheceu, em Lakeland na Flórida, uma escola projetada por Wright com o propósito de ser a “escola do futuro”. Ao visitar a cidade de Los Angeles, fez contato com Richard Neutra. Segundo Irigoyen (2002), a última correspondência enviada por Vilanova Artigas de suas viagens, foi da cidade de Chicago, à Fundação Guggenheim onde é provável que tenha tido contato com o diretor da Escola de Arquitetura da Instituto Técnico de Illinois, o alemão Mies van der Rohe, que lecionava nos Estados Unidos desde 1938. Em 03 de novembro de 1947, retornou ao Brasil, desembarcando no porto do Rio de Janeiro.

Enquanto João Batista Vilanova Artigas estava nos Estados Unidos, dois meses após a sua partida, foi apresentada, em reunião da Congregação da Escola Politécnica da USP do dia 24 de outubro de 1946, a proposta de doação à Escola Politécnica da USP, feita pela família Penteadó, do edifício da Vila Penteadó e deveria ser destinado à instalação de uma Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (SANTOS, 1985). O assunto foi tratado em uma reunião da Congregação, registrada na Ata nº 641, da Congregação da Escola Politécnica da USP, sobre o “Processo nº 9.163/46 da Reitoria, relativo a uma proposta de doação dos irmãos Silvio e Armando Alvares Penteadó de um imóvel a ser

destinado para a instalação de uma Faculdade de Arquitetura e Urbanismo” com a leitura do parecer sobre o assunto por Luiz de Anhaia Mello:

“Senhor Diretor, a doação da “Vila Penteadó” que os irmãos Silvio e Armando Alvares Penteadó fazem à Escola Politécnica da Universidade de São Paulo para a instalação de uma Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, vem no momento oportuno. Criada pelo Governo Federal, em 31 de agosto de 1945, a Faculdade Nacional de Arquitetura, deve a Universidade de São Paulo cuidar da instalação em São Paulo de idêntico instituto. 1) Todos conhecem a absoluta necessidade de dar novos moldes, de acordo com a época, ao ensino de arquitetura em São Paulo; de forma que a generosa doação dos Condes Penteadó, de um edifício que se adapta perfeitamente a este ensino, vem permitir a imediata instalação da nossa Faculdade de Arquitetura. 2) Os eméritos fundadores da nossa Escola Politécnica reconheceram a necessidade de se incluir um curso de Engenheiros-Arquitetos, entre os vários do novo Instituto. Assim é que pelo Decreto 270 A de 20 de Novembro de 1894, foi criado o curso de Engenheiros-Arquitetos, com (3) anos de estudos, dependente do curso fundamental de 2 anos. Embora a Congregação da Escola Politécnica tinha procurado adaptar da melhor forma o curso às necessidades emergentes, claro que há limitações inevitáveis dentro de uma Escola de Engenharia. 3) Além do mais, a evolução social neste último século foi das mais notáveis da história humana e a Arquitetura, que é a arte representativa de uma época, tem que se desdobrar para bem servir as necessidades da civilização. O trabalho do arquiteto hoje não se resume mais apenas à composição formal de 50 anos atrás, mas abrange toda “ciência de planejar”. 4) Ensino à altura dessas responsabilidades só poderá ser ministrado em uma Faculdade de Arquitetura organizada, nos moldes da Faculdade Nacional recém criada. Parece-me pois, que a Universidade de São Paulo deve aceitar a doação dos Condes Penteadó e providenciar sem demora a instalação dos cursos respectivos” (ESCOLA POLITÉCNICA, 1946, p. 60).

A aprovação e o aceite dessa doação pela Escola Politécnica da USP gerou duas decisões. A primeira, quanto à transformação do curso de Engenheiro-Arquiteto da Escola Politécnica no curso Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, moldada aos padrões da FNA; a segunda, quanto à instalação na Vila Penteadó a partir do 1º ano, em 1947, de todas as cadeiras do curso de arquitetura.

Segundo Birkholz e Nogueira (1991), a doação do prédio foi confirmada no dia 31 de outubro de 1946. A escritura reforçava a condição para a doação, mediante a instalação de uma Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, além de exigir que os dizeres “Instalada em 1947, no prédio na Vila Penteadó doado pelos irmãos Silvio e Armando Alvares Penteadó” estivessem escritos na fachada principal do edifício, assim como em todos os papéis e diplomas oficiais (BIRKHOLZ;NOGUEIRA, 1991).

Pode-se inferir que, apesar desse processo ser datado de outubro de 1946, Vilanova Artigas, ao chegar aos Estados Unidos, já sabia, conforme contou ao diretor da Fundação Guggenheim, que “um cidadão de São Paulo estabeleceu um fundo... para a Escola de Arquitetura da Universidade de

São Paulo”. Em 1947, retornou ao seu país com um novo cenário instalado – uma nova escola em um novo edifício. Ainda que desejasse estabelecer novos e diferentes padrões de ensino e mudanças, quanto ao padrão imposto pela Lei da FNA, isso não se deu imediatamente.

Em 21 de junho de 1948, foi aprovada pela Assembleia Legislativa de São Paulo a Lei nº 104, que dispunha sobre a criação da FAUUSP. Às finalidades de seus cursos, seguia o modelo da lei da FNA (Lei nº 7.918/45) de:

- “a) ministrar o ensino da Arquitetura e Urbanismo, visando a formação de profissionais altamente, habilitados;
- b) realizar estudos e pesquisas nos vários domínios técnicos e artísticos que constituem objeto de seu ensino”. (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 1948)

Da mesma forma, à Lei nº 104/48 seguiu o modelo da Lei nº 7.918/45, quanto à organização dos cursos. O de arquitetura era de cinco anos e o de urbanismo tinha a duração de dois e esse que estava programado para começar em 1949, não chegou a ter início. Suas disciplinas foram integradas ao curso de arquitetura com a Reforma de 1962. (BIRKHOLZ; NOGUEIRA, 1991)

Sobre os vínculos que a FAUUSP teria com a Escola Politécnica da USP, esses estavam descritos no Artigo 10º da Lei nº 104/48. Uma das indicações da Lei era que, depois de um ano de sua abertura, o diretor da FAUUSP deveria apresentar um anteprojeto do Regulamento da Faculdade ao Conselho Universitário. Em segundo lugar, a FAUUSP seria regida pelo Regulamento da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e, caso necessário, pelo Regulamento da Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil.

Por sua vez, o 14º Artigo da Lei nº 104/48 determinava que as disciplinas do curso da FAUUSP fossem ministradas por professores de “disciplinas iguais ou afins, da Universidade de São Paulo” e, quando necessário, por professores contratados. Pode-se dizer que, por esses motivos, muitas das disciplinas ministradas nos primeiros anos da FAUUSP tiveram como professores os catedráticos da Escola Politécnica da USP o que, na prática, refletiu na reprodução do ensino praticado no curso de engenheiro-arquiteto. Seguiram ministrando disciplinas, no novo curso de arquitetura, José Maria das Neves, Luís de Anhaia Mello, Bruno Simões Magro, Felisberto Ranzini, Luís Cintra do Prado, Zenon Lotufo, Ariosto Mila, João Batista Vilanova Artigas, Telêmaco van Langendonck e Caetano Fraccaroli. Além disso, alguns alunos formados no curso de engenheiro-arquiteto da Escola Politécnica da USP tornaram-se professores da FAUUSP, como Oswaldo Correia Gonçalves e Lauro Bastos Birkholz. Nota-se que alguns desses professores, como Luís de Anhaia Mello, Bruno Simões

Magro e João Batista Vilanova Artigas participaram do IAB/SP e possuíram uma visão de reformulação do ensino de arquitetura, enquanto José Maria das Neves e Felisberto Ranzini mantiveram uma postura mais conservadora diante das mudanças.

Quanto aos primeiros anos da faculdade, Reis Filho comentou:

“O curso, durante os dois primeiros anos, funcionou no mesmo prédio da Escola de Engenharia, enquanto a Vila Penteadó ia sofrendo adaptações para ser transformada em uma escola... Traçadas as primeiras diretrizes do novo curso de arquitetura, a vida da FAU começou a desenvolver-se. Desde o início um tanto atribulada. Os alunos, junto com alguns professores não queriam que ela fosse uma continuação do curso de engenharia. E as disputas foram muitas para que a arquitetura e seus profissionais tivessem um lugar e uma atuação marcantes” (CONSTRUÇÃO SÃO PAULO, 1973, pp.36-37).

Após a ocupação da Vila Penteadó, um dos estudantes de arquitetura, Benedito Lima de Toledo, destacou sobre o ambiente da escola:

“Como as turmas eram pequenas, 30 alunos, reinava um certo espírito comunitário, Conhecia-se o talento e as idiossincrasias de colegas e professores. O campo de batalha era a prancheta. Tudo ocorria a sua volta” (TOLEDO, 2002, p.7).

Ao analisarmos as matérias que compunham o último currículo do curso de Engenheiro-Arquiteto e as que estavam presentes, no primeiro currículo de Arquitetura, encontramos em comum as disciplinas: *Composição Geral e Composição Decorativa* – ministradas por Felisberto Ranzini nos dois cursos; *Arquitetura Civil e Higiene das Habitações (e dos Edifícios)*, ministradas por Bruno Simões Magro na Politécnica e na FAUUSP e outras matérias técnicas como *Resistência dos Materiais e Pontes e Viadutos* (SANTOS, 1985 e BIRKHOLZ; NOGUEIRA, 1991).

Outros dois professores arquitetos passaram a lecionar na FAUUSP na década de 50: Rino Levi e Lina Bo Bardi. O primeiro ministrou aulas entre os anos de 1954 e 1959; a professora Lina entre 1957 e 1959. Ainda que tenham sido curtos os períodos de suas atuações, as contribuições foram significativas. Rino Levi participou da primeira grande modificação na escola – a luta pela aprovação do regulamento – e Lina Bo Bardi acompanhou os primeiros passos dados pela FAUUSP para a reforma do ensino. A renovação de professores foi um dos meios da FAUUSP buscar o seu rompimento com a Escola Politécnica, o que foi conquistado apenas em 1955 (**Tabela 8**).

Uma delas era a inclusão da disciplina de *Composições*, desde o primeiro ano do curso de arquitetura, enquanto que, no da FNA, era cursada apenas a partir do segundo ano. Outra diferença notável era a presença da disciplina de Plástica em todos os anos do currículo da FAUUSP. Ainda visível, a influência da Escola Politécnica, conforme citado, em disciplinas como *Construções Cívicas, Organização do Trabalho e Prática Profissional; Mecânica dos Solos, Fundações; Hidráulica, Hidráulica Urbana, Saneamento e*

Grandes Estruturas, de modo que o raciocínio construtivo era ensinado aos alunos da FAUUSP, da mesma forma que no antigo curso de engenheiros-arquitetos da Escola Politécnica da USP. Quanto ao curso de urbanismo (Tabela 9), o currículo seguia os mesmos padrões da Lei nº 7.918/1945.

Através dos anos, oportunidades foram criadas pela diretoria da FAUUSP de forma que a discussão sobre o ensino estivesse constantemente presente. Muitas dessas discussões quando não podiam ser feitas pela diretoria da escola na faculdade, aconteciam no IAB/SP. Inicialmente, o maior problema era a relação com a Escola Politécnica e a falta de adequação do currículo ao profissional que procurava atuar no mercado, como autor de projetos:

“A ênfase no ensino técnico e a ausência de uma formação estética e cultural implicavam total descompasso da escola com a realidade profissional. A necessidade de reformular o ensino ficava cada vez mais evidente ao longo da década de 50” (Caramelo, 1993, p.10).

Nesses primeiros anos, muitas tentativas de mudança não foram alcançadas, em virtude da dependência da Escola Politécnica, conforme descrito na Lei nº 104:

“Parágrafo único - Enquanto não estiver em vigor o Regulamento da Faculdade, nos termos do presente artigo, rege-se-á a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, pelo Regulamento da Escola Politécnica da Universidade de S, Paulo, naquilo em que lhe for aplicável, e, subsidiariamente, pelo Regulamento da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Brasil” (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 1948).

Um exemplo claro desse fato foi a tentativa da contratação de professores para a cadeira de Composições em 1951, especialmente de Oscar Niemeyer, que foi vetada pela Escola Politécnica e pela Universidade de São Paulo. No entanto, alguns novos professores foram aceitos e contratados, vindos da Escola Carioca, conforme apontado no editorial da Revista Projeto:

“Em 1951, representantes da escola carioca foram convidados por Anhaia Mello para ensinar na FAU. Entre eles, Alcides da Rocha Miranda, Antônio Paim Viera, Abelardo Reidy de Souza, Hélio Duarte e, posteriormente, Eduardo Corona. Oscar Niemeyer, também convidado, foi vetado pela reitoria por sua filiação ao Partido Comunista. Curiosamente, alguns deles alunos de Gregori Warchavchik que foi de São Paulo para o Rio de Janeiro, a convite de Lucio Costa para lecionar na Escola de Belas-Artes na década de 30” (PROJETO, 1999, p.54).

Outros dois professores arquitetos passaram a lecionar na FAUUSP na década de 50: Rino Levi e Lina Bo Bardi. O primeiro ministrou aulas entre os anos de 1954 e 1959; a professora Lina entre 1957 e 1959. Ainda que tenham sido curtos os períodos de suas atuações, as contribuições foram significativas. Rino Levi participou da primeira grande modificação na escola – a luta pela aprovação do regulamento – e Lina Bo Bardi acompanhou os primeiros passos dados pela FAUUSP para a

reforma do ensino. A renovação de professores foi um dos meios da FAUUSP buscar o seu rompimento com a Escola Politécnica, o que foi conquistado apenas em 1955.

Tabela 8: Distribuição das disciplinas do curso de Arquitetura, aprovado em 1948 na data da criação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Ano	Disciplina
1º ANO	Matemática Superior
	Geometria Descritiva e Aplicações
	Arquitetura Analítica
	Composição de Arquitetura – Pequenas Composições
	Nomografia
	Desenho Artístico
	Plástica
2º ANO	Mecânica Racional
	Materiais de Construção
	Topografia – Elementos de Astronomia de Posição
	Teoria da Arquitetura
	Composição de Arquitetura – Pequenas Composições
	Desenho Artístico
	Plástica
3º ANO	Resistência dos Materiais e Estabilidade das Construções
	Construções Civas – Organização do Trabalho e Práticas Profissionais – Higiene das Habitações
	Física Aplicada
	Mecânica dos Solos – Fundações
	Composição de Arquitetura – Grandes Composições
	Plástica
4º ANO	Concreto Simples e Armado
	Economia Política – Estatística Aplicada – Organizações Administrativas
	Hidráulica – Hidráulica Urbana - Saneamento
	Grandes Estruturas
	Composição de Arquitetura – Grandes Composições
	Legislação e Contabilidade
	Composição Decorativa
	Plástica
5º ANO	História da Arte – Estética
	Arquitetura do Brasil
	Urbanismo
	Arquitetura Paisagista
	Composição de Arquitetura – Grandes Composições
	Composição Decorativa
	Plástica

Tabela 9: Tabela das disciplinas do curso de urbanismo, aprovado em 1948 na data da criação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Ano	Disciplina
1º ANO	Planologia – Evolução Urbana (1ª parte)
	Planologia – Análise Urbana
	Planologia – Teoria e Prática dos Planos Reguladores (1ª parte)
	Arquitetura Paisagista
	Desenho Artístico
	Plástica
2º ANO	Planologia – Evolução Urbana (2ª parte)
	Planologia – Análise e Sociologia Urbana
	Planologia – Administração Municipal. Serviços de Utilidade Pública.
	Planologia – Teoria e Prática dos Planos Reguladores (2ª parte)
	Composição Decorativa
	Plástica

Fonte: Lei nº 104 de 21 de Junho de 1948.

No período dessa pesquisa, de 1948 a 1962, a FAUUSP possuiu seis diretores, conforme a Tabela 10. O primeiro diretor, Anhaia Mello, teve duas gestões: a primeira, da fundação da FAUUSP, de 1948 até 1951, um ano antes da formatura da primeira turma; e a segunda gestão de 1959 a 1961, quando se aposentou. Após a primeira gestão de Anhaia Mello, assumiu a direção da FAUUSP Bruno Simões Magro, engenheiro-arquiteto que já fora docente nos tempos do curso da Escola Politécnica da USP. O terceiro diretor da FAUUSP, entre os anos de 1953 e 1954, foi Luiz Cintra do Prado, engenheiro-civil, graduado na Escola Politécnica da USP. A diretoria seguinte, entre 1954 e 1956, foi comandada por Lysando Mello Pereira da Silva. Em sua gestão, foi aprovado o primeiro regulamento autônomo da faculdade, através da Lei nº 3.233/55. Logo após, entre os anos de 1956 e 1959, foi diretor da FAUUSP Pedro Bento José Gravina. Na próxima gestão, Anhaia Mello voltou à diretoria da FAUUSP, até 1961. Por fim, o diretor, durante a chamada Reforma de 1962, foi Lourival Gomes Machado que tinha a formação em Direito e em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo. Na FAUUSP, além de diretor, ministrou aulas de história da arte e estética¹⁵.

¹⁵ Fonte:

http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_ic/index.cfm?fuseaction=artistas_biografia&cd_verbete=8818&cd_idioma=28555&cd_item=1

Tabela 10: Diretores da FAUUSP entre 1948 e 1962.

Gestão	Diretor
1948 – 1951	Luiz de Anhaia Mello
1951 – 1952	Bruno Simões Magro
1953 – 1954	Luiz Cintra do Prado
1954 – 1956	Lysandro Pereira da Silva
1956 – 1959	Pedro Bento José Gravina
1959 – 1961	Luiz de Anhaia Mello
1961 – 1964	Lourival Gomes Machado

Durante o período inicial da FAUUSP, a cidade de São Paulo teve um ambiente sociocultural bastante agitado. Os arquitetos fizeram parte desse contexto, participando da organização dos museus e, especialmente, através do IAB/SP. A FAUUSP e a FAM passaram, então, através de seus alunos, a participar desse ambiente.

§

A partir desse panorama, concluem-se as circunstâncias do ensino de arquitetura em São Paulo. A partir daí, com foco no ambiente vivenciado pelos engenheiros-arquitetos e pelos alunos, objetivou-se conhecer como se deu o contexto fora dos muros das escolas, quanto à profissão do engenheiro-arquiteto, a participação desse nos ambientes sociais e sua organização como categoria através do IAB/SP.

3.2. O contexto paulista (1922 – 1948)

O propósito deste capítulo é identificar a participação dos arquitetos nos espaços onde o moderno foi debatido na cidade de São Paulo, procurando compreender o caminho heroico apontado por Saia (1959) e Artigas (in ABEA, 1978), através da associação da arquitetura com as outras artes, para que o arquiteto fosse reconhecido na sociedade. Como fruto das relações estabelecidas entre os arquitetos e os demais artistas, foi possível a união de forças em prol do moderno.

3.2.1. A regulamentação da profissão de engenheiro-arquiteto

A criação das escolas autônomas de arquitetura se deu como uma conquista da categoria dos engenheiros-arquitetos que começou a se organizar ainda na década de 1920, na ENBA, e tomou mais força com a regulamentação da profissão em 1933. No início do século XX, diversos países já haviam regulamentado a profissão do arquiteto: a Itália (1923), Portugal (1925), Bélgica (1926), França (1926), Chile e Argentina (1929) (RIOS, 1934). No Brasil, a profissão foi regularizada em 1933, através do Decreto n ° 23.569 - Regulamento das Profissões de Engenheiro, Arquiteto e Agrimensor.

O decreto brasileiro teve um papel muito importante, pois coibia a prática da arquitetura, da engenharia e da agrimensura por profissionais autodidatas que não poderiam mais exercer funções que estivessem definidas no novo decreto, como exclusivas aos profissionais diplomados no Brasil ou no exterior. Segundo o artigo 3º do Decreto, poderiam trabalhar, com exceção aos profissionais diplomados, apenas os construtores-práticos que já tivessem licença de trabalho pelo Estado. No entanto, o decreto mesclava muitas atribuições profissionais entre os engenheiros-arquitetos e engenheiros-civis, o que gerou protestos dos primeiros.

O capítulo IV definia suas especializações profissionais. Eram comuns entre eles: o estudo, o projeto, a direção, a fiscalização e construção de edifícios com todas as suas obras complementares; o projeto, a direção e a fiscalização dos serviços de urbanismo. Eram especializações profissionais exclusivas do engenheiro-arquiteto: o estudo, o projeto, a direção, a fiscalização e construção das obras que tivessem caráter essencialmente artístico ou monumental; o projeto, direção e fiscalização das obras de arquitetura paisagística; o projeto, direção e fiscalização das obras de grande decoração arquitetônica (BRASIL, 1933).

Pode-se apontar que as funções exclusivas dos engenheiros-arquitetos estavam relacionadas às artes e decoração enquanto as funções de planejamento urbano e projeto eram compartilhadas entre os engenheiros. Sobre isso, Anhaia Mello publicou, em 1946, no Anuário da Escola Politécnica:

“Basta examinar o capítulo quarto, que dispõe sobre a especialização profissional para se concluir que a zona privativa da atuação do arquiteto não tem fronteira definida, e que matéria de sua exclusiva competência foi atribuída também a outros profissionais ... Sendo atribuição do engenheiro-civil “construir edifícios com todas suas obras complementares” onde está a linha de fronteira do minguado espaço vital do arquiteto, se por ventura existe ele nas expressões do decreto?” (ESCOLA POLITÉCNICA, 1946, p.150).

Sem dúvida, os engenheiros-arquitetos almejavam exercer a sua profissão e serem reconhecidos pela sociedade. No entanto, a formação dos mesmos não estava alinhada ao exercício da autoria de projetos de edifícios e urbanos. Para Artigas (in ABEA, 1978), a aprovação do Decreto nº 23.569/33 trouxe uma grande perda ao arquiteto que permanecia sendo reconhecido como “um desenhador, ignorante das exigências da Lei da Gravidade e do comportamento das estruturas”. Sendo assim, a Arquitetura Brasileira teve que tomar o caminho heroico para receber seu devido destaque: “aliaram-se os arquitetos aos movimentos de arte moderna, aos pintores, escultores e artistas da palavra” (ARTIGAS in ABEA, 1978). Essa união dos arquitetos com as outras classes de artistas se deu na cidade de São Paulo através do IAB/SP, o Instituto de Arquitetos do Brasil, mas só foi possível pelo contexto no qual atuavam os arquitetos, em meio a empresas construtoras e associados junto a outros colegas.

3.2.2. A Atuação Profissional do Engenheiro-Arquiteto

A primeira atividade desempenhada, na cidade de São Paulo, por engenheiros-arquitetos, em setores considerados exclusivos aos engenheiros civis, foram os planos urbanos de Prestes Maia e Luiz de Anhaia Mello severamente criticados. Essas reações se justificaram pela organização estabelecida entre as profissões: os engenheiros-civis lidavam com questões técnicas e os engenheiros-arquitetos com o embelezamento das construções. Ao terem feito projetos urbanos, os engenheiros-arquitetos Prestes Maia e Luiz de Anhaia Mello acabaram por se infiltrar em uma atividade que, acreditavam os engenheiros, não eram capacitados para exercer (SAIA, 1959 in XAVIER, 2003).

A tentativa de provar o contrário, de que os arquitetos poderiam exercer funções como a do planejamento urbano, até o final da década de 1920, não atribuídas a essas profissões, não era passível de alteração com o pequeno número de arquitetos na cidade, empregados nas firmas

construtoras¹⁶. Ainda que participassem, através dessas, da maioria das obras de grande impacto da cidade, os engenheiros-arquitetos estavam em segundo plano. Além disso, a associação entre as construtoras e o Estado era sólida e todos seus projetos eram entregues a essas empresas (SAIA, 1959 in XAVIER, 2003).

Segundo Saia (1959), nas décadas de 1930 e 1940, paralelamente às atividades nas construtoras que possuíam mais obras pelo contato direto com o governo municipal, começaram a surgir firmas mais modestas:

“... principalmente interessadas no mercado da construção residencial e muitas delas integradas exclusivamente por arquitetos, outras armadas com a participação conjunta de arquitetos e engenheiros ou arquitetos e capitalistas ou ainda arquitetos e construtores” (SAIA, 1959 in XAVIER, 2003, p.109).

Essas associações¹⁷ passaram a ser uma ponte entre o período no qual predominavam as grandes construtoras e a nova fase em que o arquiteto passou a atuar independentemente dos engenheiros. Estavam no escopo de serviços das empresas citadas por Saia (1959) o projeto e a construção.

Nesse período, segundo Ficher (1989), existiam dois padrões de construtoras: as que possuíam operários, equipamentos e máquinas e o segundo grupo que apenas administrava as obras. O primeiro necessitava de uma reserva financeira para os investimentos iniciais e manutenção da estrutura, enquanto o segundo, inicialmente, de clientes. As empresas, firmas ou escritórios técnicos cuidavam de todas etapas: desde o projeto até a execução. O que diferia eram os padrões das obras – de edificações a obras de infraestrutura como pontes e estradas. Um importante fato a ser notado é que não havia construtora, firma ou escritório que se dedicasse exclusivamente ao projeto:

“Não existiam firmas que se dedicavam apenas à feitura de projetos, uma vez que seus custos estavam incluídos no preço total da obra. Mas haviam projetistas free-lance no mercado, provavelmente contratados por firmas maiores para fazer desenhos ou projetos; mesmo assim, o projeto não se caracterizava como mercadoria para o proprietário de um empreendimento imobiliário, para quem ficava, aparentemente, de graça” (FICHER, 1989, p. 408).

¹⁶ Um exemplo de construtora nesses moldes era a Severo Villares que empregou arquitetos como Vítor Dubugras, Adolfo Borioni, Felizberto Ranzini, Domiciano Rossi, José Maria das Neves e Flávio de Carvalho. Depois surgiram as Companhias Construtoras e de Imóveis dos Irmãos Vidigal, a Construtora de Santos, a Construtora Nacional, a Construtora Brasileira e outras (SAIA, 1959 in XAVIER, 2003).

¹⁷ Segundo Saia (1959) a grande maioria trabalhava em duplas: Pujol e Toledo, Bratke e Botti, Kosuta e Santos, Neves e Duarte. Além destes, arquitetos como Alfredo Becker, Oswaldo Bratke (após a morte de seu sócio), Dácio de Moraes, Rino Levi, Eduardo Kneese de Mello e Gregori Warchavchik projetaram e construíram diversas residências nos bairros burgueses planejados pela Companhia City.

No entanto, havia uma sintonia entre a regulamentação profissional dos engenheiros-arquitetos e sua atuação profissional até esse momento que passou a sofrer interferências, a partir de diferentes práticas profissionais adotadas na cidade de São Paulo por dois arquitetos formados no exterior – Christiano Stockler das Neves e Rino Levi.

Antes mesmo da aprovação do Decreto nº 23.569/33, Christiano Stockler das Neves já preconizava a dedicação ao projeto como função exclusiva do arquiteto:

“Muito provavelmente por ter estudado nos Estados Unidos, onde então já existiam claramente separados o projetista e o construtor, por defender uma concepção artística da atividade do arquiteto e por ser filho de um empresário da construção, em cuja firma trabalhava apenas como projetista Stockler das Neves insurgia-se contra a identidade de competências entre engenheiros civis e arquitetos e mesmo contra o emprego do título de ‘engenheiro-arquiteto’ corrente naquele tempo” (FICHER, 1989, p. 412).

Para Stockler das Neves, o arquiteto diplomado deveria projetar e o engenheiro diplomado, por sua vez, construir. A seu ver, esses profissionais não deveriam compartilhar atribuições. Aos construtores práticos, sempre alvo de sua crítica, sem graduação formal, restariam quatro funções: ‘o emprego público’ onde cumpririam ordens e papéis burocráticos, tendo como remuneração um salário menor que os engenheiros e arquitetos; ‘o emprego particular’ onde não teriam a estabilidade do emprego público e dependeriam das encomendas; o cargo de ‘empreiteiro’ no qual seriam dependentes dos seus funcionários e dos seus contratantes e, em último caso, o cargo de ‘administrador’, quando deveriam ter seus serviços remunerados como o médico e o advogado, um profissional liberal (FICHER, 1989).

Defensor da arquitetura como uma atividade artística acima de todas as demais, Stockler das Neves afirmou que qualquer equívoco nas criações artísticas, seria levado à execução. Por essa razão, a função do arquiteto estava acima da do engenheiro. Segundo Ficher (1989), ele antecipou-se à visão dos arquitetos na década de 1950:

“Antecipando-se a ideologia da profissão de arquiteto que dominaria da década de 1950 em diante, acreditava na ‘importância da função do arquiteto na construção dos edifícios, sendo a ele subordinada a dos engenheiros, dos proprietários, dos construtores e até dos próprios poderes públicos’” (FICHER, 1989, p. 413).

Desde o início de suas atividades profissionais no Brasil, Stockler das Neves imprimiu esforços para a regulamentação e defesa da profissão:

“A luta pela instituição de concursos de arquitetura para obras públicas, a defesa da autoria de projetos, a regulamentação da profissão, a anulação de decretos e atos que julgava serem prejudiciais aos arquitetos foram tarefas em que se empenhou durante a sua vida. O Instituto

Paulista de Arquitetos, IPA, órgão de classe dos arquitetos, criado em 1930, foi outra de suas realizações” (SAMPAIO, 1995, p.189).

Pode-se dizer que mesmo com seus padrões fixados nos ideais da Belas-Artes, ele foi um dos primeiros profissionais arquitetos a afirmar o valor do projeto de arquitetura. Sampaio (1995) apontou que ele entrou diversas vezes na justiça contra modificações não autorizadas em seus projetos. Certamente, nos quarenta anos de ensino de arquitetura no Mackenzie, esses ideais profissionais influenciaram seus estudantes. Chegou a afirmar que era motivo de revolta ter uma profissão cujo prefixo era o título de engenheiro. E ainda que o possuísse, o engenheiro-arquiteto seguia reconhecido como um desenhista de plantas e fachadas.

Outro pioneiro da atividade exclusiva de projeto foi Rino Levi, proprietário de uma firma de construções que, em 1930, passou a se dedicar a projetos completos: de sua execução à fiscalização das obras. Foi admirado pelos seus colegas visto que todos se estendiam até a construção dos edifícios e ele atinha-se apenas à execução e fiscalização de seus projetos. Em correspondência a Álvaro Vital Brazil, descreveu seu processo de trabalho:

“Em primeiro lugar, a organização do trabalho no escritório é baseada no critério de contratar com os clientes serviços completos, incluindo levantamento e sondagens do terreno, cálculos estáticos, projetos e especificações das instalações hidráulicas, elétricas, de ar condicionado, orçamento e assim por diante” (FICHER, 1989, p. 416-417).

Rino Levi compatibilizava todos esses detalhes em seu escritório e então produzia o projeto executivo. Essa opção, feita por ele, tornou-se um modelo a ser seguido pelos demais, especialmente admirado pelos universitários. No entanto, para os outros profissionais, já em atividade no mercado, a redução das tarefas do arquiteto na execução de projetos, poderia ser extremamente prejudicial, visto que muitos dependiam das obras como fonte de renda familiar. Foram observados dois aspectos quanto à dedicação exclusiva aos projetos de arquitetura: a possibilidade dos projetos serem valorizados e bem remunerados pelos clientes, dispensando a construção das obras; e a desvantagem pelo distanciamento do canteiro, sendo vítima de acusações de projetos infundados pelo não conhecimento dos meandros da construção (FICHER, 1989).

Relacionou o papel de coadjuvante desempenhado pelo arquiteto – já que seus projetos estavam sempre incluídos nos custos de obra - com essa relação trabalhista, dependente da engenharia e do ensino, também dependente e deficitário. Além do que, a seu ver, a liberdade do arquiteto em relação ao engenheiro, possibilitaria a livre adoção da estética moderna.

Em 1958, lembrou, em seu discurso de paraninfo para os formandos da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Rio Grande do Sul, sua chegada ao Brasil e as dificuldades, pois a “incompreensão em relação à arquitetura era praticamente total”. Sobre a autoria de projetos, comentou:

“Com relação ao projeto o que mais interessava era a escolha do estilo. O projeto era elaborado por desenhistas do empreiteiro, hábeis no preparo de perspectivas aquareladas. Os detalhes de execução e os materiais e acabamentos eram apenas descritos em texto. Tudo se processava rapidamente. O cliente fazia sua escolha entre várias propostas que lhe eram apresentadas e em seguida se iniciava a construção sem maiores estudos. Os problemas que iam surgindo na obra, durante sua execução, eram resolvidos “in loco”” (CUNHA, 1959, pp.26-27).

Lira (2011) mencionou que aos arquitetos que adotavam a atividade de projeto, cabia escolher fazer parte de um de dois grupos: os arquitetos do mercado que faziam tudo segundo o desejo do cliente; e os arquitetos convictos que impunham seus limites à estética que seria adotada. Somadas a isso, estavam as condições de trabalho da época e as limitações produtivas. O arquiteto convicto de vanguarda acabava por atuar como “dublê de engenheiro, desenhista industrial e mestre de oficina”. Além disso, concorria com os arquitetos de estilo, já reconhecidos no mercado e com os engenheiros e construtores. A exemplo de Rino Levi¹⁸ e aos demais arquitetos que vieram a se associar ao IAB/SP estavam, então, diretamente relacionados:

“Imbricadas, portanto, uma estratégia de prestígio profissional, uma mudança de orientação estética (naquela conjuntura em direção ao modernismo) e uma reforma do ensino institucional que permitisse caracterizar um novo profissional arquiteto” (FICHER, 1989, p. 422).

Assim como Ficher estabeleceu uma relação entre a luta por uma reforma no ensino, a necessidade de afirmação do prestígio profissional e a nova orientação estética da arquitetura, Durand (1972) também a fez entre o “processo de ordenamento legal da profissão” e a “adoção e difusão da arquitetura moderna”:

“A concomitância de ambos processos – de diferenciação e ordenamento legal, ao nível institucional – e de renovação de princípios teóricos e do estilo, ao nível sociocultural – fez com que o sistema de crenças do arquiteto brasileiro se formasse paulatinamente dentro do novo marco: o modernismo...” (DURAND, 1972, pp. 25-26).

¹⁸ Esta mesma relação não se aplicava a Christiano Stockler das Neves, para quem a atuação profissional era a única que necessitava de adequações. Para ele, o ensino deveria ser feito através da prática de desenhos e a estética estava pré-definida: “Suas aulas iniciais eram sobre arquitetura clássica, duravam duas horas, e depois desenhava-se. Ele exigia que fossem desenhos em estilo grego, romano, vindo até o estilo das Beaux-Arts; a última coisa que se podia fazer cronologicamente era Luiz XVI, mas isso só no quarto ou quinto ano da Faculdade. No primeiro ano era só clássico, e era necessário decorar Vignola. O modernismo que ele permitia era art-deco” (SAMPAIO, 1995, p.190).

Portanto, ao alterar a sua atuação profissional para o projeto como centralidade, o engenheiro-arquiteto passou a ter a liberdade de adoção da estética moderna, ainda que precisasse ter envolvimento com a obra para acompanhar sua construção. No entanto, essa atitude, de forma individual, teve pouca repercussão. Assim, bastou aos arquitetos organizarem-se como categoria profissional de modo a buscarem uma unidade entre os profissionais. Isso se deu na cidade de São Paulo, através do IAB/SP.

3.2.3. A instalação do IAB/SP

A partir de 1943, os engenheiros-arquitetos paulistas, formados na Escola Politécnica e na Escola de Engenharia do Mackenzie, passaram a se reunir no IAB/SP¹⁹. Duas discussões iniciais os uniram: a atuação profissional do engenheiro-arquiteto e a criação das escolas autônomas de arquitetura. Para o IAB/SP não bastava que os arquitetos formados possuíssem uma unidade de pensamento. Era importante que os novos arquitetos também fossem formados diante dessa nova profissão que se configurava. Por isso, a luta inicial do IAB/SP teve como foco a criação de escolas autônomas de arquitetura, de modo que a ideologia profissional defendida pelo Instituto fosse introduzida na formação dos novos arquitetos.

O IAB/SP – Instituto de Arquitetos do Brasil, núcleo São Paulo, deu os primeiros passos para a fundação no 5º Congresso Pan - Americano de Arquitetos, que ocorreu em 1940 na cidade de Montevidéu. Na ocasião, Eduardo Kneese de Mello começou a se articular com os arquitetos do IAB Central com sede no Rio de Janeiro. Sobre esse período, destacou o primeiro Boletim do IAB/SP:

“A história do IAB – São Paulo começa em 1943, quando as relações entre arquitetos de São Paulo eram praticamente inexistentes. Se as havia, provinham de atividades completamente estranhas à classe ou à profissão. Faltava o elemento centralizador de interesse que viria a ser logo a seguir o Departamento. Nessa época, é nomeado o delegado do IAB em São Paulo o arquiteto Eduardo Kneese de Mello” (IAB nº 01, 1954, p.01).

Kneese de Mello, graduado no Mackenzie (1931), após o contato com os arquitetos cariocas, procurou outros que exercessem a profissão na cidade de São Paulo:

¹⁹ O atual Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) nasceu na ENBA, no ano de 1921, com o nome de Instituto Brasileiro de Arquitetura. Nos primeiros anos, o IBA congregava arquitetos e engenheiros e já buscava defender os direitos da profissão e questões como a realização de concursos públicos para a construção de edifícios, o ensino e o exercício da profissão. Ainda nos anos 20, o IAB passou por uma cisão interna, subdividindo-se em dois grupos que voltaram a unir-se em 1925, sob o nome de Instituto Central de Arquitetos. A partir da década de 1930, o Instituto assumiu sua postura a favor de arquitetura moderna e, em 1934, adotou o nome de Instituto de Arquitetos do Brasil. Em 1935 foi publicado o primeiro Boletim oficial do IAB, que passou, em 1936 a publicar uma revista intitulada “Arquitetura e Urbanismo”. Nos anos 1940, o IAB passou a criar os departamentos estaduais, dentre os quais foram criados em 1943 os departamentos de Minas Gerais e São Paulo (Fonte: www.iab.org.br, acesso em 23 de julho de 2013).

“Eu saí à procura da turma: conhecia meus colegas do Mackenzie, que eram muito poucos, conhecia o Abelardo de Souza, que já estava em São Paulo, conhecia o Leo Ribeiro de Moraes. O Artigas eu não conhecia... Fui ao escritório do Rino Levi, que eu também não conhecia... E assim, reunimos um grupo de colegas no meu escritório e foi formado o IAB/SP, ainda no ano de 1942” (MELLO, 1985, p. 7 in FICHER, 1989, p. 423).

Formalmente, em 06 de novembro de 1943, foi instalada, na cidade de São Paulo, a Seção local do Instituto de Arquitetos do Brasil, o IAB/SP, em cerimônia²⁰ na Biblioteca Municipal, presidida pelo então secretário da Viação e Obras Públicas, Luiz Ignácio de Anhaia Mello.

Nessa sessão, o arquiteto Paulo de Camargo, então presidente do IAB/BR, apontou a grande importância da união entre arquitetos e engenheiros, pois seriam eles os responsáveis pela reconstrução do mundo naquilo que a guerra haveria de destruir (IAB, 1943). Além disso, Camargo lembrou a todos que alguns princípios haviam sido determinados pelo Conselho Diretor do IAB/BR os quais deveriam ser seguidos pelo Instituto na cidade de São Paulo que incluíam a reformulação do ensino de arquitetura:

A) A reunião da classe por todos os recantos do país, para com isso, tornando-se forte, ter a possibilidade de influir, com as demais entidades e associações de engenheiros, na solução dos problemas sociais e econômicos brasileiros.

B) A instalação na capital brasileira da sede própria do Instituto, afim de possibilitar as demais aspirações da classe.

C) Promover entre os demais elementos que integram a comunidade social, estreita colaboração, dadas as finalidades existentes entre as diversas profissões; e, finalmente, trabalhar no sentido de que os poderes constituídos pesem devidamente os trabalhos que poderão ser realizados em larga escala, pela classe dos arquitetos, uma vez que a falta de escolas especializadas no país, determinou e determina ainda a absurda composição urbana de nossas cidades, refletindo-se, assim, na desorganização social do povo” (IAB, 1943).

Carlos Alberto Gomes Cardim Filho, arquiteto em exercício na cidade, pronunciou-se quanto às razões pelas quais já era tempo a instalação do IAB/SP. São Paulo contava com 1.400.000 habitantes e necessitava de arquitetos que comandassem esse crescimento urbano. Lembrou aos presentes que as necessidades urbanas eram gritantes. Ao final do seu discurso, homenageou o professor Prestes Maia pelos seus intentos e obras para melhorias da metrópole (IAB, 1943).

²⁰ Estavam presentes: Antonio Moya, Aldo Mario Alves Ferreira, Alfredo E. Becker, Arnaldo Maia Lelo, Bruno Simões Magro, Dácio de Moraes, Francisco Saraiva, Francisco Caiuby, Gregori Warchavchik, Guilherme Malfatti, Leo Ribeiro de Moraes, Lauro Costa Lima, Manoel Amadeu Gomes de Soutello, Roberto de Cerqueira César, Rino Levi e Wilson Maia Filho. Além destes, representavam a Comissão Organizadora do Instituto: João Batista Vilanova Artigas, Jaime Fonseca Rodrigues e Francisco Esteves Kosuta (IAB, 1943).

O engenheiro Luiz Onofre Pinheiro Guedes (Presidente do CREA da 5ª Região), ao se pronunciar, colocou a necessidade da consagração de todas as categorias de profissionais liberais no país para que exercessem papéis de liderança, além de reclamarem “a falta de escolas especializadas e o aparelhamento das existentes, fazendo elogios aos professores que conseguem com grande esforço e abnegação prover o país de técnicos capazes” (FOLHA DA MANHÃ, 1943).

Em seguida, o engenheiro Luiz Onofre Pinheiro Guedes assinalou que o IAB/SP tinha ciência da precariedade do ensino de arquitetura no país:

“Mas não é só dentro do interesse direto da classe que nos compete trabalhar. Precisamos também desenvolver uma campanha nacional no sentido de disseminar a maiores grupos de brasileiros, o ensino da engenharia e da arquitetura. Torna-se urgente dar aos alunos de engenharia e arquitetura instrução mais objetiva, maiores conhecimentos práticos para que possam sentir – e também possam ser – inteiramente eficientes logo após a obtenção de seus diplomas profissionais. As nossas escolas necessitam de melhor aparelhagem, de melhores instalações, de laboratórios e gabinetes de ensaios, dignos destes nomes” (FOLHA DA MANHÃ, 1943).

A partir de sua instalação, o IAB/SP passou a ser consultado pelos jornais para reportagens sobre questões urbanas e problemas habitacionais. A figura do IAB/SP e dos arquitetos começou a ser veiculada como uma imagem política progressista. Para Durand (1972), o IAB/SP aglutinou os arquitetos que antes estavam exclusivamente englobados no CONFEA²¹ – Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura – uma organização que congregava profissionais de diferentes visões de mundo. Assim, o Instituto tornou-se o grande “veículo de expressão dos arquitetos”.

Com 38 associados, em 1943, o IAB/SP passou a ter 715 associados no início da década de 1960 (DURAND, 1972). Para reafirmar o valor do impacto que o Instituto causou na cidade de São Paulo, pode-se recorrer às palavras de Artigas (in ABEA, 1978):

“O segundo pós-guerra encontrou os arquitetos brasileiros suficientemente prestigiados para começarem a planejar a educação e a formação de novos quadros de arquitetos. Para isso, foi muito importante a reorganização, a partir de 1944 do Instituto de Arquitetos do Brasil. Entidade nacional e única agremiação de todos os arquitetos brasileiros, o IAB, desde o 1º Congresso Nacional de Arquitetos realizado em 1944 [na verdade, em 1945] em São Paulo dedicou-se a incentivar o aperfeiçoamento do ensino da arquitetura e a fundação de novas Faculdades de Arquitetura dentro das Universidades, separadas das Escolas de Engenharia” (ARTIGAS in ABEA, 1978, p. 33).

²¹ CONFEA – Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura: criado em 1933, segundo artigo nº 18 da Lei nº 23.569/33. Sua função era fiscalizar o exercício das profissões de engenheiro e arquiteto.

Com esse olhar, o IAB/SP passou a atuar de forma contundente nas discussões relativas à profissão e ao ensino de arquitetura, promovendo eventos para debate. O primeiro deles, citado por Artigas, foi o 1º Congresso Brasileiro de Arquitetos no qual, entre outros ideais, foi difundida a adesão “à matriz moderna”. Aderir a ela era uma condicionante para a participação no Instituto (DEDECCA, 2012).

Quanto à sua administração, vemos que o mesmo grupo de arquitetos se revezou nas funções da diretoria (**Tabela 11**) e, inclusive, na participação como representante do IAB/SP em órgãos como o CONFEA – Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, o CREA – Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura e o IE – Instituto de Engenharia. Segundo levantamento feito por Durand (1972), a repetição de nomes na diretoria do Instituto seria previsível, pois era pequeno o grupo de arquitetos²² na cidade de São Paulo. Ainda assim, esse dado deveria ser analisado com cuidado. Possivelmente, foi um “sintoma de monopólio do poder intra-classe”, ou seja, que os próprios arquitetos se revezaram entre os diretores internos do IAB/SP e representantes do mesmo nos demais órgãos para conservar a postura política inalterada.

Ficher (1989) fez referência às declarações de outros dois fundadores do IAB/SP, quanto ao posicionamento do Instituto em seus primeiros anos, atestando que a “polêmica dominante no IAB/SP estava focalizada na arquitetura moderna”. Eduardo Knesse de Mello apontou que todos “ficamos modernos, porque os que não eram foram se tornando”. O se tornar moderno associava-se à importância dada a todos pelo desenvolvimento do projeto arquitetônico e à defesa da “paternidade legítima do projeto”. Essas duas posições se expressavam “na restrição do arquiteto à projetista”. Oswaldo Correa Gonçalves lembrou: “a ideia de só fazer projetos [e não construir] era anterior ao Instituto”. No entanto, para parte dos arquitetos do Instituto e para o IAB/SP essa ideia passou a ser defendida. Todo esse ideário do IAB/SP que se iniciava na atuação profissional, unia-se à defesa da criação de um ensino autônomo de arquitetura.

²² Eduardo Kneese de Mello, um dos fundadores, esteve presente em seis diretorias no período de 1943 a 1962, sendo presidente em três delas (1943-1949), tesoureiro em uma e membro do conselho fiscal por duas vezes. Por sua vez, Rino Levi participou de cinco diretorias, ocupando duas vezes o cargo de presidente (1954-1955) e foi parte três vezes do conselho fiscal. Ícaro de Castro Mello também participou de quatro das dez diretorias no período de 1943 a 1962, sendo três vezes presidente (1956 – 1961) e, uma vez como vice.

Ano	Presidente	Vice-Presidente	1º Secretário	2º Secretário	Tesoureiro	Conselho Fiscal
1943 - 1946	Eduardo Kneese de Mello	Aldo Ferreira	João Batista Vilanova Artigas	Hélio Duarte	Oswaldo Correia Gonçalves	
1947 - 1948	Eduardo Kneese de Mello	Abelardo de Souza	Hélio Duarte	Plínio Croce	Oswaldo Correia Gonçalves	Luiz de Anhaia Mello, Francisco Kosuta, Carlos A. Gomes Cardim
1949	Eduardo Kneese de Mello	Abelardo de Souza	Lauro de Souza	Carlos Cascaldi	Wilson Maia Fina	Luiz de Anhaia Mello, Francisco Kosuta, Carlos A. Gomes Cardim
1950 - 1951	Oswaldo Arthur Bratke	Roberto de Cerqueira César	Armando Ciampolini	Plínio Croce	Wilson Maia Fina	Rino Levi, Dácio Moraes, Rubens Gouveia Carneiro Vianna
1952 - 1953	Armando Ciampolini	Marcial Fleury de Oliveira	Philip Lohbauer	Gilberto Junqueira Caldas	João Cerpa de Albuquerque	Oswaldo Arthur Bratke, Rino Levi, João Cacciola
1954	Rino Levi	Adriano Ciampaglia	Mário Pucci	Arnaldo Paoliello	Alberto José Schaefer	Dácio Moraes, Alfredo Becker, Mauaício Santos Cruz
1955	Rino Levi	Ícaro de Castro Mello	Oswaldo Correia Gonçalves	Rubens Correia Carneiro Vianna	Wilson Maia Fina	Oswaldo Bratke, Eduardo Kneese de Mello, Roberto Cerqueira César
1956	Ícaro de Castro Mello	Walter Saraiva de Mello	Rodolpho Ortenblad Filho	Ruy Gama	Lauro da Costa Lima	Eduardo Corona, José Augusto Belucci, Plínio Croce
1957 - 1958	Ícaro de Castro Mello	Lauro da Lima Costa	Luiz Roberto Franco	Ruy Gama	José Augusto Belucci	Victor Reiff, Rino Levi, Eduardo Kneese de Mello, Francisco Beck
1959 - 1961	Ícaro de Castro Mello	João Batista Vilanova Artigas	Alfredo Paesani	João Manuel Guedes Sobrinho	Victor Reiff	Fábio Penteadó, Lauro da Costa Lima, Francisco Beck, Eduardo Kneese de Mello

Tabela 11: Diretorias do IAB/SP (1943 - 1962)

Inicialmente, o IAB/SP “usava como sedes provisórias para suas reuniões, os escritórios de arquitetura dos diretores” (IAB nº 01, 1954). Depois, ocupou uma sala no subsolo do Edifício Esther, localizado à Praça da República:

“Essa sede marca, por assim dizer, o início das atividades sociais do IAB – São Paulo. O salão, frequentemente cedido para exposições, torna-se ponto de reunião de um grande número dos artistas de São Paulo. Expuseram ali, entre outros, Oswald de Andrade Filho, Bonadei, Tarsila e Aldemir Martins, este último com sua primeira mostra entre nós. Foram ali recebidas algumas importantes personalidades, entre as quais Paul Lester Wiener e Richard Neutra. O movimento Música Viva dava ali suas audições” (IAB nº 01, 1954, p.01).

Em 1953, com a construção do projeto ganhador do concurso do qual eram autores Rino Levi, Abelardo de Souza, Galiano Ciampaglia, Miguel Forte, Hélio Duarte, Jacob Ruchti, Roberto Cerqueira César e Zenon Lotufo, as reuniões passaram a acontecer na sede à Rua Bento de Freitas. Segundo Ficher (1989), o novo edifício que começou a abrigar, além da sede do IAB/SP, o escritório de diversos arquitetos, “todos sócios da entidade e profissionais liberais”, tornou-se um modelo da nova estética na cidade de São Paulo. Foi nesse espaço que grandes debates, encontros e congressos foram promovidos. Para Durand (1972), os assuntos debatidos no IAB/SP refletiram o esforço que o Instituto imprimiu para “garantir uma posição competitiva no mercado de trabalho”.

3.2.4. Espaço comum das lutas conjuntas - a aliança entre arquitetos e artistas

A partir da fundação do IAB/SP, em 1943, os diretores do Instituto frequentaram diversos espaços socioculturais da cidade, participando da organização e projeto de alguns deles. A presença de arquitetos nos museus, nos institutos de línguas estrangeiras e associações mostrava a intensa atividade do IAB/SP (DEDECCA, 2012). Após o fim da Segunda Guerra Mundial, o centro de São Paulo onde o IAB/SP se localizava, transformou-se em um espaço de socialização do moderno:

“Ao lado da eclosão de novas linguagens, plurais e heterogêneas, a constituição das organizações de cultura, os museus, bibliotecas, cinemas, teatros, livrarias e galerias, conferiram lastro material à produção e adensaram o debate, local e internacionalmente. Em um perímetro facilmente percorrido a pé, os bares, restaurantes e confeitarias que pontilhavam o centro expandido se tornavam pontos de encontro com importante papel socializador, reunindo jovens, estudantes, professores, intelectuais, artistas e políticos” (DEDECCA, 2012, p.34).

Além de todos esses equipamentos culturais, grande parte dos arquitetos trabalhavam e moravam no centro:

“No Esther, por exemplo, instalam-se Rino Levi, Bernard Rudovsky ... alguns arquitetos concentravam-se no centro velho; caso de Eduardo Kneese de Mello - Largo da Misericórdia, 23. Jacques Pilon e Francisco Matarazzo Neto tinham escritório inicialmente na Rua Senador Paulo Egydio, transferindo-se para o Edifício Anhumas quando este é concluído (Rua Marconi, 107) por volta de 1940. Muitos já se instalaram no centro novo [Francisco Beck –

Avenida São João, 324; Bratke e Botti – Rua Marconi, 138 (depois Bratke na Rua Avanhandava, 136); Lucjan Korngold – Rua Conselheiro Crispiniano, 79; Carlos Millan, Roberto Aflalo e Plínio Croce – Rua Barão de Itapetininga; Eduardo de Toledo Piza – edifício Esther; Gregori Warchavchik – Rua Barão de Itapetininga, 120] ... outros arquitetos também tinham escritório situado no trecho entre o Viaduto do Chá e a Praça da República: Aldo Calvo, Manilo Cosenza e Giuseppe Severo Giacomini, na Rua Barão de Itapetininga 275; Carlos Cascaldi, Leo Ribeiro de Moraes e João Batista Vilanova Artigas na Rua Dom José de Barros, 337 esquina com a Avenida São João; Luis Saia na Rua Marconi, 87; Miguel Forte na Praça da República, 79 e Jacob Ruchti na Barão de Itapetininga 124. A partir da inauguração da sede do IAB-SP, muitos arquitetos transferem-se para o edifício (1948), como forma de demonstrar a união do grupo em torno das entidades de classe, propiciando debates e encontros frequentes: Rino Levi e Eduardo Kneese de Mello (ambos com todo um andar), Vilanova Artigas, Miguel Forte (1950), Fábio Penteadó” (NASCIMENTO, 2003, p.37).

Foi nesse contexto urbano que foram inaugurados os museus – o Museu de Arte de São Paulo (MASP) em 1947 e o Museu de Arte Moderna (MAM) em 1948 – e as Faculdades de Arquitetura do Mackenzie em 1947 e a FAUUSP em 1948. Segundo Saia (1959), “a frequência dos artistas pelos arquitetos e dos escritórios de arquitetura pelos artistas se tornou um fato corriqueiro e, por isso mesmo, pouco percebido, em que pese a enorme importância de tal acontecimento”. Para Dedecca (2012), com a criação das escolas autônomas de arquitetura e a fundação dos IAB/SP na mesma região:

“... os arquitetos se afastam dos espaços de debate politécnico (como o Instituto de Engenharia que ocupava o Palácio Mauá, no Viaduto Dona Paulina) e passam a frequentar, com regularidade crescente, outros meios voltados a discussão mais ampla da cultura. Um novo convívio que, além de lhes libertar das amarras beaux-artianas, permitiu aos jovens arquitetos uma atualização e uma união sensível e comportamental à inteligência mais viva na cidade daqueles anos” (DEDECCA, 2012, p.44).

Os arquitetos transitavam entre os ambientes – da arquitetura às artes, às discussões profissionais – além da execução dos projetos dos espaços em que essas atividades eram realizadas:

“Pois, ao mesmo tempo em que este espaço social e cultural mais amplo dá âmbito e forma à sua experiência sociocultural, os arquitetos deixam suas marcas na cena cultural, em um momento em que tais trocas se entrelaçam intimamente com a vida pública da cidade” (DEDECCA, 2012, p.35).

Certamente, o contato dos arquitetos com os outros meios que frequentavam, teve reflexo em suas práticas. Da mesma forma, os arquitetos levavam para esses ambientes a sua leitura daquele tempo, influenciando as outras artes, todas no contexto do moderno.

A primeira manifestação do moderno²³ que reuniu artistas e arquitetos ocorreu antes da fundação do IAB/SP. Em 1922, aconteceu a Semana de Arte, tendo como enfoque as artes e as letras. Seus organizadores, o “grupo modernista”²⁴ que se reuniu em São Paulo, procuraram a interdisciplinaridade. Conforme Zanini (1983), a ideia central da Semana de Arte Moderna de 1922:

“... foi de torná-la uma expressão interdisciplinar. A presença da poesia, da música, da dança e de uma exposição de artes visuais, por entre alguns discursos de fundo teórico que pregavam as razões do Modernismo, quase fizeram da Semana um espetáculo completo sob este aspecto. Faltariam o teatro e o cinema” (ZANINI, 1983, p.534).

Acrescentou que a aproximação com as realizações das vanguardas europeias no mesmo período, pretendida pelos organizadores, foi atingida “apenas parcialmente”. Afinal, nesse tempo:

“... o futurismo, a abstração e o Construtivismo russo, como o movimento De Stijl, já eram formulações de longo e sólido desenvolvimento pela segunda década do século. Desde 1919, idealizada pelo arquiteto racionalista Walter Gropius (1883-1969), a Bauhaus se havia proposto a preencher o vazio aberto entre o artista e a civilização industrial. A potente ação Dada estava cumprida ... Em 1912 Duchamp havia abandonado a pintura e instaurava uma própria dialética artística. Enquanto isto, aqui mal se saía do estado de letargia imposto pelos padrões acadêmicos, pagando-se seríssimo tributo a essa submissão sem horizontes” (ZANINI, 1983, p.540).

Quanto à arquitetura, “a mostra compreendia aceno à arquitetura, estando-se, porém, ainda longe do enraizamento local da problemática racionalista”. Zanini (1983) lembrou que o entusiasmo com o estilo neocolonial, na época, trouxe “equívocos” ao desenvolvimento da arquitetura.

Depois da realização da Semana de Arte Moderna de 1922, surgiram, na cidade de São Paulo, diversos núcleos artísticos em que seus participantes possuíam ideias afins e as difundiam através das obras de arte, assim como seu posicionamento diante da sociedade. O meio paulista, nesta época, era distinto dos primeiros modernistas, representado majoritariamente por imigrantes que se destacavam com “mais ímpeto os conteúdos sociais” e propiciou a criação de diversas associações e exposições.

²³ Segundo Zanini (1983), o Modernismo no Brasil foi resultado de uma “transformação pretendida” embasada “na absorção de tendências mais avançadas da cultura e da arte do Velho Mundo, havendo consciência da necessidade de se introduzir nessa atualização um conhecimento aprofundado da realidade nacional”. O Modernismo foi “antes de mais nada uma busca em bruto de libertação”.

²⁴ Em 1921, faziam parte do “grupo modernista” quatro pintores – “Anita Malfatti, Di Cavalcanti, Vicente de Rego Monteiro e John Graz e um escultor: Victor Brecheret” entre os escritores estavam “Mário de Andrade, Menotti del Picchia, Guilherme de Almeida, Agenor Barbosa e Plínio Salgado”. Além destes, Armando Pamplona – interessado em cinema – Antônio Garcia Moya – arquiteto – e Rubens Borba – historiador (ZANINI, 1983).

Ao final de 1932, na cidade de São Paulo, foram criados a Sociedade Pró-Arte Moderna (SPAM)²⁵ e o Clube dos Artistas Modernos (CAM)²⁶.

Entre os anos de 1935 e 1936, um grupo de artistas de “origem social modesta” passou a se reunir em ateliers improvisados no Palacete Santa Helena - eram quase todos de famílias de imigrantes italianos, autodidatas ou ex-alunos do Liceu de Artes e Ofícios. Para Zanini (1983), os santa helenistas²⁷ não se aproximaram das vanguardas e nem das regras acadêmicas, praticando um modernismo contido. Suas pinturas estavam relacionadas a “paisagens humildes despojadas, os arrabaldes operários anônimos, as naturezas-mortas, a figura humana popular, os temas religiosos e alguns raros motivos por onde definiram as limitações do seu próprio quadro de vida” (ZANINI, 1983).

Os membros do Grupo Santa Helena participaram das iniciativas da Família Artística Paulista. A segunda amostra realizada pela FAP teve a participação de João Batista Vilanova Artigas, na época, ainda estudante de arquitetura (ZANINI, 1983). Segundo Buzzar (1996), seu contato com a FAP “ofereceu a Artigas a possibilidade de um debate artístico e cultural maior, que a Poli não possibilitava”.

Em 1937, dois novos acontecimentos reuniram os artistas paulistas – a realização dos Salões de Maio e a criação da Família Artística Paulista (FAP). O Salão de Maio teve três edições, entre os anos de 1938 e 1939, com a participação de artistas nacionais e internacionais como Joseph Albers e Alexander Calder.

Em 1942, foi concluído o edifício da Biblioteca Municipal, que funcionava desde 1926 em casas alugadas no centro de São Paulo. Nascimento (2003) destacou o papel “didático” que o espaço da Biblioteca Municipal passou a oferecer após sua inauguração. A Seção de Arte organizou exposições de artistas europeus, auxiliando a formação dos artistas locais, contando em seu acervo com obras e

²⁵ A SPAM “reunia muitas das figuras do primeiro modernismo, era uma sobrevivência dele e dos hábitos locais de fazer a alta classe patrocinar a arte”. A Sociedade teve fim no ano de 1934 e realizou duas exposições de arte na cidade de São Paulo durante sua existência (ZANINI, 1983).

²⁶ O CAM, por sua vez, criado por Flavio de Carvalho, Di Cavalcanti entre outros, não contava com o patrocínio das elites paulistanas. Seu objetivo era criar um mercado para as obras de arte produzidas serem vendidas e expostas. Assim como a SPAM, finalizou suas atividades em 1933 (ZANINI, 1983).

²⁷ Foram participantes deste grupo os pintores Francisco Rebolo Gonsales, Mario Zanini, Aldo Bonadei, Alfredo Volpi, Clovis Graciano, Fulvio Pennacchi entre outros (ZANINI, 1983).

livros de Tarsila do Amaral, Di Cavalcanti, Anita Malfatti, Portinari, dentre outros. As demais seções da biblioteca também atraíram diversos frequentadores:

“Todas as seções atraíram os professores das faculdades, escritores, intelectuais e estudantes, transformando-se em verdadeiro ponto de encontro. Cumpre destacar que, antes da criação do MASP e do MAM, o auditório funcionava como principal espaço da cidade para palestras, cursos e conferências, além de ser o local dos congressos, de reunião de intelectuais e de jovens estudantes e a própria biblioteca, na ausência de instituições museológicas exerce papel de “museu imaginário”, só que na concepção de Mário de Andrade, por meio dos livros a possibilitar um vasto repertório visual” (NASCIMENTO, 2003, p.79).

Enquanto os museus não eram inaugurados, algumas galerias de arte fizeram o papel de difusores da arte paulistana e iniciaram a comercialização das obras. A Galeria Guatapará sediou a “I Exposição de Arte Moderna”, organizada pela Sociedade Pró-Arte Moderna (SPAM). Também serviram de espaços de exposição, o hall do Hotel Esplanada, a loja “Casa e Jardim” e as Galerias Domus e Itá. Segundo Nascimento (2003), o espaço do edifício do IAB/SP e o Clube dos Artistas e Amigos das Artes (Clubinho), além de algumas livrarias, também foram espaços de exposição bastante explorados.

Em 1947, foi fundado o MASP por Assis Chateaubriand, Pietro Maria Bardi e Lina Bo Bardi. Para Leon (2006), “pode-se ver o MASP como amálgama das grandes discussões políticas-ideológicas do mundo daquele período e também da relação do Brasil com esse mundo”. O MASP ocupava um andar do edifício dos Diários Associados à Rua 7 de Abril onde Pietro Maria Bardi promoveu diversos eventos como cursos, conferências e apresentações com o objetivo de formar o público frequentador do Museu. Outro objetivo implícito na criação do Museu foi a intenção de Pietro Maria Bardi em “atualizar o gosto do público”, sendo defensor do projeto moderno aliando “às novas técnicas, ao mundo industrial”. Um dos principais feitos foi a criação do Instituto de Arte Contemporânea – IAC – que ministrava cursos livres²⁸ de arte com duração de um ano (LEON, 2006).

²⁸ Seriam os cursos ministrados de História da Arte, Noções de Arquitetura, Teoria da Forma com aulas de Geometria, Teoria do Espaço, Teoria da Cor e da Luz, Estudo dos Materiais, Composição e Teoria da Construção. Além destes, alguns cursos complementares foram planejados conforme o programa do IAC descrito por Leon (2006) como o da “Arquitetura Acústica”, ministrado por Rino Levi, “Arquitetura dos Jardins”, por Roberto Burle Marx e “Evolução do Concreto Armado” por Pier Luigi Nervi.

Diversos arquitetos do IAB/SP foram membros da Congregação do IAC, como Eduardo Kneese de Mello, Oswaldo Bratke, Rino Levi, Alcides da Rocha Miranda, Jacob Ruchti²⁹ e a própria Lina Bo Bardi (LEON, 2006). Kneese de Mello, Bratke e Levi foram também professores da FAUUSP. No IAC, Oswaldo Bratke lecionou *Materiais*, Lina Bo Bardi *Elementos da Arquitetura* e Jacob Ruchti foi responsável pela disciplina de *Composição*.

As intenções do IAC foram reproduzidas através do discurso de Pietro Maria Bardi, “formar jovens que se dediquem à arte industrial e se mostrem capazes de desenhar objetos nos quais o gosto e a racionalidade das formas correspondam ao progresso e a mentalidade atualizada”. Localizado dentro do MASP, o IAC proporcionou aos alunos um processo de aprendizagem junto ao Museu (LEON, 2006).

Segundo Zanini (1983), durante seu funcionamento (de 1951 a 1953), o IAC esteve “apoiado nas teorias da Bauhaus”, destacando-se “essencialmente pelo ensino de programação visual”. Leon (2006) mencionou que a Bauhaus à qual o IAC se referia, era a de Dessau e, da mesma forma, ao Instituto de Design de Chicago, citando os nomes de Walter Gropius e Lazlo Moholy-Nagy³⁰. Leon (2006) fez menção a uma fala de Jacob Ruchti – professor do IAC – de que o Instituto se valeu da forma de organização da Bauhaus, após o seu contato com organização industrial norte-americana. Para Leon (2006):

“A Bauhaus que interessava ao IAC parece ser aquela já decantada nos Estados Unidos e harmonizada com as necessidades do grande capital. Desse modo, ficariam excluídas do IAC as vertentes “utopizantes” do Arts and Crafts, presentes na Bauhaus, expressas especialmente no pensamento de William Morris, para quem todo trabalho feito com prazer é arte ... A Bauhaus, escola de arquitetura e design fundada como instituição de base moral, indissociável

²⁹ Jacob Ruchti junto a outros colegas formados no Mackenzie na década de 1940 – Miguel Forte, Plinio Croce, Roberto Aflalo, Carlos Millan e Chen Y Hwa – idealizou a loja “Branco & Preto”. O objetivo destes arquitetos foi criar “uma linha de móveis contemporâneos que pudessem incorporar às casas modernas” (ACAYABA, 1994). Naquele tempo, os projetos modernos passavam a ser construídos e precisavam de uma linha de móveis que estivesse de acordo com a nova espacialidade das moradias projetadas. Afinal, mesmo que o arquiteto fizesse o projeto completo das residências, incluindo o detalhamento de seus móveis, ele não era remunerado para tal. Pensando na industrialização da produção, os móveis desenhados pelos arquitetos da “Branco & Preto” tinham design racional. De acordo com Acayaba (1994), para tal “os móveis eram criados a partir de formas geométricas, de superfícies lisas, da lógica construtiva e do emprego de materiais novos”. A “Branco & Preto” não teve longos anos de duração, tendo fechado suas portas na década de 1960. Dentre seus criadores, Jacob Ruchti passou a ministrar aulas na FAUUSP a partir de 1956 e Carlos Millan em 1959. Entre os trabalhos executados pela loja esteve o detalhamento do mobiliário para a sede do IAB/SP (ACAYABA, 1994).

³⁰ Lazlo Moholy-Nagy foi professor da Bauhaus e migrou para os Estados Unidos, onde abriu inicialmente a Nova Bauhaus e, após seu fechamento dirigiu o Instituto de Design de Chicago. Segundo Leon (2006) ele havia abandonado os conceitos sociais-democratas na Alemanha.

de uma visão de mundo social-democrata, que nasce sobre a égide de uma comunidade de artesãos e artistas, de filiação expressionista parece afastada do ideário do IAC. A vocação é a indústria e o mundo cultural norte-americanos” (LEON, 2006, p.72).

Por sua vez, a aproximação com a Bauhaus de Dessau relacionou-se também à introdução da industrialização ao ensino, iniciada por Walter Gropius e seguida por Hannes Meyer³¹ – responsável pela introdução efetiva do ensino de arquitetura na escola a partir de 1928. Leon (2006) destacou que, no período da criação do IAC, foi criada, na Alemanha, a Escola de Ulm por Max Bill.

Contudo, apesar de tantas referências, aponta:

“... com a imprecisão e as generalizações com que Bardi e Ruchti se referem à Bauhaus e ao Instituto de Design de Chicago, aquilo que alguns autores já observavam a respeito da Bauhaus: a riqueza e a intensidade dos debates sobre arte, seu papel de decantação das vanguardas artísticas, os embates políticos havidos na escola, as referências a ela após o seu fechamento tenderam a transformá-la em referência mítica no ensino de na prática do design e da arquitetura, sem que estudassem mais detidamente seu programa e seu funcionamento, o que foi feito depois da II Guerra Mundial, e a partir, sobretudo, da crise do projeto moderno” (LEON, 2006, p.94).

A relação, entre os cursos do IAC com o curso de arquitetura, oferecido na cidade de São Paulo na FAM e na FAUUSP, foi complementar. Segundo Leon (2006), os cursos do IAC “preenchem uma lacuna detectada nos cursos de arquitetura existentes”. Além disso, contava com professores arquitetos que passaram, em 1962, com a reforma do ensino, a lecionar na FAUUSP, como Jacob Ruchti e Flavio Motta.

Em depoimento, muitos anos após o fechamento do IAC, Pietro Maria Bardi comentou:

“A Escola de Design do MASP permitiu que os arquitetos, autores da renovação, preciosos ensinadores, reunissem jovens atentos e dispostos a seguir novos caminhos ... Tudo mudava de forma. O estilo então em voga, o racionalismo que teve então o impulso da tríade Wright, Gropius e Le Corbusier, andava vencendo, limpando a arquitetura do enfeite e o design se adaptava pontualmente” (LEON, 2006, p.155).

Além de adotar a linguagem moderna, sem ornamentos, o IAC não se alinhou ao “ideário utópico socialista”, buscando relações próximas com a indústria e com os potenciais compradores de suas criações (LEON, 2006).

Em 1948, outro museu foi inaugurado, o MAM, Museu de Arte Moderna, dependente do acervo da família Matarazzo. Por conta da parceria do MAM com o MoMA – Museu de Arte Moderna de Nova York – foram doadas por Nelson Rockefeller diversas obras de arte para o Museu de Arte

³¹ Segundo Droste (2001), Hannes Meyer não era a favor da industrialização pela reprodução em massa sem a concepção social.

Moderna de São Paulo e a seus futuros parceiros que seriam criados no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Enquanto o Museu não era inaugurado, as obras ficaram sob a guarda do IAB/SP “por preencher os requisitos de neutralidade e responsabilidade e pela relação de muitos arquitetos ligados ao Instituto também estarem envolvidos no projeto da futura instituição museal”(NASCIMENTO, 2003).

Os arquitetos desempenharam diversas funções no MAM:

“Participam deste grupo João Batista Vilanova Artigas (escritura, diretoria artística, conselho da administração, comissão de arquitetura e adaptação da sede), Salvador Candia (escritura), Carlos Cascaldi (escritura), Roberto Cerqueira Cesar (escritura), Galiano Ciampaglia (escritura), Manilo Cocenza (escritura), Miguel Forte (escritura e comissão de exposições), Giuseppe Severo Giacomini (escritura), Virgilio Isolda (escritura), Gilberto Junqueira Caldas (escritura), Eduardo Kneese de Mello (escritura e conselho de administração), Rino Levi (escritura, 1º secretário/diretoria e conselho da administração), Leo Ribeiro de Moraes (escritura), Jacob Ruchti (escritura, conselho de administração e comissão de folclore), Gregori Warchavchik (escritura e conselho de administração) e Roger Henri Weiler (escritura)” (NASCIMENTO, 2003, p.21).

Dentre esses, João Batista Vilanova Artigas foi o responsável pela organização do espaço da sede do Museu que ocupou um andar no Edifício Guilherme Guinle. Outro arquiteto, Jacob Ruchti, foi responsável pela direção artística do MAM. Segundo Nascimento (2003):

“O projeto elaborado por Artigas, embora modesto devido às proporções do local, gera os espaços utilizados pela entidade por nove anos: em área bastante reduzida cria ambientes despojados se comparados com outras tipologias de museus, tentando ao máximo eliminar paredes e interferências, a fim de criar uma sensação de leveza e continuidade espacial. Baseando-se no vocabulário da Arquitetura Moderna para museus - configuração de espaços universais, funcionais, formados por plantas livres e flexíveis, neutros e sem mediação entre ambiente e obra exposta, trabalha na medida do possível com a ideia de “museu branco” -, tentando introduzir, mesmo que em uma adaptação a máxima imparcialidade em relação à apresentação das obras, isolando tudo que possa prejudicar sua fruição, num ambiente sem sombras e limpo” (NASCIMENTO, 2003, p.147).

O programa contou com uma grande sala para exposições coletivas, uma sala menor para exposições individuais e os corredores para “exposições didáticas”. Além desses e dos ambientes de apoio, o museu abrigou um bar e uma sala de estar, criando um espaço de “convívio e discussão”. O bar foi um espaço diferencial no MAM, um lugar para “ver e ser visto”, chegando a abrigar algumas mostras menores. Após realizar o projeto para a sede, João Batista Vilanova Artigas foi responsável pelo projeto dos espaços da primeira exposição do museu – “Do Figurativismo ao Abstracionismo” – inaugurada em 1949 (NASCIMENTO, 2003).

Uma grande contribuição do MAM foi a organização da I e II Bienal de Arte de São Paulo³².

A I Bienal ocorreu em um pavilhão projetado na Avenida Paulista por Eduardo Kneese de Mello. Posteriormente, com os preparativos da comemoração do quarto centenário da cidade de São Paulo, o museu e a própria Bienal deslocaram-se para o Parque do Ibirapuera. Nesse período, João Batista Vilanova Artigas e Luis Saia acusaram o museu de possuir “posição pró-imperialista”³³, pois acreditaram que a Bienal tinha como objetivo um caráter doutrinário.

Foi na I Bienal que o movimento Concreto teve desenvolvimento com a exposição de Max Bill no MASP. No ano seguinte, em 1952, o grupo realizou a exposição Ruptura, no MAM, produzindo manifesto com o mesmo nome (ZANINI, 1953). Segundo Brito (1999), o breve contato com Max Bill trouxe ao movimento alguns conceitos de herança:

“O concretismo, por exemplo, pretendia intervir diretamente no centro da produção industrial e se preocupava explicitamente em levar adiante o “sonho suíço” de transformar o ambiente social contemporâneo. ... Mobilizava-se totalmente no sentido de estabelecer uma dinâmica progressista no campo cultural do país” (BRITO, 1999).

A Arte Concreta de Max Bill, além de propor a transformação do ambiente social europeu entre as guerras e, posteriormente após a Segunda Guerra Mundial, visou uma nova tentativa de fazer aquilo

³² Zanini (1983) lembra que a Bienal foi criticada por trazer uma ruptura ao desenvolvimento artístico na cidade de São Paulo “de escasso contato com o meio internacional”. Este renovo do intercâmbio dos artistas com obras externas através da Bienal trouxe uma nova fase na produção de arte nacional. Em sua primeira edição, a Bienal contou com diversos arquitetos em seu conselho administrativo como Eduardo Kneese de Mello, João Batista Vilanova Artigas (mesmo divulgando um texto contra sua realização), Jacob Ruchtí, Luís Saia e Miguel Forte. Foram responsáveis pelo projeto do espaço onde realizou-se a Bienal Eduardo Kneese de Mello e Luís Saia, projetando um pavilhão temporário no parque do Trianon (BIENAL, 1951). Segundo as palavras de Francisco Matarazzo Sobrinho a Bienal concretizava o objetivo do MAM de promover um “Festival Internacional de Arte”. O objetivo da Exposição Internacional de Arquitetura da era exibir de forma simples “expressões da arquitetura moderna do mundo inteiro”. A Exposição teve arquitetos premiados e a comissão julgadora era composta por um membro do MAM, um do IAB/SP e dois outros arquitetos “de renome internacional” (BIENAL, 1951). A II Bienal teve como responsáveis pela Exposição Internacional de Arquitetura Eduardo Kneese de Mello, Francisco Beck, Giuseppina Pirra e Oswaldo Artur Bratke. Para o júri dos prêmios, além de Eduardo Kneese de Mello, Francisco Beck e Oswaldo Artur Bratke foram convidados Salvador Candia e Mario Henrique Glicerio Torres (BIENAL, 1953). Uma das principais atrações da exposição foi a Sala Especial dedicada a Walter Gropius – a quem foi concedido um prêmio pelo júri oficial. Foram expostos trabalhos de outros arquitetos como Alvar Aalto, Charles Eames, Philip Johnson, Mies van der Rohe, Frank Lloyd Wright; entre os brasileiros Roberto Burle Marx, Eduardo Corona, Lucio Costa, Ícaro de Castro Mello, Oscar Niemeyer – com o projeto do Parque do Ibirapuera.

³³ O IAB/SP divulgou em diversos Boletins as atividades do Museu, como a Premiação oferecida no Concurso entre Escolas de Arquitetura da II Bienal do Museu (Boletim IAB nº 01, 1954); as exposições realizadas como as de Luçart, Di Cavalcanti e outras (Boletins IAB nº 05, 09, 11, 1954); concurso de cartazes promovidos pela instituição (Boletim IAB nº 24, 1955).

que o movimento moderno não havia conseguido – utilizar a industrialização para a transformação social:

“Sobre o passado dessa tradição, a arte concreta (1936) pretendia operar duas transformações / continuações básicas: a incorporação radical de processos matemáticos a produção artística – levando às últimas consequências as ideias de um Vantongerloo, por exemplo – e o estabelecimento, com suportes mais firmes, do projeto construtivo de integração da arte na sociedade industrial, resultando na abertura da Escola de Ulm (Escola Superior da Forma) em 1951. A arte concreta se pretendia uma espécie de consciência da idade adulta das tendências construtivas – uma sequência do movimento moderno, fortemente abalado depois da Segunda Guerra Mundial – e representava a saída típica para essas tendências nas sociedades capitalistas contemporâneas” (BRITO, 1999, p.37).

Para Brito (1999), “tratava-se não apenas de transformar procedimentos, métodos e teorias de produção, mas também de repensar uma atividade cuja inserção social já não se fazia mais “naturalmente””. No entanto, essa tentativa apenas distanciava o artista de atingir seu objetivo:

“... a arte concreta tornava-se na década de 40 e no início da de 50 sinônimo de um trabalho racionalista, objetivista, privilegiador de procedimentos matemáticos e de uma integração positiva com a sociedade. Ela cerrava fileira em torno da participação do artista – transformado numa espécie de designer superior, pesquisador de formas a serem aproveitadas pela indústria – nos vários setores da vida urbana da complexa sociedade industrial. A Escola Superior da Forma, em ULM, é em muitos sentidos o prosseguimento da Bauhaus, adaptado às circunstâncias históricas dos anos 50” (BRITO, 1999, p.38).

Em São Paulo, Waldemar Cordeiro foi o “responsável” pelo movimento Concreto, que objetivava a “implantação da arte na sociedade que ultrapassasse os limites da moldura do quadro”. Para Zanini (1983), “em São Paulo, a necessidade de ir além dos puros valores estéticos impunha-se normalmente aos artistas, seja pelo seu encaminhamento profissional como pela busca de formação técnica numa cidade industrializada”.

Os concretistas passaram a defender a “fundamentação social” de sua arte de duas formas – através do Expressionismo ou do Realismo Social do Partido Comunista. Com as Bienais:

“A polêmica que se estabeleceu por ocasião da abertura da I Bienal de São Paulo, e mais tarde quando da segunda edição, dá a medida do confronto havido entre os adeptos das tendências não figurativas e seus adversários defensores do Neo-Realismo³⁴. Nos jornais comunistas e revistas intelectuais eram comuns os artigos contra a exposição, acusada de se colocar a serviço do imperialismo por abrigar abstracionismo, considerado impopular e condenado também em nome de uma suposta arte nacional. Todavia, o Neo-realismo que o PC defendia era produto de uma determinação ideológica para a prática internacional. No sentido inverso,

³⁴ Para Zanini (1983) uma das representantes da tendências Neo-Realista foi Virginia Artigas, esposa de Vilanova Artigas que em 1951 escreveu um artigo posicionando-se contra as Bienais.

a posição dos artistas abstratos – entre os quais numerosos de convicção comunista – era de absoluto desprezo pelas normas estabelecidas pelo partido. O Neo-Realismo era por eles exorcizado como um produto de um dirigismo estético/político confinado na ilustração acadêmica, o que geralmente foi o caso” (ZANINI, 1983, p.645).

§

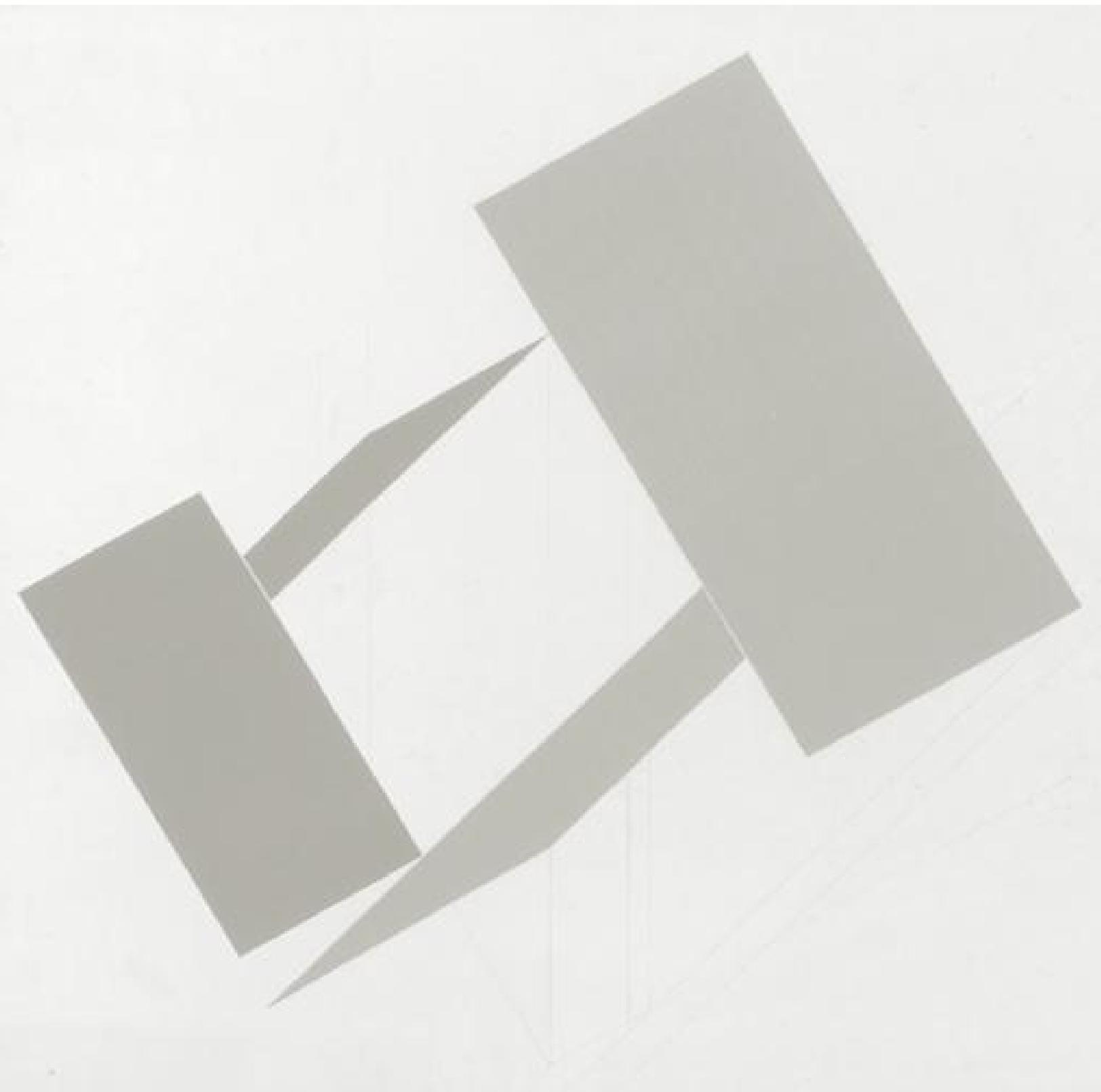
Diante das circunstâncias expostas, deve-se observar que diversos fatores cooperaram para o estabelecimento das escolas de arquitetura. No caso da FNA e da FAUUSP, a intervenção dos arquitetos através do IAB/SP, entregando uma proposta de organização de escolas autônomas de arquitetura ao presidente em 1945, foi fundamental. Portanto, pode-se dizer que, desde os primórdios, as transformações no ensino de arquitetura foram resultado da relação entre as escolas e o instituto que organizou a categoria profissional, o IAB.

O IAB/SP destacou-se, em outro aspecto, como espaço de socialização e de distribuição de seus representantes em diversos ambientes culturais da cidade de São Paulo. Dessa forma, além de sofrerem a interferência de outros artistas que buscavam se estabelecer segundo princípios modernos, os arquitetos puderam usar esses espaços como cenários de sua atuação. No sentido de compreender como os arquitetos mudaram de atitude quanto a sua atuação profissional e ao ensino, e por que meios entraram em contato com o moderno, procurou-se identificar algumas influências que foram atuantes no Brasil no período pesquisado.

Imagem 04: Konstruktion, Hannes Meyer, 1927

Fonte: <http://www.writedesignonline.com>

4. AS INFLUÊNCIAS



As influências que culminaram na Reforma do ensino de 1962 da FAUUSP foram múltiplas. Especialmente, porque não trataram exclusivamente do ensino, mas foram reflexo das mudanças na atuação profissional do arquiteto e do paradigma estético moderno. Mais do que isso, deve-se apontar que as mudanças ocorridas na profissão e no ensino de arquitetura na cidade de São Paulo foram reflexo de discussões que estavam ocorrendo em outros países.

Lira (2011) comentou que ao presenciar a Reforma, na Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro na década de 1930, Gregori Warchavchik constatou que as mudanças ocorridas não foram apenas fruto da vontade do governo local. O Rio de Janeiro se tornou mais um palco de uma “onda reformista específica, que se espalhava pelas instituições de ensino de arquitetura mais avançadas da Europa, empenhadas na revalorização da dimensão construtiva contra uma visão do projeto como atividade decorativa”. Esse foi o caso da ENBA, no qual os alunos buscaram a liberdade para criar com conhecimentos técnicos-construtivos, longe dos manuais franceses.

Em São Paulo, a reforma no ensino não buscava apenas essa liberdade. Criada em meio à Escola Politécnica, a FAUUSP possuiu, em seu currículo, diversas disciplinas – consideradas por vezes até em excesso – sobre a construção em si. Em parte, o que se esperava era uma reforma que permitisse a liberdade criativa, através da adoção do estilo moderno, e a atuação do arquiteto como humanista em pleno desempenho de sua função social.

Na Europa, fonte de influências que visitaram o Brasil, o moderno “não era um estilo, e sim uma causa” para parte dos profissionais que o vivenciaram e praticaram:

“Os arquitetos e urbanistas, os críticos, os sociólogos, os economistas ... são aqueles para os quais a arquitetura “moderna” não era apenas formas depuradas e técnicas contemporâneas, mas também e sobretudo a tentativa de participar, ao nível da construção do ambiente, na transformação da sociedade” (KOPP, 1990, p.14).

A introdução dos preceitos da arquitetura moderna, no Brasil, teve, em parte, esse objetivo de transformação da sociedade. Porém, pelas diversas vias que percorreu, o “modernismo” recebeu outras influências e teve variações desse viés na arquitetura, nas artes e na cultura nacional, incluindo as diferenças regionais entre Rio de Janeiro e São Paulo. Este capítulo tem, como objetivo, apontar as influências que chegaram ao Brasil e impactaram tanto o ensino como a atuação profissional do arquiteto a partir da divulgação do moderno.

4.1. As influências externas

Uma das influências externas foi a Bauhaus, escola criada na Alemanha, na cidade de Weimar, em 1919, por Walter Gropius. Ao fundá-la, em 1919, Gropius definiu, em seu manifesto, que seus objetivos seriam: “em conjunto, artistas e artesãos deveriam criar a estrutura do futuro”:

“Com o primeiro programa Bauhaus, Gropius transformou as ideias reformadoras do período revolucionário e pós-revolucionário num programa pedagógico da escola. Mas a Bauhaus queria ser mais do que a fusão de uma academia com uma escola de artes e ofícios: a sua formação foi, pelo contrário, dominada pelo objetivo simbólico e prático de “Bauen” (estrutura). De acordo com os ideais do “Arbeitsrat”, construir para Gropius era uma atividade social, intelectual e simbólica. Ele reconciliava disciplinas e vocações anteriormente separadas, unindo-as para uma tarefa em comum: a construção destinava-se em eliminar as diferenças e unir o povo com o artista” (DROSTE, 2001, p. 19).

A Bauhaus teve três fases distintas em diferentes cidades. A primeira data da sua fundação, em 1919, até a mudança para Dessau em 1925. A segunda se refere ao período da escola em Dessau – de 1925 a 1932. A última foi do curto período de um ano na cidade de Berlim, de 1932 a 1933, quando a escola foi fechada.

No primeiro período, não se pôde falar de uma formação completa em arquitetura, mas algumas atividades indicaram o início de sua abordagem pela escola, como aulas de *Desenho técnico e de projeção* e alguns projetos de urbanização (DROSTE, 2001). Quanto à forma de ensino, a Bauhaus incluiu, em seu currículo, as práticas em atelier, através do qual estabeleceu-se, na escola, o “ensino bipolar” com dois professores – “para cada atelier foi designado um Mestre da Forma, de modo a que o aprendiz – que tinha que desenvolver seu próprio esboço - tivesse sempre dois professores: um artístico e outro artesanal”. Segundo Droste (2001):

“As aulas paralelas com um artista e um artesão ofereciam aos estudantes a possibilidade de receberem uma educação mais vasta do que um único mestre poderia oferecer, produzindo, assim, esboços elaborados do ponto de vista artesanal e artístico. Gropius escreveu mais tarde: “Era necessário trabalhar com dois professores diferentes, pois não havia artesãos com imaginação suficiente para resolver os problemas artísticos, nem artistas com conhecimentos técnicos suficientes para se responsabilizarem por trabalhos oficinais. Uma nova geração tinha de ser treinada primeiro, de forma a poder aliar os dois talentos” (DROSTE, 2001, p. 35-36).

Esse modelo de ensino, através do atelier, influenciou amplamente a conformação do ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil a partir das escolas autônomas de arquitetura. O atelier passou a ser reconhecido como o meio de integração de disciplinas, assim como fora na Bauhaus com a participação de mais de um professor com conhecimentos distintos. O conceito foi de que os alunos

passassem a criar em um ambiente como esse com a participação de professores que os treinassem para isso.

Em Weimar, a Bauhaus era palco de discussões dos alunos com ideias anarquistas, socialistas e conservadoras. O ambiente da escola refletia as discussões europeias da época, iniciadas com a Revolução Russa. Por não serem bem vistos, esses debates geraram uma forte repercussão e por pressões políticas, em 1925, a Bauhaus de Weimar foi fechada, levando Gropius a buscar um novo lugar para a escola.

Nessa primeira fase da Bauhaus, “o objetivo do novo ensino não era mais simplesmente a perpetuação da atividade artística que se bastava a si mesma, mas sim a construção de uma sociedade nova” (KOPP, 1990). Sobre o período da Bauhaus em Weimar, Droste (2001) comentou:

“Não obstante as crises internas, uma falta permanente de fundos e a inimizade política, a Bauhaus de Weimar desenvolveu-se com bastante sucesso nos primeiros seis anos da sua existência. O “sistema de dois mestres” e a integração de teoria e prática constituiu um sucesso. Durante estes anos a Bauhaus produziu uma série de soluções criativas que modificaram a face do “design” nos anos 20 e 30. Nos ateliers, o tipo, a norma e a função eram conceitos-chave por trás das bases importantes da atividade de “design”, conduzindo, em última estância, à emergência – contrariamente as intenções de Gropius – de um certo “estilo Bauhaus” ... O “design” moderno que se desenvolveu na Alemanha nos inícios da Revolução de 1918 foi considerado pelos partidos conservadores como “bolchevique” e “esquerdista”. Esses partidos opuseram-se à Bauhaus desde o princípio e lutaram contra a escola em todas as oportunidades políticas. Apesar de Gropius refutar que o “design” moderno tivesse um caráter político, não foi capaz de proteger a Bauhaus – agora um símbolo da era moderna – contra os ataques” (DROSTE, 2001, p. 114).

Quanto às influências desse ensino, no Brasil, deve-se destacar, além dos ateliers compostos por mais de um professor, a integração entre teoria e prática. Nos conceitos da escola, um professor era artesão e outro mestre da forma. No Brasil, a integração entre teoria e prática passou a ser defendida e para que fosse cumprida, os professores deveriam ter experiência profissional fora da escola, além da experiência didática, de modo a integrar teoria e prática no ensino. Além disso, professores com mais experiência deveriam estar junto de professores mais novos. O destaque para o tipo, a norma e a função como conceitos-chaves também teve influência nas escolas nacionais que passaram a refletir esses conceitos no atelier quanto à necessidade de industrialização e função dos espaços.

O segundo período da Bauhaus iniciou-se com a chegada a Dessau, seguida do projeto e construção de um edifício para a escola e das casas construídas para os professores. Nesse período, o suíço Hannes Meyer foi contratado e o departamento de arquitetura iniciou suas atividades. Outra mudança foi a alteração do programa de ensino da Bauhaus:

“Numa brochura impressa de 1927, o programa da Bauhaus estava completamente reorganizado, sendo dado destaque à arquitetura, subdividida em “estrutura” (Bau) e decoração de interiores (Inneneinrichtung). Os ateliers de metal, têxtil, carpintaria e pintura mural foram todos agrupados nesta última rubrica ... A ênfase do ensino foi transferida para a arquitetura, apesar de estar ainda reservado um lugar importante às “disciplinas livres”. Na prática, este programa revisto teve pouco impacto inicial, pois o departamento de arquitetura contava apenas com um número restrito de estudantes. Os sucessores de Gropius partiram também – com pesos diferentes – de planos de ensino similares, desempenhando a arquitetura o papel central e ponto alto do programa” (DROSTE, 2001, p. 135).

Com a demissão de Gropius, em 1928, Hannes Meyer foi nomeado diretor, para quem o princípio das suas atividades, na escola, era o ensino dirigido ao construtivo-coletivo-funcional. A principal diferença na gestão de Meyer foi:

“Meyer também injetou nova inspiração na filosofia do atelier. Nos “Princípios da Produção Bauhaus”, Gropius tinha declarado que o objetivo principal da Bauhaus era desenvolver modelos para bens industriais. Meyer foi um passo avante. A Bauhaus devia projetar modelos que de adaptassem “às necessidades do povo primeiro, luxo depois”. A palavra “standard”, válidos universalmente e que, graças a produção em massa, estaria ao alcance do maior numero possível de compradores” (DROSTE, 2001, p. 174).

Seu ponto de partida não era a indústria e o design, como o de Gropius, e sim, “a consideração sistemática das necessidades”, necessidades essas do povo. O ensino de arquitetura sob a direção de Hannes Meyer abordou, na teoria de arquitetura, “aquecimento, estática, ventilação, “design” de construção, materiais, cálculo dos raios solares e desenho técnico”. Além disso, Meyer ministrou aulas práticas para projetos de pequenos edifícios, o trabalho de “células cooperativas” e algumas encomendas do setor público. O novo diretor incentivou atividades independentes dos estudantes. Segundo Kopp (1990), quanto a seu ensino:

“Enquanto estabelecimento de ensino, a Bauhaus se situa no centro de todo movimento de contestação dos métodos de ensino, que se desenvolvia na época, se apoiando sobre os métodos elaborados antes da Primeira Guerra Mundial por Maria Montessori, John Dewey, Ovide Decroy e outros e baseando-se no princípio “Learning by Doing”, no qual o aluno não é mais considerado um vaso a ser preenchido, mas como ator da sua própria educação” (KOPP, 1990, p.54).

Pode-se afirmar que esse perfil de ensino adotado por Hannes Meyer teve impacto na reformulação do ensino na FAUUSP. Desejava-se que os estudos se iniciassem, a partir das necessidades, do programa e não mais de estilos ou edifícios tipo. A adoção de novos métodos de ensino que centravam o aprendizado na figura do aluno, de certa forma, estimulavam e afirmavam a liberdade de criação, tão desejada em nossa realidade nacional. Foi na gestão de Meyer que a Bauhaus teve um grupo maior que o de Weimar de alunos de prática comunista:

“O grupo comunista na Bauhaus cresceu assim até atingir proporções consideráveis e argumentava que só se poderia ser um Bauhausler verdadeiro se fosse um marxista, pois apenas o marxismo defendia a liberdade e o progresso e era a única filosofia de vida apropriada aos dias atuais. (DROSTE, 2001, p. 199).

Esse domínio dos alunos de formação comunista levou à demissão de Meyer. Em 1929, tomou posse do cargo de diretor da Bauhaus o arquiteto, já reconhecido Mies van der Rohe. Sob sua gestão:

“Uma alteração fundamental afetou a atividade produtora até agora rica dos ateliers. Mies aboliu-a e decidiu que os ateliers passariam a produzir exclusivamente modelos industriais. A Bauhaus deixava assim, de agir como uma fabricante ou parte de um contrato. Apesar de a decisão de Mies ter agradado aos artesãos locais, que desde a muito viam a Bauhaus como uma concorrente, esta atitude deixava os estudantes impossibilitados de ganharem dinheiro extra durante os estudos ou de se financiar através dos seus trabalhos” (DROSTE, 2001, p. 206).

De acordo com Kopp (1990), a última fase da Bauhaus, sob a direção de Mies van der Rohe, trouxe o afastamento definitivo da escola das “preocupações sociais e dos métodos que aproximavam o ensino da vida real, passando a estudar essencialmente e depois exclusivamente problemas técnicos e formais”. Essa seria a forma com que a Bauhaus chegaria aos Estados Unidos, pois “durante este último período que sua produção tenderá cada vez mais a tornar-se um estilo, o “Estilo Bauhaus” sem relação com a “causa” defendida na Alemanha, mais particularmente durante o período de Dessau” (KOPP, 1990). Sobre as diferenças entre a direção de Hannes Meyer e Mies van der Rohe:

“As diferenças entre Mies e Meyer podem também ser observadas no seu emprego de linguagem. O que Meyer chamava simplesmente de “Bauen” (construção), para Mies era Baukunst (arte de construção). Com Meyer, os estudantes aprenderam como começar uma avaliação sistemática das necessidades, a partir da qual surgiriam quase automaticamente soluções de construção. Seguindo este princípio, a “Formação para a Construção” (título de um livro planejado por Meyer) seria aplicado a qualquer tarefa. Deste modo, os alunos preenchiam todos os centímetros das suas folhas de exercício com cálculos e diagramas, “legitimizando”, assim, os seus esboços com um único olhar. As folhas que sobreviveram dos seminários de Mies estão vazias; os esboços, extremamente, delicados “nadavam” frequentemente em enormes folhas brancas, pois Mies só marcava “tarefas ideais” com poucas especificações. Os exercícios das aulas de Meyer e Mies podem, por conseguinte, ser distinguidos apenas com base no critério visual. Mies suprimiu um aspecto fundamental da formação Bauhaus: a integração da teoria e da prática. Mas este foi precisamente o aspecto que sempre tornou o programa Bauhaus tão notável e que fora respeitado por Meyer. Agora triunfava a teoria. (DROSTE, 2001, p. 214).

Foi justamente a integração entre teoria e prática, suprimida por Mies van der Rohe, que teve reflexos nas mudanças que culminaram na Reforma do ensino da FAUUSP. Essa integração, a partir do entendimento das necessidades, avançou para a solução construtiva, permitindo que o aluno aprendesse a projetar e criar. Esse aprendizado de pensar o projeto foi então, a partir de Mies, colocado em segundo plano na Bauhaus.

Em 1933, sob a direção de Mies van der Rohe, a Bauhaus foi fechada. Conforme Droste (2001), seu fechamento se deu por razões políticas frente ao regime nazista, que “condenaram a arte moderna como fundamentalmente “não alemã”, “estrangeira” e “bolchevique”.

Porém, a influência da Bauhaus, seus diretores e professores não foi interrompida com isso. Alguns anos após ter migrado para os Estados Unidos, na década de 1950, Walter Gropius retomou, em seus textos, as questões sobre o ensino na Bauhaus e a atuação profissional do arquiteto. Gropius (1957) enxergava da seguinte forma o futuro: se os profissionais não tivessem uma formação adequada nas escolas para encarar as novas necessidades e a utilização das vantagens da indústria, a arquitetura não teria o resultado esperado.

Para ele, o currículo de arquitetura da Bauhaus havia sido criado com um curso preparatório seguido de práticas em oficinas. O curso preparatório (de seis meses) introduziu conceitos básicos como proporção, escala, ritmo, luz e sombra. Já a prática nas oficinas (três anos) – uma de artesanato e outra de design – proporcionou o exercício de técnicas manuais. Ao fim da prática nas oficinas, o aluno participava de um estágio em indústrias, para acompanhar, em escala real, o trabalho desenvolvido. Uma terceira fase era opcional, de acompanhamento de obras (GROPIUS, 1957). Com esse currículo, o propósito da Bauhaus foi formar alunos que pudessem exercer, com criatividade, sua atividade profissional:

“Na prática, os estudantes se tornavam então arquitetos, desenhistas, projetistas, industriais, professores, dependendo de suas aptidões pessoais. A meticulosa formação artesanal nas oficinas servia de preciosa bagagem àqueles alunos que não conseguiam penetrar nas difíceis e extensas tarefas da profissão do arquiteto. O ensino gradativo e diversificado da Bauhaus habilitava-os a se concentrarem precisamente na espécie de trabalho que melhor combinasse com as suas capacidades” (GROPIUS, 1957, p.42).

Independente da atividade escolhida pelo aluno, mediante suas habilidades, seria possível exercê-la de forma efetiva. Outra questão importante, valorizada por Gropius na criação da Bauhaus, foi a qualidade de seus professores. Para ele, grande parte da produção da escola estava diretamente relacionada à qualidade dos trabalhos de seus professores fora dela, conceito adotado no contexto brasileiro. A interação entre professores experientes e alunos novatos foi de extrema importância para o desenvolvimento do ensino na Bauhaus (GROPIUS, 1957). Esse caráter esteve presente na escola, mesmo com a direção de Hannes Meyer e Mies van der Rohe, influenciando, no Brasil, a escolha dos professores que lecionavam especialmente as disciplinas de composição.

Quando da sua mudança para os Estados Unidos e sua atuação como professor em Harvard, sua visão de ensino passou a ser a favor da prática e do exercício em busca da solução de problemas reais:

“Quero que o jovem arquiteto seja capaz de encontrar seu próprio caminho, quaisquer que sejam as circunstâncias, que ele crie independentemente formas autênticas, a partir de condições técnicas, econômicas e sociais e ele dadas, em vez de impor uma fórmula aprendida a um ambiente que talvez exija uma solução completamente diversa” (GROPIUS, 1957, p.25).

Em outro país europeu, na França, o Modernismo teve Le Corbusier como seu maior representante. Segundo Kopp (1990), enquanto, na Rússia e na Alemanha, a arquitetura moderna possuía experimentos construídos, na França, contavam-se, nos dedos, os edifícios modernos existentes. Sendo assim, Le Corbusier construiu em seus textos, estudos, croquis, livros e palestras e muitos de seus conceitos.

Difundiu grande parte de suas ideias através dos CIAM – Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna. O primeiro deles ocorreu em La Sarraz na Suíça em 1928. Os CIAMs colocavam o papel a ser desempenhado pela arquitetura diante dos problemas econômicos e sociais, enxergando-a além da estética e da técnica. Esse grupo de arquitetos passaria a reunir-se em prol dessas discussões anualmente³⁵.

No Brasil, através de suas visitas, Le Corbusier participou da concepção de alguns projetos e esteve diretamente ligado à introdução do modernismo. Duas das manifestações da influência de Le Corbusier e seu discurso do moderno, no Brasil, são o Palácio Capanema – sede do Ministério da Saúde e Educação (1936) – e o Plano Piloto de Brasília (1955).

Na Argentina, em uma de suas conferências, em Buenos Aires, intitulada “A Cidade Mundial e Considerações Talvez Inoportunas”, Le Corbusier respondeu o que faria se tivesse que ensinar arquitetura. Por estar na América Latina, o franco-suíço espantou-se com a influência dos tratados de Vignola e deu um alerta para que todos os jovens se afastassem desse tipo de manual e de

³⁵ O segundo CIAM (1929) ocorreu em Frankfurt sob o tema de “Habitação Mínima”, onde diversos projetos de habitação já haviam sido construídos sob a coordenação de Ernst May. Em 1930, foi organizado o terceiro CIAM em Bruxelas, no qual se discutiu sobre as formas de organização da “habitação mínima” como a possível verticalização. O quarto CIAM foi planejado para ocorrer na cidade de Moscou, em 1932, com o tema “A Cidade Funcional”, ampliando a escala de estudos do grupo de arquitetos modernos – da moradia a cidade. No entanto, devido a discordâncias com o governo russo e ao afastamento dos organizadores de posturas políticas, o quarto CIAM ocorre em Atenas, a bordo de um navio, no ano de 1933. O quinto CIAM, ocorreu em Paris, em 1937 com o tema “Residência e Lazer” (KOPP, 1990). O CIAM 6 ocorreu na Inglaterra em 1947; o CIAM 7 em Bergamo na Itália. Neste, o projeto do “Pedregulho” de Afonso Eduardo Reidy foi exposto. O CIAM 8 se deu na Inglaterra novamente; o CIAM 9 ocorreu em Aix-de-Provence e o CIAM 10 em Dubrovnik. O fim dos CIAM se deu em 1959 (MUMFORD, 2002).

professores que os utilizassem. Se fosse ensinar arquitetura, proibiria as ordens e afirmaria que a especulação intelectual era uma das grandes alegrias do arquiteto. Quanto ao desenvolvimento dessa especulação:

“Eu me esforçaria por inculcar em meus alunos o sentido aguçado do controle, do livre arbítrio, do “como” e do “por quê” a que me referi. Eu lhes rogaria que cultivassem esse sentido incansavelmente até a velhice ... Eu lhes ensinaria o desprezo das fórmulas e lhes diria: tudo são relações” (CORBUSIER, 2004, p.216).

Corbusier acreditou que uma visão questionadora do objeto e das decisões do próprio estudante desenvolveria seu sentido de especulador intelectual. Isso seria eficaz, de tal forma, que as fórmulas, ordens ou modelos não seriam necessários. Ao analisar as relações de cada projeto, os alunos seriam capazes de solucioná-lo. Le Corbusier se declarou defensor do aprendizado, através de exercícios constantes, experimentais, seguidos do acompanhamento de uma obra real:

“Você irá até um canteiro de obras para ver como se faz concreto armado, como se faz um terraço, pisos, como se coloca uma janela... Você fará esboços. Se observar alguma idiotice no canteiro, não deixe de anotar. Ao voltar, você me fará perguntas. Não vá imaginar que se aprende a construir fazendo cálculos matemáticos. É um truque muito gasto a que recorrem as academias (que riem às escondidas)” (CORBUSIER, 2004, p.219).

Todo esse caráter experimental defendido por Le Corbusier trouxe uma série de influências no desenvolvimento da Reforma na ENBA por Lúcio Costa. Abelardo de Souza, em seu depoimento, lembrou que os exercícios mudaram nas disciplinas de composição com os novos professores a partir de 1930:

“Era a função de cada cômodo; era a utilidade de uma cozinha, observando seu funcionamento e a disposição de seu equipamento; era a interligação desses cômodos, mais os quartos e salas, que dava a funcionalidade da planta. Tínhamos uma planta livre, sem os cânones e a simetria até então obrigatórios. Podíamos criar uma fachada, uma cobertura, uma estrutura” (SOUZA, 1978 in XAVIER, 2003, p. 67).

Outro princípio abordado por Corbusier para ensinar alunos de arquitetura foi o de buscar saber o que e como seria o projeto a ser concebido. Para iniciar as tarefas de desenho, era necessário se perguntar para que seriam os espaços e por que seriam daquela forma. Convidava os estudantes a abrirem os olhos e estarem atentos aos espaços existentes, utilizando-os como referência para futuros projetos. Por fim, fez um apelo para que os alunos tivessem um *espírito de verdade* quanto ao desenho, defendendo que, a partir da planta e do corte, os espaços estariam organizados e disso resultaria a fachada, sem estilos, ordens ou modas. O arquiteto formado era um organizador e não um desenhista (CORBUSIER, 2004).

Após proferir suas conferências na Argentina, ao chegar ao Brasil, Le Corbusier fez algumas palestras. Suas falas estiveram recheadas de novos conceitos como o da máquina de morar, o papel dos pilotis na arquitetura das cidades, o problema do déficit habitacional originário do crescimento das cidades e as novas técnicas construtivas (CORBUSIER, 2004). Nessa viagem, conheceu Gregori Warchavchik e suas obras na cidade de São Paulo. Depois de visitar as casas projetadas por Warchavchik, fez o convite ao arquiteto para que fosse o representante da América do Sul nos CIAM – Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (MONTEIRO, 2007).

Em uma nova visita ao Brasil, em 1936, Le Corbusier proferiu uma conferência sob o título “Uma Faculdade de Arquitetura no Rio”. Nessa, constatou que as escolas criadas, no século XIX, mataram a arquitetura, pois elas haviam abandonado o ensino de “materiais/resistências, materiais/economia, materiais/seu efeito arquitetônico” em prol da reprodução e de desenhos no papel (SANTOS et al, 1987). Pode-se dizer que essas observações de Le Corbusier alinharam-se ao ensino que foi praticado na ENBA do Rio de Janeiro, cidade que visitou.

Ainda, em suas anotações, criticou a “nomeação de professores pelas autoridades, contra os alunos”. Para ele, os alunos deveriam escolhê-los, tornando-se professores a serem seguidos. E esses, por sua vez, deveriam viver a realidade “fora da escola”. Essa seria a única solução para que os alunos, quando tivessem dúvidas, pudessem perguntar aos professores “onde e como seu ensinamento diz respeito a realidade construtiva” (SANTOS et al, 1987).

O ensino que deveria ser ministrado por esses professores estava pautado nos “tempos modernos – período novo de equipamentos da civilização maquinista” nos quais:

“Arquitetura = construir organismos

Habitações – equipamento doméstico a urbanismo

Trabalho – escritórios a manufaturas e indústrias

Lazeres – moradias a edifícios comunitários

Transporte – pedestres e máquinas separados nas rotas, terra, água, ferro, ar / conteúdo e continente (veículos e rotas)” (SANTOS et al, 1987, p. 148).

Segundo Le Corbusier, nesse ensino para o projeto de organismos já se fazia uma limpeza. No entanto, reafirmou a necessária “proibição do ensino dos “estilos”, do ensino das “ordens”; proibido o ensino da “arte decorativa”; dissolver as Academias ou demais institutos que se ocupavam de ARTE” (SANTOS et al, 1987).

Quanto ao urbanismo, proferiu, nessa visita, a palestra chamada “CIAM: Legislando Sobre uma Nova Base”. Sua apresentação expôs alguns dos conceitos de “Cidade Funcional” e reforçou que a participação do poder público, no crescimento das cidades, era determinante (MUMFORD, 2002).

Segundo Artigas (1984), com a influência de Le Corbusier, esse repertório moderno que se iniciou das considerações da habitação se estendeu para o *habitat* humano:

“O arquiteto passou então a pensar em torno de como deveria ser a cidade – quer dizer, o conjunto das casas ligadas entre si - e começou a formular modificações necessárias na cidade existente” (ARTIGAS, 1984, p. 189).

Em 1957, ao escrever uma mensagem aos estudantes de arquitetura da Escola de Belas Artes de Paris, Le Corbusier lembrou que a habitação sempre foi sua preocupação principal e que não era programa de escolas conceituadas no início do Modernismo. Nesse período, nas primeiras décadas do século XX, os arquitetos dividiram-se em dois grupos – os construtores-empresários e o outro, do qual ele fazia parte, o arquiteto e urbanista. Para ele, o binômio habitação-urbanismo era indissociável:

“Arquitetura e Urbanismo agem efetivamente sobre todos os seus gestos. Arquitetura em tudo: sua cadeira e sua mesa, suas paredes e seus quartos, a escada ou o elevador, a rua, a cidade. Encantamento, banalidade, ou tédio. E até horror é possível nessas coisas. Beleza ou feiura. Felicidade ou infelicidade. Urbanismo em tudo, desde que se levantou da cadeira: lugares de casa, lugares do bairro; o espetáculo público de suas janelas; a vida da rua; o desenho da cidade” (CORBUSIER, 2006, p.32).

Pode-se afirmar que, além da reflexão sobre arquitetura moderna, Le Corbusier trouxe aos arquitetos algumas propostas para a solução do ensino de arquitetura no Brasil, incluindo o viés de integração indissociável da arquitetura e do urbanismo. Além disso, deve-se lembrar que, desde o princípio de sua atuação na França, propunha a mudança da sociedade através de seus discursos, ideais e projetos, o que, segundo Artigas (2004), mudou com o curso dos anos para a criação de um estilo sem causa, desconectado dos ideais russos dos anos 1920.

Enquanto o moderno se difundia, na Europa, diante da crise instaurada após a Primeira Guerra Mundial, nos Estados Unidos, a crise só viria a acontecer com a quebra da Bolsa em 1929. A partir de então, diversas agências foram criadas para cooperar na reestruturação do país. A equipe de “Administração das Obras Públicas” buscou extinguir os cortiços, construindo “pela primeira vez na história dos Estados Unidos, de habitações sociais pelos poderes públicos”. Assim como nos outros países, essas habitações foram criadas pela crescente migração para as cidades após a Revolução Industrial. Para solucionar os problemas habitacionais, os americanos foram em busca de referências

europeias, produzidas nos anos anteriores e encontraram, nas suas bem sucedidas práticas, uma população bastante organizada, especialmente em sindicatos, que se posicionava e colocava as suas necessidades de forma clara (KOPP, 1990).

Após esse primeiro contato, com a experiência moderna na Europa, o MoMA promoveu, em 1931, uma exposição intitulada “Arquitetura Moderna – Exposição Internacional” – “Internacional Style Architecture since 1922”. Segundo Kopp (1990), essa exposição “visava demonstrar, apoiando-se essencialmente em exemplos europeus, que um novo estilo estava nascendo”.

Mas o impacto da arquitetura moderna, nos Estados Unidos, não foi tão imediato. Da mesma forma que alguns brasileiros, muitos norte-americanos foram estudar na Europa. Porém, os arquitetos voltavam com melhor conhecimento de sombras e composição, ouvindo pouco ou quase nada sobre a Bauhaus de Dessau e as experiências de habitação na Alemanha, Rússia e Áustria (KOPP, 1990).

Kopp (1990) relatou que mesmo com esse contato com o velho mundo, nos Estados Unidos, não se pôde encontrar, na década de 1930, um representante defensor do movimento moderno como Le Corbusier na França, os construtivistas na Rússia ou a Bauhaus na Alemanha. Além de não possuir um teórico defensor do modernismo, Kopp (1990) lembrou que a arquitetura moderna, nos Estados Unidos, não caminhou com a mudança da sociedade:

“Contudo, um aspecto característico da história da arquitetura “moderna” na Europa está completamente ausente da evolução arquitetônica e urbanística dos Estados Unidos. Foi o aparecimento desse novo tipo de arquitetos para os quais a prática arquitetônica e a prática social andavam juntas. Para a quase totalidade dos arquitetos envolvidos na realização de obras do Estado, sua missão começava com a tradução em desenho arquitetônico de programas estabelecidos por outros e terminava com a última inspeção da obra” (KOPP, 1990, p.201).

Mesmo sem a conexão entre a prática arquitetônica e a prática social, foi, nesse período, na década de 1930, que os Estados Unidos passaram a receber alguns arquitetos que deixaram a Alemanha tomada por Hitler. Ao chegar aos Estados Unidos, os membros da Bauhaus, como Walter Gropius e Lazlo Moholy-Nagy não encontraram trabalhos práticos imediatamente. A vinda deles para a América foi largamente noticiada em exposições e publicações, mas os novos imigrantes levaram muito tempo para desenvolver projetos adaptados às realidades americanas. Por essa razão, “os antigos membros da Bauhaus precisaram se concentrar até o final da guerra no ensino de arquitetura” (KOPP, 1990).

Todavia, os professores vindos da Bauhaus não reproduziram exatamente o mesmo ensino nos Estados Unidos:

“Nem Gropius em Harvard, nem Mies van der Rohe no Illinois Institute of Technology, nem Moholy-Nagy no New Bauhaus de Chicago, nem Albers no Black Mountain College fizeram outra coisa além de iniciar seus alunos em métodos aperfeiçoados pela Bauhaus. Nada lembrava a vida relativamente comunitária de professores e estudantes, nem as tentativas de responder a uma demanda real de projetos, nem, é claro, o trabalho realizado em conjunto com os sindicatos” (KOPP, 1990, p.232).

Essa constatação de que os arquitetos da Bauhaus não aplicaram o mesmo ensino com o mesmo caráter social à arquitetura nos Estados Unidos deve ser observada, pois a ida para lá em 1946, de João Batista Vilanova Artigas foi, justamente, para averiguar como funcionava o ensino nas escolas em que esses arquitetos estavam. Em Boston, Vilanova Artigas constatou que nada de novo estava consolidado, ou seja, as escolas estavam implantando algumas mudanças. É provável que contextos mais contemporâneos foram visitados por Artigas no Black Mountain College e em Taliesin.

Ainda assim, o reflexo de Mies van der Rohe com outra forma de ensino, diretamente relacionada à técnica, como ao final da Bauhaus, seguiu um outro propósito:

“O Pós-Guerra viu desenvolver-se sua influência e sua participação direta na produção arquitetônica dos Estados Unidos, principalmente a de Mies van der Rohe, mas trata-se de um período posterior ao do nascimento da arquitetura “moderna” e durante o qual a “causa” defendida pelos arquitetos da Bauhaus ou por aqueles que eles formaram será uma causa técnica e formal e – é preciso dizê-lo – comercial, ou seja, completamente diferente da “causa” social dos arquitetos “modernos” europeus dos anos vinte” (KOPP, 1990, p.232).

Kopp (1990) estabeleceu um paralelo entre a migração dos arquitetos da Bauhaus para os Estados Unidos com a migração de Erich Mendelson para a Palestina onde o Modernismo teve grande desenvolvimento, apontando alguns motivos, entre eles, a ausência de uma tradição da arquitetura em Israel; a falta da necessidade de adaptação aos modelos locais e a aspiração à “modernidade” considerada como um dos elementos constitutivos do mundo novo. Pode-se dizer que, nesses aspectos, o Brasil foi tão receptivo ao Modernismo quanto Israel.

4.2. As influências locais

Alguns arquitetos, no cenário paulista, refletiram as influências da Europa, por terem estudado lá, como Gregori Warchavchik e Rino Levi, ou por terem uma ligação com a ideologia modernista nascida naquele continente, como João Batista Vilanova Artigas. À sua forma, cada um deles teve influência na divulgação da arquitetura moderna e, portanto, na consolidação do ensino autônomo de arquitetura com a Reforma de 1962 na FAUUSP.

Gregori Warchavchik ³⁶, arquiteto ucraniano formado na Itália, chegou à cidade de São Paulo em 1923 onde se fixou, casando com a filha de um dos industriais locais. Sua formação ocorreu em um ambiente de reforma do ensino de arquitetura no país que buscava, em 1918, a constituição de escolas autônomas. Segundo Lira (2011), essa mudança ocorrida na Itália, que abrangia a atuação profissional do arquiteto italiano, foi única no mundo naquele período com exceção da Bauhaus. Em sua formação, Warchavchik teve a introdução de disciplinas humanistas, além de um princípio de autonomia para a criação em seus projetos.

Recém chegado a São Paulo, o arquiteto encontrou um ambiente diferente daquele vivenciado na Itália e empregou-se na Companhia Construtora de Santos. Em 1925, publicou no jornal “Correio da Manhã” um texto chamado “Acerca da Arquitetura Moderna” que confrontava a sociedade a enxergar, na arquitetura da época, o mesmo progresso que havia sido encontrado na indústria. Para Warchavchik, em todas as máquinas criadas de forma industrial, podia-se identificar a racionalidade construtiva e a relação entre forma e material sem perder a beleza e a estética. Seu questionamento buscava o motivo que afastou essa evolução da arquitetura que, naqueles anos, não havia adotado esse raciocínio. Os edifícios podiam até utilizar uma tecnologia construtiva mais avançada, mas o arquiteto chegava já, em sua fase final de construção, para “pregar uma fachada postiça” (WARCHAVCHIK in XAVIER, 2003).

Warchavchik não hesitou em afirmar que a falta dessa maquiagem, de forma diferente do que todos pensavam, não viria para limitar a criatividade no trabalho do arquiteto. Pelo contrário, “o arquiteto será forçado a pensar com maior intensidade, sua atenção não ficará presa pelas decorações de janelas e portas, busca de proporções e etc” (WARCHAVCHIK in XAVIER, 2003).

Em 1927, o arquiteto ucraniano abriu um escritório, na cidade de São Paulo, para prestar serviços como arquiteto-construtor. Os serviços oferecidos estavam centrados na atividade de projeto, construção por administração e empreitada (LIRA, 2011). Foi nesse contexto que projetou e construiu a Casa da Rua Santa Cruz que rendeu a Gregori Warchavchik muitos protestos, incluindo a

36 Gregori Warchavchik (1896-1972): Chegou em São Paulo durante o pleno desenvolvimento da metrópole. Foi representante dos CIAM's – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna para a América Latina (XAVIER, 2003). Além da publicação de textos significativos como “Acerca da Arquitetura Moderna”, Warchavchik foi autor de dois projetos importantes: a Casa Modernista em São Paulo (1928) e no Rio de Janeiro (1930). Ambas são consideradas por alguns autores os primeiros exemplares de arquitetura moderna no país.

oposição de Christiano Stockler das Neves. Para Lira (2011), Warchavchik sempre impôs, em seus textos e obras, a aplicação do ideário europeu moderno divulgado por Le Corbusier, sendo um de seus precursores na cidade de São Paulo.

Em 1925, Rino Levi, ainda estudante na Itália, defendeu em seu texto “A Arquitetura e a Estética das Cidades” que o artista (podemos considerar aqui que ele se referia ao arquiteto) deveria projetar de forma que a estrutura estivesse fundida com a arte. Não haveria uma subdivisão de etapas: ele, o arquiteto, seria responsável pelo todo. Outro conceito introduzido por ele, foi o de considerar a estética das cidades como um novo estudo a ser feito pelo arquiteto, de modo a compreender os problemas de viação e demais questões urbanas. Isso se aplicava, principalmente, no Brasil, pois como Levi afirmou, estava passando por um momento de intenso crescimento urbano. Pode-se afirmar que já compreendia, como estudante, a relação entre a arquitetura e urbanismo.

Tanto Warchavchik quanto Levi haviam se formado na Itália na cidade de Roma. Warchavchik, na Escola de Belas Artes em 1920 e Rino Levi na Escola Superior de Arquitetura em 1926. Por esse motivo, ambos já estavam convivendo com os conceitos abordados em seus textos desde a época de estudos na Europa.

Para Segawa (2009), os textos publicados por Rino Levi e Gregori Warchavchik não tiveram um papel imediato:

“Foram textos pioneiros resgatados muito tempo depois pela historiografia do modernismo, mas que renunciaram a atividade futura desses dois arquitetos, que efetivamente mais tarde materializaram suas ideais em obras construídas” (SEGAWA, 2009, p.44).

Ainda em 1920, Graeff (1995) apontou que a categoria dos arquitetos “apenas começava a se organizar e movimentar, e a manifestar as primeiras inquietudes sobre a qualidade da arquitetura produzida e seu significado cultural para a Nação” (GRAEFF, 1995).

No final da década de 1930, Rino Levi publicou outro texto chamado “O que há na arquitetura”³⁷. Nele, destacou que, naquele momento, as evoluções da indústria da construção não haviam alterado a criação dos projetos de arquitetura em sua grande maioria:

“A arquitetura continua sendo um misto de elementos estilísticos os mais variados e de pretenciosas incrustações decorativas, usados com o fito de camuflar a maravilhosa pureza de linhas dos esqueletos de ferro e concreto. Em meio a essas inúteis e prejudiciais elucubrações

³⁷ Publicado em 1939, o texto foi consultado no site www.arquitetando.xpg.com.br, em abril de 2013.

acadêmicas, bem como na preocupação de reproduzir ou inventar molduras e de querer a todo custo criar o monumental, ou ainda na cópia de incipientes formas coloniais, extinguíram-se as melhores virtudes geradoras” (LEVI, 1939).

Outra crítica foi direcionada ao ensino de arquitetura que se tornaria eficiente apenas se houvesse uma ampla liberdade de composição e investigações. De um lado, o ensino oferecia novas tecnologias e materiais, do outro, um ensino artístico baseado em determinados critérios (LEVI, 1939).

Desses dois arquitetos formados na Itália, Rino Levi teve maior impacto, refletindo suas influências no ambiente paulistano, pois participou do IAB/SP e foi professor na FAUUSP, da sua fundação até 1957. Por sua vez, Gregori Warchavchik não esteve tão próximo do IAB/SP e não participou do ensino das escolas autônomas de arquitetura. Ainda assim, seu papel como um dos precursores da divulgação do moderno deve ser destacado.

O terceiro arquiteto apontado, João Batista Vilanova Artigas, nunca ocultou suas influências e tampouco deixou de divulgá-las. Em sua prova didática para reingresso na FAUUSP, realizada em 1984, sobre a função social do arquiteto, comentou que a arquitetura moderna originou-se da tentativa de uma transformação social advinda da Revolução Russa:

“Dentro do Construtivismo Russo e das condições de vida na Alemanha daquele tempo, a visão das possibilidades da arte se integrar com a vida, de forma a abrir uma idade de ouro que a Revolução Soviética ofereceu, foi o que realmente determinou as saídas para a arquitetura moderna. O arquiteto ficou impregnado, nessa altura dos acontecimentos, da necessidade de participar, com a própria arquitetura, das mudanças sociais do mundo de então, a fim de que pudesse, de certa forma, acompanhar os critérios oferecidos pela Revolução de 1917. Os arquitetos que não quiseram abandonar esta margem de responsabilidade assumida naquela época – e ainda hoje – estão ligados ao racionalismo arquitetônico. E é muito bom que isso aconteça, particularmente em nosso país, onde a problemática social pode, ou melhor, onde gostaríamos que a problemática social pudesse contar com a arquitetura como um instrumento capaz de fazer as mudanças necessárias para o nosso país inteiro” (ARTIGAS, 1984, p.187).

Para os russos, a arquitetura era um meio de reconstrução da sociedade:

“A exemplo de Marx, para quem a filosofia que se havia limitado a descrever o mundo iria contribuir para transforma-lo, os criadores artísticos das vanguardas dos anos vinte, entre eles os arquitetos, acreditavam que a arte, a arquitetura e a organização urbana deixariam de ser o reflexo da sociedade existente para se tornarem um dos instrumentos privilegiados de sua reconstrução” (KOPP, 1990, p.85).

Esse exemplo teve forte influência na atuação de João Batista Vilanova Artigas – participante ativo do IAB/SP, professor da FAUUSP, frequentador do Grupo Santa Helena, membro da Congregação que dirigia o MAM e do Partido Comunista Brasileiro desde 1945. Segundo Buzzar (1996), “tudo em Artigas seria visto como excessivo” – suas abordagens quanto à política especialmente. Todo esse

excesso deveria ser explicado fora da arquitetura, na atividade partidária, sendo toda a sua produção uma forma consciente de inserir na sociedade sua ideologia política – “Artigas foi um dirigente político de sua categoria, com sua militância no Instituto dos Arquitetos do Brasil, desde a primeira hora”. Para ele, a arquitetura moderna e o ensino de arquitetura possuíam um significado mais intenso por conta disso, por serem parte do cumprimento de sua utopia de revolução social.

Segundo Artigas (2004), a partir de 1945, com a legalização do Partido Comunista, um bom número de arquitetos e de outras camadas sociais buscou conhecer de forma prática os problemas sociais do Brasil:

“Claro, não foram todos os arquitetos que o fizeram, mas fui um deles, e digo-lhes, com sinceridade, que foi uma escola excelente porque deu margem para esgotar algumas posições sonhadoras e idealistas. Sem exagero, sem que eu queira com isso fazer críticas às posições utópicas. De forma alguma! Porém, formulado como idealismo filosófico, às raias do exagero, me deu margem pessoal para conhecer alguns dos problemas do nosso povo e com uma intimidade que não teria conhecido se tivesse visto só por intermédio dos livros” (ARTIGAS, 1984, p. 191).

Em sua atuação profissional, adotou, inicialmente, a vertente corbusiana. No entanto, nos anos 50, passou a criticar essa arquitetura moderna que deixou de ser revolucionária no Brasil para tornar-se pura estética funcional burguesa. Para Buzzar (1996), Artigas propôs-se então a “elaborar uma arquitetura nacional, que via como distinta da moderna e que fosse a imagem da Revolução Nacional”.

O Partido Comunista Brasileiro – PCB ao qual João Batista Vilanova Artigas foi filiado desde 1945, defendia uma revolução social que levaria o Brasil ao regime socialista. Os ideais do partido eram difundidos através da participação de alguns de seus membros em diversos ambientes da cidade de São Paulo. Nesses ambientes, os filiados exerciam atividades moldadas pelo partido com relação à economia, política e cultura. Para Artigas, sua participação e envolvimento com o PCB eram tão intensos que, no início dos anos 50, visitou alguns países da Europa, incluindo a URSS, em atividades pelo partido (BUZZAR, 1996). Sobre a atuação de João Batista Vilanova Artigas, na década de 1950, comentou Matera (2005):

“A atuação política de Artigas foi adquirindo intensidade em sua carreira, até que entre os anos de 1952 e 1956 aconteceu queda significativa em sua produção arquitetônica, período no qual realizou poucos projetos como o estádio do São Paulo Futebol Clube (1952) e a Casa Baeta (1956). As publicações dos textos *Le Corbusier e o Imperialismo* (1951), *A Bienal é Contra os Artistas Brasileiros* (1951) e *Os Caminhos da Arquitetura Moderna* (1952) na revista de cultura e política Fundamentos, indicavam a tensão do momento político e o fim da unidade entre intelectuais e artistas no pós-guerra. Dificilmente pode-se compreendê-los sem considerar o contexto político-cultural no qual foram escritos; esses documentos mostram os embates

ideológicos do período da Guerra-Fria e a campanha contra o imperialismo capitalista americano, ao criticarem a arte abstrata, a atuação política de Le Corbusier e os rumos tomados pela Arquitetura Moderna e seus principais arquitetos. Foi um período de pouca atividade arquitetônica de Artigas, porém de intensa atividade política, intervalo em que o arquiteto reviu certas posições e estabeleceu novos parâmetros para sua prática profissional, que resultou na evolução para uma nova linguagem de projeto que foi a linha mestra de sua carreira: a relação entre arte e política. Ao abandonar o radicalismo ideológico sectarista contra correntes artísticas abstratas ou a favor de tendências arquitetônicas de linguagens populares estereotipadas, Artigas adquire a independência para delinear as diretrizes de uma linguagem arquitetônica paulista, baseada nas relações político-sociais e técnicas sem desconsiderar as evoluções culturais de uma sociedade urbana e industrial” (MATERA, 2005, p.57).

Para Buzzar (1996), a mudança do discurso e da arquitetura de João Batista Vilanova Artigas – e por que não dizer, sua concepção do ensino de arquitetura – estava fortemente vinculada à militância comunista e ao partido. Por essa razão, “ser comunista e lutar pela arquitetura nacional eram indivisíveis para Artigas”. Ao final da década de 1950, o PCB e a postura de João Batista Vilanova Artigas, diante da arquitetura moderna, passariam por uma moderação. Após o suicídio de Getúlio Vargas em 1954, seu discurso havia se transformado de revolucionário para a utopia nacional que visava auxiliar a resolver as carências populares da habitação e do acesso aos demais serviços públicos. Sobre sua militância política, declarou em 1984:

“Confesso que não sei como podia gastar tanto tempo na militância e no reconhecimento das relações sociais de minha pátria, ao mesmo tempo que realizava estas obras. O que mostra que, afinal de contas, não deve ser muito difícil ser um cidadão de um lado e um artista de outro. Entretanto, isso me deu a oportunidade de conhecer a prática social, fez com que eu conhecesse eficientemente as estruturas, naturalmente dentro de uma visão marxista-leninista, tal como ela podia ser assimilada naquela ocasião, mais leninista do que marxista, numa prática social sugerida pelo Partido Comunista daquela época” (ARTIGAS, 1984, pp. 191-192).

As influências sofridas por ele, tanto da Europa quanto do PCB, ultrapassaram as barreiras da atuação profissional como arquiteto. Da mesma forma, o ensino de arquitetura, na FAUUSP, sofreu grandes influências:

“Artigas desenvolveu uma matriz pedagógica do ensino de arquitetura – e num sentido um edifício para ela -, que até hoje ainda em muitos aspectos sobrevive, não apenas representada numa grande curricular, mas principalmente, numa expressão ético-política que a arquitetura deve agregar e que os professores antes de transmitir, devem personificar” (BUZZAR, 1996, p.320).

Para Matera (2005), as mudanças vivenciadas por João Batista Vilanova Artigas impactaram, além do ensino, a produção arquitetônica paulista:

“No momento em que Artigas propôs uma abordagem da arquitetura como uma forma de ação que envolve conhecimentos amplos como técnica construtiva, conhecimento artístico e

participação ativa na formação social do país, e modificou a sua produção em direção ao racionalismo, iniciou o desenvolvimento do ideário paulista com forte viés ético-político. Com participação ativa no meio acadêmico e no Instituto de Arquitetos, Artigas influenciou as novas gerações a promover mudanças no quadro arquitetônico local, o que alguns anos depois destacou a produção de São Paulo da produção brasileira” (MATERA, 2005, p.64).

Além de João Batista Vilanova Artigas, outro arquiteto que teve grande influência na Reforma de 1962, não por sua relação com o continente europeu, mas por sua atuação entre a política e a profissão, foi Carlos Barjas Millan. Formado no Mackenzie (1951), participou do grupo “Branco & Preto”, entre 1952 e 1960, iniciando suas atividades como docente na FAUUSP em 1959:

“Em 1959, Roberto Cerqueira César e Luiz Roberto Carvalho Franco convidam Millan para ocupar uma vaga na cadeira de Composições do 4º ano da FAUUSP, que estava disponível após um remanejamento de professores iniciado com a saída de Rino Levi da escola no ano anterior ... Os alunos da USP reivindicavam professores próximos as pesquisas contemporâneas da arquitetura, e iniciaram uma greve que só se encerrou com a entrada de Millan como assistente da Cadeira de Grandes Composições na FAUUSP, em 1959” (MATERA, 2005, p.94).

Segundo Matera (2005), a ida de Carlos Barjas Millan para a FAUUSP aproximou-o das discussões políticas e dos conceitos da “função social do arquiteto”, fazendo-o distanciar-se do grupo do Mackenzie e dos projetos de design. Ainda que possuísse ideias opostas³⁸ às de João Batista Vilanova Artigas, atuou para que a Reforma de 1962, na FAUUSP, fosse concretizada:

“Millan teve um percurso próprio no meio arquitetônico paulista da época, ao fazer opções pessoais diante de condições sociais e políticas estabelecidas e optar por um engajamento político e religioso, afastou-se gradativamente do grupo de ex-colegas da FAUM e aproximou-se do grupo da FAUUSP. Millan conheceu Vilanova Artigas no final de 1955, talvez no início de 1956, quando Joaquim Guedes marcou um encontro no IAB e os apresentou. Interessava-se cada vez mais por política e religião católica, sentia uma dificuldade crescente no diálogo com os amigos ligados ao grupo Branco & Preto, e aproximava-se de grupos que pensavam a estrutura social brasileira de modo diferente, como os padres dominicanos e os arquitetos ligados à FAUUSP. Era um período em que a discussão política contaminava o ambiente arquitetônico e alguns dos entrevistados citados nesta pesquisa citaram, apesar de não haver um consenso sobre os motivos, certa reserva por parte de Artigas com relação a Carlos Millan ... Um queria a revolução e o outro queria servir, fazer arquitetura para um mundo, para ser inclusive visto nas revistas internacionais” (MATERA, 2005, p.68).

³⁸ Segundo Matera (2005) alguns colegas apontaram possíveis motivos para as divergências entre Carlos Barjas Millan e João Batista Vilanova Artigas. Para Júlio Katinsky o que incomodava Artigas era o fato de Millan ser um católico atuante. Joaquim Guedes acreditava que Artigas via Millan como um representante da burguesia paulistana por conta de sua associação com os colegas do Mackenzie na Branco & Preto. Para Artigas, isso estava totalmente distante dos ideais professados por ele da função social do arquiteto, sendo reflexo de uma atuação elitista, através de uma loja de decoração.

A partir dessa reflexão sobre as influências da Europa, dos Estados Unidos e da própria cidade de São Paulo, pretende-se observar a ação dos agentes que deram origem ao movimento pela Reforma de 1962 da FAUUSP. Para tal, buscou-se analisar as discussões nos congressos e no próprio IAB/SP.

Imagem 05: Edifício do IAB/SP.

Fonte: Folha de São Paulo.

5. OS AGENTES



Ao longo desta pesquisa, foram identificados alguns agentes envolvidos na conformação da profissão do arquiteto e nas mudanças do ensino de arquitetura. Cada um deles colaborou para que, em 1962, fosse consolidada a autonomia do ensino de arquitetura na FAUUSP. Individualmente, foram levantados³⁹ os nomes de 123 engenheiros-arquitetos e arquitetos que passaram pela Escola Politécnica de São Paulo, pelo IAB/SP – como membro ou diretor – e pela FAUUSP, sendo alunos e membros do GFAU, professores ou diretores da faculdade. No entanto, buscou-se, nessa sessão, analisar as ações desses agentes em seis partes: o IAB/SP; os diretores do IAB/SP; o GFAU e os estudantes; os professores; as novas ações do IAB/SP e as ações conjuntas.

5.1. O Instituto de Arquitetos do Brasil – São Paulo - IAB/SP

Como um dos agentes da Reforma de 1962, o IAB/SP atuou de diversas formas, mas especialmente criando um ambiente para aproximação com os estudantes de arquitetura através do espaço da sua sede. Assim, os alunos estiveram próximos da diretoria do Instituto, recorrendo a ela em ocasiões nas quais a FAUUSP necessitava de apoio. Do ponto de vista do IAB/SP, os alunos eram um meio de propagação de seus valores e a certeza de que seriam perpetuados às novas gerações.

O IAB/SP foi um agente eficaz na divulgação das questões profissionais e da arquitetura moderna, através de seus congressos, da publicação dos boletins e da promoção de cursos de extensão que atraíam alunos e outros arquitetos. Somou-se a tudo isso o fato de alguns de seus diretores serem professores ou diretores da FAUUSP, estreitando ainda mais as relações da faculdade com o Instituto.

Durante o período compreendido por esta pesquisa e simultaneamente a todos os acontecimentos relatados no universo das artes da cidade de São Paulo, foram realizados cinco Congressos Brasileiros de Arquitetos, organizados em parte pelo IAB Central e, em parte, pelos IAB's regionais. O 1º Congresso foi realizado em 1945, organizado pelo IAB Central na cidade de São Paulo; o 2º, no ano de 1948, ocorreu em Porto Alegre e foi organizado pelo IAB Central. Por sua vez, o 3º Congresso realizou-se em 1953, na cidade de Belo Horizonte, organizado pelo IAB de Minas Gerais. O 4º Congresso foi novamente na cidade de São Paulo, em 1954, em comemoração ao quarto centenário da cidade, organizado pelo IAB/SP. O 5º Congresso Brasileiro de Arquitetos, no ano de 1957, o último desse período, foi organizado pelo IAB de Pernambuco na cidade do Recife. Todos esses

³⁹ Levantamento registrado no Apêndice desta pesquisa.

encontros foram documentados – em parte com textos discutidos nas mesas de trabalho e em parte com as conclusões redigidas pelos grupos. Através desses documentos, buscou-se destacar os conceitos abordados pelo IAB quanto à profissão do arquiteto e ao ensino de arquitetura.

5.1.1. Os Congressos Brasileiros de Arquitetos

1º Congresso Brasileiro de Arquitetos – São Paulo (1945)

Para Artigas (2004), o 1º Congresso Brasileiro de Arquitetos⁴⁰ teve um papel fundamental na divulgação da função social do arquiteto, da reflexão sobre o ensino de arquitetura e da relação entre arquitetura e indústria. A função social do arquiteto se destacou diante do período de ditadura que o país vivia. Para tal, as discussões abordaram qual era o papel social do arquiteto diante das mudanças que se queriam para um novo país. Quanto ao ensino de arquitetura, Artigas mencionou que, pelo pequeno número de profissionais no país, eram necessárias medidas para que se formassem novos profissionais:

“Então, focalizar o ensino de arquitetura significava erigir as novas bases para poder cumprir as tarefas sociais que nos eram atribuídas naquele momento. Não era com uma meia dúzia de arquitetos que iríamos conseguir fazer coisa alguma!” (ARTIGAS, 1984, p. 190).

Sobre a relação entre arquitetura e indústria, estava diretamente ligada às problemáticas da habitação popular:

“... porque pensávamos naquele momento, como se pensa até hoje, com pouco conhecimento das relações de classe, que era preciso industrializar a arquitetura a fim de que se pudesse fazer casa para todos – uma missão que até hoje se observa entre nós e quem sabe com que prejuízo” (ARTIGAS, 1984, p.190).

Foram abordados, no Congresso, quatro grandes temas: a função social do arquiteto, destacado por Artigas (2004); estratégias para estimular estudos especializados em setores que possuíssem relação

⁴⁰ Participaram da Comissão Organizadora do Congresso: o Presidente do IAB do Brasil, Arquiteto Paulo de Camargo e Almeida; o Presidente do departamento paulista, Eduardo Kneese de Mello; o Presidente do departamento de Minas Gerais, Arquiteto Luiz Pinto Coelho; o Presidente do CREA da 6ª Região, Arquiteto Amador Contra do Prado; o Presidente do CREA da 5ª Região, Engenheiro Luiz Onofre Pinheiro e o Presidente do CREA da 4ª Região, Engenheiro Manuel Pires de Carvalho Albuquerque. Os representantes do IAB do Central na Comissão Organizadora foram os Arquitetos Afonso Eduardo Reidy; Alcides da Rocha Miranda; Carlos Frederico Ferreira; Edgard Guimarães do Valle; Germano Valença Monteiro; Henrique Mindlin; Hermínio de Andrade e Silva; José Theodulo da Silva; Nestor E. de Figueiredo; Oscar Niemeyer Soares; Roberto Magno de Carvalho; Victor Hugo da Costa; Álvaro Rebello; Augusto Vasconcelos; Paulo Candiota. Os representantes do IAB/SP foram os Arquitetos Rino Levi; Jaime Fonseca Rodrigues; João Baptista Vilanova Artigas; Francisco Kosuta; Flávio Regis; Luiz de Anhaia Mello; Christiano Stockler das Neves; Alfredo Becker; Carlos Gomes Cardim Filho; Otávio Lotufo; Hélio Duarte; Abelardo de Souza (IAB, 1945).

com a profissão do arquiteto; como estabelecer relações profissionais do arquiteto com outros especialistas; e, por fim, ventilar assuntos de interesse imediato da profissão.

Mais do que isso, as finalidades do Congresso, segundo o IAB/BR foram:

- a) Influir perante a opinião pública do Governo e a opinião pública do país assinalando o valor e a necessidade de leis que facilitassem a execução de suas deliberações;
- b) Cooperar, pelos meios a seu alcance, no movimento nacional e internacional tendente ao estudo da fixação do homem do campo em coletividades, baseadas no sentido econômico de cada região;
- c) Cooperar no movimento nacional e internacional de planificação geral de cidades, suas periferias e núcleos rurais e industriais;
- d) Influir perante as organizações industriais do país, no sentido de um melhor equipamento industrial como base da evolução arquitetônica;
- e) Realizar uma exposição em que se apresentassem trabalhos de arquitetura e urbanismo executados, projetados e estudados por profissionais brasileiros e do Estrangeiro que aderissem ao Congresso;
- f) Congregar os arquitetos brasileiros devidamente habilitados ao exercício da profissão em nosso país, junto ao Instituto de Arquitetos do Brasil, tendo em vista a proteção social e profissional dos mesmos em suas atividades perante os poderes públicos e particulares em geral (IAB, Circular 34, 1945)

Ao tema da 'Função Social do Arquiteto', aplicaram-se os seguintes subtemas:

- a) Urbanismo: problema de arquitetura
- b) A vida Urbana: habitação – recreação e trabalho
- c) O urbanismo e a arquitetura em face dos ataques aéreos
- d) A organização das coletividades humanas
 - 1. A fixação do homem nos núcleos rurais;
 - 2. A fixação do homem nos núcleos industriais
- e) O equipamento industrial como base para evolução arquitetônica – necessidade de um maior entendimento entre o arquiteto e a indústria.

O segundo tema, 'Assuntos de interesse imediato da profissão,' teve, como discussão, o ensino, as normas de trabalho do arquiteto e sua regulamentação profissional.

Na sessão de abertura⁴¹, Eduardo Kneese de Mello, presidente do IAB/SP à época, “historiou o papel preponderante que a arquitetura exercerá principalmente no pós-guerra”, em virtude da reconstrução das cidades e da planificação das áreas urbanas em expansão (FOLHA DA MANHÃ, 1945).

A reportagem da Folha da Manhã destacou, ainda, a participação do francês Alfred Agache que prestou um depoimento admirável sobre o que viu no passeio pela cidade:

“O Prefeito Prestes Maia, que é um urbanista notável, está de fato dando uma nova feição a São Paulo, abrindo avenidas radiais, circulares e arteriais e logadouros públicos de utilidade coletiva. Ele transformou a fisionomia da metrópole paulistana modernizando e embelezando-a, obedecendo aos preceitos do moderno urbanismo. A cidade de hoje, principalmente o perímetro central não se parece mais com a que conheci há 18 anos quando aqui estive pela primeira vez” (FOLHA DA MANHÃ, 1945).

Em reportagem do dia 30 de janeiro, publicada no Editorial do Jornal Folha da Manhã, foram divulgados alguns resultados das sessões instaladas no Congresso. O destaque ficou por conta da discussão “da tese Assuntos de Interesse Imediato da Profissão – O ensino de Arquitetura”. Foram definidas algumas diretrizes às quais as instituições de ensino de arquitetura deveriam seguir em sua organização. Nota-se, nas definições, aspectos que impactaram o ensino de arquitetura como o espírito de pesquisa e a manutenção e aperfeiçoamento da técnica construtiva, indicando a participação do arquiteto em obras:

- 1) A orientação didática deverá ter um caráter de formação integral do arquiteto, atendendo essencialmente aos aspectos técnicos, artísticos e sociais, paralelamente com um acentuado espírito de pesquisa;
- 2) A estruturação dos cursos deverá admitir um curso básico de extensão (especialmente de urbanismo) e de aperfeiçoamento (especialmente de técnica construtiva) objetivando, respectivamente, criar um arquiteto e desenvolver seus conhecimentos e completar e completar os já adquiridos;
- 3) Deverá ser limitada ao necessário e ao suficiente a duração dos cursos, tendo em vista o melhor rendimento e eficiência da atividade humana;
- 4) Deverá a própria instituição atender à condigna remuneração do professor e à manutenção do estudante, tendo em vista as contingências atuais de ordem econômica e às necessidades sociais, organizando seus departamentos de estudo, análise e pesquisa como órgãos de produção (FOLHA DA MANHÃ, 1945).

⁴¹ Estavam presentes na sessão de abertura: Paulo de Camargo (Presidente do IAB Nacional); Adolpho Morales de los Rios (Presidente do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura); Eduardo Kneese de Mello (representando o IAB/SP); o engenheiro Henrique Mindlin; além dos representantes do CREA (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura) Amador Cintra do Prado e Luiz Onofre Pinheiro Guedes. Pelos presentes, foram homenageados grandes nomes da arquitetura como Frank Lloyd Wright – chamado de “Pai da Arquitetura Moderna”; Walter Gropius e Mies van der Rohe como também o brasileiro Lucio Costa.

A mesma comissão ⁴² que determinou essas diretrizes sugeriu que o IAB Central fizesse um anteprojeto do molde dessas instituições de ensino superior de arquitetura para ser apresentado ao Governo e, sobretudo, que o IAB defendesse as mesmas medidas diante da Reforma do Ensino Superior. Esse documento foi entregue ao Governo Federal, ao Presidente Getúlio Vargas e, no mesmo ano de 1945, em que foi criada a FNA.

Na sessão de encerramento do 1º Congresso Brasileiro de Arquitetos, o presidente do IAB Central, Paulo Camargo de Almeida, declarou que os trabalhos haviam sido positivos e que três pontos levaram o IAB a promover o evento, reafirmando as discussões nas mesas:

“... a necessidade de definir precisamente a função social do arquiteto; a promoção de um certame destinado a conseguir um intercâmbio entre homens de diversas profissões em assuntos que considerados inicialmente como função social do arquiteto, deveriam forçosamente ampliar-se mostrando a necessidade de um estudo de conjunto em torno do homem e da coletividade brasileira; e a criação de um ambiente de liberdade de expressão, a fim de atingir as mais amplas bases para os trabalhos futuros” (ACRÓPOLE, jan-fev., 1945).

O Congresso rendeu notícias até o dia 31 de janeiro, quando foram publicados outros temas, como a Casa Popular e a fixação do homem em núcleos industriais e rurais. Nessa mesma sessão, o presidente reforçou que os três objetivos que levaram o IAB Central a organizar esse evento: a definição do papel social do arquiteto; o intercâmbio entre o arquiteto e outros profissionais e a discussão e “ventilação” dos objetivos do arquiteto que foram todos realizados com êxito.

Conforme Ficher (1989), dois fatos se fizeram notáveis com relação a esse Congresso, além das discussões sobre o ensino: a prática da arquitetura moderna e a importância do projeto arquitetônico, executado pelo arquiteto, profissional liberal: “por sua vez, a importância atribuída ao projeto se expressava na restrição da performance do arquiteto à de projetista, ou seja, na sua transformação em profissional liberal”.

Deve-se notar que, no primeiro evento nacional promovido pelo IAB/SP, as discussões sobre ensino vieram a culminar na criação da primeira escola autônoma de arquitetura do país, a FNA, de acordo com bases estabelecidas no Congresso. O Instituto formalizou diante da sociedade que advogava a favor do arquiteto que atuasse em defesa de sua função social. Nesse caso, é possível que esse discurso estivesse buscando, por parte dos arquitetos e não por todos eles, uma parceria e uma

⁴² Não há registro nos documentos do IAB/SP e na reportagem sobre quais eram seus membros.

visibilidade maiores com o governo municipal. Ao atuar socialmente, o arquiteto estaria apto a assumir os projetos públicos entregues, até aquele momento, às grandes construtoras paulistanas.

2º Congresso Brasileiro de Arquitetos – Porto Alegre (1948)

Esse Congresso, realizado entre os dias 20 e 27 de novembro de 1948, foi organizado pelo IAB Central e fizeram parte da Comissão Organizadora, Adolfo Morales de los Rios, Affonso Eduardo Reidy, Eduardo Corona, Eduardo Kneese de Mello, como representante do IAB/ SP, Henrique Mindlin, Marcelo, Maurício e Milton Roberto e Oscar Niemeyer, entre outros (IAB, 1948).

O temário foi composto da seguinte forma:

I – Urbanismo e Arquitetura

- 1 – Bases teóricas e tendências da Arquitetura Contemporânea;
- 2 – Problemas das nossas cidades – Distribuição dos Grupos Populacionais – Habitação – Circulação – Transportes – Trabalho – Recreação – Carta de Atenas;
- 3– Conjuntos Residenciais;
- 4 – Núcleos Industriais e Rurais;
- 5 – Habitação Popular.

II – Ensino e Prática da Arquitetura:

- 1 – Escolas de Arquitetura – Difusão do Ensino de Arquitetura – Programas
- 2 – Regulamento da Profissão

III – Arquitetura e Indústria

- 1 – A indústria na revolução da arquitetura
- 2 – A indústria nacional de materiais para construção e nossas necessidades – Modulação da Construção – Padronização;

IV – Temas Livres (Fonte: IAB, 1948).

As finalidades do congresso foram:

- Estudar e debater questões fundamentais ao desenvolvimento e prática da arquitetura;
- Cooperar com os poderes públicos na solução de problemas de habitação;
- Cooperar no movimento nacional e internacional de planificação de cidades, suas periferias e núcleos rurais e industriais;
- Realizar uma exposição de trabalhos de arquitetura e urbanismo;
- Estimular a indústria de matérias de construção no país, recomendando o emprego de materiais nacionais e influenciando no sentido de um melhor equipamento industrial como base indispensável da evolução da arquitetura (IAB, 1948).

No 2º Congresso, foi dada importância, novamente, às questões do ensino de arquitetura e ao regulamento da profissão. Nesse ano, 1948, a FAUUSP acabava de ser fundada na cidade de São

Paulo, sob o Regulamento da FNA e, por maior que fosse a insatisfação que os arquitetos paulistas tivessem, o grande trabalho feito no Congresso anterior em São Paulo (1945) havia surtido efeito.

Outro ponto notável foi a aparente afirmação da função social do arquiteto pelo Instituto nas entrelinhas dos temas tratados. No primeiro deles, destacaram-se os problemas das cidades, os conjuntos residenciais e a habitação popular que faziam parte da agenda moderna propagada no Brasil pelas influências europeias. Segue-se a esses pontos o objetivo do IAB Central, organizador do Congresso, de conscientizar a sociedade e os arquitetos da atuação profissional segundo era defendida pelo Instituto, através da exposição de trabalhos de arquitetura e urbanismo. Dessa forma, os projetos de referência dos arquitetos modernos deveriam inspirar outros colegas.

Por fim, o 2º Congresso reforçou a importância da industrialização. Diferente da forma como foi usada inicialmente, apenas para estruturar os edifícios (LEVI, 1939), o IAB defendeu que ela fosse a base para evolução da arquitetura. Assim, deveria ser um dos elementos principais na concepção dos projetos.

3º Congresso Brasileiro de Arquitetos – Belo Horizonte (1953)

O 3º Congresso Brasileiro de Arquitetos ocorreu em Belo Horizonte, entre os dias 10 e 14 de julho na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Minas Gerais⁴³, faculdade que iniciou suas atividades em 1930, como Escola de Arquitetura e transformou-se em Faculdade de Arquitetura em 1949. Como representantes paulistas, o Congresso contou com a presença de Rino Levi, Eduardo Kneese de Mello e Hélio de Queiroz Duarte.

Quanto às discussões, o tema inicial foi os “Interesses Profissionais”, subdividido em dois subtemas: “Atribuições do Arquiteto e seus Direitos” e a “Posição do Arquiteto no Serviço Público”. No primeiro, estiveram, em destaque, a definição das atribuições do arquiteto, sua situação frente à Lei nº 23.659/33, os serviços de competência exclusiva do arquiteto, os casos de semelhança na legislação das atribuições dos arquitetos e engenheiros civis e os direitos autorais dos anteprojetos. O segundo versou sobre suas atribuições e a autonomia profissional (PEREIRA, 1953).

Nessa temática, Eduardo Kneese de Mello do IAB/SP, apresentou a tese “Exercício da Profissão do Arquiteto” em que o arquiteto contestou a atuação das firmas construtoras no meio da arquitetura,

⁴³ Posteriormente federalizada com o nome de Universidade Federal de Minas Gerais.

pois elas não foram totalmente compostas por profissionais diplomados. Assim, a Lei nº 23.569/1933, que restringia a prática da arquitetura, engenharia e agrimensura, não foi plenamente cumprida. Para Eduardo Kneese de Mello, deveriam ser impedidas essas firmas de executar serviços exclusivos aos profissionais diplomados. Pode-se afirmar que, nessa tese, o arquiteto esteve em defesa de sua categoria e da nova forma que ela havia selecionado para atuar no mercado – através de escritórios e firmas de menor porte nos quais eram associados arquitetos e engenheiros. As firmas compostas por construtores práticos deveriam, ao ver de Eduardo Kneese de Mello e do IAB, ser proibidas de atuar, conforme descrito na Lei nº 23.569/1933.

Por sua vez, o segundo tema tratou da “Formação Universitária” cujos assuntos discutidos foram:

“Definição dos conhecimentos necessários à formação do Arquiteto e a importância da determinação desses conhecimentos para a organização das Escolas de Arquitetura e Urbanismo. Exame das condições atuais das Escolas existentes. Padronização dos cursos e programas. Atualização das materiais do curriculum escolar. Equilíbrio necessário entre os conhecimentos técnicos e artístico dos cursos. Aptidões natas e sua seleção nos concursos de habilitação e no decorrer dos cursos de Arquitetura e Urbanismo. Conhecimentos profissionais adquiridos pelos estudantes na prática da construção, suas vantagens para o exercício da profissão, entre as quais a da criação do senso das responsabilidades reais para representação real do projeto. Entrosamento racional entre as materiais dos cursos de forma a serem evitadas concomitâncias e lacunas e objetivadas a coordenação de cátedras e a supletividade de matérias. A integração dos conhecimentos adquiridos através do trabalho em equipe sob a orientação do Arquiteto” (PEREIRA, 1953, p.7).

Nesse temário do Congresso, notam-se diversos pontos que refletiram a necessidade de adequação do ensino de arquitetura diante do exercício profissional baseado no projeto. Um deles foi a referência das escolas de arquitetura e urbanismo, próximas da Bauhaus de Dessau na qual a presença do arquiteto no canteiro de obras, referido aqui como “prática na construção” foi valorizada, de modo que essa experiência deveria cooperar para uma representação real do projeto. Da mesma forma, citou-se a orientação dos trabalhos de projeto por um arquiteto e não mais pelo construtor. Além desses, partiu-se do ideal da formulação de um novo padrão de programa e ensino de arquitetura que equilibrasse os conhecimentos técnicos e artísticos.

Na ocasião, o intitulado urbanista Edvaldo Pereira, professor do curso de Arquitetura e de Urbanismo do Instituto de Belas Artes de Porto Alegre, apresentou a tese “Sobre o Ensino de Urbanística”. Conforme Pereira (1953), as falhas no ensino de urbanismo provinham de duas origens: a primeira, da ausência de vínculo da disciplina de Urbanismo no curso de arquitetura com as demais disciplinas, incluindo a de Arquitetura Paisagística. Esse era um resultado da aplicação do padrão federal que havia criado as disciplinas de forma isolada, sem o entrosamento necessário com

a disciplina de Composição; a outra, seria o próprio programa das disciplinas citadas com excesso de assuntos sem conexão com a aplicação prática e a ausência de temas necessários. Apontou-se, além desses aspectos, a falta de disciplinas como a de Sociologia, abrangendo conhecimentos mais amplos que influenciavam o planejamento das cidades.

Pereira (1953) comentou que esses mesmos aspectos afetaram o curso de Urbanismo⁴⁴, ministrado no Instituto de Belas Artes de Porto Alegre por três anos, tendo formado uma turma. Nessa ocasião, o curso precisou ser reformulado, através de modificações no programa das disciplinas que estabeleceram relações entre elas e trabalhos práticos em conjunto. Essa reformulação permitiu o alinhamento do ensino teórico com a prática da vida real e não com ensaios baseados em casos do exterior.

Como referência a essas mudanças, Pereira (1953) indicou a reforma realizada na Faculdade de Arquitetura de Montevideu que, de acordo com o autor, havia sido realizada com estudantes e professores em conjunto. O modelo adotado, após a reforma, foi a extinção das cadeiras de Urbanismo e Arquitetura Paisagística, centrando o ensino dessas disciplinas no Instituto de Teoria da Arquitetura e Urbanismo que ministraria disciplinas no curso de arquitetura nos cinco anos, sendo o último semestre do último ano de aulas teóricas específicas sobre as bases sociais, políticas e econômicas do planejamento do território. Nos quatro primeiros anos do curso, o ensino de urbanismo foi dado junto à disciplina de Composição, de modo a obter uma vinculação entre as disciplinas. Assim:

“... o estudante, desde o estudo da vivenda e através de temas cada vez mais amplos e mais complexos, fica conhecendo a sua relação com o restante das aglomerações humanas, está assimilando os princípios da urbanística” (PEREIRA, 1953, p.33).

Dois desses conceitos abordados na reforma do ensino da Faculdade de Arquitetura de Montevideu estiveram presentes e tiveram reflexo na Reforma da FAUUSP - a integração entre teoria e prática e a organização das disciplinas integradas à disciplina de Composição no ensino do atelier. Esse modelo seguiu aquele adotado pela Bauhaus de Hannes Meyer, especialmente quanto à integração dos conhecimentos técnicos com os humanísticos e demandas reais.

Pereira (1953) comentou que uma tentativa de reforma semelhante à da Faculdade de Arquitetura de Montevideu, havia sido feita no Instituto de Belas Artes de Porto Alegre, sem que obtivessem a

⁴⁴ Pela forma que Pereira (1953) se referiu ao curso, depois de três anos de funcionamento ele havia sido encerrado.

aprovação da Congregação. Sobre a integração entre a teoria e a prática, o autor citou outro exemplo, o das escolas de urbanismo na Inglaterra onde ambas estavam diretamente conectadas:

“Os estudantes executam pessoalmente diversas etapas do estudo de organismos urbanos daquele país, dentro da orientação estabelecida pelo Ministério de Urbanismo. Fazem inquéritos (surveys) e analisam e interpretam resultados. Executam projetos reais e são colocados em estrita ligação com os órgãos encarregados da planificação” (PEREIRA, 1953, p.34).

Com base no modelo inglês, o autor propôs uma nova organização do ensino de urbanismo do curso de dois anos, proposto na Lei nº 7.918/1945. Um dos semestres seria composto por uma maior quantidade de aulas teóricas básicas e os outros três combinariam um único exercício prático com disciplinas teóricas.

Ao concluir seu trabalho, Pereira (1953) propôs a adoção desse modelo, como referência para o ensino de urbanismo e a constituição de uma comissão nos departamentos do IAB que possuísse íntimo contato com as faculdades, seus alunos e professores. Dessa forma, era possível conhecer as necessidades reais e sugerir modificações. Nesse aspecto, o IAB/SP obteve sucesso, pois esteve em convívio constante com os alunos e professores da FAUUSP.

Quanto à concretização de uma reforma no ensino de urbanismo, o autor convocou uma luta organizada com estudantes e professores de forma a implantar as reformas estudadas. Assim como na FAUUSP, todas as faculdades de Arquitetura brasileiras seguiram dependentes de soluções que fossem aprovadas nas Congregações de suas Universidades. Desse modo, a ação dos alunos se colocava como primordial, da mesma forma como fora no exemplo citado da Faculdade de Arquitetura de Montevideu (PEREIRA, 1953).

Deve-se apontar que esse modelo divulgado por Pereira (1953) dos estudos de Urbanismo na Inglaterra pode ter inspirado a criação do CPEU na FAUUSP em 1956. O órgão tinha como premissa levantar dados e fazer pesquisas que munissem as disciplinas de Composição e Urbanismo de dados concretos para seus projetos.

Ainda no contexto do tema da “Formação Universitária”, o professor José Vicente Vicari⁴⁵ da FAUUSP, que ministrava a disciplina de Grandes Composições, apresentou, no Congresso, a tese “A Importância da Formação do Arquiteto no Brasil”, discorrendo sobre a dificuldade de se estabelecer

⁴⁵ José Vicente Vicari ou Giuseppe Vincenzo Vicari: Arquiteto italiano formado em Roma, chegou ao Brasil, em 1947, onde passou a lecionar na FAUUSP. Fonte: <http://marinavicarilerario.blogspot.com.br/2009/01/arquiteto-jos-vicente-vicari.html>

um ensino completo para a formação do arquiteto. Nesse trabalho, Vicari utilizou o exemplo da FAUUSP, de uma faculdade da qual recebiam que “não se firmaria” e estava, em 1953, no seu sexto ano de existência com uma turma de arquitetos formados (PEREIRA, 1953).

Ainda assim, Vicari afirmou que apenas com a conclusão do curso pela primeira turma havia sido possível identificar alguns equívocos. Além da carga horária pequena, enquanto deveria ser, segundo Vicari, integral, como no modelo utilizado pela “Bauhaus”, outros problemas foram apontados:

“Viu-se que um Instituto Superior de Arquitetura deve pretender de seus alunos e discípulos um absoluto conhecimento de desenho tanto artístico como técnico e pretender, através da história da arte uma sólida cultura universal e humanística a complemento, quando for necessário, dos mesmos conhecimentos às vezes só parcialmente adquiridos na Escola Secundária. Deve-se, outrossim, pretender do aluno uma bem clara visão da técnica e da ciência em geral através dos materiais e do maior número de noções e informações sobre todos os principais processos de produção, de execução e de trabalho, permitindo ao estudante uma perfeita possibilidade de assimilação qualitativa das leis e dos princípios fundamentais dos fenômenos estáticos, dinâmicos e energéticos, tal quanto uma natural atitude quanto à avaliação quantitativa matemática e experimental de tais fenômenos através do adequado uso de apropriados instrumentos de cálculo e medição. Viu-se, enfim, que um Instituto Superior de Arquitetura deve dar ao candidato arquiteto a plena consciência da importância da responsabilidade do caráter eminentemente humano e social da profissão que escolheu” (PEREIRA, 1953, p.41).

A ausência de conhecimentos históricos, humanísticos e sociais da profissão do arquiteto, de fato, foi sentida no currículo da FAUUSP que, até o ano de 1953, estava sendo regulada pela Lei nº 7.918/1945. Outra crítica realizada pelo professor José Vicente Vicari foi sobre os exercícios propostos na disciplina de Pequenas e Grandes Composições com temas de projetos “de caráter vultoso, ou colossal, tais como palácios, com centenas e centenas de ambientes, mastodônticos conjuntos hospitalares, cidades universitárias”, pois, em vista da complexidade dos exercícios, o aluno acabava reproduzindo modelos existentes para solucionar os projetos, levando em conta apenas a superficialidade da forma (PEREIRA, 1953). Esses exercícios foram ministrados, provavelmente, pelos professores que seguiram as disciplinas de Composição desde a época da Escola Politécnica, como Felisberto Ranzini.

Segundo Vicari, era necessário formar o aluno com o “saber projetar”, dotando o seu raciocínio de ferramentas para tal:

“A exata orientação e o desenvolvimento da capacidade projetística do aluno arquiteto é conseguível por meio de um metódico exercício de estudo e de solução de problemas e de dificuldades cada vez mais frequentes, mas sempre limitadas no âmbito das efetivas possibilidades dos estudantes proporcionalmente à quantidade e à qualidade dos conhecimentos dispensados durante as aulas de cada matéria”

No momento em que o aluno soubesse projetar, nenhum problema – simples ou complexo – teria solução reprodutiva, mas sim a solução pensada. Entre esses conhecimentos do “saber projetar”, o professor necessariamente deveria transmitir alguns valores em termos de projeto, como lógica estrutural, a expressão através da estética do projeto e a economia no uso de materiais adequados. É possível relacionar esse método abordado por Vicari com os exercícios especulativos propostos por Le Corbusier, de modo que as tentativas pela solução de problemas de projeto dotariam o aluno do “saber projetar”.

Na conclusão de sua tese, Vicari defendeu a revisão do Regulamento da Faculdade Nacional de Arquitetura, pois ela era modelo seguido por todas as outras escolas. Nesse sentido, sugeriu que o plano que estava em discussão na FAUUSP fosse, depois de aprovado, considerado como o Regimento Nacional, aplicável a todas as outras faculdades do país.

Por fim, as resoluções da comissão “Formação Universitária” foram: a adoção da cadeira de “Composição” como o “tronco” do curso de arquitetura; a finalização do curso, no último ano, com um trabalho final, sintetizando todos os conhecimentos adquiridos; a criação de uma forma prática e direta de conexão entre as disciplinas lógicas e técnicas com as aulas de “Composição”; o estudo obrigatório em oficinas práticas e obras; e, por fim, a necessária introdução de disciplinas com caráter cultural com conhecimentos especialmente direcionados ao homem e à sociedade (PEREIRA, 1953).

O terceiro tema tratou da “Prática Profissional” com dois subtemas: “Experiência e Pesquisa” e “Racionalização e Normalização”. Ambos abordaram a necessidade do estabelecimento de normas técnicas e da aproximação do arquiteto com a indústria, de modo a criar novos sistemas construtivos. O quarto e último foi “Interesses Associativos” e focou, especialmente, as relações internas do IAB como entidade de classe. Um dos pontos discutidos foi a criação dos boletins⁴⁶ por departamento, divulgando, através deles, as atividades e tendências da arquitetura nacional e internacional (PEREIRA, 1953).

Quanto à profissão do arquiteto, as resoluções do Congresso reforçaram a necessidade urgente da revisão da legislação que regulamentava o seu exercício assim como a criação de um órgão composto

46 O IAB de São Paulo atendeu prontamente o uso dos boletins de divulgação, que começaram a ser publicados pelo núcleo em 1954.

exclusivamente por arquitetos para fiscalizá-la⁴⁷. Caberia ao IAB organizar essas propostas e sugerir de que forma seria possível efetivar um projeto de lei sobre a profissão e um conselho exclusivo aos arquitetos (PEREIRA, 1953).

Em sua sessão final, os congressistas passaram a utilizar os dois termos em conjunto – “Arquitetos e Urbanistas” que passou a ser aplicado para a constituição de uma legislação comum a ambos, de cargos públicos e da conduta profissional. Ainda que a formação ideal fosse compreendida em cursos separados, as duas profissões estavam unidas aqui em busca de melhoramentos (PEREIRA, 1953).

4º Congresso Brasileiro de Arquitetos (1954)

O 4º Congresso Brasileiro de Arquitetos⁴⁸ ocorreu no mês de janeiro na cidade de São Paulo como um dos eventos da comemoração do 4º centenário da cidade. O Congresso se destinava a debater com espírito crítico as realizações da arquitetura e do urbanismo; discutir a influência da cultura e história nacionais na arquitetura brasileira; propor soluções urbanísticas para os problemas nacionais; analisar o ensino de arquitetura e urbanismo. O Congresso também tinha como objetivo, através de uma exposição, analisar a evolução da arquitetura nacional (IAB, Regulamento, 1954).

Contou com a presença de dois ilustres arquitetos: Alvar Aalto e Walter Gropiu que participaram da abertura e proferiram palestras no evento. Na sessão de abertura, o arquiteto Léo Ribeiro de Moraes destacou dois pontos: o primeiro, a aceitação da arquitetura moderna brasileira pela sociedade:

“Depois de uma certa resistência por parte de nossa sociedade, a arquitetura moderna – vamos dizer assim porque é a linguagem que todos compreendem – começou a conquistar um lugar ao sol. Hoje ela tem no Brasil um lugar definido e o grande receio que nos assalta nesse momento é justamente o da sua aceitação – vamos dizer - demasiada” (ANAIS, 1954, p. 20).

O segundo a ser observado na declaração do arquiteto foi a situação vivida pela profissão:

⁴⁷ Este órgão exclusivo para arquitetos e urbanistas veio a ser estabelecido apenas em 2010 através da Lei nº 12.378 – Regulamenta o Exercício da Arquitetura e Urbanismo no Brasil e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo.

⁴⁸ Foram membros da comissão organizadora os arquitetos: Léo Ribeiro de Moraes (Presidente), Oswaldo Correa Gonçalves (Secretário), João Batista Vilanova Artigas (Tesoureiro) além dos membros do IAB, Abelardo de Souza, Eduardo Corona, Ícaro de Castro Mello, Rubens Gouveia Carneiro Viana, Carlos Brasil Lodi, Alfredo Ernesto Becker e Eduardo Kneese de Mello (ANAIS..., 1954). Segundo o IAB/SP: “Participaram 428 congressistas, assim distribuídos: Argentina (13), Bolívia (2), Cuba (4), França (1), Uruguai (33), Bahia (23), Ceará (1), Distrito Federal (116), Espírito Santo (1), Estado do Rio (1), Minas Gerais (14), Paraná (1), Pará (7), Pernambuco (10), Rio Grande do Sul (26), São Paulo (175). Estavam também inscritas 30 entidades entre autarquias, escolas, sindicatos, associações, etc.” (Boletim IAB nº 2, 1954).

“O nosso Congresso, podemos dizer sem exagero, é o palco de um drama: o drama do arquiteto brasileiro, que está em busca sempre de uma boa solução para a arquitetura no Brasil, para que essa arquitetura, que tem suas características próprias, que já mostrou sua vitalidade e que nós precisamos preservar a todo custo, evitando que caia, não sendo mais verdadeira, não representando mais aquilo que o povo brasileiro está desejando como solução para o seu problema de habitação, do seu hospital, de sua cidade, enfim” (ANAIS, 1954, p. 20).

A abordagem feita por ele sobre a solução que a arquitetura deveria proporcionar à população dos problemas tão complexos como a habitação estavam no cerne do discurso da função social do arquiteto. Pode-se apontar que, nesse período, considerou seu desempenho, apesar do Regulamento (Lei nº 23.659/33) que regia a sua profissão, mais que satisfatório. O arquiteto brasileiro tinha mostrado “vitalidade” em seus projetos e deveria buscar a permanência da qualidade em seus serviços. No entanto, buscava a solução dos problemas sociais do país e encontrava um obstáculo na legislação que regulava sua profissão, visto que as funções desempenhadas pelo engenheiro e pelo engenheiro-arquiteto ainda se sobrepunham. Além disso, o número de profissionais formados ainda era pequeno:

“Nós arquitetos, no domínio da nossa profissão, no domínio da arquitetura, temos tido sempre um concorrente muito sério, o engenheiro civil, e isso devido principalmente por um pequeno número de arquitetos que ainda existem no Brasil” (ANAIS, 1954, p. 20).

Na ocasião, organizaram-se sete comissões de estudo: Arquitetura e Tradição, Indústria e Arquitetura, Ensino da Arquitetura, A Profissão do Arquiteto, Urbanismo e a Realidade Nacional, Ensino do Urbanismo e a Profissão do Urbanista. As quatro primeiras eram parte do grande tema “Arquitetura no Brasil” e as três últimas, do grande tema “Urbanismo no Brasil” (ANAIS, 1954). Deve-se destacar as soluções propostas pelas comissões de Ensino de Arquitetura e da Profissão do Arquiteto.

A comissão de Ensino de Arquitetura, que tinha como presidente Ariosto Mila, teve seis teses apresentadas das quais foram extraídos aspectos em comum. Quanto ao currículo do curso de arquitetura, os trabalhos indicaram sua inadequação às necessidades de ensino e formação do arquiteto, pois ofereciam pouco conteúdo sobre o homem e a sociedade, abordavam a prática de forma deficiente, não proporcionavam o entrosamento entre as disciplinas. Sobre o acesso aos cursos, foram indicadas a dificuldade da escolha da profissão e a necessidade de constatar a vocação do candidato, segundo um limitado número de vagas. Foram apontadas ainda a insuficiência de critérios para avaliação dos alunos, a formação falha do corpo docente, a direção inadequada das escolas e a necessidade de um auxílio econômico para os alunos. Por fim, a comissão afirmou a necessidade da autonomia universitária (ANAIS, 1954).

Para a solução dos problemas, a comissão de Ensino de Arquitetura apontou para a discussão desses temas em um outro evento de âmbito nacional: a necessidade do entrosamento das disciplinas em horários viáveis aos alunos que trabalhavam, uma maior conexão entre os currículos e a realidade, a formação de docentes, a participação de alunos nos órgãos didáticos e administrativos da escola, a direção das escolas por arquitetos e a aprovação urgente de regulamentos nas escolas que não o possuísssem (ANAI, 1954).

Em cada uma dessas sugestões, é possível identificar o direcionamento da comissão às soluções dos problemas enfrentados pela FAUUSP. A faculdade não possuía um regulamento próprio e, em 1954, quem a dirigia era o engenheiro Luiz Cintra do Prado. Além disso, a mudança de seu currículo estava em discussão desde a sua fundação. Ainda que adequada à FAUUSP, deve-se levar em conta que essa era uma luta nacional, afirmada desde o Congresso de 1945.

Sobre os docentes, foi requerida a formação adequada – com capacidade técnica, artística, ética e pedagógica – assim como a liberdade de cátedra. Ou seja, os congressistas sinalizaram que eram a favor de uma mobilidade maior para os cargos dos professores. Quanto a esta mobilidade, vista por João Batista Vilanova Artigas, em sua visita comum no MIT, deve-se observar que a mudança de professores interessava muito aos arquitetos. Novos professores, como os cariocas contratados pela FAUUSP em 1951⁴⁹, formados na ENBA, teriam uma maior facilidade em adequar-se aos métodos de ensino propostos, assim como aos novos padrões estéticos modernos.

Um dos trabalhos desenvolvidos que colaboraram para essa resolução, dentro da temática de Ensino de Arquitetura, foi o de Hélio de Queiroz Duarte e Ernesto Roberto de Carvalho Mange⁵⁰. Com o título de “Contribuição ao Ensino de Arquitetura”, os autores sugeriram que fossem revistos os cursos de Arquitetura mediante três observações:

1. Definição do contexto do problema enfrentado;
2. Análise dos meios disponíveis para esse enfrentamento;
3. As finalidades.

⁴⁹ Helio de Queiroz Duarte e Aberlardo de Souza.

⁵⁰ Helio de Queiroz Duarte (Arquiteto pela ENBA – 1930) e Ernesto de Carvalho Mange (Engenheiro Civil pela Escola Politécnica de São Paulo – 1945) se associaram entre 1950 e 1955. Ambos lecionaram na FAUUSP.

Ao definirem o problema do ensino da arquitetura, Duarte e Mange estabeleceram três partes: os materiais, a arquitetura e o urbanismo. Os materiais foram discriminados como valores; a arquitetura como invólucro que atendia às necessidades do homem e o urbanismo como uma organização que atendia à coletividade.

Para que o aluno tivesse a formação de um arquiteto, seria necessário que ele dispusesse dos conhecimentos das três partes citadas anteriormente – materiais, arquitetura e urbanismo – e também das variáveis que pudessem interferir nos materiais que seriam: H para homem; A para ambiente; C para o homem como ser que vive em sociedade; Mt quanto às propriedades físicas dos materiais e Mf para a forma:

“...pelo ensino sistemático, através da ministração das várias disciplinas, cada uma com sua pedagogia própria. Esses conhecimentos devem variar em profundidade, desde a noção geral suficiente para permitir colaboração eficiente com os diversos profissionais especialistas, até o domínio total de certos materiais” (DUARTE; MANGE in ANAIS..., 1954, p. 4).

Evidentemente, somariam-se a esses conceitos, quesitos básicos para a formação de um arquiteto: o conhecimento de desenho (sua linguagem) e de matemática (ferramenta para o preparo técnico-científico). O equilíbrio entre os conhecimentos seria fundamental, pois a principal crítica desse trabalho era a dedicação exclusiva do ensino de arquitetura à valorização da forma, esquecendo do homem (H) e do ambiente (A) onde ele vivia em sociedade (C):

“Resumindo, afirmamos que o curriculum dos cursos de arquitetura deveria, ao invés da valorização excessiva e prejudicial dos valores formais, tender para um conhecimento mais objetivo e completo do homem (indivíduo e coletividade) e da natureza (ambiente e matéria)” (DUARTE; MANGE in ANAIS..., 1954, p. 6).

Para que essa equação fosse equilibrada, Duarte e Mange (1954) fizeram três proposições:

1. Incluir disciplinas que visassem um maior conhecimento do homem e da coletividade;
2. Intensificar o ensino de Física, para que o futuro arquiteto tivesse um maior domínio das técnicas construtivas;
3. Uma revisão no conteúdo das disciplinas de “Plásticas”.

Essa proposta feita por Duarte e Mange (1954) reforçou aspectos abordados na tentativa de reformular o ensino de arquitetura, especialmente quanto à inclusão de disciplinas da área de humanas. Além disso, o trabalho reafirmou a necessidade de um entrosamento e equilíbrio entre as disciplinas de modo a oferecer ao estudante um conhecimento aplicável a sua vida profissional.

A comissão da Profissão do Arquiteto, presidida por Rino Levi e Ícaro de Castro Mello, reapresentou a tese defendida no 3º Congresso Brasileiro de Arquitetos que tinha, como principal objetivo, a criação de cargos no poder público para o arquiteto. Nesse aspecto, é possível relacionar a tentativa dele em atuar, de forma mais contundente, junto ao poder público para o exercício de sua função social. Assim sendo, poderia ter seu papel de autor de projetos e coordenador de equipes reconhecido em uma escala mais ampla.

Conferência de Walter Gropius

Um dos participantes internacionais do 4º Congresso Brasileiro de Arquitetos, Walter Gropius proferiu uma conferência intitulada “O Arquiteto na Sociedade Industrial”. Segundo Kopp (1990), nesse momento, Gropius já havia mudado a concepção de ensino de arquitetura, de sua finalidade de transformação da sociedade por um ensino adaptado às suas necessidades.

Sua fala estava centrada no conceito de que o homem havia perdido seu referencial ao deixar os valores humanos e culturais em prol de uma industrialização cada vez mais crescente. Por sua vez, o arquiteto deveria alterar esse modelo, trazendo o homem à posição de destaque e de maior valor para a sociedade (ANAIS, 1954).

Assim, o arquiteto deveria se voltar à obra, à construção. Desse modo, teria contato direto com o sistema produtivo e poderia trazer melhorias, através do projeto, de forma que o homem, executor da obra, fosse valorizado e respeitado. Gropius ofereceu uma alternativa aos profissionais presentes no Congresso – o trabalho em equipe:

“A separação integral do projeto e da execução dos edifícios, conforme vigora hoje em dia, parece completamente artificial, se nos compararmos com o processo de construção das grandes épocas do passado. Nós nos afastamos demasiadamente daquele entrosamento original e natural, daquele tempo em que o desenho e a execução do edifício formavam um só processo indivisível e onde o arquiteto e o construtor eram uma só pessoa. O arquiteto do futuro – se este quer mais uma vez vir a tona – será obrigado pelo correr dos acontecimentos a se aproximar mais uma vez da produção construtora. Se ele construir com o engenheiro, o homem da ciência, o construtor, numa equipe estreitamente colaboradora, então o projeto, a construção e a economia poderão voltar a ser uma entidade só: fusão de arte, ciência e negócio” (ANAIS, 1954, p.27).

A discussão apontada por Walter Gropius, quanto à separação entre o arquiteto e a construção, chegou a São Paulo em um momento oportuno no qual grande parte dos arquitetos e o próprio IAB/SP advogava a favor da exclusividade do projeto e da importância de sua autoria. Essa separação artificial, apontada por ele, iniciada nas Escolas de Belas Artes e reforçada no período da Revolução Industrial com a tomada dos conhecimentos técnicos pelos engenheiros, era equivocada.

Artigas (2004) comentou que o arquiteto antigo não conheceu o engenheiro e tampouco “a separação entre o seu trabalho criador e o homem que avalia as estruturas” mas, ao relatar como aprendeu a projetar na Escola Politécnica e como passou a projetar, o arquiteto moderno deixou algumas pistas de seu pensamento:

“Mas eu aprendi arquitetura na Escola Politécnica, com engenheiros, como organizar a planta de uma casa: deve ter uma escada e é bom que essa caixa da escada tenha pelo menos 4 x 4 m para que, depois, o escadeiro não tenha muito trabalho para por lá dentro a escada, que sobe para o andar superior. São pensamentos anteriores à ideia de projeto. É como se estivéssemos com Brunelleschi. E o escadeiro sabe, como o artesão, fazer uma escada: se você deixa um espaço de 4 x 4 m, ele se vira, escolhe as madeiras e faz com que a escada chegue lá em cima. Mas nós, os homens da arquitetura moderna, rompemos precisamente com esse conceito de projeto, com esses resquícios, digamos, medievais que ainda prevaleciam dentro da técnica da nossa pátria – isso por volta da década de 30 ou um pouco antes, quando vieram os imigrantes para cá. Sou dessa geração de arquitetos modernos que, pela primeira vez, foram até o conhecimento do fazer operário, ou do subempreiteiro, para dizer-lhes, em desenho, em projeto, o que era preciso fazer – por exemplo a escada, que altura, que largura e expressão ela teria. Porque você podia projetar no papel, desenhar no papel, não a escada que o escadeiro ia fazer, mas aquela que você queria que fosse realizada, dentro do espaço que lhe servia” (ARTIGAS, 1984, p.205).

A relação que os arquitetos modernos tiveram com a obra foi através do projeto, não como um executor dele em obra, mas como um coordenador, uma autoridade na criação dos espaços. Nesse ponto, houve uma sintonia com o ponto de vista de Walter Gropius que cogitou, como condição única para a demonstração do valor do arquiteto, a coordenação das atividades nas obras. Para que isso fosse possível, a geração futura teria que ser treinada “em conformidade com os novos métodos de produção industrial em lugar de restringir-se ao trabalho na platônica prancheta isolada da criação e da construção”. À nova geração de arquitetos caberia uma tarefa dupla: “integrar-se na indústria construtora, tomar parte ativa no desenvolvimento e na formação de todas aquelas partes componentes para a construção e, aprender como compor bons edifícios, com estas partes industrializadas” (ANAIS, 1954). Se dependesse, exclusivamente, dos ideais do arquiteto moderno, apontados por Artigas (2004), a relação platônica do arquiteto com a prancheta teria acabado antes mesmo da criação de escolas autônomas de arquitetura. Foi justamente o rompimento dessa relação que levou os arquitetos da década de 1950 a buscarem por reformulações no ensino e uma aproximação definitiva entre teoria e prática.

Para Gropius (1954), a primeira tarefa aos jovens arquitetos seria deixar de “brigar por estilos” e unir-se, sem priorizar “gênios individuais” e, sim, o trabalho coletivo. Ao concluir, Gropius disse que estava deixando pistas do que possivelmente poderia ser feito: ou o arquiteto seguiria pelo caminho mais difícil, cheio de desafios ou seguiria o seu caminho atual e, provavelmente, acabaria em um beco

sem saída. A nova geração da qual ele não fazia mais parte, deveria assumir a frente e estar aberta para lidar com esse “complexo jogo de problemas que decorrem do impacto da industrialização” (ANAIS, 1954).

5º Congresso Brasileiro de Arquitetos (1957)

O 5º Congresso Brasileiro ocorreu na Escola de Belas Artes do Recife entre os dias 28 de julho e 04 de agosto de 1957. O temário desse Congresso foi subdividido em dois assuntos: Arquitetura no Brasil e Urbanismo no Brasil. O primeiro, Arquitetura no Brasil, contou com discussões nos subtemas de *Arquitetura Popular e Conceituação, objetivos e soluções*. Quanto ao de Urbanismo no Brasil, as discussões foram sobre o *Planejamento Regional nas esferas Nacional, Regional e Local, a Legislação Urbanística e a Criação de Órgãos Reguladores* (IAB nº 39, 1957).

Tendo sido realizado na Escola de Belas Artes, a primeira discussão que gerou polêmica foi o desmembramento do ensino de arquitetura em uma faculdade autônoma, independente dessa escola. Essa pauta era defendida pelo Diretório Acadêmico da Bahia, em desacordo com alguns professores que viam como positiva a continuidade do ensino de arquitetura no “mesmo espírito plástico dos ensinamentos das belas artes” (IAB nº42, 1957). Novamente, a discussão da autonomia do ensino de arquitetura se manifestou em âmbito nacional. Em 1957, doze anos após a aprovação da Lei nº 7.918/1945, o curso de arquitetura do Recife foi dependente na Escola de Belas Artes.

Segundo Wilson Maia Fina, representante do IAB/SP no Congresso, o clima foi cordial mesmo com a ausência de membros do IAB Central, por motivos não declarados:

“Não podemos deixar de acentuar o espírito de franca cordialidade que reinou em todo o Congresso e tampouco o esforço da Comissão Organizadora, que, sem o apoio moral do órgão central que primou pela sua total ausência, e de recursos financeiros de qualquer espécie, reuniram-se os 60 colegas de Recife, número de que se compõe o quadro social daquele departamento, e puderam numa conjugação de esforços fazerem com que o V Congresso Brasileiro de Arquitetos tivesse o êxito que teve” (IAB nº 42, 1957, p.04).

Um dos temas abordados foi o déficit de habitações populares – tanto nas cidades quanto nas áreas rurais. Foi sugerida pelos membros participantes a fundação de um Instituto de Habitação Popular para que direcionasse estudos específicos sobre o assunto. Quanto ao exercício da profissão, em virtude da permanência da Lei nº 23.569/33, seriam colocadas, em pauta, a discussão e aprovação de uma nova lei, regulamentando o exercício da profissão de arquiteto e iniciada uma campanha de esclarecimentos sobre como conceituar a profissão (IAB nº 42, 1957).

Alguns tópicos permearam a discussão dos arquitetos em todos os congressos realizados nesse período. Os problemas enfrentados quanto ao planejamento urbano foram ocasionados pela falta de locais de ensino da disciplina e os arquitetos seguiram discutindo o seu papel no ordenamento do crescimento das cidades. Outro aspecto abordado nos congressos foi a necessidade de se compreender a Arquitetura como uma disciplina de humanidades, para além de suas origens artísticas ou técnicas. Esse pensamento gerou a expressão “o papel social do arquiteto”. Através dos Congressos Nacionais de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo veremos que essas preocupações foram compartilhadas entre os futuros arquitetos, especialmente quanto à necessidade de mudanças no ensino que viessem capacitar os futuros arquitetos a cumprir sua função social.

5.2. Os diretores do IAB/SP

Segundo a Lei nº 104/48, que regulamentava a FAUUSP, a faculdade não possuía autonomia para contratar professores:

“Artigo 14 - Até que a lei providencie por outro modo as disciplinas dos Cursos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo serão regidas, em ordem preferencial;

a) por Professores de disciplinas iguais ou afins, da Universidade de São Paulo;

b) por Professores contratados, nos termos da legislação em vigor.” (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 1948).

Além disso, qualquer outra mudança a ser proposta, em sua organização, precisava passar pelos órgãos administrativos da Escola Politécnica de São Paulo e da Universidade de São Paulo.

“Parágrafo único - Enquanto não estiver em vigor o Regulamento da Faculdade, nos termos do presente artigo, rege-se-á a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, pelo Regulamento da Escola Politécnica da Universidade de S, Paulo, naquilo em que lhe for aplicável, e, subsidiariamente, pelo Regulamento da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Brasil” (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 1948).

Sob essas circunstâncias, levantou-se a primeira questão desta pesquisa – onde eram discutidas as decisões a serem tomadas na FAUUSP, se elas não estavam relatadas nas Atas da Congregação da Escola Politécnica. A partir dos temas discutidos nos congressos do IAB/SP, foi possível notar referências aos problemas particulares da faculdade, ainda que não declarados abertamente, por se tratar de problemas que ocorriam igualmente em outras escolas no país.

Os Boletins e Atas das Assembleias do IAB/SP comprovaram a profunda interferência do Instituto no ensino da FAUUSP, defendida no 3º Congresso Brasileiro de Arquitetos como modelo a ser adotado por todos os departamentos do IAB no país. Através da aproximação do IAB/SP com os alunos e professores, parte desses associados ou diretores do Instituto, foi possível, na maioria das

vezes, a vitória por parte dos arquitetos, em detrimento ao domínio administrativo e pedagógico imposto à FAUUSP em relação à Escola Politécnica da Universidade de São Paulo

5.2.1. Discussões sobre o ensino de arquitetura

Em 1951, foi feita a primeira referência às relações entre o IAB/SP e as decisões quanto à organização do ensino de arquitetura na FAUUSP. O tema, em pauta, foi o prejuízo causado à faculdade pela ausência de um regulamento próprio em uma assembleia presidida por Oswaldo Arthur Bratke.

Na ocasião, o GFAU apresentou um ofício solicitando o apoio do IAB/SP na greve de alunos da FAUUSP, “greve que promoveram em sinal de protesto pelos acontecimentos que tem abalado ultimamente o curso de arquitetura daquela Escola”. (IAB, Ata nº 10, 1951, p.31). Na ocasião, foi lido o ofício, enviado pelo GFAU ao Conselho Universitário da USP:

“Em 10 de Maio de 1951.

Reitor Magnífico,

O Grêmio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, entidade representativa dos alunos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, valendo-se esta literalmente de seu órgão soberano – Assembleia Geral, agora em caráter permanente – considerando que, primeiro – prolongando inexplicavelmente há um ano e meio a aprovação do projeto de Regulamento desta Faculdade, tolhe com isso a sua autonomia e coloca-a em situação de insegurança; segundo, a falta do Regulamento coloca esta Faculdade, per força da Lei nº 104, de vinte e um de junho de 1948, em regime de observância ao Regulamento da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, com evidentes entraves ao desenvolvimento do curso e com impossibilidade de formação do CTA [Conselho Técnico Administrativo] e da Congregação desta Faculdade; terceiro, a necessidade do mesmo é premente, tendo em vista a proximidade da formatura da primeira turma de arquitetos em mil novecentos e cinquenta e dois; quarto, o atual quarto ano se encontra, ainda, absurdamente privados das aulas da Disciplina nº 17 – Composições de Arquitetura - Grandes Composições, da Disciplina nº 29 – Composições Decorativas e da disciplina nº 30- Plástica; quinto, fato semelhante ao exposto no item 04 tem ocorrido nos anos anteriores” (IAB, Ata nº 10, 1951, p.31).

A FAUUSP enfrentava então, em virtude da dependência da Escola Politécnica de São Paulo, a ausência de professores para ministrar disciplinas que tinham enorme importância para a formação do arquiteto. Por essa razão, a primeira turma da FAUUSP precisou buscar a cooperação do IAB/SP, visto que pouco se podia discutir com o Conselho Universitário da USP. Essa falta de autonomia prejudicou os alunos porque não puderam cursar importantes disciplinas durante o curso – as de Composição. Por essa razão, o GFAU enviou um ofício ao presidente do IAB/SP, requerendo o auxílio do Instituto, pois a tentativa de sanar a ausência de professores de Composição havia sido bloqueada pelo Conselho Universitário:

“Excelentíssimo Sr. Arquiteto Oswaldo Bratke – Presidente do Instituto de Arquitetos ,
Seção de São Paulo.

Acusamos um histórico dos acontecimentos que tem, ultimamente, abalado o bom andamento do nosso curso. Como facilmente se pode deduzir da leitura. Deste histórico, o Conselho Universitário tem sistematicamente tomado resoluções que demonstrasse o pouco caso que faz do progresso da cultura, mostrando-se tão paciente por interesses alheios a moralização do ensino no Brasil. Essa sequencia de acontecimentos desagradáveis, que têm prejudicando sensivelmente nossa Faculdade, culminou com a demissão do nosso diretor, Professor Anhaia Mello e com a anulação do ato do próprio Conselho, que havia indicado, após concurso de títulos, o nome do Senhor Arquiteto Oscar Niemeyer, para reger a Cadeira de Grandes Composições do 4º ano. É necessário frisar o conceito que goza Niemeyer entre os estudantes de arquitetura de todo o mundo, conceito este que o credencia, mais do que nenhum outro, para o corpo docente de nossa Faculdade. Assim, vimos pelo presente, solicitar o apoio deste prestigioso Instituto que preside apoio este que consideramos indispensável para atingirmos o resultado satisfatório, que tanto almejamos. Certos de consegui-lo, pois contamos com o real interesse de todos os intelectuais pelo progresso da cultura no Brasil e pela moralização do nosso ensino, solicitamos ainda enviar ao Reitor da Universidade de São Paulo, até segunda-feira próxima, catorze do corrente, ofício de telegrama declarando-se solidário com o nosso envolvimento” (IAB, Ata nº10, 1951, p.33).

Em correspondência lida na sequência da Assembleia, também enviada pelo GFAU, foram declarados os protestos da revogação da contratação do arquiteto Oscar Niemeyer para lecionar na FAUUSP. O Conselho Universitário, que havia aprovado a contratação, recuou da decisão tomada. Segundo declaração do Professor da FAUUSP, Zenon Lotufo, o Conselho havia examinado os títulos de vários professores, como Oscar Niemeyer e Colete Pujol, mas acabou por nomear outros profissionais para assumir o comando das disciplinas. Por sua vez, o professor Luiz de Anhaia Mello pediu demissão da diretoria por não consentir a “anormalidade” da postura do Conselho Universitário, que revogava a decisão dele próprio. Pedindo a palavra, o arquiteto Carlos Gomes Cardim se posicionou a favor dos estudantes e propôs que o Conselho Universitário devesse ser notificado pelo Conselho Nacional de Educação por permitir que uma faculdade estivesse em funcionamento sem um regulamento próprio.

Os presentes na Assembleia, Eduardo Kneese de Mello, Zenon Lotufo, Gomes Cardim, entre outros, votaram a favor do envio de um telegrama em solidariedade a Luiz de Anhaia Mello. O IAB/SP continuaria atento e exigente na defesa do interesse de seus associados, zelando sempre pela formação e desenvolvimento de um mais alto nível cultural naquele Instituto Universitário.

Findada essa crise e com a primeira turma formada, em 1953, quando a gestão do diretor da FAUUSP Bruno Simões Magro havia terminado, o GFAU encaminhou um pedido de intervenção do IAB/SP na nomeação do novo diretor da Escola. Os alunos tiveram medo de que fosse nomeado um engenheiro para o cargo. O IAB/SP, por sua vez, enviou uma correspondência ao governador do

Estado, pedindo cuidados ao caso (IAB, Ata nº 25, 1953). Na ata seguinte, do mês de fevereiro de 1953, foi publicado, em nome do representante do GFAU na diretoria do IAB/SP, Edoardo Rosso, um agradecimento pela colaboração do IAB/SP, pois havia sido eleito para diretor o Sr. Luiz Cintra do Prado, nome que agradava aos alunos. A conquista foi celebrada como uma grande vitória (IAB, Ata nº 26, 1953).

Em 1955, as Atas das Assembleias do IAB/SP demonstraram que a relação entre o IAB/SP e a FAUUSP passou a ser mais próxima. Em 1955, o IAB/SP participou efetivamente da luta da FAUUSP pela aprovação de seu primeiro regulamento. Inicialmente, compareceu o presidente do GFAU, Francisco Torres, para solicitar que o IAB/SP manifestasse tanto na Assembleia Legislativa quanto nos jornais paulistas, o apoio para a aprovação urgente do Regulamento da FAUUSP (IAB, Ata nº 55, 1955). Por sua vez, a Assembleia Legislativa comunicou ao IAB/SP que o assunto já se encontrava em discussão naquele plenário (IAB, Ata nº 56, 1955).

O debate sobre a aprovação do regulamento da FAUUSP adentrou o mês de setembro, quando, em outra reunião da diretoria do IAB/SP, foi pauta da ordem do dia. O Arquiteto Luiz Saia teve uma postura diferente dos demais membros, pois foi contra a aprovação do regulamento, especialmente por conta do artigo 6º, da criação do CPEU – Centro de Pesquisas e Estudos Urbanísticos e protestou, dizendo que o IAB/SP deveria pedir à Assembleia Legislativa que o ouvisse antes que fosse aprovada a Lei. O Arquiteto Jon Maitrejean se responsabilizou por recolher o material necessário para a reunião, no dia seguinte, para a tomada de decisões – se o Instituto manteria sua posição de permitir a aprovação do regulamento ou acolheria a posição de Luiz Saia (IAB, Ata nº 67, 1955). Contudo na ata seguinte, o assunto abordado foi a necessária convocação da diretoria anterior que teria assumido o compromisso com a FAUUSP de apoiar a sua aprovação sem conhecê-lo. Para o colega Jorge Wilhelm, seria muita responsabilidade a diretoria atual convocar assembleias para votação de algo que havia se tornado uma “situação delicada” (IAB, Ata nº 68, 1955). Ou seja, a diretoria do IAB/SP havia consentido, conforme citado na Ata nº 55, essa aprovação e a consequente criação do CPEU. Apenas algum tempo depois, através do Arquiteto Luiz Saia, pôde-se notar que o artigo 6º “feria” a profissão, pois permitia à faculdade fazer estudos de planos urbanos, absorvendo trabalhos que deveriam ser executados pelos arquitetos.

Foram ponderados, na Assembleia do dia 10 de outubro de 1955, os prós e os contras da aprovação do regulamento: o pedido de revisão do texto poderia tardar a autorização do documento (o que não era mais tolerado pela faculdade que já estava há sete anos em funcionamento sem autonomia); caso

aprovado, se possuísse falhas, poderia ser alterado posteriormente e, por sua vez, a diretoria anterior ao IAB/SP já havia se posicionado a favor do consentimento (IAB, Ata nº 69, 1955).

Na reunião seguinte, no dia 17 de outubro de 1955, a mesma participou, para se pronunciar sobre os motivos que a levaram a aprovar e apoiar o regulamento proposto para a FAUUSP. Armando Ciampolini (presidente na gestão anterior) se defendeu, dizendo que o apoio que concedeu à FAUUSP fora motivado por outro fato: “o jornal “O Tempo” e o deputado Derbille Allegretti iniciaram uma campanha contra a Faculdade”. Ou seja, justificou-se, alegando que não apoiara o regulamento em si, mas sim o não fechamento da faculdade, ameaçada por essa “campanha” contra seu funcionamento (IAB, Ata nº 70, 1955).

No entanto, as discussões prosseguiram e, ao ser lido o item que trazia maior polêmica, (o artigo 6º da Lei nº 3.233/55⁵¹), o Sr. Lodi se pronunciou de forma veemente contra o que o mesmo, chamando-o de “Monopólio Estatal de Urbanismo”. O arquiteto Jorge Wilhelm pediu novamente que fosse convocada uma assembleia para discussão desse ponto. Inicialmente, deveria ser enviado à FAUUSP um ofício, dizendo que o IAB/SP aguardaria a aprovação do regulamento. No entanto, foi convocada uma reunião para discussão dos “interesses da classe” que estavam sendo feridos com a aprovação” (IAB, Ata nº 70, 1955).

Foi constituída, então, uma nova assembleia e convidados, especialmente, o diretor da faculdade, Lysandro Pereira da Silva e o chamado “presidente” da faculdade, Anhaia Mello. Foi feita a leitura de “um resumo histórico do fato e do pedido do arquiteto Luiz Saia à diretoria e a posição do IAB/SP no caso” que segue transcrito abaixo:

“E uma de suas últimas reuniões realizadas a diretoria recebeu a visita do arquiteto Luiz Saia que apresentou o seguinte problema para o qual solicitava urgentes providências: O Regulamento da Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo foi já aprovado pela Câmara de Deputados e será imediatamente enviado ao Governador podendo ser por ele vetado ou aprovado. Esse regulamento apresenta falhas que deveriam ser corrigidas antes de sua aprovação. Essa mesma comunicação havia sido feita há algum tempo à Diretoria anterior, sem que qualquer providência fosse tomada. As falhas apontadas por aquele colega referiam-se ao Instituto de Pesquisas Urbanísticas que, pelo novo Regulamento poderá estudar planos diretores para as cidades do Estado que o solicitarem, prejudicando, deste modo, os interesses profissionais daqueles que se dedicam a esse trabalho. Tratando-se,

51 Artigo 6.º - Fica criado, anexo à cadeira de Urbanismo, do Curso de Arquitetura, um Centro de Pesquisas e Estudos urbanísticos, sob a direção do professor da cadeira. Este Centro (C. P. E. U) destina-se: I - a realizar pesquisas, análises e inquéritos preliminares à execução de planos urbanísticos parciais ou gerais; II - a organizar planos diretores para os municípios que o desejarem; III - a realizar planos e estudos relativos à habitação, uso da terra, regulamento e programas; IV - à prática e exercícios dos alunos da cadeira e do curso de Urbanismo da Faculdade; e V - à propaganda educação e divulgação, de forma a facilitar a solução dos problemas urbanísticos (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 1955).

portanto, de assunto que atinge diretamente os interesses dos arquitetos, tornava-se urgente a interferência desta diretoria uma vez que a diretoria passada não havia tomado as providências que o caso exigia. Solicitava então, o arquiteto Luiz Saia que a atual diretoria dirigisse-se imediatamente ao governador Jânio Quadros, pedindo que V. Excia. antes de aprovar ou vetar aquela lei, ouvisse o IAB” (IAB, Ata nº71, 1955, p.63).

Os participantes da assembleia, diante da exposição dos fatos, passaram a discutir em que momento o Instituto falhara em não se posicionar sobre um assunto tão sério que feria o “interesse da classe”. A pergunta foi como uma faculdade poderia exercer o mesmo papel dos profissionais formados ao oferecer estudos para planos urbanos? O IAB/SP passou a analisar a opinião do diretor da faculdade, Lysandro Pereira da Silva que atestou:

“a) O IAB foi ouvido, oportunamente, sobre o assunto, tanto assim que sua diretoria trabalhou junto aos componentes da Câmara dos Deputados, no sentido de obter-se uma rápida aprovação daquele Regulamento; b) o IAB manifestou-se publicamente a favor da aprovação daquela Lei, por ocasião da greve dos estudantes em protesto contra a falta de um regulamento para a sua escola; c) o IAB, ainda por ocasião daquela greve, dirigiu-se à Câmara dos Deputados demonstrando seu interesse na aprovação daquele Regulamento; d) a Diretoria da Escola admite que o Regulamento em questão tenha algumas falhas porque admite também que nada existe perfeito; e) A Diretoria da Faculdade, entretanto, encarece a necessidade urgente de aprovação daquele Regulamento visto que, sem ele, a Escola poderá ser fechada a qualquer momento, pois não tem sua existência assegurada por Lei. Haja vista o pedido de seu fechamento feito recentemente à Câmara por um dos nossos deputados; f) Além disso, o Regulamento em questão permite que, a qualquer tempo, sejam feitas modificações no seu texto, sem que para isso tenha que ser ouvido o Legislativo” (IAB, Ata nº71, 1955, p.64).

Sendo assim, restaram poucas opções para que o futuro da FAUUSP fosse assegurado. Porém, dentro do IAB/SP, esse fato gerou um problema entre as diretorias, pois foram encontradas correspondências trocadas pela diretoria atual – presidida por Rino Levi – com a Assembleia Legislativa, solicitando a aprovação do Regulamento da Faculdade. Por sua vez, a diretoria anterior se defendeu por ter trabalhado por sua rápida aprovação. Ao final da discussão, a Assembleia fez uma colocação para autorizá-lo, mesmo com algumas falhas, pois sem ele “o funcionamento da Faculdade corria perigo”. (IAB, Ata nº 71, 1955, pp.64 - 65).

O IAB/SP iria requerer uma cópia do Regulamento à FAUUSP e distribuiria aos associados interessados em opinar sobre possíveis mudanças. Em um segundo momento, proporia diretamente à diretoria as alterações que julgasse necessárias. A discussão não findou, pois Luiz Saia quis retomar o assunto, apontando que o IAB/SP aprovara e trabalhara para a sua aprovação sem conhecê-lo e lembrou o motivo de seu protesto:

“... no 6º artigo que criam um Centro de Planejamentos urbanísticos, o qual pode executar planos diretores para os municípios. Todas as escolas tem estes Centros Urbanísticos e é

mesmo necessário. Só que a Faculdade necessita com urgência é o Curso de Urbanismo, e não criar um escritório profissional que possa executar planos urbanísticos” (IAB, Ata nº 71, 1955, p.66).

Alguns arquitetos passaram a se posicionar contra a aprovação do Regulamento, apoiando Luiz Saia, como o arquiteto Ferrão⁵². O diretor da FAUUSP, Lysandro Pereira da Silva, justificou a inexistência do Instituto de Urbanismo e, por consequência, do curso de urbanismo pela falta de estrutura. Silva reforçou que a faculdade havia, heroicamente, incluído a disciplina de urbanismo no curso de arquitetura, sem a aprovação do Legislativo. O professor Lysandro também lembrou que o momento era sobre a discussão do regulamento que, caso não aprovado, passaria novamente por todos estes órgãos: Comissão de Professores, Câmara Legislativa, Conselho de Ensino, Consultoria Jurídica da USP, Comissão de Regimento, Conselho Universitário e, finalmente, a Câmara novamente (IAB, Ata nº 71, 1955).

O professor Bruno Simões Magro, diretor da FAUUSP, nos anos de 1951 e 1952 afirmou que, em sua gestão, havia lutado de todas as formas para que o regulamento fosse aprovado. Nesse tempo, por decisão da Comissão de Ensino da escola, decidiu-se amadurecê-lo um pouco mais. Já naquele novo projeto proposto, havia sido criado o Centro de Pesquisas, antes mesmo que fosse criado o curso de urbanismo pela faculdade (IAB, Ata nº 71, 1955).

O arquiteto Ferrão apontou outro sério problema no regulamento proposto – ele mantinha a “paternidade da Politécnica” sobre a FAUUSP. Contudo, Ferrão era a favor da sua aprovação, pois qualquer proposta mais radical seria anulada pelos engenheiros e finalizou seu parecer, dizendo que “este Regulamento é o pior do Brasil” (IAB, Ata nº 71, 1955). Seguindo a discussão, o arquiteto Gastão Rachori comentou: “a situação é de emergência; precisamos aprovar o Regulamento; seria muito feio que a Faculdade fosse fechada devido a uma atitude tomada pelo IAB/SP” (IAB, Ata nº 71, 1955, p.68).

A reunião foi finalizada, após a votação da maioria dos presentes contra a moção apresentada pelo arquiteto Luiz Saia, a favor da aprovação do Regulamento como estava proposto na Câmara Legislativa.

Nos Boletins do IAB/SP, toda essa discussão se deu de forma mais amena, mas não deixou de ser mencionada. Em abril de 1955, ocorreu, na sede do IAB/SP, um debate sobre o ensino de

⁵² Chamado na Ata como “Arquiteto Ferrão”, nas atas seguintes passou a ser chamado de Estudante Joaquim Ferrão, da FAUUSP.

arquitetura do qual participaram diversos professores e arquitetos: o professor Lysandro Pereira da Silva, diretor da FAUUSP; o arquiteto Jorge Wilhelm, presidente do NEDAB; os professores Phillip Lohbauer, Flavio Motta e Jean Maitrejean; os alunos Jun Okamoto do Mackenzie e Luis Fleuri de Oliveira da FAUUSP (IAB nº 15, 1955).

Ao abrir o debate, o diretor da FAUUSP, professor Lysandro Pereira da Silva, informou a situação do ensino e da urgência da aprovação do regulamento:

“... os alunos da FAU haviam organizado um programa que consideravam satisfatório, porém o Conselho Universitário, sendo um órgão heterogêneo, e talvez por isso conservador, não aceitou muitas das sugestões. Lembrou que havia necessidade de, o quanto antes, serem conseguidas a aprovação do Regimento da Faculdade e sua autonomia” (IAB nº 15, 1955, p.02).

As discussões se seguiram sobre os exames de vestibular para o curso de arquitetura que, por unanimidade, foram considerados insuficientes. A alternativa proposta foi a de uma avaliação e seleção nos primeiros anos do curso. Depois que os professores conhecessem os alunos, poderiam opinar sobre suas habilidades e aptidões. Artigas enfatizou que o problema não estava em quem adentrava à Faculdade de Arquitetura e sim, na “necessidade de conjunção entre a prática e os conhecimentos teóricos” (IAB nº15, 1955).

O Professor Flávio Motta, por sua vez, levantou a ausência atual de convívio entre alunos e professores, como um dos pontos negativos do ensino de arquitetura da época, além de concordar com Artigas, lembrando que os melhores trabalhos produzidos por arquitetos eram aqueles que possuíam maior ligação com os problemas humanos, de construção, econômicos e sociais.

Quando o assunto voltou a ser a FAUUSP, especificamente, o professor Lysandro se defendeu:

“... um dos itens que constam do Plano de Reforma da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo refere-se à criação de um ateliê, onde os professores teriam maior contato com os alunos ao mesmo tempo que estes conseguiriam maiores esclarecimentos sobre problemas ligados a execução do projeto” (IAB nº 15, 1955, p.02).

Por sua vez, Artigas avaliou que:

“...se continuasse a ser ministrado o mesmo currículo, mesmo com a introdução do ateliê a situação não se resolveria. O processo de ensino continuaria o mesmo introduzido no século passado por Grandjean de Montigny na Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro e que hoje é adotado na Faculdade Nacional de Arquitetura. “Devemos lutar contra a burocracia no ensino” afirmou” (IAB nº 15, 1955, p.02).

Ao se referir à “burocracia do ensino”, possivelmente, Artigas estava comentando a dificuldade de aprovação do regulamento da FAUUSP, que impossibilitaria qualquer uma das mudanças, citadas pelo professor Lysandro Pereira da Silva. Em seguida, a discussão passou a tratar o ensino de

urbanismo. O professor Flávio Mota e o aluno Fleury de Oliveira defenderam a inserção dessa disciplina em todo curso de arquitetura. Da mesma forma que nos outros pontos, o professor Lysandro Pereira da Silva seguiu valorizando as alternativas adotadas pela FAUUSP, contando a todos o projeto de criação do CPEU – Centro de Pesquisas e Estudos Urbanísticos, que para ele, a partir do seu funcionamento, seria possível a criação do curso de urbanismo – prevista desde a Lei da FNA de 1945 e, até aquele momento, sem ser efetivada.

Ao fim do debate, levantou-se o tema “o conhecimento dos problemas sociais da nação e a consequente atuação do arquiteto”. O aluno Jun Okamoto lembrou, novamente, a falta que a prática fazia dentro da escola. Para Artigas, a solução dos problemas era um pouco mais complexa:

“A prática, afirmou, é primeiramente o conjunto de problemas essenciais da nacionalidade. Quando se fala na escala humana, no homem como centro da preocupação arquitetônica, isso não significa a medida física, mas também o homem como elemento social. Quando se pensa que 25% dos cariocas vivem em favelas, pode-se perceber que as minúcias de um código de obras, prescrevendo alturas de muros divisórios, por exemplo, constituem parte tão insignificante do problema, que de forma alguma podem ser considerados o centro das preocupações dos arquitetos. Quando se pensa em dar um sentido mais humano ao ensino, e nos princípios gerais que deveriam reger uma escola, não devemos prender-nos tão somente a problemas de pormenores construtivos, nem a aspectos superficiais da legislação da construção. Devemos, isto sim, promover um amplo debate entre estudantes e professores sobre os problemas da nação que atingem diretamente o problema da arquitetura e do seu ensino. Para tal, é indispensável a liberdade da discussão e da cátedra ” (IAB nº 15, 1955, p.03).

Em virtude do extenso assunto, ficou definido que mais debates deveriam ser marcados nos quais pudesse ser discutido, mais detalhadamente, o ensino de arquitetura, contando com uma maior participação de professores e dos diretores das duas Faculdades de Arquitetura de São Paulo. Contudo, nenhum outro debate sobre ensino de arquitetura foi relatado nos Boletins do IAB/SP que fossem consultados para esta pesquisa.

No relatório da diretoria do biênio 1955-1956 do IAB/SP, publicado no Boletim nº 30, a conquista do Regulamento da FAUUSP foi celebrada como uma das ações praticadas para “defesa dos direitos dos arquitetos”, especialmente em defesa dos estudantes.

5.2.2. A publicação de “Um Plano para o Ensino de Arquitetura” nos Boletins do IAB/SP

Em 1954, foi publicado, no Boletim nº 11 do IAB/SP, o texto “Um Plano para o Ensino de Arquitetura” de Walter Gropius. Em meio às discussões sobre ensino de arquitetura no Brasil, Gropius esboçou um plano com o objetivo de “corrigir as imperfeições atuais”. As imperfeições

seriam a falta de integração entre as disciplinas e, também, do exercício da prática nas oficinas (IAB nº 11, 1954).

Gropius defendia a integração do conjunto de conhecimentos com a experiência prática desde os primeiros anos de curso. A falta dessa educação integrada, por sua vez, ainda que pudesse parecer óbvio:

“... a experiência educativa demonstra que se requerem anos para levar ao aluno o hábito de conceber simultaneamente estes três elementos de sua obra – composição, construção e economia – como uma única entidade indivisível, de componentes solidários” (IAB nº 11, 1954, p.04).

No entanto, Gropius (1954) atestou: por mais óbvio que soasse a formação integrada, grande parte das faculdades focava em uma formação intelectualizada, distante da “mão na massa”, da experiência em obras ou nas oficinas. Sobre a supervalorização da intelectualidade, lembrou que:

“O livro e a prancheta não podem dar a experiência inestimável do ensaio e do erro, na obra e no ‘ateliê’ de trabalhos práticos. Esta experiência deve estar unida no ensino desde o princípio e não agregada mais tarde, quando já se haja cumprido a parte acadêmica do estudo” (IAB nº 11, 1954, p.04).

Sendo assim, conforme já defendido desde os tempos da Bauhaus, a chave para tudo estava em uma formação que equilibrasse a teoria e a prática. Então, Gropius propôs um “método científico do ensino de composição”, que determinasse um denominador comum, assim como os módulos foram para os arquitetos gregos. Para ele, um dos complicadores da existência desse denominador comum era justamente a base da cultura da época – que considerava valores como o gosto e o sentimento.

“Hoje somos capazes de nutrir um instinto criador de um compositor com conhecimento mais rico em fatos visuais, tais como os fenômenos da ilusão de ótica, a relação de cheios e vazios no espaço, a luz e a sombra, a cor e a escala, fatos objetivos em lugar de uma interpretação arbitrária, subjetiva, de fórmulas perimidas” (IAB nº 11, 1954, p.05).

Defendeu a educação dos novos arquitetos já dentro das indústrias da construção e seus laboratórios, de modo que eles pudessem interferir nos processos e equilibrar as experiências no campo da indústria com o estudo acadêmico. Seria possível, então, não perder as conexões com seu tempo, como já se havia perdido com as artes.

Ao retornar para o delineamento do seu “plano de ensino”, apontou que seria essencial que o ensino de arquitetura se iniciasse pelo sentido do “vasto campo de ação” para as especializações e deveria incluir visitas a obras, a indústrias, de modo que pudesse ter contato direto com os materiais usados e desenhados por ele em seus projetos. Quanto ao ensino de História da Arte e da Arquitetura, assinalou que estes deveriam focar as causas e condições que fizeram das expressões artísticas uma

marca em seu tempo. Sendo assim, o ensino de história analisaria as mudanças filosóficas, políticas e os meios de produção que geraram alguma expressão plástica existente. Ainda assim, Gropius sugeriu que esse estudo fosse dado aos alunos em um período no qual eles já houvessem desenvolvido seus próprios meios e formas de expressão.

Sobre a estrutura desse curso de arquitetura, atribuiu diretrizes de ensino para os três primeiros anos de curso. No primeiro, deveriam ser combinadas as práticas do desenho com o trabalho manual, introduzindo aos alunos conceitos como superfície, volume, espaço e cor, além de elementos de construção e estrutura. Grande parte dos exercícios deveriam tratar da construção de modelos em laboratórios. Paralelamente a isso, os estudos de composição deveriam ter uma finalidade social, de melhoria das condições de vida de uma comunidade, incluindo problemas urbanos.

No segundo e terceiro anos, as atividades de “atelier” deveriam ser complementadas por experiências de estágios em obra (como auxiliar de mestre de obras ou diretor) e atividades de laboratório que pudessem complementar as atividades em sala de aula. Gropius colocou a importância da obrigatoriedade dessa experiência em obra por, no mínimo, seis meses para que fosse concedido o diploma de arquiteto. Apenas no terceiro ano, seriam introduzidos os ensinamentos de história, para que fossem evitadas reproduções e imitações. Os estudantes deveriam ter trabalhos sempre em equipe, de forma a criar uma “arquitetura sólida, “anônima”, em lugar do exibicionismo superficial”.

Quanto às escolas, deveriam ter um grupo pequeno de alunos. Assim, poderiam explorar uma participação efetiva de alunos e professores em todas as atividades. À estes, Gropius recomendou que tivessem, sob sua tutela, de 12 a 16 alunos, no máximo, para que pudessem se dedicar a contento. Todos os professores precisariam ter experiência em atividades de projeto e construção, assim como deveriam ser evitadas nomeações de jovens professores.

Se admitirmos que os Boletins do IAB/SP tinham o objetivo, como descrito pelo Instituto, de divulgar as informações, para promover a unidade da categoria de arquitetos, podemos dizer que esse texto sobre ensino de Gropius teve efeitos nas discussões da FAUUSP. Propostas como a estruturação do curso no atelier de projetos em complemento às atividades em obras estariam presentes no discurso do IAB/SP e da FAUUSP a partir de então. Além disso, Gropius centrava os estudos no atelier, de modo que a atividade principal do arquiteto deveria ser o projeto e a criação. Outro ponto importante foi a relação estabelecida entre o número de professores e o de alunos em

cada atividade, levada em consideração até os dias de hoje. Por fim, nota-se que a relação com a construção era evidenciada com o incentivo de estágios e visitas.

5.2.3. A Conquista da Autonomia – A Aprovação do Regulamento da FAUUSP

Após um longo período de 7 anos, em 1955, foi promulgada a Lei n ° 3.233 que dispunha sobre o Regulamento da FAUUSP. A independência desejada pela escola e pelos seus alunos havia sido conquistada com a participação do IAB/SP. Iniciou-se então, a partir desse regulamento, uma movimentação dos professores da FAUUSP para, aos poucos, conformarem o ensino ministrado. Nesses anos iniciais de sua existência, muitos professores da Escola Politécnica da USP começaram a ser substituídos, lentamente, por arquitetos.

Enquanto permaneceram na FAUUSP, os professores da Escola Politécnica da USP com sua posição de catedráticos, ou seja, vitalícios em seus cargos, impediram grandes mudanças dentro da Faculdade. Segundo depoimento de Mello (1983), Anhaia Mello mediava os conflitos entre os professores vindos da Escola Politécnica da USP e os novos arquitetos docentes:

“Eu, o que sei é que é que o Velho foi uma espécie de mediador entre uma corrente conservadora e uma corrente radical. Quer dizer, aqueles que vinham da Politécnica para compor o corpo de professores da FAU, tinham assim, uma posição conservadora e aqueles que vinham prestar concurso ou vieram nomeados para exercício da função nova dentro da FAU, tinham ideias mais avançadas, não chego a dizer radicais...”(MELLO, 1983).

Com a aprovação do novo regulamento, a FAUUSP começou a obter sua liberdade. Algumas mudanças na estrutura da grade foram feitas no Regulamento de 1955. O Artigo 4º, determinava, para melhor atender às necessidades do ensino, o agrupamento de disciplinas congêneres em departamentos onde cada um deles seria dirigido por um professor eleito para uma gestão de dois anos. Se fosse constituído de apenas duas disciplinas, seu diretor deveria ser o professor mais velho. O Artigo 5º, por sua vez, descrevia outra mudança importante: o ensino de Composição em “ateliers”. Os departamentos seriam obrigados a “entrosar” seus programas com o do atelier, prestando assistência ilimitada quando solicitados. Esses dois artigos determinavam alterações que demandavam a interação entre os professores. Da mesma forma, precisariam abrir os conteúdos de suas disciplinas.

Outra medida aprovada, no regulamento, quanto ao ensino, no Artigo nº13, foi a necessidade de aprovação dos programas das disciplinas pela Congregação. O Conselho Técnico e Administrativo da Faculdade poderia pedir revisões, se necessário.

O Regulamento ainda criava, em seu Artigo 6º, o Centro de Pesquisas e Estudos Urbanísticos – o CPEU, conforme contestado pelo IAB/SP. Ele seria um órgão anexo à cadeira de urbanismo e destinava-se:

- “I - a realizar pesquisas, análises e inquéritos preliminares à execução de planos urbanísticos parciais ou gerais;
- II - a organizar planos diretores para os municípios que o desejarem;
- III - a realizar planos e estudos relativos à habitação, uso da terra, regulamento e programas;
- IV - à prática e exercícios dos alunos da cadeira e do curso de Urbanismo da Faculdade: e
- V - à propaganda educação e divulgação, de forma a facilitar a solução dos problemas urbanísticos” (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1955).

O CPEU tornou-se um órgão importante para a pesquisa urbanística dentro da FAUUSP e prestou diversos serviços à comunidade a partir de sua fundação. Entretanto, não teve uma longa duração dentro da escola:

“Instalado em 1956, o CPEU permaneceu ativo até o início dos anos 70, quando foi fechado devido a pressão exercida por arquitetos que se sentiram prejudicados pela atuação do Centro na elaboração de projetos urbanísticos” (PROJETO, 1999, p.56).

Quanto aos cursos ministrados pela FAUUSP, além dos de graduação em arquitetura e o curso de urbanismo (**Tabela 12** e **Tabela 13**), o novo regulamento permitia que a faculdade ministrasse: cursos de aperfeiçoamento, para ampliar os conhecimentos adquiridos em alguma das disciplinas do curso; de especialização, para aprofundar conhecimentos de finalidade profissional; de extensão, de modo a disseminar conhecimentos de arquitetura e urbanismo; cursos livres sobre assuntos de interesse geral. O ensino, dessa forma, passava a ter novas frentes de trabalho e de pesquisa.

Sobre os alunos, discriminava as condições de promoção e entrada na faculdade. Para o primeiro ano, era necessário prestar um concurso de habilitação enquanto a promoção, nos anos seguintes, dependeria da aprovação de todas as disciplinas do ano anterior (Artigos nº 14 e nº17).

Quanto ao regime didático, as aulas, segundo o Artigo nº 22, seriam ministradas em forma de preleções, exercícios de aplicação e trabalhos de laboratório. A formação seria complementada por projetos práticos e construções, definição alinhada à proposta do Plano de Ensino de Walter Gropius (1954). Os programas de cada disciplina que necessitariam da aprovação, conforme vimos no Artigo nº 13, deveriam ser elaborados pelo professor catedrático e seus adjuntos, dividindo as aulas em teóricas e práticas, conforme Artigo nº 23. O de nº 26 definia que duas arguições orais ou escritas deveriam ser feitas anualmente. Sobre os exercícios práticos, o Artigo nº 27 determinava que sua finalidade era preparar os alunos para os trabalhos de projeto, assim como elevar seu o conhecimento

científico e técnico. O Artigo nº 28 detalhava os exercícios de projeto, de pequenos ou grandes trabalhos de arquitetura e urbanismo. Por fim, o Artigo nº29 determinava que fossem feitas excursões e visitas a museus, monumentos e obras em construção de arquitetura e urbanismo.

No capítulo do regulamento que regia os trabalhos escolares e exercícios práticos, o Artigo nº 36 indicava que todos os exercícios deveriam ser feitos no ambiente da faculdade com raríssimas exceções. Os alunos seriam avaliados da seguinte forma: um exame escrito a cada seis meses e, nas cadeiras de “Grandes Composições, Pequenas Composições e Geometria Descritiva,” os exercícios escritos seriam substituídos por uma prova gráfica.

O capítulo nº 4 estipulava as regras sobre os exames finais que seriam aplicados por um professor em forma de prova oral ou prático-oral. Nas cadeiras de “Grandes Composições de Arquitetura e Pequenas Composições de Arquitetura” o exame seria a apresentação das justificativas do projeto executado. A média para obter aprovação seria a nota cinco.

A partir desse regulamento, a FAUUSP passou a conceder o título de doutor aos professores catedráticos que defendessem uma tese, aos habilitados em concurso de livre-docência e aos demais interessados em defender teses. Três professores avaliariam o trabalho do candidato, incluindo, necessariamente, um professor especialista no tema do trabalho. Para receber o título de doutor, o candidato deveria ser aprovado em sua defesa com média maior que sete.

Quanto à administração da faculdade, no Artigo nº 57, estava descrito que a FAUUSP teria autonomia didática e financeira, conforme dispunha o regulamento da Universidade de São Paulo. Esse era o artigo que explicitava a conquista da autonomia da FAUUSP que deixava de ser dependente da Escola Politécnica da USP, submetendo-se, exclusivamente, à Universidade de São Paulo.

Ainda quanto ao administrativo, seria formado por três órgãos: a Diretoria, o Conselho Técnico e Administrativo e a Congregação⁵³. O Conselho Técnico Administrativo (CTA) seria composto por seis professores catedráticos eleitos anualmente (Artigo nº 61). A Congregação, por sua vez, segundo Artigo nº 65, seria formada pelo grupo de professores catedráticos, os professores interinos e contratados e os livres-docentes e deveria se reunir, obrigatoriamente, duas vezes por ano – no início do período letivo e no final – e em todas as vezes em que fosse convocada pela diretoria.

⁵³ Instalada apenas em 1968.

Segundo o Artigo nº 73, o corpo docente da FAUUSP teria seis categorias: professores catedráticos, professores adjuntos, livres-docentes, assistentes, professores contratados e instrutores. Os professores catedráticos poderiam ser nomeados com a aprovação do Conselho ou contratados por meio de concurso que era também uma grande mudança visto que, no ensino superior, muitos eram convidados para exercer a função de docente. Ainda assim, o Artigo nº 153 seguia garantindo ao professor catedrático a “vitaliciedade e inamovibilidade”. Portanto, após ter o título de catedrático, nada removeria o professor da FAUUSP.

O Artigo nº 147 estipulava que alguns fatos extremos permitiriam que o professor de cargo vitalício fosse exonerado de seu cargo: incompetência científica; incapacidade didática; desídia no desempenho das suas atribuições; prática de atos incompatíveis com a moralidade e dignidade da vida universitária. Para tal, seria necessário que dois terços dos professores catedráticos votassem a favor da exclusão do professor por algum desses motivos.

O capítulo X do novo regulamento atribuía aos alunos os mesmos prêmios que a legislação federal (Lei nº 7.918/45) – as medalhas de prata, pequena e grande medalha de ouro. Da mesma forma, ao estudante premiado era concedida uma viagem ao exterior.

Sobre a organização geral, o Artigo nº 174 determinava que a FAUUSP tivesse os seguintes órgãos administrativos e de serviços: Diretoria; Secretaria; Expediente e Pessoal; Arquivo; Portaria; Tesouraria; Contabilidade; Almoxarifado; Biblioteca; Museu e Mostruários; Gabinetes, Laboratórios e "Ateliers"; Oficina de Maquetes; Oficina de Conservação de Aparelhos, Instrumentos e Máquinas.

Birkholz e Nogueira (1991) lembraram que esse regulamento não trazia grandes efeitos pedagógicos à FAUUSP, ainda que se tratasse de um importante passo rumo à Reforma de 1962.

“Quanto à organização pedagógica, não houve, entretanto, com o novo Regulamento, apreciáveis modificações, embora a experiência do ensino tivesse se enriquecido grandemente, com influências especialmente nos programas e conteúdos das disciplinas. A denominação das disciplinas e a seriação permaneceram basicamente as mesmas, apenas com algumas modificações quanto a localização. Mas, nesta época já se movimentavam forças que levariam a ‘reforma do ensino de 1962’ que resultou na organização formalizada pela Portaria nº 122 de 25 de Novembro de 1963” (BIRKHOLZ; NOGUEIRA, 1991, p.12-13)

Tabela 12: Seriação do Curso de Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo no ano de 1955.

Ano	Disciplina
1º Ano	Cálculo Diferencial e Integral – Geometria Analítica – Nomografia
	Geometria Descritiva e Aplicações
	Arquitetura Analítica
	Composições de Arquitetura – Pequenas Composições
	Topografia. Elementos de Astronomia de Posição
	Desenho Artístico
2º Ano	Cálculo Diferencial e Integral – Geometria Analítica – Nomografia
	Mecânica
	Física Geral e Aplicada
	Teoria da Arquitetura
	Composições de Arquitetura – Pequenas Composições – Plástica I
	Desenho Artístico
3º Ano	Resistência dos Materiais e Estabilidade das Construções
	Técnica das Construções – Organização dos Trabalhos e Prática Profissional – Higiene dos Edifícios – Noções de Mecânica dos Solos – Fundações
	Materiais de Construção
	Mecânica dos Solos e Fundações
	Composições de Arquitetura – Grandes Composições – Plástica II
	Composição Decorativa
4º Ano	Estruturas Correntes de Madeira, Metálicas e de Concreto Simples e Armado
	Noções de Economia Política, Estatística Aplicada. Organizações Administrativas – Legislação e Contabilidade Específica.
	Hidráulica, Hidráulica Urbana, Saneamento
	Técnica das Construções – Organização dos Trabalhos e Prática Profissional – Higiene dos Edifícios – Noções de Mecânica dos Solos e Fundações
	Composições de Arquitetura – Grandes Composições – Plástica III
	Composição Decorativa
5º Ano	Grandes Estruturas
	Arquitetura do Brasil
	Urbanismo
	Arquitetura Paisagista
	Composições de Arquitetura – Grandes Composições
	História da Arte. Estética.

Tabela 13: Seriação do Curso de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo no ano de 1955.

Ano	Disciplina
1º Ano	Planologia – Evolução Urbana (1ª parte)
	Planologia – Análise Urbana
	Planologia – Teoria e Prática dos Planos Reguladores (1ª parte)
	Arquitetura Paisagista
	Material Legal – Legislação – Ética Profissional
2º Ano	Planologia – Evolução Urbana (2ª parte)
	Planologia – Análise e Sociologia Urbana
	Planologia – Administração Municipal. Serviços de Utilidade Pública.
	Planologia – Teoria e Prática dos Planos Reguladores (2ª parte)

Fonte: Lei nº 3.233/55.

O Regulamento da FAUUSP, aprovado em 1955, não permitiu, de início, todas as mudanças almejadas pelos alunos e professores da FAUUSP. Graeff (1995) relatou que, nesse período, não apenas a FAUUSP, mas todas as demais Faculdades de Arquitetura e Urbanismo, no país, passaram a se reunir, incluindo seus estudantes, para que, de forma definitiva, o ensino de arquitetura fosse capaz de formar o arquiteto desse novo tempo – o autor de projetos de arquitetura e urbanismo. As publicações do período de autoria dos professores da FAUUSP e as discussões sobre a Faculdade nas Assembleias e Boletins do IAB/SP nos mostram os interesses em comum para que se consolidasse um novo padrão para o ensino de arquitetura.

5.2.4. O Papel do IAB/SP na Contratação de Novos Professores e na Divulgação dos Trabalhos do CPEU

A partir da aprovação da Lei nº 3.233/55, o Regulamento da FAUUSP, as regras para a contratação dos professores haviam mudado. Segundo o artigo 74º, o professor que fosse lecionar, na FAUUSP, poderia, a pedido: ser transferido de outra Faculdade da Universidade de São Paulo; ser contratado mediante um concurso; por aproveitamento de professores catedráticos já contratados para outras disciplinas; nomeado por designação interina. Por essa razão, o IAB/SP passou a divulgar, em seus boletins, os concursos para preenchimento das cadeiras da FAUUSP.

No Boletim de dezembro de 1955, pela primeira vez, o IAB/SP noticiou um concurso para professores da FAUUSP, para candidatos à Cadeira nº 06 – Resistência dos Materiais e Estabilidade nas Construções. Além dos concursos para professores, os boletins noticiaram os cursos especiais

promovidos pela Faculdade. Em abril de 1956, o boletim noticiou o início do curso de “Problemas da Arquitetura”, ministrado por Rino Levi e Roberto de Cerqueira César. Os temas das aulas foram: “Urbanismo – estacionamento e problemas correlatos; necessidade de limitação da altura dos edifícios”; “Concepção de projeto hospitalar”; “Clima e Arquitetura” e “Arquitetura Residencial” (IAB n° 26, 1956).

A FAUUSP voltou a ser assunto nas Atas das Assembleias no ano seguinte, em 1956, quando a Faculdade enviou um ofício sobre a abertura de um novo concurso para a Cadeira n° 16 “Composições de Arquitetura – Pequenas Composições”. O IAB/SP iria enviar uma carta de conhecimento do concurso, contestando apenas o “curto prazo” para a submissão das teses.

No mês de dezembro de 1956, em Assembleia do IAB/SP, o arquiteto Vilanova Artigas alertou a diretoria do Instituto. Seria feita uma votação no CREA para a inscrição de um engenheiro no concurso de uma das cadeiras da FAUUSP. O arquiteto Plínio Croce comentou que o mesmo estava prestes a ocorrer na FAM, com a nomeação do novo diretor que, provavelmente, seria um engenheiro (IAB, Ata n° 86,1956).

Em reuniões posteriores, já em janeiro de 1957, Artigas voltou a se manifestar sobre a inscrição de engenheiros para concursos de cadeiras do curso de Arquitetura. O IAB/SP se comprometeu, novamente, a enviar uma correspondência, pedindo esclarecimentos a FAUUSP sobre isso, pois uma Faculdade de Arquitetura deveria ter como professores, exclusivamente, arquitetos (IAB, Ata n° 87, 1957).

Na reunião seguinte, foi lida a carta enviada pela FAUUSP. Mas seu conteúdo não foi transcrito na Ata da Assembleia:

“Foi examinada a carta da FAUUSP indicando quais são os inscritos nos concursos em andamento. Ficou resolvido encaminhá-la à comissão de defesa de classe para estudar o caso criado com a aceitação da inserção de um engenheiro civil” (IAB, Ata n° 88, 1957, p.221).

Depois de três reuniões da Assembleia, sem menção do concurso na FAUUSP, foi revelado o nome do engenheiro que estava se submetendo à vaga através do concurso da Cadeira n° 16:

“A comissão de defesa de classe tomou conhecimento à resposta do ofício n° 051-02-2-1635/57, que confirma a inscrição de um engenheiro civil para um concurso da cadeira n° 16 “Composição de Arquitetura. Pequenas Composições I. Desenho Arquitetônico. Plástica I”. Discutido o assunto, esta comissão foi de opinião que embora não aceitando o conceito liberal de um engenheiro civil inscrever-se para um concurso a um cargo para o qual seria o candidato natural um arquiteto, deve-se aceitar no caso específico em apreço a inscrição do candidato Ernst Robert de Carvalho Mange, uma vez que este já vem regendo a cadeira em questão, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo a algum tempo, tendo demonstrado

através das aulas pleno conhecimento da matéria e alto grau de capacidade para o ensino desta” (IAB, Ata nº91, 1957, pp.233-234).

Assinaram esse ofício os membros: Marcial Fleury de Oliveira, Luiz Contrucci e Alberto Rubens Botti. Pode-se dizer que o arquiteto Artigas se posicionou contra a permanência de um engenheiro na cadeira de “Composições”. Por essa razão, levou o tema para ser discutido em Assembleia pelo Instituto.

Outra mudança ocorrida após a aprovação da Lei nº 3.233/55, foi o início da divulgação dos trabalhos do CPEU pelos boletins do IAB/SP. Nas discussões das Assembleias, no período que antecedeu a aprovação da Lei nº 3.233/55, ficou clara a oposição de alguns membros, em especial de Luís Saia, quanto ao funcionamento do CPEU. Apesar de toda polêmica e ameaça da não aprovação do regulamento por alguns membros do IAB/SP, em 1957, o arquiteto Carlos Lemos publicou um texto no boletim a favor dos serviços oferecidos pelo CPEU. A pedido do Governador do Estado, o Centro havia firmado uma cooperação no desenvolvimento de planos urbanísticos para as cidades do interior. Para Lemos, a execução dos planos urbanísticos poderia controlar o avanço da especulação imobiliária, da mesma forma que colaboraria para a manutenção de áreas verdes e a consequente qualidade do espaço urbano e esperava que todos os prefeitos do interior compreendessem a necessidade daqueles estudos urbanísticos e pedissem auxílio à FAUUSP (IAB nº 37, 1957).

Passados alguns anos, o IAB/SP incluiu a divulgação dos trabalhos do CPEU nos boletins do Instituto e, no de abril de 1958, ganhou um espaço para publicar as atividades recentes. Foi noticiada uma pesquisa feita com os municípios do estado de São Paulo para avaliar a situação de cada um deles quanto ao planejamento urbano. Dos 434, apenas 13 % tinham um arquiteto ou engenheiro habilitado nessa área nos quadros funcionais das prefeituras. Além da pesquisa, o CPEU noticiou um curso a ser ministrado por Anhaia Mello em uma parceria com o Governo do Estado sobre urbanismo. O foco era capacitar funcionários do Estado – arquitetos e engenheiros. Por fim, o CPEU celebrou a parceria com os seguintes municípios para o desenvolvimento de estudos urbanísticos: Santa Rita do Passa Quatro, Águas da Prata, Socorro, Campos do Jordão e São José dos Campos (IAB nº 50, 1958).

Já no boletim seguinte, o que comemorou o número de 50 boletins editados pelo IAB/SP, o CPEU recebeu um espaço maior para divulgação. Em primeiro lugar, a publicação destacou que sua parceria com os municípios já havia avançado. Cada uma das prefeituras havia contratado um arquiteto para elaborar seus planos diretores. À ele competia orientar e supervisionar os trabalhos de

forma geral, oferecendo assistência técnica quando necessária. Foram assinados convênios com as prefeituras de: Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião e Ilha Bela onde o CPEU se incumbiu de propor uma nova legislação urbana para preservação das riquezas naturais do litoral norte do estado de São Paulo. Os arquitetos Eduardo Kneese de Mello e Nestor Goulart Reis Filho foram os responsáveis, coordenando três estudantes de arquitetura para elaboração dos trabalhos. Kneese de Mello e Reis Filho contaram ainda com a colaboração do professor Ary França, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, do departamento de Geografia. Como parte de um trabalho interdisciplinar, o CPEU convidou o professor Heraldo Barbuy, assistente da cadeira de Sociologia Econômica da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP para cooperar com os estudos sociológicos. Outras iniciativas de parceria foram alcançadas com a colaboração de outras disciplinas: da cadeira de Hidráulica e Saneamento da Escola Politécnica através do professor Lucas Nogueira Garcez, no sentido de cooperar com os estudos de desenvolvimento demográfico; a Faculdade de Higiene e Saúde Pública ofereceu, através da cadeira de Epidemiologia, um estudo para as Estâncias de Campos do Jordão e São José dos Campos. A Escola Luiz de Queiroz, por sua vez, proporcionou estudos para as áreas rurais das estâncias (IAB nº 50, 1958).

Por fim, o CPEU noticiou que a própria reitoria da USP havia disponibilizado, devido à grande mobilização de diversas faculdades, os meios de transporte para a realização das atividades que necessitassem de deslocamento ao município (IAB nº 50, 1958). No mês de junho, noticiou-se que os trabalhos dos levantamentos aéreos haviam sido iniciados nas cidades de Santa Rita do Passa Quatro e Socorro (IAB nº 52, 1958). Em agosto de 1958, o CPEU comunicou que todos os trabalhos iniciados nas cidades conveniadas ao Centro estavam em ritmo acelerado e, depois de realizados os levantamentos, passariam aos estudos preliminares (IAB nº 54, 1958).

Portanto, pode-se afirmar que o CPEU, inicialmente, visto como um órgão que feria a atuação dos arquitetos, começou a atuar e a colher frutos de seus trabalhos. De certa forma, seu aceite pelos Governos Municipal, Estadual e pela USP trouxe grande visibilidade às atividades desenvolvidas pelos estudantes e professores de arquitetura através da FAUUSP. Para o IAB/SP, noticiar as conquistas alcançadas, significava partilhar um ganho profissional de todos os arquitetos que estavam introduzindo, na sociedade do estado de São Paulo, a cultura do planejamento urbano e o papel primordial do arquiteto nesses projetos.

O CPEU ocupava uma sala da “Vila Penteadó” e teve suas atividades encerradas em 1969 com a Reforma Universitária. Durante seu período de funcionamento, enfrentou oposição dentro e fora da

FAUUSP por ser considerado “concorrente dos escritórios de planejamento”. Foi dirigido por dois professores da Faculdade – Luiz de Anhaia Mello entre os anos de 1957 e 1961 e por Lauro Bastos Birkholz de 1961 ao seu fechamento. Nesse segundo período, o professor Brenno Cyrino Nogueira exerceu a função de chefe técnico-administrativo. Segundo Birkholz e Nogueira (1992), a criação do CPEU veio de encontro à necessidade de estudos sobre urbanismo enquanto o curso não existisse. Como curso de urbanismo não foi instalado o CPEU “colaborou estritamente com o curso de Graduação de Arquitetos da FAU, quer fornecendo material para os trabalhos práticos dos alunos, quer ministrando-lhes aulas sobre assuntos especializados” (BIRKHOLZ; NOGUEIRA, 1992). Esse exemplo, possivelmente, foi seguido das referências apontadas nos Congressos Brasileiros de Arquitetos.

5.3. O Grêmio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP – GFAU e os estudantes

Na década de 1950, os alunos das Faculdades de Arquitetura se reuniram, através do Bureau Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo – o BNEAU⁵⁴. Essa organização abrangeu escolas de arquitetura de todo o país, dos estados de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. Através dela, os estudantes promoveram três Congressos Nacionais: o primeiro deles, em 1952, foi realizado na cidade de Salvador; o segundo em Recife (1953) e o terceiro em Porto Alegre (1954). Neles, permearam três discussões principais – a arquitetura, o ensino de arquitetura e a atuação profissional do arquiteto e evidenciou-se a participação dos alunos na defesa de seus interesses.

Em um período simultâneo ao acontecimento dos congressos, no âmbito da FAUUSP, o GFAU atuou junto ao IAB/SP para a conquista de um regulamento próprio para a Faculdade e, a partir de 1956, editou uma série de publicações com a participação dos professores sobre o ensino (1956) e sobre a profissão (1958). No contexto da FAUUSP, expressou uma forte relação com os conceitos defendidos pelo IAB/SP e pelos demais estudantes de arquitetura do país.

Nota-se que os representantes do GFAU participavam das reuniões do IAB/SP, como no caso de Edoardo Rosso, Joaquim Vicente Ferrão e Francisco M. R. Torres. Além disso, diversos alunos se

⁵⁴ O BNEAU foi criado em 1948. Já neste primeiro ano, o Bureau organizou o I Congresso de Estudantes de Arquitetura de forma irregular. Ao organizar-se regularmente, o BUREAU passou a coordenar e representar os interesses dos alunos de arquitetura e urbanismo junto a UNE (ANAIS..., 1952).

associaram ao Instituto como sócios aspirantes, como Ubirajara Gilioli, José Luís Fleury de Oliveira, Roberto Fonseca Carvalho, Roberto Franco Bueno, José Geraldo A. Veiga, Wladimir Kliass, Abraão Velvu Sanovicz, Alberto Carlos de Araújo, Heitor Ferreira de Souza, Jaguanhara T. Ramos, Jerônimo Esteves Bonilha, Ayako Nishikawa, Júlio Ribeiro Bandeira Villela, Júlio Roberto Katinsky, Lúcio Grinover, Luís da França Roland, Maria Aparecida C. França, Marlene Picarelli, Regina Zonta e Arnaldo Tonissi, conforme apontado no apêndice deste trabalho.

5.3.1. Os Congressos Nacionais de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo

1º Congresso Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo (1952)

O 1º Congresso Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo ocorreu em 1952, na cidade de Salvador. Foram organizadas quatro mesas para discussão: arquitetura; ensino de arquitetura; a profissão do arquiteto e a reestruturação do bureau que organizava o congresso.

Na mesa de arquitetura,⁵⁵ foi apresentado o trabalho de Simão Goldman, estudante do Rio Grande do Sul, intitulado “Arquitetura e Falta de Crítica”. Além desse, foi apresentado, pela delegação gaúcha, o trabalho “Aspecto Técnico da Situação Atual da Arquitetura”.

O texto “Arquitetura e Falta de Crítica” foi pautado pela defesa da arquitetura moderna que foi afirmada pela máxima de que a arquitetura era a expressão de sua época e, por essa razão, não eram mais compreensíveis as edificações com falsas colunas e ornamentos as quais precisavam ser substituídas por projetos elaborados pelos arquitetos da nova geração artística que utilizavam formas plástica-arquitetônicas sob a necessidade de se aplicar o racionalismo construtivo (ANAIS..., 1952).

A falta de crítica aos edifícios com falsas colunas precisava ser coibida e foi traçada uma estratégia para que houvesse uma coluna em um jornal de grande circulação em que fossem expressadas críticas a esse tipo de edificação. Ela seria dirigida pelos estudantes de todo o Brasil com o objetivo de criticar os edifícios construídos sem os preceitos modernos, assim como a divulgação de exemplos contemporâneos. Desse modo, pelo ponto de vista dos alunos, o “brasileiro saberá distinguir a boa da má arquitetura”.

⁵⁵ Nestas estiveram reunidas e representadas as seguintes instituições de ensino de arquitetura: Waldecy Fernandes Pinto e Edison Lima, da Escola de Belas Artes de Pernambuco; Auriemo Teles de Souza e Itiel Bronstein, da Escola de Belas Artes da Bahia; David Libeskind e Raymundo Rocha Diniz, da Faculdade de Arquitetura de Minas Gerais; Mauro Benigno, pelo Distrito Federal; Francisco Whitaker Ferreira pela FAUUSP e Antônio Pasquali e Lula de Souza pela Faculdade de Arquitetura de Porto Alegre (ANAIS..., 1952).

O segundo texto apresentado, “Aspecto Técnico da Situação Atual da Arquitetura” foi dividido em duas partes: a conceituação do que era arquitetura e uma análise da situação daquele momento sob os aspectos técnico, funcional e expressivo. A primeira parte foi considerada pela mesa do Congresso bastante complexa, pois concluiu que a arquitetura, através da história, sempre fora o reflexo das sociedades e o meio onde atuavam. Essa organização era obtida através da técnica, movida por necessidades funcionais como habitar, trabalhar e circular, ordenada por características expressivas. Porém, a segunda parte que tratava particularmente dos aspectos técnico, funcional e expressivo da arquitetura foi “desaprovada totalmente” (ANAIS..., 1952).

Desse item reprovado, destacou-se a arquitetura como arte social nos três aspectos – técnico, funcional e expressivo. Do aspecto técnico, para que a arquitetura atingisse o seu caráter de arte social, apontou-se a necessidade de industrialização e conhecimento de novos materiais e técnicas. Quanto ao aspecto funcional, deveriam ser coibidas práticas de construção que visassem exclusivamente o lucro e o valor de venda dos imóveis, sem considerar as finalidades principais de habitar, trabalhar, circular, os princípios da cidade moderna. A crítica era feita, pois a arquitetura moderna estava sendo aplicada à minoria dos edifícios, atendendo uma pequena e privilegiada parte da população sem que sua função social fosse cumprida. Por fim, o aspecto expressivo foi diagnosticado como um problema, pois muito se buscava, através do uso das formas, uma solução inédita de composição. A forma pela forma não deveria ser o foco do arquiteto. Nesses aspectos, vemos um alinhamento dos estudantes aos arquitetos na defesa do exercício de sua função social.

Na segunda mesa do Congresso de ensino de arquitetura, foram apresentados para discussão, durante os dias do evento: a luta dos estudantes pela uniformidade de métodos de ensino das diversas disciplinas em todo o país; a necessidade da participação e interesse dos estudantes na luta dos alunos da Bahia e de Pernambuco pela formalização das Faculdades de Arquitetura e Urbanismo de seus estados (ANAIS..., 1952).

Segundo os Anais do Congresso, a mesa dividiu seus trabalhos em três etapas: um levantamento superficial do ensino de arquitetura no Brasil; a apresentação, pela Comissão do Rio Grande do Sul, trabalho intitulado “Bases para um Plano de Ensino” e o estudo de medidas a serem propostas.

Para efetuar a etapa do levantamento do ensino de arquitetura à época, no Brasil, foram analisados pelos estudantes: os programas; os professores; os alunos; os horários; as instalações; a administração; as taxas; as bolsas de estudo; a situação legal; a situação perante a opinião pública; o

material de estudo e outros (ANAIS..., 1952). Foi constatada uma série de itens a serem revistos na organização das escolas de arquitetura de todo país:

- a falta de unidade e concatenação dos programas das disciplinas;
- a variedade dos programas das disciplinas em termos qualitativos – alguns muito eficientes, outros sem ao menos existir;
- a falta de conexão entre a aprendizagem e a prática;
- a ausência do ensino de arquitetura histórica em algumas escolas;
- o fato da disciplina de “Materiais de Construção” não ser dirigida para arquitetos;
- o desequilíbrio entre as matérias técnicas e culturais;
- professores sem a visão global do currículo e da trajetória do ensino do curso;
- a capacidade didática e científica dos professores extremamente variada;
- ao estudante não era permitida a participação na cátedra;
- especialmente na escola de Minas Gerais, mais da metade do corpo docente exercia funções díspares das disciplinas que lecionavam;
- pela ausência de uma orientação vocacional, muitos alunos se refugiavam no curso de arquitetura sem ao menos ter interesse na profissão;
- apenas após o 3º ano, alguns passavam a tomar consciência dos problemas da arquitetura e seu papel social e, quando tomavam consciência, chegavam a manter a mesma apatia;
- não havia atividade de pesquisa e muito menos a busca de cultura;
- os estudantes que chegavam a trabalhar em atividades práticas ou para o próprio sustento, encontravam cargos em carreiras afins e não na arquitetura.
- havia dificuldades de alguns para adquirir materiais para estudo;
- no Distrito Federal, havia um cargo de monitor-aluno onde havia maior relação entre mestre e aluno;
- no Rio Grande do Sul e no Distrito Federal havia um número excessivo de alunos, principalmente nas disciplinas de Composição;
- com exceção de Recife e São Paulo, os horários das aulas permitiam que o aluno trabalhasse;

- por sua vez, os horários eram criticados por não compreender o ser humano e todas as suas atividades normais;
- foram consideradas “suficientes”, podendo ser melhoradas as instituições do Distrito Federal, do Recife, Minas Gerais e São Paulo. Na Bahia e no Rio Grande do Sul as condições foram consideradas péssimas.
- a qualidade da administração nas faculdades era bastante variável;
- os alunos pagavam taxas nas faculdades da Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul;
- a distribuição das bolsas era insuficiente para o número de alunos necessitados;
- As faculdades do Distrito Federal e Minas Gerais eram oficializadas e possuíam regulamento próprio aprovado. Estavam em processo de aprovação, os regulamentos do Rio Grande do Sul e de São Paulo. As escolas do Recife e da Bahia funcionavam como cursos das Escolas de Belas Artes;
- a única faculdade não federalizada⁵⁶ era a de São Paulo;
- quanto à opinião pública, no Distrito Federal e em São Paulo, havia uma boa reputação das escolas. Nas demais, estavam iniciando propagandas.
- sobre material de estudo fornecido, a situação mais grave era da Faculdade do Rio Grande do Sul, que não possuía biblioteca.
- a estrutura da Faculdade da Bahia não oferecia laboratórios técnicos;
- quase não havia relação entre arquitetos formados e as faculdades;

Para a sessão plenária do Congresso, foi recomendado, entre outras medidas locais para algumas faculdades, que os Grêmios se organizassem, de modo a desenvolver um trabalho em conjunto com os professores para reformular o ensino de arquitetura. Seria feita uma reunião periódica para verificação dos resultados obtidos em cada faculdade.

Ainda sobre as consequências da Reforma Universitária no Brasil⁵⁷ que estava em discussão, os alunos presentes no Congresso defendiam a imediata aprovação da “Lei de Diretrizes e Bases da

⁵⁶ Os cursos de arquitetura existentes neste período eram os do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Bahia, Porto Alegre e os dois cursos em São Paulo – da FAUUSP e do Mackenzie.

⁵⁷ Como afiliados da UNE – União Nacional de Estudantes, os alunos dos cursos de arquitetura através do BNEAU se uniam aos alunos dos demais cursos no combate de uma universidade arcaica e elitista. Para eles, a universidade deveria ter autonomia, a participação do corpo docente e discente nos órgãos administrativos segundo representação

Educação Nacional”, assim como: a autonomia didática, administrativa e financeira das Universidades; a participação efetiva dos alunos em todas as áreas das faculdades; a criação de cursos de extensão; a docência livre com objetivo de renovar professores e dar vitalidade às cátedras; o direito do aluno de interferir no ensino que lhe era ministrado; a anulação do vestibular; novas formas de verificação do aproveitamento escolar; a dedicação de maiores verbas à Saúde e à Educação em todo país; a criação de um maior número de bolsas de estudo e do cargo do assistente-aluno. O pedido final da Comissão do Congresso foi a criação imediata das Faculdades de Arquitetura do Recife e de Salvador.

O trabalho “Bases para um Plano de Ensino” não foi discutido no Congresso, mas foi publicado nos Anais onde constaram os reflexos que a “Reforma Universitária” teve no ensino de arquitetura, partindo do conceito definido por ela de Universidade – “uma instituição que a sociedade mantém afim de formar indivíduos habilitados a exercerem funções profissionais”. Para isso, a Universidade deveria se estabelecer através da tríade pedagógica, investigadora e social. Quanto ao item da Pedagogia, teria que permanecer atualizada para satisfazer as necessidades contemporâneas, partindo do conceito de cátedra como uma cooperação entre professor e aluno. A investigação deveria ser incentivada por meio de laboratórios e descoberta de novos valores culturais e científicos. Por fim, o aspecto social deveria estar focado em compreender os problemas sociais e voltar o ensino para a solução dos mesmos. Quanto ao ensino de arquitetura:

“Por conseguinte, para focarmos a questão do ensino de arquitetura nas bases da REFORMA UNIVERSITÁRIA teríamos que partir, não só dos princípios de ordem geral do movimento, mas também, da consideração das condições em que se desenvolve o ensino de arquitetura; na situação da profissão; de um conceito de arquitetura; para então podermos, em base firme, estabelecer princípios sobre os quais deverão se estruturar um plano de ensino” (ANAIS..., 1952, p. 42).

O trabalho, produzido pelos alunos do Rio Grande do Sul, fez um breve diagnóstico da condição local, destacando que a faculdade se organizava nos moldes da legislação federal, criticada por não propiciar unidade e equilíbrio no ensino que estava desatualizado e desligado da prática. Pela existência recente da faculdade (08 anos), o número de profissionais ainda era inexpressivo. Isso trazia consequências tanto para a atuação profissional quanto para o ensino – que mantinha professores engenheiros sem conceitos de arquitetura.

proporcional, os docentes deveriam ser contratados em regime integral, o número de vagas nas universidades públicas precisava ser aumentado e os currículos deveriam ser mais flexíveis (FAVERO, 2006).

Diante desse panorama, as bases para um Plano de Ensino seriam o homem - individual e social – a ordem técnica e a ordem artística:

“Estes conhecimentos, porém, considerando que a obra arquitetônica está em função de um determinado meio social, de um determinado programa de necessidades, de uma determinada técnica ou situação geográfica, deverão se sintetizar, ao invés de se somarem, na obra arquitetônica, exigindo do arquiteto a faculdade criadora que regerá o início, todo o processo de concepção arquitetônico, à semelhança de outros processos de criação artística” (ANAIS..., 1952, p. 43).

Nota-se aqui a busca por um novo ensino que abandonasse a reprodução de modelos e passasse a se basear na criação. Esse conceito deveria permear o ação de todas as disciplinas: as de matemática, concreto (como referência à construção), as de arquitetura analítica ou história da arte com a finalidade principal de ser aplicada na disciplina de Composição. A partir dessa organização, o ensino de arquitetura se transformaria em um instrumento eficaz a serviço da sociedade e possibilitaria aos alunos, segundo os estudantes, um aprendizado ativo que despertasse o espírito de iniciativa, curiosidade e criação “estimulando o espírito social e o trabalho em equipe” (ANAIS..., 1952).

Os alunos propuseram que o ensino fosse organizado em departamentos de Composição, Cultura e História, Construção e Cálculo. Entre eles, as disciplinas deveriam se integrar, como o exemplo citado da de Cálculo com a de Composição, de modo a permitir que os alunos fizessem um trabalho conjunto. Por fim, já havia a proposta de um trabalho final nos moldes do TFG que temos atualmente:

“Deverá o curso ser concluído com a execução de um trabalho completo, elaborado durante o 5º ano, devendo os departamentos de Cultura e História, Técnica e Cálculo concluírem seus estudos no 4º ano, dando desta maneira ao trabalho o caráter de síntese de conhecimentos adquiridos no curso” (ANAIS..., 1952, p. 45).

Quanto aos professores, os alunos requeriam uma maior flexibilidade de cátedra. Assim, haveria uma maior liberdade no sistema de ensino e autonomia nas ações dos mesmos.

A terceira mesa tratou do tema “A Profissão do Arquiteto”⁵⁸ em que foi apresentado o trabalho “Informe sobre a Profissão do Arquiteto” que fez uma crítica à atuação do arquiteto à época, pois considerava que o mesmo estivesse prestando serviços aos clientes privados em detrimento de prestá-los como uma função social. Sendo assim, o arquiteto estaria colaborando com o lucro pessoal

⁵⁸ Foram membros desta mesa: Lúcio Estelita, de Pernambuco; Manuel Alfredo Mercês Santos, da Bahia; Roberto Lacerda, de Minas Gerais; Walter Fratini Doles, de São Paulo; Jurumeu Crivano, do Rio de Janeiro e Moacir Zanin, do Rio Grande do Sul (ANAIS..., 1952, p. 15).

de poucos indivíduos. Outra crítica abordada foi o anonimato pela autoria dos projetos que eram mais conhecidos pelas construtoras que os haviam elaborado. O arquiteto era anônimo, coadjuvante em seus projetos.

Contatou-se, nesse trabalho, que faltava, para um maior reconhecimento do arquiteto, cargos públicos a ele. É provável que esse desejo estaria em possibilitar que o arquiteto passasse a fazer obras de maior impacto, deixando o papel de prestador de serviço às elites e consolidando a sua função social:

“Tendo em vista os aspectos como se apresenta no Brasil o exercício da profissão do arquiteto, e confrontando essa realidade da profissão com a de nosso país – o nosso povo precisando de milhões de casas – (32% dos prédios existentes são de alvenaria; das 5.369 localidades brasileiras, 39 % tem rede de iluminação elétrica domiciliária, 75% não tem água canalizada com tratamento; deve-se considerar que 64% da população do país mora no campo em piores condições de habitação), milhares de hospitais, escolas, creches e etc., e centenas de planos de urbanismo, pode-se aferir o grau de responsabilidade que deve ter o arquiteto em seu trabalho e o conhecimento das necessidades do meio que deve possuir” (ANAIS..., 1952, p. 47).

Para que esse profissional pudesse cumprir suas funções, algumas medidas foram sugeridas, como: a reforma no ensino, a criação de escolas autônomas de arquitetura, a promoção de estágios em obras e escritórios para os estudantes, uma conexão maior entre alunos e profissionais através dos estágios e do IAB ao qual os estudantes sugeriram que tivesse representantes nas congregações das faculdades.

A mesa da profissão do arquiteto apresentou algumas sugestões para a reformulação do regulamento da profissão, a Lei nº 23.569/33. Não deveriam ser práticas permitidas pelos engenheiros-civis o estudo e o projeto de edificações e de urbanismo; aos engenheiros-mecânicos-eletricistas, a direção, fiscalização e construção de edifícios. Quanto às atribuições do engenheiro-arquiteto, deveriam ser melhor definidos o caráter essencialmente monumental e as obras de grandes decorações arquitetônicas (ANAIS..., 1952).

2º Congresso Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo (1953)

Em 1953, ocorreu o 2º Congresso Nacional de Estudantes de Arquitetura na cidade de Recife que foi organizado em cinco mesas – Arquitetura, Conceito e Generalidades; Arquitetura no Brasil; Ensino de Arquitetura; Profissão do Arquiteto e Administração do Bureau.

Fizeram parte da mesa que tratou do ensino, os estudantes: Wilson D’Amarante da Escola de Belas Artes da Bahia; Francisco José dos Santos da Faculdade de Arquitetura de Minas Gerais; Manoel

Meira da Faculdade de Arquitetura do Rio Grande do Sul; Toshio Tone e Alfredo S. Paesani, ambos de São Paulo – o primeiro da FAUUSP e o segundo da FAM; Edson Vassalo da Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro e Edison Lima da Escola de Belas Artes de Pernambuco. Colaboraram, ainda, Geraldo Cisneiros (de Pernambuco), Paulo Tibau (do Distrito Federal), Arthur Napoleão (da Bahia) e Irineu Breitman (do Rio Grande do Sul).

Toshio Tone foi eleito presidente da Mesa e falou sobre as normas que deveriam reger as discussões: o levantamento da situação das escolas de arquitetura no país; a análise e aproveitamento das sugestões de teses apresentadas; estudo de soluções para que o ensino atingisse seus objetivos (ANAIIS..., 1953).

Depois de realizada a leitura do levantamento das escolas de arquitetura, foram identificados os seguintes problemas:

- a semelhança entre os problemas existentes nas escolas;
- a origem desses problemas seria a falta de um plano de ensino atualizado, compatível com a realidade profissional da época;
- a ausência de estudantes nos órgãos administrativos das escolas no que se referia a questões sobre ensino;
- as mudanças isoladas que estavam sendo implantadas não surtiam efeito no todo;
- a situação estava mais grave no Recife e em Salvador onde as faculdades não eram autônomas (ANAIIS..., 1953, pp.24-25).

Por esses problemas, foi recomendado aos alunos que se concentrassem em três medidas importantes: a criação das faculdades autônomas em Recife e Salvador, o estudo de um novo plano de ensino de arquitetura e a conquista da participação dos alunos nos órgãos administrativos das faculdades (ANAIIS..., 1953).

Quanto à criação das faculdades autônomas em Salvador e no Recife, o BNEAU – Bureau Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo – deveria enviar uma moção ao Ministério da Educação. Sobre a segunda medida, o plano de ensino de arquitetura, divulgaria aos Centros Acadêmicos das Faculdades os trabalhos apresentados no Congresso a fim de que, dentro de cada Instituição, os alunos pudessem colocar em pauta a discussão com os professores e profissionais. Esse primeiro

passo seria essencial para a tomada de conhecimento da situação e a então proposição de uma nova estratégia de ensino (ANAIS..., 1953).

A Mesa também levantou a necessidade de cobrar dos organizadores do 4º Congresso Nacional de Arquitetos que ocorreu em 1954, a discussão prometida entre alunos, professores e profissionais para estruturar o ensino de arquitetura. Os Diretórios Acadêmicos das Faculdades deveriam fazer essa cobrança a cada um dos IAB's regionais, sendo que o Instituto seria o responsável pela organização do Congresso. Segundo os participantes, essa seria uma “reunião ampla de todas as forças do país interessadas pelos problemas do ensino de arquitetura” (ANAIS..., 1953, p.25).

Por fim, quanto à inserção dos alunos nos órgãos administrativos das faculdades, os Diretórios Acadêmicos deveriam reunir os alunos e professores para nomear uma comissão de funcionamento regular na qual pudessem ser discutidos: “problemas de rotina, administrativo,... aspectos de interesse docente e pedagógico que permanentemente derivam da realidade dos estudos” (ANAIS..., 1953).

Os trabalhos apresentados no Congresso

Edison R. Lima, representante de Pernambuco, apresentou aos membros da Mesa de Discussão sobre o Ensino de Arquitetura, o trabalho “Objetividade no Ensino de Arquitetura”, defendendo a “participação de estudantes em escritórios técnicos de Arquitetura e Urbanismo” como base na Reforma Universitária. A principal justificativa para que os alunos pudessem trabalhar em escritórios era o abandono do “conhecimento livresco, desconectado da prática e da realidade”, conceito defendido pela Faculdade de Arquitetura do Rio Grande do Sul (ANAIS..., 1953). Fazia-se necessário:

“... um novo sistema de ensino, onde a Escola possa entregar à sociedade homens realmente preparados para exercerem a “profissão de técnico”, mas também preparados para exercer a função de “homem”... E isso, estamos certos, não podemos conseguir com os cursos atuais, nas bases em que são realizados” (ANAIS..., 1953, p.79).

A análise dos estudantes das condições desse novo sistema de ensino a ser proposto, partia do conceito de arquitetura abordado pelo professor Mário Russo da Escola do Recife. Para ele, arquitetura era “arte ou ofício, utilização dos conceitos adquiridos pelo desenvolvimento técnico da época” (ANAIS..., 1953, p.80).

Lima apontou que seu trabalho se focava na participação dos estudantes em trabalhos práticos, realizados em ateliers ou escritórios técnicos de modo a “quebrar a monotonia das aulas teóricas” e

possibilitar ao estudante a vivência de “problemas reais” que enfrentaria em sua futura vida profissional (ANAIS..., 1953, p.80).

No caso específico da Universidade do Recife, Lima requereu a participação dos alunos no projeto de construção da Cidade Universitária que estava em andamento. O próprio Reitor da Universidade, Sr. Joaquim Amazonas, havia incentivado a prática (ANAIS..., 1953, pp.80-81).

É importante destacar aqui que Edison Lima comentou que os alunos entraram em contato com a Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, de onde obtiveram a informação da inclusão de estágio em escritórios técnicos na formação dos estudantes americanos. Em Columbia, existiam duas modalidades de formação – o bacharelado em Arquitetura e o mestrado em Ciência da Arquitetura. No curso de bacharelado, eram requeridos três anos de experiência em escritórios de arquitetura particulares e não vinculados à Universidade (ANAIS..., 1953).

Lima destacou que “essa objetividade do ensino da Arquitetura contribuirá, sem sombra de dúvida, para acordar nos futuros arquitetos aquele senso necessário de responsabilidade perante a sociedade” (ANAIS..., 1953, p. 82). Portanto, era apontada no trabalho de Lima a necessidade do exercício da prática através da:

“... a criação de escritórios técnicos ou ateliers, ou mesmo o patrocínio do estágio de estudantes de Arquitetura em escritórios técnicos particulares... Esses escritórios deverão funcionar como uma espécie de curso de extensão universitária, talvez, dentro do próprio currículo, onde as cadeiras de Pequenas e Grandes Composições serão lecionadas com muito maior proveito, de maneira realmente objetiva” (ANAIS..., 1953, p.84).

Por fim, o trabalho citava um depoimento de Eduardo Guimarães sobre a ilusão que o sucesso da arquitetura moderna brasileira trazia à qualidade do ensino:

“Dentro do ritmo mais ou menos apressado da nossa arquitetura, há um aspecto que se destaca: é que este bloco de bons profissionais que nos evidenciaram como desbravadores do melhor caminho da arquitetura contemporânea, surgiu de uma perfeita independência entre a aquisição de um diploma profissional hábil ao exercício da profissão e um autodidatismo consciente, da perfeita conjugação de um espírito de repulsa ao velho tradicionalismo didático e uma acentuada necessidade de pesquisar, obrigando a fontes alheias ao próprio ensino universitário” (ANAIS..., 1953, p.84).

O segundo trabalho apresentado no Congresso, do aluno Francisco José dos Santos da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Minas Gerais, foi intitulado “É Deficiente o Atual Método de Ensino”. A principal queixa apresentada referia-se às aulas diretamente focadas no conteúdo dos livros. Essa prática não permitia que os alunos tomassem qualquer iniciativa e até mesmo questionassem o que os livros transmitiam. O êxito, nas disciplinas, não dependia da

criatividade e, sim, de um aprendizado mecânico. Esse método de ensino focado em teorias não permitia ao estudante uma prática imediata ao sair da faculdade:

“Qual o estudante de Arquitetura que, confiado somente naquilo que foi ministrado na Escola, é capaz de iniciar a vida prática com desenvoltura, sem uma perda considerável de tempo? Nenhum. Qual o estudante de Arquitetura que, no decorrer do curso deixa de procurar aprender fora da Escola, aquilo que ela não ensina, aproveitando a compreensão daqueles que já gozam de certa experiência? Nenhum. Qual será então a razão da existência das Escolas? Unicamente o diploma, é evidente” (ANAIS..., 1953, p.88).

Os alunos chegavam a questionar, tanto o exame de habilitação para entrar na faculdade (que só requisitava conhecimentos de Desenho Artístico e Figurado e não demandava conhecimentos necessários como Física e Matemática), quanto os exames parciais, justificando que eles só cobravam conteúdos que deveriam ser decorados. A sugestão era de que esse método de avaliação, durante o curso, poderia ser substituído por monografias. Assim, “o aluno demonstra possuir ou não conhecimento geral da matéria, dentro de um prazo razoável” (ANAIS..., 1953, pp.88-89).

Foi destacada, no texto, a iniciativa do professor Sylvio de Vasconcelos, na Faculdade de Minas Gerais, que “determinou a realização de monografias, constatando logo depois um resultado surpreendente”. Além disso, tentou implantar uma avaliação distinta no último ano na qual o aluno apresentaria um trabalho completo com cálculo de estrutura, memorial descritivo e demais itens, renunciando o TFG – Trabalho Final de Graduação. No entanto, essa iniciativa não se concretizou (ANAIS..., 1953).

3º Congresso Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo (1954)

No ano seguinte, em 1954, ocorreu o 3º Congresso, dessa vez na cidade de Porto Alegre. Entre os participantes, estavam presentes: Roberto Antônio Soares de Camargo, Ubirajara Gilioli, Celso Lampareli, Julio Roberto Katinsky e Gustavo Neves da Rocha Filho. Além desses, representavam a FAUUSP os colaboradores: Heitor Ferreira de Souza, Francisco Whitaker Ferreira, Oduvaldo Ferreira, Arnaldo Tonissi, Roberto Friolo, Helio Penteadó e Geraldo Puntoni. Lá, também estavam membros da Faculdade de Arquitetura do Mackenzie, da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Rio Grande do Sul e da Escola de Belas Artes do Recife.

O tema “Ensino de Arquitetura” recebeu três trabalhos para discussão. O mesmo autor de *Objetividade no Ensino de Arquitetura*, apresentado no Congresso anterior, Edison R. Lima, levou ao Congresso o trabalho intitulado “Considerações sobre o Ensino de Arquitetura”. Arthur Ribas, da Faculdade Nacional de Arquitetura, apresentou “O Ensino de Arquitetura”. A aluna da Universidade

de Minas Gerais, Suzi de Mello, o estudo “Considerações sobre o Ensino de Arquitetura e a Formação do Arquiteto”.

O texto “Considerações sobre o Ensino de Arquitetura” estabeleceu um paralelo entre o ensino de arquitetura no Brasil e em Portugal, pois, nesse país, estavam sendo promovidas algumas discussões sobre mudanças no ensino e onde o autor apontou os problemas vivenciados: a ausência de uma cadeira de Construção e o ensino da cadeira de Grandes e Pequenas Composições, a partir de um modelo prévio. Por essa razão, os arquitetos formados não eram capacitados para o exercício profissional, totalmente distantes de executar um pensamento como projetista ou construtor. Lima (1954) atestou que a Escola de Belas Artes do Recife sofria do mesmo problema e comentou que o mesmo já havia sido abordado em outros eventos:

“O que escreveram aquele arquitetos sobre o ensino da Arquitetura em Portugal, quase que, sem nenhuma alteração, podemos escrever sobre o Ensino dessa Arte no Brasil. Basta, passar a vista nos trabalhos apresentados às mesas de Ensino de Arquitetura dos últimos Congressos, realizados no Brasil. Além do mais, o levantamento feito sobre a situação do Ensino de Arquitetura nas várias escolas do país, nos leva à mesma conclusão. Poderíamos tomar como base o caso da Escola de Belas Artes de Pernambuco, por exemplo, onde, como era de se esperar, a maioria dos programas é calcada pela Escola Nacional de Arquitetura. Tomemos como exemplo o caso do programa da Cadeira de Teoria da Arquitetura: trata-se de um programa magnífico, muito completo, porém inteiramente inexecutável em um ano. E note-se que no caso particular do Recife, contamos com ótimo professor, bem conhecedor da matéria e muito capaz, do ponto de vista didático-pedagógico. Esta mesma dificuldade sabemos, surge na Escola de Porto Alegre, haja vista a conclusão que chegou Emil Bered, num seu trabalho apresentado no IV Congresso Brasileiro de Arquitetos recentemente realizado em São Paulo, quando escreveu: “Fazer constar Teoria da Arquitetura em todos os anos, paralelamente a Composição da Arquitetura”, conclusão esta, aliás, a que já havíamos chegado no I Congresso Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo, realizado em Salvador em 1952” (ANAIS, 1954, p. 82).

Em sintonia com as discussões dos arquitetos nos Congressos Brasileiros, o trabalho de Lima foi concluído com a transcrição da resolução apresentada pela mesa de ensino de arquitetura no IV Congresso, realizado em São Paulo. O autor citou que, apesar da ineficiência do ensino, alguns profissionais se destacaram e buscaram o autodidatismo e a pesquisa fora do ambiente universitário (ANAIS..., 1954).

Outro trabalho, apresentado pelo estudante Arthur Ribas, da FNA do Rio de Janeiro, diagnosticou quatro problemas no ensino de arquitetura: a direção das escolas, os catedráticos, os alunos e as matérias. Quanto à direção, o autor apontou seu distanciamento em relação aos discentes que não tinham a aprovação de nenhum de seus pedidos. A queixa apresentada contra os catedráticos foi quanto ao descaso às disciplinas, pois muitos deles abandonavam suas cadeiras em longas viagens

para substitutos despreparados. Quando davam suas aulas, os professores nada faziam para que fossem mais atrativas, positivas e que estivessem alinhadas à vida profissional. Aos alunos, a crítica era direcionada a sua falta de união diante das circunstâncias. Por fim, a mesma crítica, apontada à inadequação da disciplina de Teoria da Arquitetura na Escola de Belas Artes do Recife, era apontada na FNA (ANAIS..., 1954).

Para que todos esses problemas fossem solucionados, Ribas propôs uma integração maior entre o corpo docente, discente e a direção da escola. A faculdade deveria se encarregar de contratar novos professores que beneficiassem o seu ensino. Além disso, deveria responsabilizar os professores catedráticos a ministrar 2/3 das aulas previstas (ANAIS..., 1954).

O terceiro trabalho apresentado foi intitulado “Considerações sobre o Ensino de Arquitetura e a Formação do Arquiteto”, apresentado pela aluna Suzi de Mello da Escola de Arquitetura da Universidade de Minas Gerais. A autora mencionou que a solução para um ensino eficiente de arquitetura poderia ser encontrada com a formação de uma comissão de professores, alunos e técnicos em Pedagogia. Nota-se que essa é a primeira referência, tanto aos trabalhos dos alunos, quanto aos dos professores, a participação de profissionais da área da educação na reformulação do ensino de arquitetura.

Outro aspecto notável, no texto, tratou da referência pela autora à definição dos princípios da formação do arquiteto, divulgada no Congresso da UIA em Lisboa de 1953 e aos trabalhos sobre ensino, apresentados no IV Congresso Brasileiro de Arquitetos que havia ocorrido no mês de janeiro de 1954. Essas relações apontaram para uma unidade entre os agentes participantes desses eventos.

Ao propor uma análise sobre o ensino, Suzi de Mello abordou dois pontos: os alunos e professores e os programas das escolas de arquitetura. Quanto aos alunos e professores, a autora sugeriu que houvesse um contato maior entre os mesmos através de atividades extracurriculares de maquetes, fotografia, aulas com referência à pintura e escultura modernas. Além disso, fez um comentário citando a importância dada por Walter Gropius aos professores que trabalhavam e ensinavam, assim como a relação entre professores e alunos, sugerida para melhor aproveitamento dos estudos. A estes foi colocada a importância de sua participação nos órgãos administrativos da faculdade, a possível concessão de bolsas de estudo. Segundo o Congresso da UIA em Lisboa (1953), sugeriu-se para a formação dos alunos:

“É desejável que aquele que se destina a Arquitetura tenha um espírito ávido de conhecer e criar, uma inteligência aberta e viva, de bom senso e julgamentos corretos. Desenvolver-se-á

nele a sensibilidade plástica, a noção do espaço, a inspiração e a memória visual, o sentido do humano e o caráter” (ANAIS..., 1954, p. 88).

Sobre os programas de ensino, a autora incluiu, como referência, diversas escolas de arquitetura do mundo que tomavam diferentes caminhos:

“Apenas para ilustrar o que dizemos, basta tomar em consideração as duas grandes e conceituadas escolas de arquitetura – a BAUHAUS de Gropius e a TALIESIN de F. L. Wright – de valor indiscutível e de sempre diferentes caminhos no ensino. MAX BILL, falando sobre o problema, distingue estas duas correntes como sendo: BAUHAUS – educação criadora em correlação com o sentimento da responsabilidade social; TALIESIN – equilíbrio dos problemas individuais e formação de personalidades independentes. Além destas, temos outra concepção, a de MIES VAN DER ROHE no Illinois Institute of Technology e do próprio Max Bill na Escola Superior de Estudos da Forma de Ulm, onde haverá uma continuação da Bauhaus e onde o ensino de baseará tanto em estudos de tarefas concretas extraídas da prática como em lições técnicas indispensáveis” (ANAIS..., 1954, p. 88).

De acordo com esses modelos, Suzi de Mello propôs uma uniformidade ao ensino de arquitetura no Brasil e uma mudança em algumas disciplinas. A cadeira de Materiais de Construção deveria ser menos teórica e mais atualizada com materiais novos e suas aplicações em obras de arquitetura moderna. É provável que ainda, em 1954, não houvesse uma sintonia entre essas disciplinas e a linguagem moderna que passava a ser adotada na disciplina de Composição. Segundo a autora, a arquitetura moderna deveria ser melhor abordada na disciplina de Arquitetura Analítica com suas origens e correntes. Sugeriu-se a inserção, no curso de arquitetura, das disciplinas de Desenho Arquitetônico, Sociologia e um curso de Maquetes, além dos estudos das artes brasileiras e do folclore. Colocou-se a necessidade de integração das disciplinas de Desenho Artístico e Modelagem aos problemas da arquitetura. Por fim, foi mencionada a necessidade da disciplina de Composição ser mais prática.

A autora comentou que, em todas as disciplinas, deveria haver uma participação mais intensa do aluno e, mais uma vez, fez referência a uma escola fora do Brasil:

“Examinando o programa didático do curso de Arquitetura da Escola Técnica Superior de Eidgenossische, de Zurich, vimos que as aulas são divididas nos seus três tipos: preleções, práticas e debates, e que certas matérias são lecionadas apenas por meio de aulas debates. A adoção deste sistema (pelo menos parcialmente) seria – a nosso ver – um grande avanço nos cursos de Arquitetura” (ANAIS..., 1954, p. 88).

Nesse aspecto citado sobre a escola suíça, pode-se dizer que a maioria das aulas, no Brasil, ainda eram ministradas de forma tradicional como preleções e palestras. A predominância dessas aulas deveria diminuir com a mudança do foco do ensino para o atelier de projetos alguns anos depois.

Sobre os trabalhos apresentados à mesa do tema “Ensino de Arquitetura”, a principal conclusão foi de que o ensino de arquitetura era falho e necessitava de uma reforma iminente e para que se concretizasse e fosse colocada em prática, foram realizadas algumas recomendações. A primeira foi referente ao cumprimento das Recomendações do 4º Congresso Brasileiro de Arquitetos que tratava da pesquisa e levantamento da situação do ensino em todas as escolas do país com a posterior revisão de todos os currículos. Também conforme decisão realizada no IV Congresso Brasileiro de Arquitetos, o IAB/SP deveria entrar em contato com o Ministério da Educação para que todas as resoluções fossem efetivadas da forma mais rápida possível (ANAIS..., 1954).

Além dessas recomendações, a mesa concluiu que seria ideal um estreitamento das relações entre alunos, professores e diretores. Outra proposta tratou da relação entre os catedráticos e seus assistentes que, segundo sugestão dos participantes do Congresso, deveriam ser mais eficazes. Dos alunos foi cobrado um papel mais ativo. Como conclusões da mesa, a principal delas referiu-se às questões que se repetiam desde o primeiro congresso realizado – a necessidade de uma reforma no Ensino de Arquitetura de todo o país (ANAIS..., 1954).

§

Os três Congressos Nacionais de Estudantes de Arquitetura comprovaram que a necessidade de mudança no ensino e sua relação com as práticas profissionais eram uma preocupação nacional. Informados sobre a realidade do ensino de arquitetura no mundo e alinhados aos Congressos Brasileiros de Arquitetos, os estudantes buscaram uma real autonomia que passou, nas escolas de Salvador e do Recife, pela sua independência em relação às Escolas de Belas Artes dos respectivos Estados. Em São Paulo, significou a aprovação do regulamento autônomo da FAUUSP. Todavia, no âmbito nacional, a tão citada autonomia e a relação entre teoria e prática estavam assentadas sobre a liberdade da criação e da adoção definitiva da arquitetura moderna nas aulas de Composição. Na prática, os edifícios construídos nas cidades, já adotavam a estética moderna, no entanto, o ensino seguia teórico, ou seja, com padrões que não condiziam com a nova vivência.

5.3.2. O diagnóstico do ensino na FAUUSP (1956)

Um ano após a aprovação da Lei nº 3.233/55, diversas manifestações foram publicadas quanto ao ensino da FAUUSP. Os alunos se reuniram para promover um “Seminário de Ensino” que contou com textos de Júlio Katsky – aluno naquele ano – e dos professores Mario Wagner Vieira da Cunha, Luís Saia, João Batista Vilanova Artigas e Lina Bo Bardi. A Revista Habitat, desde sua primeira

edição do ano de 1956, iniciou uma série de reportagens chamada “um levantamento sobre as condições do ensino universitário em exposições feitas pelos responsáveis das diversas cadeiras da FAU” (Habitat nº20, 1956). Com a visão desses relatos, pretende-se compreender como se iniciou o movimento pela reforma do ensino, apontado por Graeff (1995), indicado tanto nos Congressos de Estudantes quanto nos de Arquitetos.

Seminário de Ensino – GFAU (1956)

Em 1956, o GFAU organizou um “Seminário de Ensino” que produziu textos importantes sobre o ensino de arquitetura. A introdução foi encomendada a Júlio Katinsky, aluno da FAUUSP e membro do GFAU, que redigiu um parecer sobre o ensino na Faculdade. Segundo Katinsky (1956), ela passava por um momento crítico, pois havia aprovado seu primeiro regulamento e iniciava a promoção dos primeiros concursos para cátedras.

Katinsky (1956) lembrou duas opções que sempre foram colocadas quanto a uma suposta reforma no ensino da FAUUSP: a primeira seria a adaptação das disciplinas teóricas a uma realidade concreta, acentuando os conhecimentos práticos; a segunda, o aumento do conteúdo de matérias básicas gerais que não focavam a especialização.

Essas duas soluções, “viciadas”, teriam sido experimentadas através da “revolução urbanística”, com a introdução do CPEU e da cadeira de urbanismo no curso de arquitetura através do novo regulamento. Ainda assim, segundo Katinsky (1956), os resultados não causaram o efeito esperado – o curso de arquitetura da FAUUSP seguia em busca de uma organização que formasse “os técnicos multiformes que o país no momento necessita”.

Katinsky (1956) citou, em seu texto, outras condicionantes que tornavam necessárias uma adequação no ensino da FAUUSP. A primeira foi relativa à condição econômica dos alunos que não era a mesma dos anos iniciais do ensino de arquitetura na Escola Politécnica da USP, porque, naquele tempo, podiam aguardar o período de adaptação entre a escola e a prática profissional, pois não necessitavam de dinheiro para manter suas famílias, vindos todos da elite paulistana. Segundo Katinsky (1956), os alunos da década de 50 já não eram tão privilegiados. A segunda condicionante foi a diferente realidade da produção da indústria brasileira. Nos primeiros anos do século XX, a indústria caminhava vagarosamente e o conteúdo presente nos livros foi atualizado conforme essa evolução. Já na década de 50, era necessário vivenciar a indústria para acompanhar o desenvolvimento das tecnologias, pois não estavam mais nos livros, progrediam de forma mais veloz.

O GFAU, por sua vez, seguia na tentativa de promover atividades culturais que pudessem surtir efeito no regime de ensino da FAUUSP, mas também enfrentava dificuldades. Em primeiro lugar, os objetivos nunca eram concretos o bastante e sempre sofriam alterações durante a ação. Além disso, o GFAU não possuía um grupo grande de alunos – todos acabavam doando uma pequena parte de seu tempo, ainda que não tivessem capacitação para o desenvolvimento das atividades. Por fim, para seus participantes, o critério a ser apto ao trabalho era sinônimo de disponibilidade, pois qualquer ajuda se fazia bem vinda – ou seja, todo aluno que se candidatasse a trabalhar pelas melhorias no ensino da FAUUSP seria bem vindo. Ao finalizar seu texto, Katinsky (1956) convocou todos ao trabalho. A FAUUSP ou seria uma escola de iniciativa ou não seria (KATINSKY, 1956).

O professor Mario Wagner Vieira da Cunha publicou, em sua intervenção, uma “Análise Crítica do Método Atual de Ensino de Arquitetura” e a “Inversão do Método do Ensino de Arquitetura” (GFAU, 1956). Na primeira parte de seu ensaio, Cunha criticou o ensino ministrado, por ainda basear-se em “modelos ideais”. Segundo ele, esse padrão foi eficaz anteriormente, quando formavam-se engenheiros-arquitetos que tinham um tempo para se adaptar ao mercado de trabalho, aprendendo, na prática, aquilo que a escola não transmitia. Ao referir-se a modelos ideais no ensino, é possível que Cunha estivesse se referindo àquele adotado desde a Belas Artes, assinalado por Souza (1930) e Artigas (2004).

Entretanto, com o atual ensino de arquitetura, esse modelo deveria ser abandonado. Dever-se-ia aproximar, de vez, a universidade da sociedade e, por consequência, os estudantes de arquitetura, de sua futura vida prática. Dessa forma, o arquiteto teria, definitivamente, sua “fácil e segura identificação” por parte da sociedade (GFAU, 1956).

Sua proposta de “Inversão do Método de Ensino de Arquitetura” consistiu em:

“... as matérias científicas se ensinariam como surgiram, isto é, diante de problemas reais. No mais, seria uma questão de aproximar-se do “operar do arquiteto”, compreendido este como uma atividade de indagação ou pesquisa em equipe. O ensino não revelaria as soluções do problema, e sim, também, como se chegou a essas soluções. Haveria uma preparação maior, uma maior preocupação pela atividade e iniciativa dos alunos” (GFAU, 1956).

A sugestão do ensino centrado em “problemas reais” e com uma maior “atividade e iniciativa dos alunos” renunciava o atelier de projetos que era reafirmado, ainda que não se falasse com esse nome, através do conceito de colaboração entre os professores. Deveria haver uma parceria e um entrosamento dentro e fora da sala de aula, “uma unidade vivida por toda escola” (GFAU, 1956).

Ao concluir seu parecer, Cunha responsabilizou os professores em vários sentidos – pelo individualismo e a falta de interesse em modificar os métodos de ensino, por estarem acomodados em suas posições de catedráticos vitalícios. Era necessário que os professores, entre si, promovessem uma intensa troca de ideias. O estímulo gerado pelos alunos, através do grêmio para essa reflexão, foi bastante bem vindo (GFAU, 1956). Por fim, o professor Mario Wagner Vieira da Cunha lembrou que o isolamento da escola, em relação à sociedade, deveria ser evitado, como “esforço permanente,” de modo que pudesse exercer a sua “função social e real”.

No mesmo seminário, o professor Luís Saia discutiu, em sua intervenção, qual seria a medida necessária do ensino de engenharia – disciplinas técnicas – e do ensino das artes no curso de arquitetura. Algumas definições foram feitas por Saia que acreditava que nenhuma matéria vinda da Engenharia ou das Belas-Artes deveria ser lecionada da mesma forma que em seus cursos de origem. A mesma disciplina em dois cursos não deveria ser sinônimo do mesmo conteúdo “pela diversa maneira em que seriam ministradas e pela diferente natureza do seu uso”. No caso dos ensinamentos técnicos:

“O manejo dos meios técnicos e dos recursos materiais disponíveis constitui, assim, função precípua do engenheiro; o conhecimento da capacidade desses meios e desses recursos, representa, ao lado de outros conhecimentos e de peculiar sensibilidade, o fundamento da formação do arquiteto” (GFAU, 1956).

Da mesma forma, o ensino de disciplinas de conteúdo artístico não deveria ser ministrado ao arquiteto como era para o pintor, o escultor. Luís Saia criticou a forma como eram utilizados os chamados “conhecimentos artísticos” pelos arquitetos:

“O aprendizado artístico que se resume ao jogo infantil dos aspectos mais ou menos modernistas da arquitetura, com a aplicação teimosa daquelas soluções particulares que identificam superficialmente a arquitetura contemporânea (brise-soleil, pilotis, etc) lembra um curso de medicina que se resume a administrar cafiaspirina ou, vá lá que seja, penicilina. Isso leva uma arquitetura farmacêutica, no sentido de farmacêutico vendedor de drogas. Por outro lado, o exercício absorvente do chamado desenho arquitetônico, em que pesa o trabalho de prancheta, representar um fundamento sine qua non do arquiteto, leva o profissional contemporâneo a uma perigosa desvinculação daqueles problemas que podem conceder contemporaneidade à sua atividade e à sua obra. Poderá formar um bom empregado de escritório, um bom desenhista, e mesmo, vá lá, um bom projetista; jamais, porém, formará um bom arquiteto, no sentido que esta palavra tem para o mundo contemporâneo” (GFAU, 1956).

Não bastava o ensino artístico pelo das artes puramente. O arquiteto contemporâneo, ilustrado por Luís Saia, deveria compreender a necessidade do projeto, seu programa, para quem ele seria feito, o

partido, o esquema construtivo, a organização espacial. A falta de equilíbrio entre os componentes do currículo de formação do arquiteto:

“... na maior parte dos casos, são decorrentes da má formulação da atividade profissional e da péssima administração das matérias já compendiadas; são agravadas pela ausência completa do tipo de ensino que proporciona aos aprendizes de arquitetura, além da colheita de ensinamentos já compendiados, a formação de uma estrutura mental e de uma sensibilidade solidamente ancoradas na relida de prática dos problemas que irão enfrentar” (GFAU, 1956).

Assim como o professor Mario Vieira da Cunha, Luís Saia apontou, como uma das grandes deficiências do ensino, a ausência de relação entre as disciplinas e os problemas reais do arquiteto. Deve-se considerar que eram necessárias grandes mudanças para trazer uma evolução ao ensino de arquitetura.

A intervenção do professor João Batista Vilanova Artigas foi o texto “Rumos para o Ensino de Arquitetura”. Após citar as origens do ensino de arquitetura, no país, como a Missão Francesa de Grandjean de Montigny e a Escola Nacional de Belas Artes, mencionou que muito se devia ao movimento moderno, o estabelecimento da Faculdade Nacional de Arquitetura em 1945.

Nesse momento, pela descrição de Vilanova Artigas, a FAUUSP passava por um período difícil, “quando os estudantes de São Paulo reviviam a polêmica sobre o ensino de arquitetura”. Este problema vivido pelos estudantes, certamente, decorreu das mudanças aplicadas com o novo regulamento da Escola. Afinal, para que tivesse aprovado o regulamento em 1955, a FAUUSP não pôde implantar todas as mudanças desejadas, pois, se fossem muito radicais, sem dúvida, não seriam aprovadas por um grupo de professores catedráticos da Congregação da Escola Politécnica da USP e tampouco do Conselho Universitário, assim como pela Assembleia Legislativa.

Artigas (1956) abriu uma discussão com algumas hipóteses que seriam responsáveis pela crise do ensino de arquitetura. A primeira, muito conhecida, foi da separação entre a escola e a vida profissional que, provavelmente, tratava da separação entre um ensino baseado em modelos e a atividade prática dos arquitetos, segundo a estética moderna. Em segundo lugar, citou a origem “viciada” das escolas de arquitetura – nas Artes ou na Engenharia. Por fim, Vilanova Artigas colocou, em questão, a escolha dos professores, as cátedras vitalícias, estabelecendo a hipótese da criação de um novo processo de seleção dos professores que permitisse sua substituição. Afinal, para ele, “melhorar o exercício profissional pelo aperfeiçoamento das escolas era descobrir bons professores” (ARTIGAS, 1956). Assim, pode-se afirmar que o apoio dado ao IAB/SP para a contratação de professores foi fundamental para a reformulação no ensino da FAUUSP. Nas

entrelinhas, é possível perceber que esses novos professores seriam bons, caso fossem arquitetos alinhados à estética moderna. Sobre essa opção, Vilanova Artigas declarou:

“Este raciocínio levou os jovens a se posicionarem contra o regulamento de criação da Faculdade de Arquitetura em São Paulo, precisamente no momento em que os interesses mais atrasados, em nosso meio, propunham o fechamento da escola” (ARTIGAS, 1956, p.65).

Não há registros mais precisos sobre essa tentativa do fechamento da FAUUSP após pouco tempo de funcionamento, mas é provável que fora motivado pelo ensino ministrado na escola. Os relatos nas Atas do IAB/SP apontaram para o fechamento em virtude da ausência de um regulamento na Faculdade.

Após lembrar as hipóteses sobre a crise no ensino, Vilanova Artigas declarou que mesmo com essas circunstâncias, pouco poderia ser feito de modo a modificar a realidade complexa na qual o ensino se encontrava. Mesmo porque, segundo ele, foram essas escolas mal organizadas que formaram os arquitetos brasileiros de renome (ARTIGAS, 1956).

Também comentou a necessidade de entender o que se passava fora das escolas, pois considerava o ensino “efeito e não determinante das limitações existentes ao trabalho de criação”. Observou que os arquitetos eram formados como “técnicos e artistas” para atender os problemas construtivos de forma justificável e aceitável; que estabeleciam conexões entre as necessidades práticas e a vida cultural; para “comunicar as soluções primárias de construção uma expressão nova, elaborada em função das ideias vigentes na sociedade” (ARTIGAS, 1956).

Em contrapartida, a prática profissional “oferecia resistências para a vida profissional desse tipo”. Segundo Vilanova Artigas, eram extremamente raras as obras que permitiam a atuação do arquiteto em conjunto com a do engenheiro – ambos remunerados de forma adequada. Aquele era subutilizado em todos os cantos, nos órgãos públicos pelas construtoras privadas. A especulação imobiliária, na época, era como a dos dias atuais – visava o máximo lucro – e, nesse aspecto, a escola não os havia preparado. A própria legislação (Lei nº 23.569/33), conforme lembrado por Vilanova Artigas, não valorizava o arquiteto, priorizando o construtor. A cidade de São Paulo exigia a responsabilidade das obras, não pela autoria do projeto pelo arquiteto ou engenheiro, mas sim, pelo construtor. Partiu do princípio de que o erro estava na insistência do conceito de que o arquiteto e o engenheiro eram “construtores diplomados”, sendo o construtor o profissional mais valorizado. Nessas declarações de Artigas, torna-se evidente que as mudanças, no ensino, visavam formar um maior número de arquitetos que atuassem, segundo os valores novos da profissão, difundidos pelo

IAB/SP – um arquiteto capaz de resolver técnica e artisticamente os problemas dos edifícios para atender a sociedade.

Vilanova Artigas concluiu que a crise, no ensino, foi resultado da impossibilidade do arquiteto atuar da forma para a qual fora ensinado a atuar: nem o mercado de trabalho e nem a lei de regulamento profissional eram adequadas à atuação profissional que o arquiteto desejava ter:

“O que é o desajuste entre a escola e a realidade, senão o choque entre uma consciência profissional que vem sendo formada e se fortalecendo em séculos e uma estrutura “prática” limitada por um sem-número de reminiscências coloniais?” (ARTIGAS, 1956, p.69).

Portanto, Artigas (1956) observou que as escolas não estavam equivocadas em suas linhas fundamentais, pois também eram vítimas. Mencionou ainda que a inclusão da prática não podia ser superestimada (como se aproximasse o arquiteto do construtor), deveria ter também um equilíbrio com os conceitos teóricos e culturais da arquitetura. Por fim, determinou algumas estratégias possíveis para a melhora da escola de arquitetura:

“Assim, melhorar as escolas é lutar contra toda infiltração, nelas, das consequências do atraso de nossa estrutura. Erigir a luta contra os aspectos de atraso em programa universitário e, na escola de arquitetura, focalizar o exercício da profissão, disposto a estudá-lo e a modificá-lo libertando-o do autoritarismo mandão e opressor, geralmente instituído entre nós, principalmente nesta São Paulo. Autoritarismo que se basta no lucro grosseiro, com a realização primária e sem plano, sem previsão científica, que despreza a cultura e modifica os nossos projetos, como se o seu interesse fosse a razão de nossa existência. Melhorar a escola é manter, dentro dela, um clima de liberdade para a livre pesquisa, para a livre criação, com tudo o que limita a livre expressão do pensamento, o livre acesso ao conhecimento. Não medra o atraso num clima de liberdade” (ARTIGAS, 1956, p.69).

Pelo discurso final de João Batista Vilanova Artigas, vemos reafirmado que a autonomia presente no ensino da FAUUSP era superficial. Ainda predominavam, segundo o seu olhar, o “autoritarismo” e a falta de liberdade, possivelmente, diante das verdadeiras mudanças que o mesmo gostaria de ter imprimido ao ensino da FAUUSP. Essa liberdade estaria alinhada à permissão da livre criação aos alunos sem modelos a serem seguidos e ao cumprimento da função social do arquiteto.

A última intervenção, na coletânea de textos, chamada de “Seminário de Ensino” pelo GFAU, foi de Lina Bo Bardi. Em seu parecer, Lina compreendeu o “ressentimento” dos alunos por uma mudança e lembrava-os que esse sentimento era originário da falta de meios para atingi-la e esse desejo, a aproximação entre “escola e vida” deveria ser buscado pelos alunos, mas se eles se ressentiam disso, com os professores acontecia da mesma forma. Para Lina:

“A FAU está apenas agora pondo em concurso suas matérias: aos professores a consciência de suas responsabilidades na comunicação de um método eficiente de estudo e de trabalho; aos alunos a capacidade de resolver e de desenvolver nas diversas possibilidades, este método.

Quanto às questões de “método”, os concursos públicos decidirão – o certo é que a escola para sobreviver deverá falar a linguagem da vida real e não da tola pseudo-cultura, da teoria estéril e da indiferença” (GFAU, 1956).

Em todos os discursos publicados no “Seminário de Ensino”, destacou-se a crítica aos professores catedráticos – que iam ser substituídos, aos poucos, segundo os novos concursos promovidos – e à integração entre o ensino e a prática profissional. Nesse sentido, a mudança almejada pelos professores e pelos alunos foi de que o ensino estivesse alinhado à atuação do arquiteto como autor de projetos de estética moderna, atendendo às demandas da sociedade, e não mais como construtor ou “fachadista” em obras de engenharia, reproduzidor de modelos.

5.3.3. As ações do GFAU quanto à atuação profissional do arquiteto

Em 1958, foi publicado, pelo GFAU, o documento “Da Profissão de Arquiteto no Brasil” que estava alinhado à publicação do IAB/SP em seu boletim da proposta de um novo regulamento para a profissão do Arquiteto. Foram expostas, no texto do GFAU, quatro questões para debate:

- “1. A arquitetura brasileira nos últimos vinte e cinco anos. A distinção entre a atividade profissional do arquiteto e do engenheiro civil ou de construção no Brasil.
2. A formulação brasileira atual, em termos genéricos, do que seja a atividade profissional do arquiteto.
3. A revisão que, à vista da formulação brasileira atual da atividade de arquiteto, deve ser feita na organização profissional do arquiteto, do ponto de vista legal, econômico e associativo.
4. A revisão que, à vista da formulação brasileira atual da atividade do arquiteto deve sofrer o ensino de arquitetura no país” (GFAU, 1958).

Nessa introdução do documento, é possível identificar que o arquiteto buscava seu reconhecimento como profissional perante a sociedade. Pela falta de reconhecimento de sua atividade profissional, fazia-se necessário distingui-la, permanentemente, do engenheiro civil e do engenheiro de construções.

O item 4 é de extrema relevância: o ensino de arquitetura deveria sofrer alterações em vista da reformulação da atividade profissional. Tendo conquistado a criação das escolas de arquitetura em 1945, os arquitetos ainda possuíam um regulamento da profissão junto com os engenheiros:

“Há vinte e cinco anos, quando se cogitou regulamentar essa profissão, foi ela compreendida como ramo da engenharia; na verdade, identificada com a engenharia civil. Hoje, essa identificação não é mais aceita, nem pelo engenheiro civil, cujo campo de atividade, com o crescente e complexo progresso da técnica tende a se dividir em várias especializações (pontes, estradas, construções e etc), nem pelo arquiteto. Outrora formado em Escolas de Engenharia ou Belas Artes, recebe hoje o arquiteto seu treinamento em escolas especiais de arquitetura, escolas estas que tem por fim melhorar o processo de formação do arquiteto,

orientando-o para as pesquisas nos fatores sociais e humanos do planejamento, em todos seus aspectos” (IAB nº 56, 1958, p.01).

Ou seja, à profissão de arquiteto havia “se atribuído” novas funções que eram introduzidas aos poucos, desde 1945, por uma nova escola e apenas não estavam discriminadas em uma lei de regulamentação profissional, especialmente quanto ao planejamento urbano: “O arquiteto assume perante o cliente e a sociedade, uma responsabilidade nova de responsabilidade ao planificar, que não era compreendida na formação do engenheiro, por exemplo” (IAB nº 56, 1958). Sendo assim, o projeto de Lei:

“... aponta para a atual organização do ensino universitário, encaminhando a solução para uma série de questões decorrentes da falta de caracterização melhor do sentido do planejamento, sua importância social e seus interpretes mais hábeis. Urge concentrar nas escolas de arquitetura e só nelas a formação dos planejadores, dos arquitetos, cada vez melhor informados para abraçar toda a série de problemas de organização do ambiente físico, peculiares a etapa histórica que vive o mundo e, em particular, o nosso País” (IAB nº 56, 1958, p.01).

As escolas de arquitetura deveriam reformular seus currículos para formar arquitetos capacitados a exercer as atividades chamadas como exclusivas, segundo o novo projeto apresentado. Seriam elas: estudos, pareceres, peritagens, estimativas, desenhos, planos, projetos e fiscalizações das seguintes realizações – planejamento urbano e regional, edifícios e suas obras complementares, obras com caráter essencialmente artístico ou monumental, arquitetura de interiores e arquitetura paisagística. Além desses mencionados, o arquiteto poderia dirigir todas as obras citadas acima, desde que fossem projetadas por ele (era vetada a direção de obras de outro autor). Todas essas atividades não seriam mais compartilhadas com os engenheiros (IAB nº 56, 1958). Além disso, a questão sobre alterações e mudanças de projeto de lei⁵⁹ estava estabelecida de forma bastante clara:

⁵⁹ A redação final do projeto de Lei apresentado ao presidente foi publicada no Boletim do IAB/SP de abril de 1959. Após a apresentação da proposta ao CREA, os arquitetos passaram a enfrentar a oposição dos engenheiros. Para eles a proposta era uma afronta ante o Regulamento vigente (Lei nº 23.569/33). Ao defender o projeto de Lei proposto pelos arquitetos, Vilanova Artigas reagiu: “Quanto à reação dos engenheiros contra a justificativa da Lei, lembro que no Encontro de Intelectuais realizado recentemente, ficou definitivamente aprovada a tese do CIAM de que o arquiteto deve ser o chefe de equipe no planejamento urbanístico. Diz ainda que a essência do nosso pontos de vista esta na defesa da posição do profissional liberal em oposição às empresas de construção” (IAB, Ata nº 126, 1959, p.84). Segundo a publicação no Boletim do IAB/SP estavam todos defendendo a mudança da Lei justamente porque a atuação do arquiteto já havia se alterado na prática e deveria também ser alterada na Lei. O Instituto de Engenharia também se posicionou contra a Lei. Entre os motivos expostos estavam: a supervalorização da posição do arquiteto e não da arquitetura e do bem estar público; o projeto não discriminava as particularidades das regiões brasileiras, aplicando as mesmas regras em diferentes portes de cidade; o engrandecimento e aumento da racionalidade nos projetos de arquitetura poderiam ser feitos com a Lei nº 23.569/33 já em vigência (IAB, Ata nº 126, 1959, p.85). Em contrapartida, nesta Assembleia foi redigido um documento pelo IAB/SP apoiando o Projeto de Lei proposto por acreditar que as manifestações contrárias eram originárias do desconhecimento do projeto de Lei e que, certamente,

“Sem prévio assentimento por escrito de seu autor, nenhuma alteração poderá ser feita em seu projeto, plano, estudo, modelo e peças complementares elaboradas pelo arquiteto, depois de aprovados por autoridades públicas ou registrada no Conselho Regional de Arquitetura” (IAB nº 56, 1958).

A atividade profissional do arquiteto foi abordada no documento, como no Decreto nº 23.569 – visto anteriormente – uma sobreposição ou especialização da engenharia. Afinal, a arquitetura era uma especialização (GFAU, 1958). No entanto, o destaque obtido pelo arquiteto na sociedade, ganhando projeção com as obras da arquitetura moderna no Brasil e no mundo, possibilitou que o Decreto não fosse interpretado ao pé da letra. Em virtude disso, uma regulamentação profissional exclusiva permitiria a definição exata das atribuições de cada profissão.

O documento do GFAU atestava que a engenharia nacional sempre acompanhou a evolução dos projetos de arquitetura, possibilitando a execução de obras com novos materiais e cooperando para o crescimento das cidades. Sendo assim, não seria de interesse dos arquitetos que a profissão dos engenheiros civis e engenheiros construtores fosse substituída pela do arquiteto, pois seriam sempre complementares, mas não sobrepostas:

“O arquiteto entrou com a originalidade e suas criações em que se atendeu, é certo, ao resultado estético da realização, mas em que foram também levadas em atenção às condições do homem e da cultura de hoje. Enquanto que para o engenheiro construtor o sentido de sua responsabilidade profissional era, fundamentalmente, o de que a construção não caísse, ou seja, respondesse as exigências técnicas estruturais, o arquiteto colocou, como fulcro da sua responsabilidade o homem e a atividade que seriam acolhidos dentro de suas realizações” (GFAU, 1958, p. 2).

Até o reconhecimento formal da profissão do arquiteto, o engenheiro seguia, em suas obras, as solicitações do cliente – até mesmo quanto à estética da construção. Com o tempo, os engenheiros passaram a concordar com a importância do auxílio de um arquiteto que, desde então, passou a valorizar a paisagem urbana das cidades e a despertar nos engenheiros a distinção entre as profissões. Ao invés da cisão profissional, ou da antiga sobreposição de funções, passou-se a uma nova etapa: a da interdependência (GFAU, 1958). Sendo assim, não poderia haver arquitetura sem a engenharia e tampouco engenharia sem arquitetura:

“E nenhum país poderá sujeitar-se a esse menosprezo às soluções arquitetônicas das construções sem pagar por isto muito caro, entervando o desenvolvimento das cidades e do

ele beneficiava arquitetos e engenheiros. Os arquitetos se colocaram a disposição para discutir com o CONFEA e o CREA. Artigas acalmou seus colegas alegando que o CREA não teria autoridade de “sustar o andamento do nosso projeto, e nem sequer fazer alterações”. Ficou definido que o IAB/SP desautorizava a participação de todos os arquitetos em novos projetos de Lei que pudessem ser organizados pelo CREA (IAB, Ata nº 126, 1959, pp.86 - 87).

país, descarregando, cada vez mais, os ônus desses erros sobre as classes sociais menos favorecidas. Daí, pois uma iludível exigência da sociedade a que o arquiteto compareça sempre e oficialmente nas construções que se fazem no país”. (GFAU, 1958, p. 3).

No item número 02 do documento, a discussão passou a ser a definição da atividade profissional do arquiteto. Primeiramente, os autores fizeram a descrição da profissão de engenheiro como uma atividade técnico-científica a qual, de forma racional e positivista, solucionava qualquer problema (GFAU, 1958). Com esse referencial da descrição da engenharia, o documento explicava a arquitetura através da atividade do arquiteto:

“O arquiteto põe sua responsabilidade na criação ou invenção de um novo sistema, se uma nova forma. Por certo chega a essa solução com auxílio de dados e conhecimentos científicos, como o faz o engenheiro. Não pretende, porém, deduzir mecanicamente ou matematicamente a solução dos dados considerados. Pretende, que a solução apanhe os elementos da situação, mas vá além, ordenando ou incluindo outros elementos ou mesmo exigindo uma revalorização e uma reapreciação dos elementos inicialmente considerados. ... Tudo isso vale dizer, na criação da solução, o arquiteto não pretende agir unicamente em termos racionais, ele joga com a intuição e o faz na convicção absoluta de que há elementos a serem atendidos na situação que o raciocínio não poderia alcançar ou que alcançaria de forma falha ou errônea” (GFAU, 1958, p. 4-5).

Aqui se delimitou a diferença entre as profissões do arquiteto e do engenheiro: pelo pensamento racional, jamais se atingiria a qualidade arquitetônica em um projeto. Era necessário mais que a razão. Também não caberia reduzir a profissão do arquiteto à profissão de um artista, um escultor, pois as obras arquitetônicas não atendiam apenas ao caráter estético – mas também às funções humana, social e sua relação com a cidade. A criação do arquiteto era mais humana que a do engenheiro, pois contemplava o belo, o humano, o social e o cultural (GFAU, 1958). Nesse sentido, os arquitetos requeriam a atividade de projeto como exclusiva, tanto no âmbito do edifício, quanto no do planejamento urbano. Para confirmar as características da criação do arquiteto, o documento se opôs fortemente à arquitetura preponderante à época, defendendo características da arquitetura moderna:

“Quando, pois, ao olhar a volta de si o arquiteto sentir que dentre as inúmeras modificações materiais e ordenamentos de espaços ocorridos existem algumas em que se revelam uma perfeita insensibilidade no trato do material e do espaço; em que o horrendo e o ridículo e o rococó e não o simples e o belo foram alcançados; em que o desacerto da solução, a forma complexa escolhida o erro no aproveitamento do material e de tempo, oneração dos custos; em que a falta de conhecimento e previsão das condições sociais levaram a soluções despropositadas, acanhadas e empetecadas, em que o espírito de cópia, a falta de compreensão das condições culturais do meio e da época conduziram a soluções estranhas, desenraizadas e pretensiosas então, seja no caso da construção de um prédio, de um jardim, de um automóvel ou de um navio, o arquiteto deve comparecer, não só para dar a sua contribuição superior, como para evitar que a sociedade pague caro, e por muitos anos, pelas soluções que atendem contra os materiais, a simplicidade e os custos de utilização, a significação social e cultural dessas realizações” (GFAU, 1958, p. 4-5).

No item número 03 do documento, colocou-se a necessidade da organização da profissão perante o novo trabalho do arquiteto – a exclusividade da autoria de projetos de arquitetura e urbanos – segundo aspectos legais, econômicos e associativos. O primeiro requerimento, quanto à legalização da profissão, era a necessidade de torná-la, na conceituação legal de suas atividades, uma profissão independente da engenharia com a demarcação de um corpo específico e privativo de atividade, em alinhamento à proposta feita pelo IAB/SP. Isso deveria permitir também que os arquitetos fiscalizassem o exercício de sua profissão através de órgãos relacionados a ela (GFAU, 1958).

Quanto à organização econômica da sua profissão, havia um grande problema – como uma nova profissão seria remunerada? Mediante qual referência de valor? Seria ela relacionada a profissões liberais como a dos médicos, advogados ou farmacêuticos? Sim, esse era o desejo dos arquitetos – ou seja, seus serviços prestados deveriam ser pagos. Para saber qual o valor a ser agregado aos serviços, outras três questões se fizeram pertinentes ao documento: quais as condições de procura dos serviços dos arquitetos? Quais as condições de ofertas dos serviços dos arquitetos? Como se ajustam a oferta e a procura desses serviços? (GFAU, 1958)

Como resposta à primeira pergunta, sobre a demanda do serviço oferecido pelo arquiteto, não poderia ser confundida a nova função do arquiteto com a antiga. Inicialmente, o arquiteto era um mero embelezador de fachadas – tornando-se um profissional de luxo, estando seu serviço restrito a uma pequena parcela da sociedade. No entanto, a posição do arquiteto havia mudado:

“...segundo a nova concepção, a solução arquitetônica alcança, não só o belo, mas também, e de modo orgânico, o útil, o funcional, o mais econômico, e, ainda, o social e cultural, passa a procura de serviços de arquitetura a ser entendida como uma procura, tanto para o consumo, como para produção” (GFAU, 1958, p. 9).

Sendo assim, as encomendas arquitetônicas não estariam restritas apenas ao cliente privado, mas também em edifícios como cinemas, hospitais, fábricas, todo e qualquer edifício. Afinal, todos eles dependiam de organização do espaço interno, de um correto raciocínio quanto à localização no lote e sua relação com a cidade, custos e lucros. O documento fez também um alerta caso o cliente se recusasse a procurar um profissional que não fosse arquiteto para executar serviços de arquitetura:

“O problema em que a procura de serviços arquitetônicos, então, não existe, mas em que procurem os clientes apelar, para a solução desses problemas, de outros profissionais menos capacitados que os próprios arquitetos. No interesse da sociedade - e daí a proteção legal ao exercício profissional – necessário se faz evitar, por meios persuasivos ou por sanções legais, que isto continue ocorrendo. Antes de tudo é preciso demonstrar ao próprio cliente e que ele perde procurando ele próprio resolver os problemas não devidamente preparado” (GFAU, 1958, p. 10).

A justificativa era a proteção da sociedade, de forma a propiciar que os espaços utilizados por todos fossem adequados as suas finalidades – então o profissional teria maior procura pelos seus serviços. Além de abranger todos esses possíveis projetos arquitetônicos, o novo arquiteto também era urbanista, paisagista e designer (denominado industrial-design) (GFAU, 1958). Dessa forma, o arquiteto estaria em pleno exercício de sua função social.

Pode-se verificar a preocupação da elite intelectual paulistana, sempre na vanguarda do desenvolvimento técnico, econômico e científico:

“Nossa indústrias não só importam, ainda, grande soma de matéria prima. Dependem elas ainda, em muito grande extensão, das marcas e patentes internacionais. Pelo uso destas pagamos royalties muito elevadas, que armaram o nosso surto econômico e que, de forma inelutável, nos colocaram na dependência das decisões dos capitalistas estrangeiros” (GFAU, 1958, p. 10).

Nessa função de designer industrial, o arquiteto proporia novos métodos de fabricação, cooperando com os engenheiros a desenvolver tecnologias nacionais, adequadas aos padrões locais (GFAU, 1958).

Para os urbanistas, caberia a tarefa de cooperar no povoamento de tão grande país, através do planejamento de novas cidades e na proposição de soluções para aquelas que cresciam rapidamente. Questões foram colocadas quanto à procura de serviços urbanísticos que seriam demandados após as cidades encararem problemas ou seus trabalhos solicitados pelo poder público. (GFAU, 1958)

O documento expôs que os mais céticos ainda acreditavam que imperaria, na requisição do trabalho do urbanista, as forças econômicas, a especulação imobiliária - o urbanismo ficaria restrito a vontades individuais ou interesse de pequenos grupos. Caberia ao arquiteto, dessa forma, engajar-se em lutas cívicas, defendendo a necessidade do planejamento urbano e regional: “Empenhar-se na promoção da procura de serviços urbanos, é responsabilidade atual do arquiteto” (GFAU, 1958).

Sendo assim, a atividade do arquiteto adquiria uma amplitude, um papel fundamental no desenvolvimento do país:

“A regra geral é participar o arquiteto intensamente do desenvolvimento social e econômico de seu país, contribuindo em todas as situações em que se trate de resolver problemas de manipulação de materiais ou de ordenamento do espaço” (GFAU, 1958, p. 12).

A oferta dos serviços de arquitetura estaria diretamente relacionada ao número de arquitetos e sua localização no país, assim como suas especializações que também eram consideradas uma questão

para debate entre os membros da classe (GFAU, 1958). O urbanismo, até então, era considerado uma especialização da arquitetura.

“O urbanismo se apresenta, porém, menos como uma especialização da arquitetura – tais como paisagismo, arquitetura hospitalar, arquitetura industrial, tetônica industrial – sim, mais como uma formação especial para a qual se exige, inclusive a formação preliminar do arquiteto” (GFAU, 1958, p. 13).

Foi descrito como outra preocupação, nesse documento, a formação dos colaboradores dos arquitetos que também precisavam de orientação especial e cujas condições de trabalho precisavam ser melhor estabelecidas. Como colaborador do arquiteto-urbanista, o documento colocou, por exemplo, os sociólogos, economistas e geógrafos (GFAU, 1958).

Os arquitetos deveriam se responsabilizar pelo desenvolvimento de ferramentas para seu trabalho e uma forma de garantir a aquisição das mesmas. Deveria haver, para apoio dos arquitetos, planos de financiamento de projetos a longo prazo cujos custos os escritórios não poderiam sustentar (GFAU, 1958).

A responsabilidade de pesquisas mais profundas deveria ser dos Institutos de Arquitetura e Urbanismo – que não poderiam ser custeadas pelos pequenos escritórios – caso não fossem assumidas por esses institutos, seguiriam “com grande margem de improvisação e de tateios” (GFAU, 1958). Nesse quesito, a FAUUSP estava munida através do CPEU.

Coube, a esse documento, uma crítica aos próprios Institutos de Arquitetura – as faculdades – por serem custeados por cofres públicos e não exercerem um papel de suporte para os profissionais:

“É isso que mais desmoraliza os institutos de arquitetura e urbanismo, pagos pelos cofres públicos que, em vez de se voltarem para a pesquisa e se porem a serviço dos profissionais, se apresentam realizando um serviço de valor didático ou de valor pioneiro para formação ou imitação dos arquitetos e urbanistas. Na verdade, tateando e improvisando, como os próprios particulares, não será maneira de contribuir para a profissão e menos de elevar.” (GFAU, 1958, p. 15).

Quanto à possibilidade de se ajustar a oferta e a procura da profissão, não se procurava, simplesmente, adequar fórmulas adotadas por outras profissões, principalmente, por seu caráter social. Gerava dúvida aos profissionais a adoção de concursos e concorrências, por ser da crença desses que esse método de seleção de oferta e procura favorecesse apenas aos clientes (GFAU, 1958).

Grande responsabilidade foi transferida pelo documento, quanto à organização da profissão (associação entre profissionais e formas de trabalho), ao Instituto de Arquitetos do Brasil. Exemplos da atuação do IAB seriam: a revisão da organização da profissão (em andamento, segundo

documento citado anteriormente); a criação de condições permanentes de estudo e atuação em cada regional; a reunião em prédio próprio; facilidades e serviços comuns, como uma biblioteca (GFAU, 1958). Foi colocado também como função do IAB, manter uma relação próxima às escolas de arquitetura - desde seus planos até a parte administrativa, e, conforme vimos, esse projeto, defendido nos congressos de estudantes, estava sendo executado com louvor.

O último item do documento colocou questões sobre o ensino da arquitetura, perante as mudanças da atuação profissional, divididas em seis tópicos: treinamento teórico e formação mental; seleção vocacional; atividades extracurriculares; atividades curriculares: sua integração e diversificação; os professores e a congregação. Essencialmente, o treinamento teórico e a formação mental do arquiteto deveriam predominar sobre o ensino técnico nas escolas. Consistiria esse ensino no exercício da razão e o desenvolvimento da sensibilidade artística e da intuição (GFAU, 1958).

A seleção dos candidatos às escolas também deveria ser revista. Não poderiam predominar exigências como conhecimentos matemáticos, relativos apenas à capacidade técnica do aluno. Mais do que isso, essa exigência exacerbada de conhecimentos técnicos poderia deixar de fora estudantes com sensibilidade artística e com capacidade imaginativa (GFAU, 1958).

Sobre as atividades extracurriculares, um dos objetivos de promovê-las era manter o aluno, durante todo o dia na escola em todos os semestres do curso – de forma a desenvolver melhor a sua ‘formação mental’ (GFAU, 1958):

“Para tanto é necessário dar especial atenção às condições de instalação da escola, bem como aparelha-las com ótimas bibliotecas, rico material de reproduções, pinturas e esculturas, coleções de projetos e desenhos, amostra de materiais, salas de projeção, ateliers de diferentes sortes, laboratórios, além dos meios necessários para visitas, recepções, reuniões, excursões... Esse fato passava a ser um problema, pois para alguns alunos era necessário trabalhar para manter seu sustento. A escola deveria se responsabilizar por proporcionar bolsas a estes alunos para que se mantivessem na escola. Outras atividades propostas no documento seriam: estágios de verão, estágios em outras escolas, participação de atividades profissionais especiais, articulação com movimentos sociais e culturais a favor da profissão. Ficavam também encarregados os alunos a estender esta programação a forma que pudessem, se aproximando mais da realidade profissional ainda na escola (GFAU, 1958, p. 17).

O tema da integração das atividades curriculares colocava os alunos como participantes ativos das discussões sobre o ensino:

“... é necessário que se promova, ao menos uma vez por ano, com a participação dos próprios alunos, um acerto do que seja a unidade de formação dos estudantes, ou seja, da função de cada elemento do curriculum” (GFAU, 1958, p. 17).

Sugeriu-se que a forma, para que se mantivessem informados sobre o ensino da escola, eram seminários com a participação de todos os professores, a ocorrer no primeiro semestre com a inclusão dos alunos que ingressassem naquele ano. Esses seminários deveriam esclarecer, de forma completa, o que se entendia pela atividade do arquiteto (GFAU, 1958). Um segundo seminário, no início do segundo semestre do ano, com a participação de todos os professores e alunos do último ano, visaria um objetivo mais específico: atividades de pesquisa de projeto ou de crítica arquitetônica (GFAU, 1958).

Por sua vez, as disciplinas que estariam presentes, no currículo do arquiteto, seriam divididas em quatro grupos:

“Então, quatro grupos de matérias devem integrar o curriculum das escolas de arquitetura, cada um sujeito a uma didática diversa. Primeiro, as matérias de formação humanista. Nesta serão, por excelência, a história – a história dos homens, da sociedade e da cultura. O segundo grupo seria das matérias de caráter informativo, na base de cujos conhecimentos poderá o arquiteto julgar da situação ou material que deverá plasmar, bem como a natureza dos problemas de que deve resolver... O terceiro grupo de matérias é o que visa formar o arquiteto em termos de uma tomada clara de posição em relação ao conhecimento histórico da arquitetura... Finalmente, o quarto grupo de matérias do curriculum das escolas de arquitetura incluem as técnicas e disciplinas de trabalho do arquiteto, desde as técnicas de desenho, organização do trabalho, de levantamento de dados e pesquisa, até as técnicas mesmas de ordenação das fases de cada trabalho no escritório e no campo” (GFAU, 1958, p. 18-19).

Os professores poderiam atuar, na escola, de duas formas: tempo integral e tempo parcial. O imprescindível, em ambos os casos, era o amor ao ensino que permitisse aos professores deixarem suas atividades profissionais para se aplicarem em centros de ensino e pesquisa. Os de dedicação integral deveriam ser mais experimentados na profissão, enquanto os de dedicação parcial entregariam parte de seu tempo à atividade profissional. O ideal seria que desenvolvessem atividades diversificadas. Uma terceira modalidade que o professor poderia seguir, consistiria na livre-docência, em que se responsabilizaria por trazer os problemas reais da profissão para a escola (GFAU, 1958).

Ao fim de 1958, os alunos da FAUUSP organizaram o evento chamado “1º Encontro de Estudantes e Arquitetos” em São Paulo que contou com a presença de professores e estudantes de arquitetura do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e São Paulo “para o estudo e debate dos problemas relacionados com a formação e a profissão do arquiteto”. Nesse evento, foi apresentado aos alunos e professores o projeto de lei organizado pelo IAB/SP, como novo regulamento da profissão (Revista Bem Estar nº 03, 1958). Ainda assim, dentro de um ambiente em

conflito, a FAUUSP comemorou seu décimo aniversário em uma conferência proferida pelo seu diretor – Pedro Bento José Gravina.

Além dos conceitos defendidos pelos alunos da FAUUSP e do GFAU, através do texto exposto, sua união com alunos e arquitetos de outras escolas do país – do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco – culminou no evento organizado pelo BNEAU – Bureau Nacional de Estudante de Arquitetura, chamado 1º Encontro de Estudantes e Arquitetos. Nas resoluções desse encontro, os alunos e arquitetos destacaram o papel que a arquitetura estava começando a ocupar no panorama nacional – e que, graças a essa mudança de reconhecimento, era possível que o arquiteto buscasse o reconhecimento definitivo de sua profissão. Mas, a dependência do regulamento, promulgado com a Lei nº 23.569/33, não permitia que o arquiteto desempenhasse seu papel por completo (REVISTA BEM ESTAR nº 03, 1958).

O evento apoiava a imediata aprovação da proposta feita pelo IAB da nova regulamentação profissional e propunha a promoção por ele de um evento nacional - um “Encontro de Professores, Alunos e Arquitetos para estudo de uma nova organização do curso de arquitetura no país”. Destacou-se a resolução sobre o curso de urbanismo:

“Indicar à direção do ensino de arquitetura no país à necessidade de adequar a noção de planejamento aos termos consubstanciados no projeto do IAB de alteração da legislação profissional do arquiteto, abandonando-se de uma vez a noção de urbanismo, tal como está formulada pelos cursos regularmente existentes” (REVISTA BEM ESTAR nº 03, 1958).

Era desejo dos alunos e dos arquitetos que o “Urbanismo” fosse função exclusiva dos arquitetos e que seu desenvolvimento estivesse integrado à arquitetura. Mais do que isso, os arquitetos colocavam sua formação como pré-requisito para a de urbanista.

Outro aspecto relevante das resoluções são as opções apresentadas como estratégias do ensino. Seriam elas a “convocação de profissionais capacitados pelo exercício de arquitetura do país; os cursos extraordinários; os estudos de situações típicas ou especiais”. Deveriam ser promovidos seminários, exposições e a publicação de pesquisas. Todos os intentos tinham como objetivo complementar o ensino com casos mais atuais (REVISTA BEM ESTAR nº 03, 1958).

Os alunos estavam organizados e engajados, apoiando as iniciativas do IAB/SP com relação ao futuro de sua profissão. Além disso, estavam conscientes de que precisavam imprimir, dentro das escolas, as mudanças que buscavam, de modo a ter reflexos fora delas.

5.4. Os Professores

Os professores tiveram, em sua organização dentro da FAUUSP, diversos obstáculos para a aprovação das mudanças por eles desejadas no ensino da Faculdade. Deve-se destacar que grande parte dessas mudanças, como a centralidade do ensino do atelier de projetos, a atuação de professores arquitetos e a introdução de disciplinas humanísticas, tinha como objetivo a formação de novos profissionais. Esses ideais já estavam presentes na prática de cada um deles, em sua atividade, e eram concebidos dentro do IAB/SP.

Nota-se que um número considerável de professores e diretores da FAUUSP foram membros da diretoria do Instituto: Luís de Anhaia Mello, Carlos Alberto Gomes Cardim, Luís Saia, Ícaro de Castro Mello, Victor Reiff, Ariosto Mila, João Batista Vilanova Artigas, Oswaldo Correia Gonçalves, Aldo Ferreira, Eduardo Kneese de Mello, Hélio de Queiroz Duarte, Luís Cintra do Prado, Rino Levi, Eduardo Corona, Pedro Bento José Gravina e Carlos Millan. Por essa razão, entende-se que as ações dos professores estiveram diretamente alinhadas aos ideais do IAB/SP.

5.4.1. Aos Formandos da FAUUSP – discurso de Vilanova Artigas (1955) e Mario Wagner da Cunha (1956)

Ao final de 1955, Vilanova Artigas foi convidado para ser paraninfo da turma da FAUUSP. Seu discurso aos formandos teve uma reflexão sobre o ensino, o destaque às evoluções da arquitetura nacional, mas também citou os pontos negativos do exercício da profissão.

Quanto ao ensino, lembrou aos ex-alunos o esforço praticado em conjunto com os professores para sua melhoria. Afinal, os que se formaram, nesse ano, participaram efetivamente dos debates para reconhecer aquilo que era rotineiro e o que trazia atraso ao ensino, além de destacar que ele buscava se desfazer das amarras do passado. Vilanova Artigas também ressaltou que “buscávamos novos rumos na arquitetura e tentávamos, ao mesmo tempo, novos caminhos para o nosso trabalho profissional” (ARTIGAS, 1955).

Sobre a evolução da arquitetura nacional, comentou os avanços na adaptação do estilo moderno no território brasileiro, afirmando que ela refletia o “espírito nacional” em edifícios, como o Ministério da Educação e Saúde e a sede da Associação Brasileira de Imprensa. Porém, dois aspectos negativos travavam uma evolução ainda maior de nossa arquitetura: a incipiente indústria nacional e a desigualdade social. Na indústria, Vilanova Artigas elogiou a evolução do manejo do concreto armado e não deixou de lembrar o importante papel do engenheiro para o desenvolvimento de novas

técnicas e aplicações desse material, mas atestou que ela “não se desenvolve no ritmo necessário a fim de transformar-se no instrumento que precisamos para abandonar definitivamente os restos coloniais que emperram nosso desenvolvimento técnico” (ARTIGAS, 1955).

A condição social do país também não havia evoluído a contento:

“Verificamos ainda que a população brasileira, mergulhada no analfabetismo e sem assistência médica e hospitalar, está a exigir um grande número de edifícios destinados a escolas, hospitais e sanatórios” (ARTIGAS, 1955, p.61).

Vilanova Artigas defendeu o papel do arquiteto como primordial para a mudança da realidade social do país. Podemos apontar duas razões pelas quais acreditava no papel social do arquiteto: uma delas, presente no texto, defendia que uma sociedade mais igualitária, com condições econômicas favoráveis, era o perfeito cenário para o trabalho de um arquiteto. Em segundo lugar, pelo seu posicionamento político.

Por fim, convocou os recém-formados a “encontrar o caminho que nos afaste das posições teimosamente acadêmicas que temos assumido”, a não manterem “o seu horizonte restrito aos limites da prancheta”. Ou seja, fazia-se necessária muita luta para alcançar o status desejado pelo arquiteto como ator principal de uma sociedade em crescimento e, em seu caso, ator de uma mudança política.

Em 1956, o professor Mario Wagner Vieira da Cunha foi convidado a proferir o discurso como paraninfo da turma que havia concluído o curso de arquitetura. Cunha lembrou qual fora a finalidade da luta travada por ele e seus demais colegas professores:

“...tentativa no sentido de retirar a formação do arquiteto dessa discussão entre orientação artística e a orientação técnica e o encaminhamento para uma integração dos dois sistemas de ensino de arquitetura, a exemplo do que vinha ocorrendo em quase todos países da América” (CUNHA, 1956, p.2)

Contudo, seu discurso não visava relembrar à proporção do ensino de arquitetura quanto aos conteúdos artísticos ou técnicos. Ele versava sobre a necessidade do ensino da arquitetura estar relacionada à sociedade. Reconheceu, em sua fala, a possibilidade de tempos incertos e até de certos retrocessos no ensino da FAUUSP. Porém, lembrou que a união que os professores-arquitetos possuíam, havia sido firmada em bases sólidas que jamais deixariam a escola.

Em seguida, seu discurso passou a analisar as condições nas quais a sociedade, naquele tempo, encontrava-se através de alguns teóricos. Sobre o início do século XIX, destacou os pensamentos de Frank Lloyd Wright em que a arquitetura resultava do esforço criativo do arquiteto, em sua época, em

combinar elementos conhecidos de material, propósitos do edifício e funções. Por sua vez, a arquitetura, como combinação desses fatores, seria sempre nova e moderna a seu tempo.

Cunha apontou que esse cenário romântico e esperançoso de Wright mudou a partir da 1ª Guerra Mundial. A sociedade que estava à frente do desenvolvimento industrial, viu-se mais uma vez sem controle do futuro. Essa incerteza trouxe novas possibilidades: a standardização – o chamado Estilo Internacional – e a defesa do nacionalismo e do individualismo em alguns países.

Ao finalizar sua reflexão, lembrou aos alunos que o arquiteto deveria participar de todas essas mudanças e estar atento a elas, para que não se prendesse a uma realidade do passado que não lhe permitisse exercer seu trabalho de forma criativa e prazerosa:

“É o homem, o arquiteto que não pode ser o mesmo através dos anos. Ele tem que ser um homem dos seus dias. A sua participação do mundo tem que ser nova para que nova seja a sua criação” (CUNHA, 1956, p.16).

Cunha ainda exortava os recém-formados arquitetos a buscar, na sociedade, o conhecimento de seus modos e preferências, pois, somente assim, poderiam participar da evolução da sociedade, integrar-se a ela e poder servi-la. Sem dúvida, esse discurso foi feito para um grupo de alunos recém-formados que havia participado do processo de mudança e implantação da Lei nº 3.233/55.

É possível, então, colocar que para esses jovens arquitetos, educados em uma faculdade que havia se iniciado poucos anos antes e se encontrava em busca de uma forma adequada de ensinar arquitetura, a função social do arquiteto deveria ser seu ponto de partida para o exercício profissional. Esse caráter havia sido reforçado, tanto no discurso de Artigas (1955), quanto no de Maria Wagner Vieira da Cunha (1956).

5.4.2. Mudanças no programa das disciplinas

Em 1956, a Revista Habitat publicou, como destaque, o programa de duas disciplinas – a de *Composição Decorativa*, ministrada por Lina Bo Bardi e a *Composições de Arquitetura – Grandes Composições II*, ministrada por Rino Levi. A reportagem relatava que algumas novas experiências estavam sendo implantadas, apesar da direção da escola. Naquele período, o diretor da FAUUSP era Lysandro Pereira da Silva, a que parecia “inteiramente errado que um especialista em hidráulica, inteiramente divorciado do problema da arquitetura e do urbanismo”.

Comentou-se que o ensino, aplicado por Lina Bo Bardi na cadeira de *Composição Decorativa*, estava em sintonia com o pensamento de Gropius, pois considerava a produção arquitetônica “sem barreiras entre a estruturação e as artes decorativas” (Revista Habitat nº20, 1956). Segundo a Revista Habitat:

“Entre o estudo do edifício como tal, o estudo de uma cadeira, de uma mesa, não há como estabelecer-se uma diferenciação: é a mesma coisa, porque a composição parte da mesma base teórica. Sabemos todos como acontecem as coisas hoje: o arquiteto faz o projeto e constrói ou fiscaliza a sua execução, tudo não passando da maneira por assim dizer “externa” de participar da Construção. Deixa, então, depois, que venha um decorador, que nada teve com o seu trabalho conceutivo, para produzir os móveis, cuidar dos pormenores de arranjo, da colocação e até mesmo da iluminação e equipamentos que “ornam” a casa... Continuamos a ter nessa maneira de solucionar as coisas, uma inadequada forma de “produzir arquitetura”, sem nenhuma consciência da unidade da composição, que parte do desenho inicial e vai até o pormenor final das disposições da habitação ou do local de trabalho. Se o arquiteto, como ocorre no exemplo que estamos citando, faz apenas “arquitetura externa”, ele está continuando com a mesma trilha dos “fachadistas” das escolas de belas artes, esta admitindo a “falsificação”, o truncamento de sua arquitetura, com o revestimento de fatores decorativistas, que nada tem a ver com autenticidade da criação pela qual é responsável... Vê-se, portanto, que uma cadeira considerada de simples “Composição Decorativa”, interfere, invade o campo qualitativamente “moral” da produção da arquitetura” (REVISTA HABITAT N° 20, 1956).

A matéria colocava então outra função a cargo dos arquitetos – a arquitetura de interiores – que não deveria ser desprezada, mas sim valorizada, principalmente, partindo do pressuposto da unidade do ensino sugerida por Gropius e adotada por Lina Bo Bardi.

Na edição seguinte da revista (Revista Habitat n°21, 1956), foi destacada a cadeira *Composições de Arquitetura – Grandes Composições II*, ministrada, no ano anterior, por Rino Levi e Roberto Cerqueira César, em que foram feitos exercícios que “tiveram repercussão fora da FAUUSP – ensaios ao vivo, nos temas de estacionamento de veículos no centro da cidade e no centro da Penha”. Sobre Rino Levi, o editor da Revista Habitat não poupou elogios:

“O arquiteto Rino Levi é um dos iniciadores da renovação arquitetônica no país – sua idoneidade é reconhecida, seus esforços para uma boa adequação profissional, para a concepção racional, e, enfim, para uma compreensão urbanística ligada à arquitetura (...) Rino Levi julga, efetivamente, que não se pode mais cuidar da composição arquitetônica isolada. A complexidade da organização do espaço nas grandes composições de maneira alguma eliminará o espaço maior em que se situa e as suas condicionantes urbanísticas” (REVISTA HABITAT N° 21, 1956).

Nesse sentido, Rino Levi determinou, como exercício de sua disciplina, o estudo do edifício como elemento de um conjunto. Eram propostos, como possíveis temas desse exercício, unidades de vizinhança, centros de bairro, centros comerciais, conjuntos industriais com centros residenciais operários, conjuntos hospitalares, conjuntos esportivos ou problemas de saúde, ensino, abastecimento, estacionamento em uma comunidade.

Com essas duas matérias pode-se observar que a discussão sobre o ensino de arquitetura e urbanismo na FAUUSP abrangeu problemas diversos, desde a arquitetura de interiores às relações

entre arquitetura e urbanismo. A seleção desses exercícios, nas disciplinas, buscavam o aperfeiçoamento da formação, com uma maior liberdade de ser alterada pela própria faculdade. Além disso, essas pequenas mudanças indicavam a atuação isolada de alguns dos agentes no ensino da FAUUSP, em busca da formação dos alunos alinhada à realidade prática.

5.4.3. A proposta de uma nova reforma (1957)

O ano de 1957 se iniciou com reflexos das discussões apontadas no “Seminário de Ensino”. Em matéria da Revista Habitat do mês de janeiro, foi publicada a movimentação que “desde fins do ano passado” procurava meios para uma reforma no ensino da FAUUSP:

“Entrementes, um dos professores da FAU nos chamava atenção para o problema da direção da FAU, que escapa, em seus aspectos mais importantes, ao atual diretor, o professor Pedro Gravina, catedrático de Grandes Estruturas, cuja competência em quanto se refira ao concreto é por todos reconhecida, mas ao qual escapa o problema do arquiteto, e da formação do arquiteto. Decorria essa falta de compreensão do fato de que o professor Pedro Gravina continua a ser um engenheiro na direção da Arquitetura, desvantagem que a escola tem conhecido desde o início. Se a especialidade do professor Gravina é correlata à arquitetura em grande, há uma falta de compreensão mais profunda e mais extensa do problema que o ensino de arquitetura abrange. Nessas condições é ainda e sempre a restrição do engenheiro, como acontecia na Politécnica, que prejudica o diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Um espírito de cooperação precisa sanar esta falha: os arquitetos da Faculdade carecem de dar essa cooperação e o diretor de recebe-la. A começar pelos concursos, até agora foi aberto um único, que se destina a arquitetos. Todos os demais, que interessam a engenheiros, foram promovidos. Naturalmente, não são coisas que os professores da arquitetura possam dizer ao diretor. Incumbe-nos provocar essas soluções em que uma eficiente cooperação poderá se produzir. Fazemo-lo aqui em benefício do ensino da arquitetura, com a sinceridade de propósitos mais clara e construtiva. É só falando com franqueza e lealdade que pode chegar a uma compreensão eficiente, mútua, capaz de construir para o presente e para o futuro” (REVISTA HABITAT n° 38, 1957).

Desde 1955, a FAUUSP possuía um regulamento que não a eximiu de ter os mesmos professores que lecionavam desde a fundação da Faculdade. Além disso, após a direção de Luiz de Anhaia Mello que colaborou com a fundação da escola, todos os demais diretores foram engenheiros – mais uma causa do protesto.

A oposição entre os arquitetos e os engenheiros na FAUUSP já ocorria há alguns anos e não era novidade a vontade de uma escola composta por professores e diretores arquitetos. Os conflitos gerados, entre os professores que faziam parte do quadro da Escola Politécnica e os arquitetos, foram lembrados em depoimento já citado do filho de Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia Mello, José Luiz de Anhaia Mello, a Maria Cecília Loschiavo dos Santos. Ele esclareceu que a Faculdade havia se dividido em dois grupos: o de professores vindos da Escola Politécnica, conservadores e contra a

reforma e de professores das disciplinas relacionadas à Arquitetura e ao Urbanismo, favoráveis às mudanças do ensino.

Em 1957, alguns professores arquitetos formaram uma comissão para propor uma reestruturação do curso de arquitetura e urbanismo. Fizeram parte dessa comissão⁶⁰: João Baptista Vilanova Artigas, Rino Levi, Hélio Duarte e Abelardo de Souza.

Segundo depoimento de Carlos Millan, citado na Revista Caramelo nº 6, até esse momento, a comissão organizada pelos professores propunha uma solução paliativa, imediata, em virtude da dificuldade de obter-se uma aprovação para uma reforma mais radical, alterando apenas a seriação das cadeiras do currículo oficial.

Nessa decisão, havia um aumento das cadeiras de matérias de “ordem cultural” e uma diminuição das cadeiras de “ordem técnica”. Por sua vez, a centralidade do curso seria no trabalho do atelier. Essa nova seriação (**Tabela 14**), proposta pela comissão formada por Rino Levi, João Baptista Vilanova Artigas, Abelardo de Souza e Hélio de Queiroz Duarte, propunha a concentração das “cadeiras técnicas” nos primeiros anos “de modo a dar ao aluno, já no início do terceiro ano, a base técnica necessária para enfrentar os trabalhos de projeto do curso” (MILLAN, 1962). Deve-se notar que essa organização havia sido proposta no Plano de Ensino de Walter Gropius, publicado pelo IAB/SP em 1954, inclusive quanto à inserção de disciplinas de História a partir do terceiro ano.

Com relação à seriação da Lei nº 3.233/55, seriam introduzidas as disciplinas de “Construção I, II e III”, do primeiro ao terceiro ano. As de “Composição” tiveram seu nome alterado para “Atelier” e estavam presentes desde o primeiro ano do curso. Outra diferença foi a introdução da disciplina de “Urbanismo” já no quarto ano do curso e a de “Sociologia Econômica e Política” no último ano, buscando uma aproximação com o estudo da sociedade.

A comissão de professores editou um documento chamado “Sugestões em Estudo” sobre o novo currículo proposto no qual propunha que ele equilibrasse, por fim, a formação do arquiteto, os conceitos necessários para que fossem reconhecidos como profissionais distintos dos engenheiros. Para tal, era necessária a inclusão de disciplinas históricas e filosóficas.

⁶⁰ Não há registro de quem nomeou esta comissão.

Tabela 14: Organização do currículo proposto no Projeto de Reforma da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo no ano de 1957.

Ano	Disciplina
1º Ano	Cálculo Diferencial e Integral – Geometria Analítica – Nomografia
	Geometria Descritiva e Aplicações
	Física Geral e Aplicada
	Construção. Materiais de Construção I
	Topografia. Elementos de Astronomia e Posição
	Atelier
2º Ano	Mecânica
	Física Geral e Aplicada
	Construção. Materiais de Construção II
	Teoria da Arquitetura
	Atelier
3º Ano	Resistência dos Materiais e Estabilidade das Construções
	Hidráulica. Hidráulica Urbana e Saneamento.
	Construção. Materiais de Construção III
	História da Arquitetura
	Atelier
4º Ano	Estruturas Correntes de Madeira, Metálicas e de Concreto Simples e Armado
	Grandes Estruturas
	Urbanismo
	Arquitetura no Brasil
	Atelier
5º Ano	Urbanismo
	Sociologia, Economia e Política
	Estudo de Organização Administrativa, Legislação e Contabilidade
	História da Arte
	Atelier

Fonte: www.dearquitecturas.com. Acessado em 04/03/2013.

O texto organizado pela comissão tinha claras as intenções de ensino através do atelier de projetos, dando-lhe destaque e fazendo convergir a ele todas as disciplinas. O centro do atelier era a disciplina de Composição que, por sua vez, tratava do exercício de projeto. Ao declarar que essa “orientação” deveria estar em conformidade com a importância que a “composição” tinha na atuação profissional, a comissão de ensino declarava que o caminho a ser seguido pelo ensino era da prática e exercício do projeto ao qual se associariam no atelier, as outras disciplinas. Além disso, a comissão reforçava,

através do documento⁶¹, a atuação do arquiteto, voltada para o atendimento das necessidades da sociedade. Artigas propôs, em relação à integração do ensino de disciplinas, técnicas imprescindíveis para a eficiência do atelier através de exercícios práticos à realidade do arquiteto.

O intuito de agregar conhecimentos aplicáveis à arquitetura em cada uma das disciplinas técnicas, a ver dos professores, dar-se-ia através do atelier. Não seria possível dotar os arquitetos do conhecimento aplicado das ciências sem exemplos reais. Por essa razão, os professores da FAUUSP eram insistentes em formar um corpo docente de arquitetos – em sua totalidade – para que se conhecessem as técnicas e as ciências através do projeto.

5.5. As novas ações do IAB/SP

Após a tentativa de reforma no ensino de 1957, a intenção de contratar novos professores arquitetos e substituir o diretor em exercício, a FAUUSP voltou a ser pauta nas discussões das Assembleias do IAB/SP com um assunto trazido pelo Arquiteto Luiz Roberto de Carvalho Franco – “o caso de irregularidades e incidentes que estão ocorrendo entre os alunos e professores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo”. Contudo, os fatos que eram considerados como irregularidades e incidentes não foram relatados. O arquiteto Ícaro de Castro Mello se prontificou a entrar em contato com o diretor da Faculdade, na época Pedro Bento José Gravina, para esclarecer a situação (IAB, Ata nº111, 1958).

Na reunião seguinte, foi documentado em ata que o Arquiteto Ícaro de Castro Mello “relatou a conversação que teve com o diretor da FAUUSP” e que o assunto foi discutido. Todavia, mais uma vez, não foi reproduzida a discussão em detalhes (IAB, Ata nº 112, 1958).

O assunto voltou à pauta de discussão do Instituto algumas reuniões depois. Da mesma forma, não foi relatado todo o conteúdo da assembleia que contou com a participação dos alunos da FAUUSP. O arquiteto Artigas propôs a realização de mais uma reunião entre IAB/SP e alunos da FAUUSP, com o objetivo de estabelecer critérios (não está especificado na ata do quê, mas, provavelmente, tratavam-se de critérios para contratação de professores) que seriam apresentados ao Conselho Diretor e ao GFAU (IAB, Ata nº 115, 1958).

Na assembleia posterior, manifestaram-se sobre os encontros entre alunos e professores da FAUUSP com representantes do IAB/SP, os arquitetos Vilanova Artigas e Ícaro de Castro Mello. Ambos

⁶¹ (Fonte: <http://www.dearquitetas.com.br>).

falaram da relevância dos encontros que já apresentavam resultados. Mais reuniões deveriam ser feitas para esgotar as discussões e chegar a uma conclusão sobre o assunto (IAB, Ata nº 116, 1958).

Em agosto de 1958, o arquiteto Ícaro de Castro Mello “fez uma exposição dos motivos do interesse do IAB/SP pela FAUUSP”, o que supõe-se, eram discutidos durante os encontros entre alunos e professores da escola com o IAB/SP:

“1º) Atitude do Instituto em face da atividade profissional; 2º) Necessidade de maior número de arquitetos; 3º) Desejo que a formação dos mesmos esteja à altura do prestígio e da evolução da nossa arquitetura; 4º) União de todos os profissionais para a defesa dos interesses da classe que são enormes e prometem grandes vitórias; 5º) O IAB se sente forte nacionalmente e em condições de enfrentar todas as questões de nosso interesse” (IAB, Ata nº 117, 1958, p.368).

Em um segundo momento, Mello apresentou os motivos da convocação das reuniões entre os alunos e professores da FAUUSP com a diretoria do IAB:

“1º) Temos recebido queixas por parte de colegas nossos, profissionais que militam na Faculdade. São, a nosso ver, profissionais que merecem especial respeito. Para eles, desejávamos que a Universidade proporcionasse um clima de respeito de acordo com a nobreza da nossa profissão; 2º) Por outro lado, os estudantes, nossos futuros colegas, também nos tem procurado com queixas específicas; 3º) Por acharmos que os problemas surgidos na FAU afetam a classe na sua unidade e por isso podem e devem ser tratados com a maior franqueza dentro da nossa casa ” (IAB, Ata nº 117, 1958, pp.368-369).

Por fim, narrou as atitudes que a diretoria do IAB/SP havia tomado diante das dificuldades enfrentadas na FAUUSP:

“Até o momento, foram dados por nós os seguintes passos: 1º) Procuramos a direção da FAU para comunicar à mesma que o IAB, preocupado com todos estes problemas que afligem os estudantes, os professores e os arquitetos, estará daqui por diante atento, dando a sua colaboração em tudo que estiver a seu alcance, da mesma forma que se reserva ao direito de criticar e combater aquilo que seja contrário aos seus interesses; 2º) Já consultamos os estudantes sobre a possibilidade de juntos, encontrarmos agora para a frente soluções que atendam os interesses dos mesmos e os que o IAB considerar indispensáveis para o progresso do ensino da Arquitetura. Achamos que já é um passo a frente” (IAB, Ata nº 117, 1958, p.369).

O momento requeria cuidados e o posicionamento dos professores para que o IAB/SP pudesse saber “quais as medidas e em que direção a colaboração do IAB/SP devia ser orientada para criar para os professores o clima de segurança e da unidade de pontos de vista”, necessárias para a atuação dos mesmos (IAB, Ata nº 117, 1958). O IAB/SP, segundo Mello, acreditava nas forças políticas que tinha para mudar a realidade, exigindo o que fosse necessário das autoridades nacionais.

Ao fim de sua fala, Jean Maitrejean indagou se era justo ou não que os alunos julgassem os professores, indicando que as discussões seguiam sobre o ensino ministrado por engenheiros. Ao

responder à indagação de Maitrejean, Mello apontou que o objetivo não era responder a questão feita por ele e, sim, a busca pela união entre os arquitetos e professores “conseguindo, mediante trabalho conjunto, melhorias para aquela situação” (IAB, Ata nº 117, 1958).

Maitrejean concordou com ele, mas reforçou que deveria ser discutida a relação entre alunos e professores, assim como ser acatada a sugestão dos estudantes: “que os assistentes sejam escolhidos entre os ex-alunos da Faculdade por acharem estes mais próximos dos problemas que afligem a escola”. Por sua vez, Roberto de Cerqueira César discordou da escolha dos assistentes apenas entre os ex-alunos (IAB, Ata nº 117,1958).

Outro fato desvantajoso à FAUUSP, apontado por Carvalho Franco, foi a falta de um arquiteto no cargo de diretor. Na sequência da reunião, foi exposto por Jean Maitrejean o caso do Vilanova Artigas:

“... conhecedores da situação desse arquiteto [Artigas] na escola os arquitetos Roberto Cerqueira César e Icaro de Castro Mello deveriam, na sua opinião, ter recusado suas indicações para a cadeira de Composições do 4º ano. Cerqueira César e Castro Mello objetam que na ocasião nada sabiam da sua indicação” (IAB, Ata nº 117,1958, p.371).

Por esse relato, podemos ver que o próprio Artigas, que havia levado o problema do conflito entre professores e alunos da Faculdade, era a principal vítima, ou se fazia como tal. Podemos inferir que ele se via como capacitado a exercer as atividades de professor de Composições para o 4º ano, enquanto a Faculdade preferia que isso fosse decidido em um concurso.

A discussão seguiu com o comentário de Rino Levi, queixando-se da parcialidade do comentário de Maitrejean, provavelmente favorável a Vilanova Artigas, em virtude da proximidade de ambos. O próprio Vilanova Artigas apoiou o comentário de Levi e voltou a falar sobre os problemas do ensino e achou que seria necessária a realização de uma troca de experiências entre os professores e apoiava a sugestão de Maitrejean para a contratação de novos professores no grupo de arquitetos recém-formados na FAUUSP (IAB, Ata nº 117, 1958). Prosseguiu:

“Quanto aos jovens tem a certeza de que são bem intencionados. Seria necessário, porém, que alguns traduzissem seus ideais em termos práticos. Os estudantes não poderão tomar todas as decisões, chegando até o ponto de escolher professores. Isso é responsabilidade dos arquitetos e assunto que só pode ser discutido no IAB, uma vez que na Faculdade isso não seria possível” (IAB, Ata nº 117, 1958, p.372).

Essa constatação de que os assuntos referentes à Faculdade só poderiam ser discutidos no IAB/SP, reafirma o poder de influência do Instituto sobre a FAUUSP e a incapacidade da mesma em exercer mudanças em seu sistema de ensino sem essa cooperação, alinhados ambos aos ideais modernistas.

Na sequência da declaração de Vilanova Artigas, que se opôs à presença de Hélio Duarte no recinto – possivelmente por sua relação profissional com Ernest Marge – o arquiteto Jacob Ruchti questionou até que ponto o IAB/SP tinha a autoridade para “se impor na solução dos problemas da Faculdade”. Rino Levi respondeu que o IAB/SP teria um grande poder se houvesse unidade entre os arquitetos (IAB, Ata nº 117, 1958).

Assim como Levi, Ícaro de Castro Mello acreditava no poder de influência do IAB/SP, exemplificando as conquistas obtidas na luta pela regulamentação da profissão. Além disso, relatou que “crê que os resultados que porventura sejam conseguidos em São Paulo teriam reflexo em todo país através do IAB/SP” (IAB, Ata nº 117, 1958).

Eduardo Corona mencionou a experiência bem sucedida no ensino de arquitetura do Rio de Janeiro onde contrataram três assistentes para cada cadeira, de forma que aumentou o número de arquitetos lecionando na Faculdade. Vilanova Artigas voltou a se pronunciar e lembrou que, ainda na Escola Politécnica, já se haviam conquistado mudanças desse tipo. Corona, por sua vez, citou que, naquele caso da Escola Politécnica da USP, havia o apoio do diretor (IAB, Ata nº 117, 1958). Quanto à direção da Faculdade, Jacob Ruchti, Artigas e Ícaro de Castro Mello concordaram que esse cargo deveria ser ocupado por um arquiteto.

Por fim, ficou decidido que o IAB/SP formaria uma comissão, sem professores da FAUUSP, para que não fossem comprometidos em seus cargos, que deliberasse sobre os assuntos de ensino na escola. A proposta final de Rino Levi foi: os professores da FAUUSP entregariam um estudo dos problemas que seriam analisados pela comissão do IAB/SP que, por sua vez, deveria dar um parecer, uma sugestão para a solução do problema. Essa proposta iniciaria uma nova fase “na relação entre arquitetos, principalmente no que se refere à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo” (IAB, Ata nº 117, 1958).

Apenas na reunião seguinte, ficou estabelecida a comissão que deliberaria sobre os problemas de ensino na FAUUSP, composta por: Ícaro de Castro Mello, Lauro da Costa Lima, José Augusto Bellucci e Ruy Gama (IAB, Ata nº 118, 1958). Em novembro de 1958, foi relatada, em reunião da Assembleia, a minuta da comissão, encarregada pelos assuntos da FAUUSP (IAB, Ata nº 123, 1958). Mais uma vez, não foi transcrito, em ata, o conteúdo da minuta, mas com isso temos a confirmação de que a resolução da comissão, na forma como atuou, rendeu frutos.

Ainda no mês de novembro, em outra reunião da assembleia, o arquiteto Ícaro de Castro Mello leu um artigo publicado no jornal “O Estado de São Paulo” que criticava a FAUUSP. Perante isso, o arquiteto Luiz Roberto de Carvalho Franco propôs que fosse entregue por uma comissão de arquitetos aos diretores do jornal, um ofício, protestando contra o artigo, e que tinha, como objetivo, informar a “seriedade” do trabalho do IAB/SP, junto à FAUUSP e que estava sendo feito com esforço (IAB, Ata nº 124, 1958). Nesse caso, mais que um aliado, o IAB/SP tomou a frente para proteger e defender a Faculdade. De certa forma, pela união dessas duas Instituições, a crítica recebida por uma delas, recaía na outra, ou seja, ao defender a FAUUSP, o IAB/SP estava defendendo a si mesmo e a categoria profissional do arquiteto.

As irregularidades e incidentes, tratados nas Assembleias do IAB/SP, seguiam as queixas dos anos anteriores – a FAUUSP havia conquistado um regulamento, mas seguia sem autonomia. Os alunos, através do GFAU, passaram a atuar junto ao Instituto, aliando forças para que o ensino, na Faculdade, passasse por transformações moldadas à necessidade do arquiteto contemporâneo – definido pelo próprio IAB/SP, como autor de projetos, planejador e não mais um mero conhecedor das artes e da técnica de construir, um humanista, a favor da transformação da sociedade.

5.5.1. A comemoração dos 10 anos da FAUUSP

A conferência proferida pelo diretor da FAUUSP – Pedro Bento José Gravina – em comemoração ao décimo aniversário da Faculdade, ocorreu no “Dia Mundial do Urbanismo”. Nas palavras do diretor, ela “soube vencer, na luta pelo seu direito à existência, no esforço pela sua afirmação, tropeços os mais diversos que surgiram em seu caminho” (REVISTA BEM ESTAR, nº 3, 1958).

Pedro Bento José Gravina lembrou a atuação de Luiz de Anhaia Mello, que atuou como um “elo entre a antiga e a nova escola”. Lembrou também do papel desempenhado pela congregação, que aceitou a criação de um instituto independente para o ensino de arquitetura. O diretor lembrou também dos condes Silvio e Armando Alvares Penteado, pela doação da Vila Penteado para abrigar a nova escola. Sobre o ensino, apontou:

“Muito caminho foi percorrido, muita evolução sofreu a estrutura da nossa faculdade. De um ensino nos moldes tradicionais caracterizado pela independência quase total das diversas disciplinas de caráter arquitetônico, técnico e artístico, estamos passando para um ensino de conjunto, que chamaríamos de integral, no que se ministram, num justo equilíbrio, os conhecimentos necessários ao futuro arquiteto. Complexa é a cultura desta profissional, cujas atribuições, extremamente amplas, necessita de uma formação que se enquadra entre as do engenheiro, do artista e do sociólogo. Lentamente foram surgindo ao lado das Cadeiras os centros de atividades complementares ao ensino ministrado na Faculdade, primeiro dos quais o seu Centro de Pesquisas e Estudos Urbanísticos, que vem prestando relevantes serviços,

quer ao Instituto, com assistência às Cadeiras de Composição, quer ao meio, através da colaboração dada aos municípios do Estado de São Paulo em seus problemas de organização territorial (REVISTA BEM ESTAR nº 03, 1958).

Além das conquistas anteriores ao décimo aniversário, Pedro Bento José Gravina comemorou que a Faculdade estava em “franco progresso, atualizando o curriculum e os métodos de ensino, ampliando as suas atividades de estudo e de pesquisa” (REVISTA BEM ESTAR, nº 3, 1958). Haviam sido criados os centros de documentação e publicações e seria inaugurado o Centro de Desenho Industrial.

Quanto à contratação dos professores, o diretor lembrou que o pequeno número de catedráticos da escola impedia a constituição de uma congregação própria:

“O corpo de professores da Faculdade foi sendo sucessivamente selecionado nesta década, através de concursos de vários tipos. Atualmente contamos com 5 Catedráticos efetivos, esperando para o breve preenchimento do número mínimo necessário à instalação da Congregação, com o que o Instituto vai conseguir maior autonomia para a orientação de sua atividade didática e administrativa” (REVISTA BEM ESTAR nº 03, 1958).

Essa ausência foi a chave para compreender a luta constante, enfrentada pela FAUUSP com apoio do IAB/SP. Não bastava possuir um regulamento próprio, professores ou diretores arquitetos sem que a escola possuísse seu próprio órgão diretivo.

O diretor Pedro Bento José Gravina abordou também a insuficiência do espaço na Vila Penteadó (Imagem 06):

“Com o aumento das atividades da faculdade esta sede, que a acolheu desde a sua fundação, está se tornando, dia a dia, mais insuficiente para as necessidades da Instituição. Lutamos com grande dificuldade de espaço que nos prejudica a instalação de diversos setores de ensino e de pesquisas, que devem complementar a estrutura da Escola, setores estes cuja demora no funcionamento poderá determinar sérios prejuízos para o preparo cultural e profissional dos futuros arquitetos. Embora as dificuldades assinaladas urge instalar o Curso de Urbanismo, do qual o atual Centro de Pesquisas e Estudos Urbanísticos constitui o primeiro núcleo. Esperamos, portanto, que dentro em breve, com o desenvolvimento dos planos de construção da Cidade Universitária, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo possa ter uma sede adequada às suas necessidades” (REVISTA BEM ESTAR nº 03, 1958).

Sobre os processos de ensino, Pedro Bento José Gravina revelou a dedicação e o empenho entre alunos e professores para o seu aperfeiçoamento:

“A formação do arquiteto como elemento de elite, do qual o aspecto profissional é uma das facetas, está a merecer um sempre maior desvelo e carinho. Ela esta a exigir uma dedicação entusiástica, desprendida, integral, por parte de Professores e Alunos, que numa íntima colaboração, compreensão e respeito dos valores em causa, darão assim uma feição nova à formação do arquiteto. Esta formação deve ser total e longe de ser pura técnica de curriculum ou de programas, abrange num sopro vivificador o espírito e o cérebro, a alma e o coração (...) Temos certeza que, através da coordenação dos esforços de quantos integram

esta Faculdade, será possível formar o nosso arquiteto com características de nossa gente, ligado à nossa tradição, à nossa cultura, para servir o nosso meio” (REVISTA BEM ESTAR nº 03, 1958).

Ao finalizar seu discurso, o diretor da FAUUSP reconheceu o movimento organizado pelos alunos, professores e, como sabemos, com a participação do IAB/SP, como um movimento saudável. A busca pela transformação do ensino de arquitetura teria repercussões mais abrangentes, não apenas no ambiente da FAUUSP, mas em diversas escolas no país.

5.5.2. Pesquisa com os recém-formados arquitetos da FAUUSP

Com o décimo aniversário comemorado, a FAUUSP contabilizava sete turmas formadas entre os anos de 1952 e 1958. No início de 1959, três alunos – Júlio Yamazaki, Heládio Mancebo e Kazue Marobaiashi – organizaram um questionário e procuraram por ex-alunos, formados entre os anos de 1952 e 1956. O resultado dessa pesquisa foi publicado na Revista Bem Estar nº 04, pelo professor Mário Wagner Vieira da Cunha.

Segundo a reportagem, nesse período, a FAUUSP havia formado 124 arquitetos em cinco turmas, dos quais 86 responderam ao questionário. Alguns não o fizeram por não estarem atuando como arquitetos, “mostrando a natureza da evasão profissional entre os formandos pela FAU”. Colocou-se inclusive a necessidade de conversar com esses profissionais que se recusaram a responder por esse motivo. Nessa ocasião, o professor Mário Wagner Vieira da Cunha se restringiu a dizer que a evasão deve ter sido motivada pela falta de opção ou incapacidade de lutar de alguns formandos. Citou o exemplo dos alunos que precisaram trabalhar desde a graduação e acabaram mantendo vínculos com a antiga função. Como “profissão liberal,” a arquitetura buscava definir-se:

“Por profissão liberal não é fácil hoje dizer-se o que devemos entender. A história nos ensina, porém, como se formou a ideia de profissão liberal. A atividade assim exercida é profissional no sentido de que supõe uma formação – e, portanto, escolas, bem como constitui essa atividade o privilégio, legalmente garantido pelo Estado, dos indivíduos regularmente habilitados – e, assim, implica essa atividade na existência de uma



**Imagem 06: Atelier construído ao fundo da Vila Penteadó.
Fonte: Revista Bem Estar nº 03 - 1958**

regulamentação. O que, porém, levou a qualificar essa atividade de profissional como liberal é que o indivíduo que a exerce o fazia em caráter de independência, por conta própria, fora da condição de empregado” (CUNHA, 1959).

Todavia, o arquiteto dificilmente trabalhava sozinho. Muitas vezes, associava-se a outros colegas, contando com projetistas para auxiliá-lo. O resultado da pesquisa, feita com ex-alunos da FAUUSP, apontou que dos 86 arquitetos, 50 trabalhavam por conta própria e 21 tinham a “condição de arquiteto-empregado”. Outro dado obtido foi de que 31 arquitetos exerciam a profissão, associados a outro ou a outros colegas. Cunha apontou que esse dado poderia levar os arquitetos a uma nova reflexão, quanto à abertura de empresas, considerando-se não mais como arquitetos-indivíduos (CUNHA, 1959).

A respeito do arquiteto como funcionário público, foi reforçado o caráter de “bico” que esse cargo tinha, pois oferecia apenas quatro horas de trabalho diárias. Entretanto, era vetado o trabalho de um funcionário público no setor privado. Propunha-se que o setor público oferecesse um cargo de “dedicação plena”, para que o arquiteto não precisasse complementar seus trabalhos com um outro tipo de “bico”. Dos 86 arquitetos ouvidos, 31 atuavam como funcionários públicos (CUNHA, 1959).

A entrevista contabilizou o número de “serviços profissionais” realizados pelos ex-alunos e chegou ao seguinte resultado – 273 habitações privadas; 157 habitações para renda; 78 habitações coletivas; 87 edifícios comerciais; 38 edifícios industriais; 2 hospitais; 2 clubes; 14 igrejas; 7 escolas; 6 organizações esportivas; 4 organizações beneficentes e 5 loteamentos. Foram feitos 21 concursos públicos e 41 concursos particulares (CUNHA, 1959). Segundo o professor Mário Wagner Vieira da Cunha, faltavam as “artes menores” como decoração interna, o paisagismo e o desenho industrial. Outras atividades estavam ausentes “o urbanismo ainda não ocorre, como não aparecem as construções rurais e um grande número de edifícios públicos”. Quanto aos edifícios públicos, foi criticada a postura do Estado em não delegar aos jovens arquitetos os projetos de escolas e hospitais. Os arquitetos encontravam trabalho então, principalmente, no setor privado. De certa forma, isso impossibilitava-os de cumprir sua função social.

A leitura feita dos dados apontava que a maior parte dos projetos tinha cunho comercial., a começar pelas residências para renda, os edifícios comerciais e industriais. Por outro lado, foi dado destaque à participação em concursos, pois também não representavam uma grande parte de trabalho dos jovens arquitetos (CUNHA, 1959).

A pesquisa feita poderia ser aprofundada, ao buscar informações quanto à forma que os arquitetos atuavam – se apenas como projetistas ou ainda se exerciam alguma atividade de construção. Ao concluir, Cunha lembrou que o objetivo principal do questionário não era levantar dúvidas e sim, buscar respostas.

5.6. Ações Conjuntas

Ao final da década de 1950, houve uma aproximação entre alunos e professores na FAUUSP que resultou no Encontro de Estudantes e Arquitetos (1958), realizado na Faculdade. Uma das diretrizes definidas foi a criação de encontros anuais que reunissem as escolas de arquitetura no âmbito nacional. Dessa diretriz, originaram-se os três “Encontros de Diretores, Professores e Alunos das Escolas e Faculdade de Arquitetura”.

5.6.1. Os Encontros de Diretores, Professores e Estudantes de Arquitetura (1960, 1961 e 1962)

O I Encontro de Diretores, Professores e Alunos das Escolas e Faculdades de Arquitetura ocorreu em junho de 1960, na cidade de Belo Horizonte. Nesse evento, foram considerados pontos como a desatualização em sua formulação geral do ensino de arquitetura e a sua necessidade de adequação à realidade profissional. Recomendou-se:

- “1) Que sejam estabelecidas as cadeiras de Composição como eixo fundamental do curso, entendidas estas como planejamento do meio físico em seus diversos aspectos;
- 2) Que, para permitir à Composição sua efetiva e integral realização, desde o início do curso, seja, no setor das técnicas, feita uma programação das matérias condicionadas ao caráter conceitual e sintético que deve ter na formação do arquiteto e, nas culturais, uma suficiente informação no plano das ciências humanas;
- 3) Que se estabeleça com clareza, a distinção entre formação e pesquisa, entendida esta de forma a tender, através de Institutos ou Centros, às questões relacionadas a problemas específicos tais como transporte, educação, recreação, etc... embora compreendidos dentro da unidade do curso;
- 4) Que seja assegurada, pela criação de departamentos horizontalmente estruturais, a organização de programas que visem a unidade da formação do arquiteto, cabendo aos departamentos de tipo vertical os aspectos administrativos dos currículos, além de manter a continuidade do curso;
- 5) Que, apesar de não ser o vestibular o processo de seleção indicado, seja a sua estrutura revisada no sentido de referir-se não só à informação técnica e artística, como também à humanística, necessária ao desenvolvimento do curso; mantendo as faculdades cursos preparatórios à estrutura acima exposta;
- 6) Sendo o desenho industrial e a concepção de objetivos industrializáveis de grande interesse na formação do arquiteto, no que se refere aos projetos de equipamento, móveis e utensílios e à fabricação de elementos de construção, é da maior conveniência que seja ele integrado ao

ensino de arquitetura, completado pelo estudo mais amplo dos problemas de padronização, modulação, normalização e demais processos industriais” (FAUUSP, 1962).

Deve-se reconhecer que, nessas resoluções, estavam indicados alguns pontos concretizados com a Reforma de 1962, como a consolidação do ensino, centralizado no atelier de projetos para o qual todas as disciplinas deveriam convergir. Além disso, destacavam-se os apontamentos quanto à organização dos departamentos, a inclusão do desenho industrial e o princípio de pesquisa. Cada um desses aspectos já havia sido discutido nos congressos dos estudantes e arquitetos, assim como difundidos pelos Boletins do IAB/SP.

O II Encontro aconteceu em 1961, na cidade de Salvador, e foi organizado, segundo três grandes temas: *Região e Integração do Ensino, Vocação e Seleção e Formação, Investigação e Intercâmbio*. Participaram as Faculdades de Arquitetura de Minas Gerais, da Universidade do Brasil, do Mackenzie, da USP, do Rio Grande do Sul, da Bahia e do Recife (FAUB, 1961).

No primeiro tema, *Região e Integração do Ensino*, foi abordada, mais uma vez, a inadequação da legislação que regia o ensino de arquitetura em relação à formação do seu profissional. Uma referência foi feita ao caso da FAUUSP e às demais escolas, comentando que “encontram-se os centros de ensino de arquitetos do país numa salutar, mas até certo ponto inoperante, inquietação no sentido de obter o máximo aproveitamento, dentro das limitações legais em que se debatem” (FAUUSP, 1962). O principal motivo da discussão girava em torno da unidade da cultura nacional, ao mesmo tempo em que fossem respeitadas as particularidades regionais. Sendo assim, uma só legislação que não correspondesse a essas particularidades, seria sempre inadequada. Ficaram definidos, por essa comissão, os seguintes alertas:

- “- Sobre as intoleráveis deficiências dos Projetos de Diretrizes e Bases, no que concerne ao ensino de arquitetura e ao preparo do estudante para o acesso às faculdades e escolas;
- Sobre a necessidade de organizar o Ensino de Arquitetura mediante diretrizes nacionais definidoras de conteúdo e não apenas da forma do ensino, e fortalecedora da autonomia das universidades no atendimento das peculiaridades regionais;
- Sobre sua indeclinável obrigação de resolver, no mais breve prazo e em bases consentâneas com as necessidades do ensino contemporâneo, o problema acima referido” (FAUUSP, 1962).

Reforçava-se, através desses avisos, a necessidade de revisão do ensino de arquitetura como um todo – do acesso à faculdade, às questões administrativas que travavam as mudanças desejadas. Definiu-se que os currículos precisariam ser nacionais e incluir o conteúdo e a forma como deveriam ser ministrados.

O segundo tema, *Vocação e Seleção*, tratou da ineficiência do exame vestibular praticado pelas escolas, pois não permitia aferir a vocação dos aprovados para a profissão. Para que fossem aperfeiçoadas as seleções dos novos alunos, deveriam ser feitas cooperações com os Institutos de Orientação Vocacional para que:

“... a exemplo do que já fizeram a Escola de Arquitetura da Universidade de Minas Gerais e a Faculdade de Arquitetura da Universidade do Rio Grande do Sul, procurem ainda em caráter de emergência levar à prática experiências relacionadas com a recomendação do Encontro de Belo Horizonte, a respeito do vestibular, revisando sua estrutura “no sentido de referir-se, não só a informação técnica e artística como também a humanística, necessária ao desenvolvimento do curso; e mantenham, as faculdades, cursos reparatórios adequados à estrutura acima exposta” (FAUUSP, 1962).

O tema, *Formação, Investigação e Intercâmbio*, fazia novas críticas à legislação do ensino superior no Brasil, por ser centralizador e cercear iniciativas mais capazes de dar vida à instituição. Para que todos esses efeitos fossem evitados, eram indicadas as escolas de arquitetura que:

“Que se estabeleça a distribuição ordenada e coerente das cadeiras no curriculum, fazendo o ensino de cada uma delas convergir para a integração harmoniosa na unidade do curso que é a realização da obra de arquitetura. Que se procure uma orientação moderna, ágil, flexível, no tocante à frequência obrigatória, aferição dos conhecimentos e tempo dedicado às várias cadeiras, capaz de possibilitar o integral desenvolvimento do futuro arquiteto. Que cada escola mantenha uma comissão permanente, constituída do Diretor, de um Professor e de um Estudante, encarregada de promover e coordenar estudos e experiências no sentido do aperfeiçoamento do ensino do estabelecimento, o intercâmbio com comissões congêneres das demais escolas e a preparação do material para o encontro subsequente. Que essa comissão permanente, de cada escola, promova a criação de um jornal de debates sobre o ensino de arquitetura. Que as escolas promovam a criação de Centros de Pesquisas, de interesse regional, dando prioridade ao referente à habitação mínima” (FAUUSP, 1962).

O apontamento quanto ao Centro de Pesquisas reforçava o sucesso da atuação do CPEU, que passou a ser referência para implantação em outras instituições de ensino. Nota-se que esse Centro de Pesquisa referido deveria dar prioridade a estudos referentes à habitação mínima, possivelmente, de forma a cumprir a almejada função social do arquiteto.

O último Encontro de Diretores, Professores e Estudantes das Escolas de Arquitetura ocorreu no mês de julho de 1962, em São Paulo, com a representação das seguintes Faculdades de Arquitetura – Universidade do Recife, Universidade de Brasília, Universidade do Brasil, USP, Mackenzie, Universidade do Paraná, Rio Grande do Sul e de alguns alunos representando a Universidade de Minas Gerais (FAUUSP, 1962).

Nesse evento foram atribuídas resoluções para os temas do Currículo Mínimo, das Atribuições do Arquiteto e Ensino, da Especialização no Campo Profissional, do Problema Econômico do Estudante e da Representação Discente em Órgãos Colegiados.

Sobre o currículo mínimo, foi requerida a aprovação do proposto no encontro pelo Conselho Federal de Educação – currículo esse, não reproduzido no documento que possuía as seguintes indicações:

- “1) Estudo prático da Composição, através da elaboração, pelo aluno, de esboços, anteprojetos e detalhes, ocupando um mínimo de 50 % do tempo total do curso, abrangendo o planejamento do espaço físico interno e externo, o planejamento e estudo do objeto.
- 2) Estudo e prática dos meios de representação e expressão necessárias ao exercício da Arquitetura, abrangendo Desenho, Geometria Descritiva, Perspectiva e outros meios de expressão.
- 3) Estudos teóricos das disciplinas científicas de aplicação direta nos projetos de estruturas, orientado em sentido instrumental com vistas à aplicação na prática da Arquitetura abrangendo Matemática, Mecânica, Resistência dos Materiais e Estabilidade das Construções, e Sistemas Estruturais;
- 4) Estudo dos Sistemas e Métodos de Construção, incluídas as instalações técnicas complementares, abrangendo Técnica de Construção, Física Aplicada, Topografia, Higiene e Materiais de Construção.
- 5) Estudo das matérias teóricas indispensáveis à interpretação da Arquitetura como fenômeno sócio-cultural e à compreensão das necessidades humanas que informam os programas de Arquitetura e Planejamento, abrangendo Economia e Sociologia aplicadas, História da Arquitetura e do Planejamento.
- 6) Introdução à Prática Profissional, abrangendo Legislação, Organização do Trabalho e Ética Profissional” (FAUUSP, 1962).

No contexto abordado com a sugestão do currículo mínimo, foi reafirmada a atribuição do arquiteto nos projetos de todos espaços físicos – o planejamento de edifícios e interiores, planejamento urbano, estudo de objetos. Além disso, foi reforçada pela definição de que a atuação no setor de planejamento não deveria ser atribuída a profissionais qualificados em outro curso a ser criado, e sim ao estabelecimento, se necessário, a atividades de aperfeiçoamento (FAUUSP, 1962), definindo a associação definitiva da arquitetura com o urbanismo.

Sobre as *Atribuições do Arquiteto e Ensino*, os membros participantes do encontro definiram que o ensino de arquitetura deveria abordar de maneira objetiva aplicações de casos reais em sua região. A formação com a leitura do caráter regional deveria capacitar o arquiteto para atuar em conjunto com outros profissionais de modo a responder racionalmente às demandas de sua comunidade. Além disso, ele deveria se alinhar à produção industrial, criando formas funcionais e belas, padronizando

elementos construtivos de edifícios para a maior racionalização da construção. Para as regiões que enfrentassem problemas quanto à habitação popular, o ensino deveria abordar os aspectos econômico, o financeiro, o sociológico, o tecnológico, o construtivo, o urbanístico e ruralístico. Ainda quanto ao ensino, deveriam ser divulgadas à sociedade, em geral, “aspectos culturais da arquitetura, de forma a atingir as mais amplas camadas do povo e delas colher subsídios para maior desenvolvimento da autêntica cultura nacional”. Por fim, quanto à profissão, deveria ser prestado um esclarecimento sobre as atribuições do arquiteto e seu papel na vida nacional, aumentando sua atuação em órgãos públicos (FAUUSP, 1962).

O tema *Especialização no Campo Profissional* definiu que o arquiteto deveria seguir, buscando formas de ampliar seus conhecimentos. No entanto, a especialização deveria ser vista pelas escolas como a “adaptação progressiva ao mercado de trabalho nacional e às exigências crescentes do desenvolvimento socioeconômico do país” (FAUUSP, 1962).

Sobre os estudantes, o Encontro determinou que deveriam ser estabelecidas formas para amenizar as dificuldades enfrentadas, sem que fossem prejudicados em seus aprendizados. Era necessário ampliar as vagas para alunos bolsistas, além de proporcionar-lhes habitação, alimentação e possibilidade de emprego com remuneração. Da mesma forma, era uma preocupação a adaptação do estudante formado à vida profissional, assunto que também merecia cuidado. Por fim, era requerida a participação de estudantes nos órgãos colegiados das universidades, para que tomassem parte das decisões e pudessem ser representados por um membro de seu grupo.

Imagem 07: Atelier de Projetos na FAU Maranhão.

Fonte: www.dearquitecturas.com.br.

6. A CONSOLIDAÇÃO DA AUTONOMIA NO ENSINO DE ARQUITETURA



A consolidação da autonomia no ensino de arquitetura foi apontada por Graeff (1995) como a conclusão de um período iniciado após a aprovação do Regulamento da FAUUSP em 1955 e finalizado em 1962 com a Reforma do ensino na mesma Faculdade. Entre 1955 e 1962, os arquitetos mantiveram uma relação estreita com os alunos da FAUUSP através do IAB/SP. As discussões abordadas, no âmbito da cidade de São Paulo, seguiram se propagando por todo o país nos Encontros Nacionais de Diretores, Professores e Estudantes de Escolas de Arquitetura. Deve-se lembrar que um evento importante consolidou a indissociável relação entre ensino e profissão, a tentativa de aprovação do regulamento profissional exclusivo ao arquiteto, redigido pelo IAB/SP. A concordância com o documento, expressa pelo GFAU, e a conseqüente repercussão nos Encontros de Diretores, Professores e Estudantes de Escolas de Arquitetura possibilitaram que diretrizes alinhadas ao arquiteto que se queria, refletissem nas propostas do novo ensino de arquitetura. Dessa forma, através da mudança no ensino, seria formado o arquiteto e urbanista moderno, autor e coordenador de projetos de arquitetura e urbanismo.

6.1. A aprovação do currículo de 1961

Em 1961, um novo cenário se consolidava no contexto da FAUUSP. Depois de um longo período de discussões e debates, o regulamento da Faculdade, datado de 1955, não dava a autonomia necessária para que fossem feitas mudanças mais profundas no seu ensino:

“Até 1961, a FAUUSP não possuía a instância de decisão colegiada, a Congregação, porque não tinha um número de catedráticos necessários para composição desse órgão tão importante dentro da Faculdade. Ficava por isso, ao sabor de comissões e decisões do Conselho Universitário, o qual sofria grande influência da tradicional Escola Politécnica. Assim se houvesse uma Reitoria e um Conselho Universitário favorável, tudo corria bem. Se não, ficava nas mãos dos conservadores. Quando o processo de elaboração da Reforma de 1962 se iniciava, o grande fundador e protetor da FAU, o Prof. Luís Ignácio de Anhaia Mello, era seu Diretor. Porém, como ele fazia 70 anos e se aposentava compulsoriamente no final de 1961, deixava vaga a diretoria que ficava sujeita a uma indicação imprevisível que poderia comprometer todo o processo de elaboração da Reforma” (Fonte: www.dearquitecturas.com.br).

Diante da realização dos Encontros Nacionais de Diretores, Professores e Estudantes das Escolas de Arquitetura e com a aposentadoria compulsória de Luiz de Anhaia Mello, o professor João Batista Vilanova Artigas redigiu uma carta⁶², que seria assinada pelos professores, para ser encaminhada ao

⁶² Não há dados que comprovem que este documento tenha sido entregue ao Reitor da Universidade de São Paulo. Deveriam assinar o documento: 1. Helio Duarte – Art.; 2. Lucio Grinover – MJ; 3. Roberto Tibau – MJ; 4. Plínio Croce – M.; 5. Gian Carlo Gasperini - M.; 6. Abelardo de Souza- MJ; 7. Jean Maitrejean; 8. Leo Ochikawa - M.; 9. Ariosto Milla – Art.; 10. José Ribamar - Art.; 11. Joaquim Guedes - M.; 12. Luis Gastão Castro Lima – Rob.; 13. Zé

Reitor da Universidade de São Paulo, Antônio Barros de Ulhôa Cintra. Nela, os professores da FAUUSP lembravam ao Reitor que, desde a fundação a Faculdade, havia adotado o modelo do currículo imposto pelos padrões federais, ultrapassado em diversos aspectos. A principal crítica apresentada referia-se à compartimentação das disciplinas, sendo o currículo um agregado de disciplinas sem relação. Outro aspecto citado foi a urgente contratação dos professores catedráticos, pois, até aquele momento, a Faculdade não havia promovido o número necessário de concursos para a sua seleção, de modo a constituir sua congregação.

Anexos à carta redigida ao reitor, seriam encaminhados diversos documentos que reforçavam os pedidos realizados para a reformulação do ensino e a contratação de novos catedráticos, diante das mudanças que deveriam ocorrer, em âmbito nacional, no ensino de arquitetura. Entre esses anexos, estavam o Relatório da Comissão de Professores da FAUUSP e a proposta do currículo mínimo redigida em 1957; o manifesto do 1º Seminário de Ensino de Arquitetura e Urbanismo, promovido na FAUUSP em 1958; as conclusões do I e II Encontros de Estudantes e Arquitetos; as Considerações e Recomendações do I e II Encontros de Diretores, Professores e Alunos das Escolas e Faculdades de Arquitetura ocorridos em 1960 e 1961. Além desses, seriam encaminhados os relatórios redigidos pelos professores Roberto de Cerqueira César, Carlos Barjas Millan e Joaquim Guedes para Encontro Regional de Educadores Brasileiros. Por fim, a carta enviada a Antônio Barros de Ulhôa Cintra reforçava a necessidade do novo diretor da FAUUSP ser arquiteto, além de requerer a participação dos professores da Faculdade, ainda que não catedráticos, nas decisões do Conselho Universitário.

Como provável reflexo do envio dessa carta e das movimentações dos professores na FAUUSP, em dezembro de 1961, antes do início do ano letivo de 1962, foi aprovada a Portaria nº 09 que fixava o curriculum padrão dos cursos normais da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. No artigo 1º, estava descrita a seriação das disciplinas, conforme **Tabela 15**.

Maria das Neves - Art.; 14. Jacob Ruchti - M.; 15. Roberto Cerqueira Cezar; 16. Carlos Milan; 17. Roberto C. Franco; 18. Anaki Kato - R.; 19. Dario Imparato - R.; 20. Vilanova Artigas; 21. Paulo M. da Rocha; 22. Nestor Reis - MJ; 23. Rodolfo - R.; 24. Miranda Martinelli - MJ; 25. Eduardo Corona - PM; 26. Eduardo Kneese de Mello - PM; 27. Carlos Lemos - PM; 28. Lauro Birkolkz²⁷. As siglas em frente aos signatários do documento, segundo a fonte, se referem aos professores que se responsabilizariam por conseguir as assinaturas dos colegas - PM seria Paulo Mendes da Rocha; MJ, Jon Maitrejean; M de Millan; Rob. de Roberto Cerqueira César; R. de Roberto de Carvalho Franco e Art. de João Batista Vilanova Artigas.

Tabela 15: Organização do currículo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo no ano de 1961. Fonte: Portaria nº 09 de 1961, FAUUSP

Ano	Disciplina
1º Ano	Cálculo Diferencial e Integral – Geometria Analítica – Nomografia
	Geometria Descritiva e Aplicações
	Física Geral e Aplicada (1ª parte)
	Topografia. Elementos de Astronomia e Posição
	Materiais de Construção I (Construção I)
	História da Arte. Estética.
	Composições de Arquitetura – Pequenas Composições (1ª parte)
	Desenho Arquitetônico (disciplina subordinada)
	Desenho Artístico (1ª parte)
2º Ano	Mecânica
	Física Aplicada (2ª parte)
	Técnica das Construções – Organização dos Trabalhos – Prática Profissional – Higiene dos Edifícios – Noções de Mecânica dos Solos – Fundações (Construção II)
	Arquitetura Analítica (1ª parte)
	Composições de Arquitetura – Pequenas Composições (2ª parte)
	Plástica I
	Desenho Artístico (2ª parte)
3º Ano	Resistência dos Materiais e Estabilidade das Construções
	Técnica das Construções – Organização dos Trabalhos e Prática Profissional – Higiene dos Edifícios – Noções de Mecânica dos Solos – Fundações (Construção III)
	Hidráulica. Hidráulica Urbana e Saneamento.
	Arquitetura Analítica (2ª parte)
	Composições de Arquitetura – Grandes Composições (1ª parte)
	Plástica II
	Composição Decorativa
Arquitetura Paisagística	
4º Ano	Estruturas Correntes de Madeira, Metálicas e de Concreto Simples e Armado
	Grandes Estruturas
	Teoria da Arquitetura
	Urbanismo (1ª parte)
	Composições de Arquitetura – Grandes Composições (2ª parte)
5º Ano	Noções de Economia Política – Estatística Aplicada – Organização Administrativa – Legislação e Contabilidade Específicas
	Arquitetura no Brasil
	Urbanismo (2ª parte)
	Composições de Arquitetura – Grandes Composições (2ª parte)

A proposta desse currículo com relação ao da Lei nº 3.233/55 e o proposto na tentativa de reforma de 1957 tiveram algumas distinções a serem destacadas. Foram criadas novas disciplinas como a de “Desenho Arquitetônico” no primeiro ano e “Arquitetura Analítica” no segundo e terceiro anos. Da proposta feita em 1957, foram incluídas as disciplinas de Construção I, II, III, que traziam, certamente, uma aplicação dos conceitos técnicos, diferenciando-se das disciplinas vindas da Escola Politécnica. Além dessa inclusão, vinda de 1957, foi feita a inserção da disciplina de urbanismo, a partir do quarto ano. As conquistas com a aprovação do currículo mínimo atendiam algumas das mudanças tão desejadas pelos alunos e professores da FAUUSP e pela diretoria do IAB/SP, especialmente, quanto ao ensino de urbanismo e a aplicação de problemas reais, através das disciplinas de “Construção” e “Arquitetura Analítica”.

Mais do que isso, se compararmos esse currículo ao modelo proposto por Walter Gropius em seu Plano de Ensino, publicado no Boletim do IAB/SP em 1954, vemos que a única diretriz não seguida foi quanto ao ensino de História. De acordo com ele (1954), disciplinas de História deveriam estar no currículo, a partir do terceiro ano do curso, para que não influenciassem o aluno de forma demasiada. Nesse currículo aprovado, a disciplina de História da Arte e Estética aparecia já no primeiro ano.

6.2. O Atelier na Formação do Arquiteto e as Origens da Reforma de 1962

A Reforma de 1962 foi o nome dado para a introdução do Atelier de Projetos como cerne no ensino da FAUUSP e a divisão de suas demais disciplinas em departamentos. Ela foi baseada nas necessidades levantadas em discussões dos Encontros de Diretores, Professores e Alunos do Curso de Arquitetura e Urbanismo.

No texto, “O Ateliê na Formação do Arquiteto”, relatório encomendado ao professor Carlos Barjas Millan, como chefe da Comissão de Estudos do Ateliê⁶³, pode-se aferir alguns princípios da Reforma de 1962. Além disso, ele sintetizou as discussões ocorridas em âmbito nacional nos Congressos Brasileiros de Arquitetos e de Estudantes de Arquitetura.

O relatório foi apresentado em três partes – a primeira de análise crítica das experiências já praticadas na disciplina de Composição; a segunda com referência a algumas propostas para solucionar os problemas encontrados e a terceira, um ensaio sobre as possíveis consequências da adoção das

⁶³ A Comissão de Estudos do Atelier contou com a participação de João A. M. Maitrejean, Gian Carlo Gasperini e Lúcio Grinover (MILLAN, 1962).

propostas da segunda parte no âmbito administrativo e didático da FAUUSP. Na introdução, o relatório destacou que os arquitetos estavam passando, naquele momento, a ser reconhecidos pelo poder público, especialmente, pelas obras de Brasília e pela criação da Comissão Nacional de Habitação. Por essa razão, o momento parecia adequado à exigência do reconhecimento desse novo arquiteto.

A primeira parte do relatório tratava da reprodução do texto do professor Roberto de Cerqueira César, apresentado no “Encontro Regional de Educadores Brasileiros”, ocorrido em 1960 (MILLAN, 1962) e que havia sido encomendado pelo então diretor da FAUUSP, Luís de Anhaia Mello.

O primeiro argumento apresentado por ele, foi quanto à contradição imposta pelo Governo Federal – por um lado, aprovava e criava Faculdades de Arquitetura, “inteiramente separadas das Escolas de Engenharia” e, por outro, mantinha uma regulamentação da profissão da década de 30 que sobrepunha funções entre a profissão de engenheiro e a profissão de arquiteto.

Essa situação paradoxal se opunha ao objetivo que sugeria o ensino de arquitetura, “a formação técnica e profissional do arquiteto em condições de desempenhar sua finalidade precípua de projetar” (MILLAN, 1962). Sendo assim, a finalidade principal de formar o arquiteto – a de capacitá-lo a projetar – era compartilhada com a do engenheiro. Os dois aprenderiam como exercer essa atividade em escolas diferentes com valores e intenções diversas. Deve-se notar que a formação estava sendo moldada após esses anos de discussão para que o arquiteto tivesse como atividade principal o projeto, mas a lei de regulamentação profissional não garantia esse exercício exclusivo ao profissional formado.

Esse assunto havia sido discutido com os alunos no 1º Encontro de Diretores, Professores e Alunos das Escolas e Faculdades de Arquitetura, ocorrido no ano de 1958 onde foi redefinida a atividade do arquiteto:

“...o profissional incumbido de organizar o meio físico em suas relações diretas com o ser humano considerado no conjunto das suas necessidades biológicas, psicológicas e culturais, coordenando para tal fim as aplicações das técnicas correspondentes” (MILLAN, 1962 p.10).

O professor Roberto Cerqueira César lembrou, em seu texto que, até aquele momento, o ensino não havia permitido que o arquiteto desempenhasse essa função. As Faculdades de Arquitetura existentes até então, incluindo as de Belo Horizonte, Porto Alegre e Rio de Janeiro, seguiam, baseando-se em

suas heranças focadas, ora no ensino artístico da Belas Artes, ora no ensino técnico das escolas de Engenharia.

Fazia-se tardio o momento “para uma reforma de base no ensino de acordo com as novas necessidades da profissão” (MILLAN, 1962), ou seja, a desejosa atividade do projeto do edifício e do projeto urbano integrados em prol da transformação da sociedade. Essa reforma deveria estar pautada na extinção do sistema de cátedras isoladas, pois a falta de integração do ensino técnico com o ensino artístico era uma das maiores causas de prejuízo no exercício da profissão. O ensino isolado não permitia aos alunos o entendimento da complexa tarefa de projeto, impossibilitando a atuação do arquiteto como era desejada pelo IAB/SP como gerenciador e coordenador de equipes. Além disso, o currículo apontava uma grande lacuna, a dos conhecimentos humanos e sociais que inviabilizava o cumprimento de outra demanda defendida pelo IAB/SP, a sua função social. Essas constatações já haviam sido abordadas, anteriormente, em discussões no 3º e 4º Congressos Brasileiros de Arquitetos. Roberto Cerqueira César lembrou, em seu texto, que o vestibular já era equivocado, exigindo apenas conhecimentos artísticos e técnicos dos candidatos à vaga no curso de arquitetura.

César defendeu também a integração definitiva da arquitetura com o urbanismo, principalmente, pela necessidade do planejamento do crescimento das cidades brasileiras. Nesse aspecto, reiterou as opiniões expressas por Le Corbusier (2004), Rino Levi (1939) e o modelo adotado pela FAUUSP, através da criação do CPEU, os quais compreendiam que o edifício não deveria ser projetado sem o entendimento de seu contexto e com os dados reais da necessidade do local.

Ainda nessa primeira fase analítica do relatório, Roberto Cerqueira César se posicionou a favor de uma mudança do corpo docente, de modo que, quando possível, o professor fosse arquiteto em exercício. Sendo necessário, em algumas disciplinas, que o professor tivesse formação técnica, o ideal consistia em que algum dos professores assistentes tivesse formação em Arquitetura, de modo a estabelecer a relação entre o conhecimento técnico e a prática projetual. Esses valores já haviam sido defendidos por Walter Gropius em 1954 e Le Corbusier, mas, principalmente, reforçavam a intenção de se desprender, provavelmente, de uma vez por todas, de professores que seguiam lecionando no curso de arquitetura da mesma forma que o faziam nos antigos cursos de engenheiro-arquiteto. Outra discussão mencionada sobre os docentes se referiu ao necessário diálogo entre os alunos e professores que deveria refletir em um menor número de aulas expositivas, voltando o ensino para a solução dos problemas aplicados no atelier. Para tal, já havia sido sugerido, no 1º Congresso

Brasileiro de Estudantes de Arquitetura (1952), no relatório do GFAU (1958) e nas assembleias do IAB/SP (1958), que fossem contratados alunos recém-formados para o cargo de assistentes dos professores. Dessa forma, a transformação do ensino se daria de forma simultânea, tanto no conteúdo, quanto na forma de aprendizagem de projeto. Seria adequado que os professores estivessem sempre presentes em conferências, exposições e cursos para se manterem informados. Idealizava-se que os docentes construíssem um relacionamento mais próximo com os alunos, sem transformar todas as suas aulas em palestras ou monólogos e, sim, em um diálogo de construção de pensamentos.

Quanto ao professor de Composição, o autor definiu que ele não deveria ter dedicação exclusiva ao ensino, pois, em sua prática, estaria em renovação constante. Por acreditar que o professor de Composição tivesse que ser experimentado na profissão, os professores da FAUUSP apontaram que os salários deveriam ser dignos de sua experiência notória, de modo que fossem atraídos os melhores profissionais para o ensino. Esse aspecto fora adotado por Gropius (1957), que acreditava que a qualidade da produção dos trabalhos, nas escolas de arquitetura, estavam diretamente relacionadas à qualidade dos trabalhos produzidos pelos seus professores fora delas. Deve-se lembrar que, nesse período, ainda que o estilo houvesse mudado, o ensino ainda era pautado pela transmissão de conhecimentos. Assim, o professor estaria capacitado para ensinar ao aluno, caso ele próprio fosse capaz de ser reconhecido pela sociedade pelos seus bons projetos. Isso garantiria ao aluno, no futuro, que ele faria bons projetos, como o seu professor.

O encontro no qual o relatório de Roberto Cerqueira César foi apresentado – o I Encontro de Estudantes, Professores e Diretores de Faculdades de Arquitetura – estabeleceu algumas recomendações em três campos: o do ensino, o da formação profissional e do exercício profissional.

No campo do ensino, a primeira recomendação foi a revisão dos programas, sugerindo a organização das disciplinas por departamentos ou ainda outro meio que proporcionasse a interdisciplinaridade. A seriação das disciplinas (**Tabela 16**) deveria, conforme colocado anteriormente, iniciar com uma carga maior de conhecimentos técnicos e, nos últimos anos de curso, finalizar com um número maior de disciplinas socioculturais, tudo norteado pelas aulas de Composição, da forma como estipulado na tentativa de Reforma de 1957 e segundo o Plano de Ensino de Walter Gropius (1954). Quanto às recomendações a essas aulas de Composição, ou projeto, como chamamos atualmente, tratavam de propor um aumento do número de horas de dedicação aos trabalhos nos ateliers e efetivá-los como cerne do ensino de arquitetura.

Ainda como sugestão no campo do ensino, o documento redigido por Roberto Cerqueira César indicava a necessidade de interligar as aulas dos três ensinamentos – teórico, artístico e projetual – com a prática nos canteiros de obra e oficinas experimentais, o que havia sido apontado por Gropius (1957) e Corbusier (2004). A pesquisa deveria ser incentivada a todo tempo. Os arquitetos abordavam essa necessidade, desde o 1º Congresso Brasileiro de Arquitetos (1945) e os alunos já requeriam essa dedicação desde 1952, no 1º Congresso Nacional de Estudantes de Arquitetura.

Para que esse cenário no ensino fosse concretizado, os alunos e os docentes deveriam ter a possibilidade de se dedicarem. Sendo assim, aos alunos deveriam ser oferecidas bolsas de estudo, para que mantivessem sua dedicação exclusivamente à arquitetura, prêmios em trabalhos de determinadas disciplinas, proporcionando-lhes viagens de estudo e estágios na área para que adquirissem experiência profissional.

Deveria ser incentivada a participação dos estudantes junto ao IAB/SP e aos arquitetos formados nas faculdades. Esse intercâmbio havia sido colocado em prática pela FAUUSP e pelo GFAU, desde os primeiros problemas na Faculdade, em 1951, com a ausência de professores para as disciplinas de Composição. Ainda assim, através dos anos, a relação entre alunos, arquitetos e IAB/SP foi reforçada nas assembleias do Instituto, nos Congressos de Estudantes e nos documentos do GFAU. Da mesma forma, foi incentivada, no relatório, a participação de arquitetos em atividades culturais do país “visando não só a contribuição para o desenvolvimento como conquistar posições que permitam o arquiteto influir na evolução histórica do país”. Nesse aspecto, o relatório abordou, novamente, a aliança que os arquitetos estabeleceram com os demais artistas para que, unidos, pudessem atender às demandas da sociedade, chamada por Saia e Artigas de “caminho heroico”.

No segundo campo, o da formação profissional, a resolução do encontro, ocorrido em 1958, propôs que fossem criadas algumas disciplinas optativas, possibilitando que os estudantes iniciassem o aprendizado de áreas específicas da Arquitetura. Como continuidade dessas disciplinas optativas, deveriam ser criados cursos autônomos, independentes dos fundamentais. Por último, os conhecimentos deveriam ser ampliados em uma disciplina específica já citada, a de Urbanismo que estava inserida no final do curso e não possuía relação profunda com a disciplina de Composição. Foi justamente essa a indicação de mudança dessa ampliação de conhecimentos.

O relatório abordou ainda a necessidade da delimitação do novo campo profissional do arquiteto que abarcava o desenho industrial, a decoração, o paisagismo e o planejamento. Essa ampliação da sua atuação estava se delineando na FAUUSP, através das disciplinas ministradas por Lina Bo Bardi e

Rino Levi e havia ganhado força com a proposta do novo regulamento profissional proposto pelo IAB/SP, apoiado pelo GFAU. Assim, o ensino deveria se adequar a essa nova limitação.

Quanto ao ensino do desenho industrial, estava relacionado à concepção de todos os objetos industrializáveis como o projeto de equipamentos, móveis, utensílios e, principalmente, à fabricação de elementos de construção. O objetivo era o “estudo mais amplo dos problemas de padronização, modulação, normalização e demais processos industriais” (MILLAN, 1962). Sua inclusão já havia sido clamada, anteriormente, por Katinsky (1956) em nome dos alunos da FAUUSP, pois, naquele tempo, era necessário considerar a evolução da indústria de modo a evoluir a arquitetura.

Outra consideração, quanto à atuação profissional do arquiteto, afirmava que o ensino deveria transformar-se “no sentido de alcançar maior adequação aos fins sociais que visa”. A ação do arquiteto com a finalidade de transformação da sociedade era, em parte, uma herança dos primeiros modernos e, por outro lado, uma forma de colocar em prática a ação desse profissional em um âmbito mais amplo, conforme desejado. Sua função social que aparece, no texto de Roberto Cerqueira César, esteve presente em todos os Congressos Brasileiros de Arquitetos, desde o primeiro deles em 1945, sendo reforçado nos textos dos professores João Batista Vilanova Artigas (1955) e Mario Wagner Vieira da Cunha (1956).

Por fim, o relatório trouxe a definição do atelier de projetos, instrumento entendido como primordial na formação do arquiteto em que sua implantação contribuiria nos seguintes sentidos: dotar os alunos de capacidade de representação e expressão gráfica; ensinar-lhes os valores estéticos e plásticos, explorando sua capacidade criadora e raciocínio construtivo; aproximar o aluno da vivência profissional, dos desafios do arquiteto ao atender as necessidades sociais. Essa definição do atelier pelo professor Carlos Barjas Millan estava em sintonia com a definição de João Batista Vilanova Artigas (1962):

“O atelier, ou departamento de composição, tem finalidade didática – de formação do arquiteto. Nele estão enfileiradas cadeiras e disciplinas organizadas em três linhas fundamentais de associação, cada uma delas seguindo uma orientação específica ainda que inter-relacionadas. Uma linha de “comunicação visual” – para formação gráfica e plástica do aluno; outra de “desenho industrial” aplicado à arquitetura e uma terceira de composição arquitetônica, na qual, partindo do treinamento na organização do espaço interno de edifícios, termine na composição urbanística e paisagística. Didaticamente o atelier tem métodos e organização decorrentes do tipo de conhecimento e experiência que se pretende transmitir ao aluno. Desenvolver-lhe a imaginação e a aptidão para a linguagem das formas, para a criação em termos de plástica” (Fonte: www.derquiteturas.com.br).

Tabela 16: Organização do currículo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo no ano de 1962.

Cadeira	Nome da Disciplina
Cadeira Nº 1	Cálculo Diferencial e Integral. Geometria Analítica. Nomografia
Cadeira Nº 2	Geometria Descritiva e Aplicações
Cadeira Nº 3	Mecânica
Cadeira Nº 4	Física Geral e Aplicada
Cadeira Nº 5	Materiais de Construção
Cadeira Nº 6	Resistência dos Materiais, Estabilidade das Construções
Cadeira Nº 7	Estruturas Correntes de Madeira, Metálicas e de Concreto Simples e Armado
Cadeira Nº 8	Grandes Estruturas
Cadeira Nº 9	Técnica das Construções. Organização dos Trabalhos e Prática Profissional. Higiene dos Edifícios. Noções de Mecânica dos Solos. Fundações
Cadeira Nº 10	Hidráulica. Hidráulica Urbana e Saneamento
Cadeira Nº 11	Topografia. Elementos de Astronomia de Posição
Cadeira Nº 12	Noções de Economia Política. Estatística Aplicada. Organização Administrativa. Legislação e Contabilidade Específica.
Cadeira Nº 13	Arquitetura Analítica
Cadeira Nº 14	Teoria da Arquitetura
Cadeira Nº 15	Composição de Arquitetura. Pequenas Composições I. Desenho Arquitetônico. Plástica I
Cadeira Nº 16	História da Arte e Estética Composição de Arquitetura. Pequenas Composições I. Desenho Arquitetônico. Plástica I.
Cadeira Nº 17	Composição de Arquitetura. Pequenas Composições II. Plástica II
Cadeira Nº 18	Composição de Arquitetura. Grandes Composições I. Plástica III
Cadeira Nº 19	Composição de Arquitetura. Grandes Composições II
Cadeira Nº 20	Arquitetura no Brasil
Cadeira Nº 21	Desenho Artístico
Cadeira Nº 22	Composição Decorativa
Cadeira Nº 23	Urbanismo
Cadeira Nº 28	Arquitetura Paisagística

Fonte: Programa Proposto para 1962 (FAUUSP, 1962).

Segundos os dois professores da FAUUSP, o atelier teria como objetivo a integração de todos os ensinamentos necessários para a formação desse novo arquiteto, com novas atribuições profissionais.

Essas lições tratavam da expressão gráfica e estética, do raciocínio construtivo – por essa razão, a necessidade de entrosamento com as disciplinas técnicas – e a questão social.

No texto de Carlos Barjas Millan, foi aprofundada a relação de entrosamento das disciplinas no atelier e encontramos a expressão “Arquitetura e Urbanismo” quando se refere ao tratamento conjunto da arquitetura com o planejamento urbano:

“Uma das falhas mais graves da estrutura de ensino que rejeitamos reside precisamente na sua dissociação (da Arquitetura e do Urbanismo), que subtrai a arquitetura de seu contexto natural e imprescindível (o contexto urbano) fora do qual ela não se explica e não pode ser compreendida” (MILLAN, 1962 p.39).

Na proposta do atelier de Carlos Barjas Millan, vemos a Arquitetura aliada ao Urbanismo nos três últimos anos do curso de arquitetura e, da mesma forma que na Portaria nº09/1961, não constava mais o curso de dois anos de urbanismo. Nos dois primeiros anos, o aprendizado seria focado na construção de conhecimentos gráficos e plástico-construtivos com trabalhos individuais com a sintonia entre as disciplinas de *Composição de Arquitetura: Pequenas Composições, Plástica e Desenho Arquitetônico* (1º e 2º anos) e as demais cadeiras do curso. Esses trabalhos foram chamados de horizontais e teriam a intenção de que o aluno fixasse a “nova linguagem e a nova sintaxe que começam a conhecer” (MILLAN, 1962). Podemos interpretar essa nova linguagem e nova sintaxe como partes de um novo conhecimento gráfico do desenho, da forma de expressão do arquiteto, ou ainda, da linguagem da arquitetura moderna como a experimentação com formas e novos programas, segundo as necessidades da sociedade. Afinal, conforme Millan (1962), todas essas mudanças propostas no ensino eram resultado de condições e concepções inteiramente novas a que os arquitetos deveriam satisfazer.

Nos três últimos anos do curso, haveria uma integração maior entre as disciplinas de Urbanismo, Paisagismo, Arquitetura e Desenho Industrial. Os três últimos temas seriam abordados por meio de trabalhos individuais, nos mesmos moldes dos trabalhos horizontais citados anteriormente. Contudo, a disciplina de Urbanismo teria um outro modelo, o exercício em trabalhos verticais que consistiriam em exercícios em grupo com alunos das três últimas séries do curso e eventual participação daqueles do segundo ano. Nesses três anos, o aluno formaria sua mentalidade de construtor e de arquiteto (MILLAN, 1962).

Millan (1962) não excluiu a importância da harmonia do Atelier – Departamento de Composição – com outros departamentos e a participação dos professores de outras áreas na orientação e avaliação dos trabalhos produzidos. Ainda ressaltou que o CPEU tinha o papel fundamental de munir os

trabalhos do atelier com dados atuais, de forma a praticar exercícios o mais próximo das necessidades urbanas reais. Esse modelo de trabalho havia sido citado no 2º Encontro Nacional de Estudantes de Arquitetura, de acordo com experimentos desenvolvidos na Inglaterra.

A conformação do atelier de projetos teve impacto marcante no ensino de arquitetura. João Batista Vilanova Artigas comentou que, na Reforma de 1962, com a integração das disciplinas no atelier, “nasceu o TGI⁶⁴”, trabalho de conclusão de curso presente até os dias de hoje:

“Já em 1962, aboliu-se o quinto ano e transformou-se, dentro do atelier, esse ano numa oportunidade do jovem arquiteto, ou melhor, na obrigatoriedade do jovem arquiteto se dedicar a uma tese pessoal que ele versasse sobre qualquer um dos aspectos do estúdio. Este TGI do quinto ano, da tese, se desenvolveu depois de 1968 muito mais, de modo que o aluno do quinto ano da FAU hoje, a partir desse projeto de 1962, faz uma tese sobre qualquer assunto que foi ensinado dentro da Faculdade de Arquitetura. E sai educado para ser o homem capaz de defender seu projeto, seja o edifício ou a paisagem ou a história de um bairro, por exemplo. Estuda as casas remanescentes, a sociedade que retalhou aquele bairro; quais as intenções plásticas que existiam; como o bairro cresceu; quais as avenidas que passavam por ali; como elas deformaram ou consolidaram o bairro. Com essas teses, esses estudos peculiares vão fornecendo à cidade de São Paulo o diagnóstico das cicatrizes, os ferimentos, as modificações e o uso do espaço pela sociedade capitalista que nós conhecemos. Capitalista subdesenvolvida e colonizada, tal como somos hoje no Brasil. Tenho a impressão que, com esse programa, educa-se o jovem arquiteto para sair da escola com uma visão de mundo dentro da qual ele pode se situar. Ele pode escolher. Olhar criticamente a vida tal como ela é e escolher a função que lhe interessa assumir. E não escolhe porque eu disse: vá para esquerda ou vá para a direita; não tem esquerda, nem direita nessas circunstâncias. Os meninos que entram lá levam umas bandeiras, com tudo quanto é gargarejo, tudo quanto é coisa. Mas quase sempre essas manifestações especiais acabam no fim por enriquecer a temática total, diferenciar as personalidades e fazer, de cada um desses jovens, uma entidade que nós temos jogado na prática com a confiança de que ele acaba representando certo papel” (Fonte: www.dearquitecturas.com.br).

Os trabalhos, no atelier, permitiriam que o aluno fosse formado para coordenar e organizar todos os aspectos da construção e do projeto de arquitetura, tanto o plástico, quanto o técnico e, principalmente, o aspecto social e humanístico. O estudante formado seria capaz de atuar, profissionalmente, da forma que suas atribuições, segundo o IAB/SP o permitissem. Seriam deixados os exercícios baseados em modelos e aplicados, a partir de então, os exercícios fundamentados em problemas reais, conforme as novas necessidades da sociedade. Cumpria-se, dessa forma, a introdução definitiva da arquitetura moderna no ensino e a função principal do arquiteto como autor de projetos.

⁶⁴ TGI – Trabalho de Graduação Interdisciplinar.

6.3. Os Primeiros Reflexos da Reforma de 1962

Um ano após a Reforma, em 1963, a FAUUSP se reuniu para seu Primeiro Fórum de Debates – “Fórum de Debates de Professores, Alunos e Antigos Alunos”. O objetivo era seguir os estudos e discussões sobre a formação profissional e o exercício da profissão do arquiteto. Deve-se lembrar que essa relação de integração, entre todos os agentes, foi incentivada e reafirmada na Reforma de 1962. Além disso, o Fórum de Debates celebrava o aniversário de 15 anos da fundação da FAUUSP, com três temas de discussão: *Histórico da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo*; *O Ensino e a Profissão do Arquiteto* e *A Reforma de 1962 na FAUUSP*.

Com essa celebração, a comissão que discutiu o tema sobre o seu histórico, constatou a transformação de seu ensino, retratando que, naquele ano de 1963, já se faziam evidentes as alterações no ensino, baseado então em “pesquisa e experiências, norteadas pelo que mais representativo dispomos em termos de pensamento arquitetônico brasileiro”.

O documento do Fórum de Debates não deixava de reforçar a importância da conquista do arquiteto em seu plano profissional perante a sociedade, como um profissional essencial para um desenvolvimento mais igualitário. Também se fez destaque ao papel desempenhado pelos alunos com atividades extracurriculares que trouxeram a discussão da arquitetura em realizações artísticas e culturais (FAUUSP, 1963), reforçando, mais uma vez, a atuação dos alunos como agentes das mudanças no ensino de arquitetura.

Por fim, a comissão do Tema 01, o *Histórico da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo*, destacou a atuação dos professores através desses quinze anos. A participação em Congressos Nacionais de Arquitetura, Encontros de Estudantes de Arquitetura e dos Congressos de Estudantes, Professores e Diretores das Faculdades de Arquitetura do país propiciaram a conscientização de todos, quanto às mudanças necessárias no ensino (FAUUSP, 1963).

O documento ainda apontou que as discussões promovidas nos congressos permitiram a criação da Reforma de 1962, que, com um ano de vigência na época do Fórum de Debates, trouxe “ao nível de exigência da realidade do país em franco progresso de industrialização”.

O segundo tema de discussões, *O Ensino e a Profissão do Arquiteto*, publicou um relatório iniciado com a seguinte declaração:

“A Universidade é um reflexo das estruturas sociais vigentes. A Universidade no Brasil evoluiu e transformou-se paralelamente às mudanças daquelas estruturas. Assim sendo, ela

contém os mesmos conflitos entre os fatores alienatórios e progressistas presentes na sociedade” (FAUUSP, 1963, p.3).

Deve-se notar que a FAUUSP não se adequou apenas às mudanças da sociedade, mas às da própria profissão do arquiteto e urbanista, conforme reconfigurada em âmbito nacional pelo IAB. A discussão que estava em voga, na época, era o distanciamento do ensino com a necessidade que a sociedade tinha de um arquiteto no exercício da profissão. A FAUUSP, por sua vez, não proporcionava o ensino que pudesse fazer do arquiteto um profissional a atender a sociedade até a concretização da Reforma de 1962 (FAUUSP, 1963).

A comissão responsável pelo segundo tema destacou o pioneirismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e também da Universidade de São Paulo, buscando adequar seu ensino às necessidades da nova sociedade brasileira em uma luta “contra o subdesenvolvimento, a favor do desenvolvimento as potencialidades nacionais, em termos técnicos e termos humanos”. Diferente da Escola Politécnica da USP, a seu ver, a FAUUSP estava mais próxima da sociedade como um todo e não apenas junto da burguesia (FAUUSP, 1963). Nota-se, dessa forma, a forte influência do moderno, como uma causa no ambiente da Faculdade.

Quanto ao ensino, a comissão enfatizou a importância da mudança da FAUUSP para seu novo edifício – que já havia sido projetado, em 1961, por João Baptista Vilanova Artigas – onde poderia ser ampliado o número de vagas, tornando o ensino de arquitetura algo acessível a um número maior de pessoas e permitindo, através do auxílio de bolsas, que mais pessoas pudessem estudar Arquitetura. Entre a concepção de seu projeto e o início das obras, em 1965, as discussões sobre o ensino de projeto de arquitetura no atelier permaneceram.

Com a inauguração do edifício da FAUUSP, os objetivos apontados na Reforma de 1962 e reforçados na Reforma de 1968 foram alcançados:

“Vemos que, do programa proposto para a escola, aos espaços projetados para abrigar estas ideias revela-se uma visão de ensino, concretizada com a mudança da FAUUSP para a Cidade Universitária em 1969” (ALBUQUERQUE; CRUZ, in KATINSKY 1998).

Em 1969, o edifício foi ocupado e, nesse mesmo ano, João Batista Vilanova Artigas foi compulsoriamente aposentado após a promulgação do AI-5. O uso dos ateliers, tal qual imaginado, ficou enfraquecido, mas permaneceu dentro da concepção de ensino da FAUUSP. Mesmo com as questões políticas que se instalaram nesse período, é possível concordar com Artigas, em seu parecer:

“Essa escola baseada no estúdio é a escola que nós, e particularmente nós aqui no IAB, conseguimos instituir mais do que qualquer lugar em São Paulo, por uma campanha enorme

fizemos, entre as escadas de 50 e 60, que constituía o esforço de criar um tipo de escola que sáisse, de um lado, das formulações totalmente alienadas de tipo Belas-artes, que ensinava alunos em cubículos, onde cada homem exprimia em seu projeto perfeitamente aquarelado a sua individualidade no nível do monumental, em termos quase renascentistas. Por outro lado, evitar as escolas ligadas ao plano da tecnologia enquanto engenharia e teriam a tendência normal de limitar a visão universalizante do arquiteto como homem ligado as tentativas de generalização artística, para cumprimento de tarefas ligadas ao imediato, como consequência do avanço científico que e a condição característica da tecnologia diretamente advinda do plano científico. Nós, nessa ocasião, formulamos e conseguimos instituir o tipo de escola baseada no estúdio” (ARTIGAS, 1984).

O último tema do Fórum de Debates – *A Reforma de 1962 na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo* – é o tema conclusivo deste trabalho. O relatório comentou que os esforços mais assertivos para as transformações que culminaram na Reforma de 1962, haviam começado no ano de 1958 com a apresentação do projeto de Lei de uma nova Regulamentação da Profissão do Arquiteto. Nesse mesmo ano, ocorreu o I Encontro Nacional de Estudantes e Arquitetos, que permitiu a discussão sobre o ensino de forma mais abrangente.

Nesse momento, os arquitetos começaram a conquistar um terreno nunca antes atingido e isso manteve o “entusiasmo e o interesse com que vêm debatendo as questões relacionadas com o ensino e a formação de novos profissionais”. O diretor da FAUUSP, Lourival Gomes Machado, atuou junto

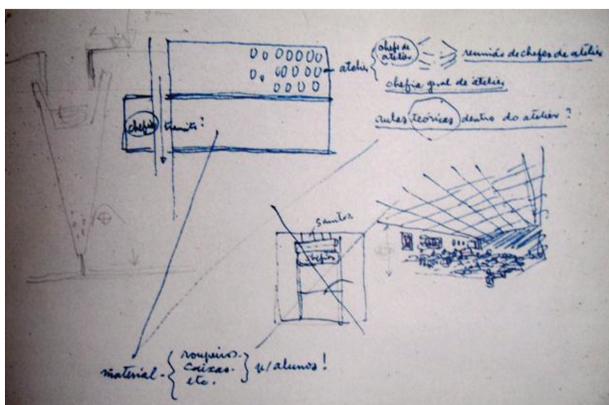


Imagem 08: Croquis do projeto de João Batista Vilanova Artigas para os ateliers. Fonte: Caderno de Riscos Originais (1998).

ao Reitor Antônio Barros de Ulhoa Cintra, para que o projeto da Reforma da Faculdade fosse aprovado no Conselho Universitário. No entanto, foi apontado que seria necessária, para a adequada aplicação da Reforma, a mudança da FAUUSP para a Cidade Universitária que ocorreu anos depois – na qual cada departamento poderia ter sua sede, e, finalmente, a Faculdade pudesse contar com um canteiro de obras.

Apesar dos objetivos declarados no 1º Fórum de Debates de 1963, de comemoração dos 15 anos da FAUUSP, ele ratificou e deu apoio à Reforma de 1962 (Caramelo, 1993). Ficou agendado um novo que ocorreria no segundo semestre do ano seguinte, 1964. Todavia, esse Fórum não pôde ser realizado por conta do Golpe Militar de 64.

Imagem 09: Atelier de Projetos na FAU Maranhão.

Fonte: www.dearquitecturas.com.br.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS



Esta pesquisa objetivou descrever as circunstâncias, os agentes envolvidos e o papel do IAB/SP nas discussões que resultaram no que se conhece como a Reforma de 1962 da FAUUSP. A relação estabelecida entre o IAB/SP e a FAUUSP teve, como finalidade, a transformação do ensino na Escola de modo que o profissional por ela formado, pudesse exercer as funções atribuídas ao arquiteto e urbanista moderno que era reconhecido como o autor e coordenador de projetos que não se restringiam apenas ao edifício, mas também ao planejamento urbano, à indústria e à paisagem.

Na década de 1930, os currículos das escolas, compostos por disciplinas técnicas e artísticas sem integração, já não atendiam às demandas dos arquitetos e engenheiros-arquitetos atuantes na época, que começavam a ter contato com os conceitos modernos. Ambos eram tidos, equivocadamente, como construtores ou desenhadores de fachadas. Porém, segundo as influências vindas do exterior, através dos imigrantes que moravam no Brasil ou brasileiros que se formavam na Europa e nos Estados Unidos, um outro paradigma começou a se estabelecer. Os engenheiros-arquitetos puderam compreender outras possibilidades da atuação profissional do arquiteto, como autor de projetos que era um profissional criador, não reproduzia modelos. Para tal, haveria de possuir conhecimentos humanísticos que permitissem o entendimento do local e dos usos da edificação, de modo a atender a sociedade e, possivelmente, mudar o modo de vida das pessoas que passariam a usar aquele espaço. Sua formação se dava no atelier, a partir de dados reais do local, tendo em vista, não apenas o edifício em si, mas também como se chegava a ele e em que contexto de usos, estava dentro de uma referência mais ampla – a cidade.

Além dos conceitos humanísticos, o arquiteto e urbanista moderno estava alinhado ao desenvolvimento da indústria, tirando proveito de sua evolução na construção civil. A industrialização, associada ao cumprimento da função social, trazia aos arquitetos uma nova escala na produção de projetos habitacionais, de escolas e outros programas encomendados pelo Estado. Para que essa outra atuação profissional se consolidasse e a autoria de projetos passasse a ser o principal nicho de mercado dos arquitetos, fazia-se necessária a concepção de novas escolas, adequadas a esses princípios. A tentativa inicial de revisão do ensino, segundo essas atribuições, deu-se ainda na ENBA, por Lucio Costa. Em 1945, a fundação da FNA, como primeira escola autônoma de arquitetura, aconteceu através da união dos arquitetos no IAB na ocasião do 1º Congresso Brasileiro de Arquitetos. Assim, os cursos de arquitetura foram reformulados, conforme o padrão federal, que não se adequava ainda à formação do arquiteto que pretendia outras habilitações profissionais e, tampouco, dava liberdade para possíveis mudanças no ensino.

Na cidade de São Paulo, os arquitetos adotaram, através do IAB/SP e com a participação no 1º Congresso Brasileiro de Arquitetos, o mesmo princípio de transformação da profissão a partir do ensino. Com a criação da FNA, duas escolas autônomas de arquitetura foram fundadas na cidade, a partir de cursos de engenheiro-arquiteto: a FAM e a FAUUSP. Na FAM, o monopólio intelectual e estético, imposto por Christiano Stockler das Neves, aparentemente, fez tardar as mudanças no ensino que poderiam formar arquitetos, segundo os paradigmas modernos. No entanto, deve-se destacar que de acordo com o ensino ministrado por ele, , formaram-se diversos arquitetos no Mackenzie que participaram, direta ou indiretamente, como agentes da Reforma de 1962 da FAUUSP, a exemplo de Eduardo Kneese de Mello, Jacob Ruchti, Carlos Millan e Oswaldo Arthur Bratke. O que diferia a FAM da FAUUSP eram a postura e a visão política de seus líderes, a tomar, como referência, os posicionamentos de Christiano Stockler das Neves e João Batista Vilanova Artigas. Assim, essas oposições fizeram com que o ambiente da FAUUSP fosse mais profícuo para as discussões sobre a formação de arquitetos, conforme a atribuição de profissional liberal. Mesmo com um ambiente favorável, algumas questões barravam a transformação radical do ensino na FAUUSP: a sua dependência administrativa da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e a permanência de alguns professores dessa escola no corpo docente da nova faculdade. Deve-se apontar que, na Escola Politécnica de São Paulo, assim como na ENBA, o ensino, aparentemente, não era um tema discutido. A forma como os alunos aprendiam, os exercícios que praticavam, eram indicação soberana do professor catedrático – dos quais ninguém questionava o mérito. Ao passo que, na FAUUSP, parte dos professores eram membros do IAB/SP e, aos poucos, as mudanças começaram a ocorrer, incluindo o debate do que deveria ser ensinado aos alunos. Nesse contexto, faz-se necessário apontar a atuação dos agentes, diante das circunstâncias da fundação da FAUUSP.

Em 1946, quando Vilanova Artigas viajou aos Estados Unidos, comissionado pela Escola Politécnica, para verificar como se dava o ensino de arquitetura naquele país, diversos arquitetos modernos estavam nas grandes escolas americanas como Walter Gropius no MIT e Mies van der Rohe no IIT. No entanto, parece-nos que, nessa ocasião, as mudanças ocorridas no ensino de arquitetura americano ainda estavam sendo experimentadas sem um objetivo claramente delineado. Aparentemente, a introdução do moderno, nas escolas americanas, não esteve aliada à transformação da sociedade e, tampouco, à conformação do exercício da profissão do arquiteto naquele país. Ainda assim, é inegável que Vilanova Artigas tenha sido influenciado pelo contexto vivido naquela viagem,

especialmente, no tocante à relação entre os professores e as instituições de ensino – muito mais flexíveis – e a pesquisa desenvolvida nos laboratórios.

Ao retornar para São Paulo, Vilanova Artigas encontrou a FAUUSP em meio a sua criação. Em 1947, a escola possuía um edifício, mas não tinha a sua lei de criação aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Diante dessas circunstâncias, iniciou-se a participação dos alunos que, ao serem aprovados no vestibular para a nova Faculdade, passaram a requerer a sua fundação para o início de seus estudos. A partir de 1948, com a Lei nº 104 aprovada, a FAUUSP iniciou suas atividades, porém sem um regulamento próprio. Em virtude disso, a dependência administrativa da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo passou a ser um entrave diante das mudanças que parte dos professores desejava, membros do IAB/SP, requeriam a substituição dos professores da Escola Politécnica, especialmente, na disciplina de Composição. Faziam parte desse grupo, José Maria das Neves, Luís de Anhaia Mello (então diretor da Faculdade), João Batista Vilanova Artigas, Ícaro de Castro Mello e Rino Levi. O objetivo e o foco das contratações para professores arquitetos, nessa disciplina, estavam diretamente relacionados ao que era ensinado aos alunos. Afinal, a herança da Escola Politécnica, da reprodução de modelos, permanecia dentro da nova Faculdade, a contragosto dos arquitetos do IAB/SP e professores que desejavam uma nova escola que só se conformaria com professores alinhados aos preceitos modernos.

Desde o episódio da tentativa de contratação dos novos professores, os alunos tiveram relação direta com a diretoria do IAB/SP. Essa vivência possibilitou o alinhamento dos ideais expostos nos Congressos Brasileiros de Arquitetos e nos Congressos Nacionais de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo. Mais do que isso, a relação, entre IAB/SP e os estudantes, trazia para o Instituto a segurança de que os ideais defendidos pelos arquitetos seriam perpetuados pelas próximas gerações. A exemplo disso, o Instituto passou a receber associados aspirantes para participarem de seu quadro e apoiava a contratação de jovens arquitetos recém- formados como professores auxiliares nas escolas de arquitetura. Pode-se citar, como exemplo: Jon Maitrejean, Ruy Gama, Joaquim Guedes Sobrinho, Nestor Goulart Reis Filho, Abrahão Sanovicz, Brenno Cyrino Nogueira, Júlio Roberto Katinsky, Cândido Malta Campos Filho, Benedito Lima de Toledo e Rodrigo Levéfre.

Como parte de uma estratégia, aos poucos, a nova definição da profissão do arquiteto e urbanista passava a ser ensinada aos novos profissionais. Dessa forma, o que se discutia, no IAB/SP, era experimentado na FAUUSP e o que era experimentado, na escola, configurava a nova atuação profissional do arquiteto e urbanista que o IAB/SP defendia. Eram atores desse processo, os

professores: Luís de Anhaia Mello, Carlos Alberto Gomes Cardim, Luís Saia, Ícaro de Castro Mello, Ariosto Mila, João Batista Vilanova Artigas, Roberto Cerqueira César, Oswaldo Correia Gonçalves, Eduardo Kneese de Mello, Abelardo Reidy de Souza, Rino Levi, Eduardo Corona e Carlos Millan. Da parte dos alunos, eram membros do IAB/SP, como representantes do GFAU: Edoardo Rosso, Francisco Torres e Joaquim Vicente Ferrão. Além dos alunos que participaram das reuniões das assembleias do IAB/SP, os que se associaram ao Instituto foram: Toshio Tone, José Luis Fleury de Oliveira, Roberto Franco Bueno, Marcial Fleury de Oliveira, José Geraldo Veiga, Wladimir Kliass, Abrahão Sanovicz, Alberto Carlos Araújo, Heitor Ferreira de Souza, Jaguanhara de T. Ramos, Jerônimo Esteves Bonilha, Ayako Nishikawa, Brenno Cyrino Nogueira, Júlio Ribeiro Bandeira Villela, Júlio Roberto Katinsky, Lucio Grinover, Luis de França Roland, Maria Aparecida C. França, Marlene Picarelli, Regina Zonta e Alberto José Schaefer. Da mesma forma como se associaram ao IAB/SP, os alunos da FAUUSP participaram como agentes da Reforma de 1962, através dos Encontros Nacionais de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo. Foram agentes, nesses encontros: Roberto Antônio S. Camargo, Ubirajara Gilioli, Oduvaldo Ferreira, Francisco Whitaker Ferreira, Roberto Frioli, Heitor Ferreira da Souza, Júlio Roberto Katinsky, Geraldo Puntoni, Gustavo Neves da Rocha e Hélio de Maria Penteado.

No contexto das modificações, no ensino de arquitetura, que culminaram na Reforma de 1962, a organização do atelier de projeto e dos departamentos de disciplinas afins buscava minar as manifestações dos engenheiros da Escola Politécnica que seguiam ministrando matérias na FAUUSP, da mesma forma que o faziam para os engenheiros. Por essa razão, a busca do apoio das revistas e do IAB/SP para a renovação do quadro de professores da escola – desde a Lei nº 3.233/1955 – além da demanda de um diretor arquiteto, fazia-se primordial. O discurso, propagado pelos Congressos Brasileiros de Arquitetos e pelos Encontros Nacionais dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo pela procura de um ensino que estivesse alinhado às necessidades reais, foi endossado pelas críticas às aulas que propunham projetos inadequados e seguiam baseadas em livros antigos. Afora o posicionamento político de parte dos professores e dos alunos de que a arquitetura, enquanto moderna, poderia transformar a sociedade e sanar todos seus problemas através da organização do espaço.

Por outro lado, a formação organizada, através do atelier de projetos, simulava casos reais nos quais o arquiteto e urbanista moderno teria a posição de gerenciador/coordenador. . Portanto, aulas que integravam as disciplinas técnicas, plásticas e humanísticas eram o ensaio desejado pelos alunos para

uma definitiva aproximação entre teoria e prática. No quesito das disciplinas humanísticas com a Reforma de 1962, foi incluído, no currículo, o ensino de História da Arquitetura,, que remontava ao período do Barroco Brasileiro, desconsiderando o estilo eclético ao que os modernos se contrapunham.

A valorização da disciplina de Urbanismo ocorreu simultaneamente à tentativa de inclusão da atribuição exclusiva ao arquiteto de executar projetos de planejamento urbano. A não consolidação dos cursos de dois anos de urbanismo, conforme previsto na lei de criação da FNA, resultou na inserção dessa disciplina em mais anos do curso de graduação de arquitetura. Tal iniciativa, garantiu aos arquitetos a possibilidade de atuarem como planejadores urbanos, dando início ao profissional que, até os dias de hoje, é nomeado arquiteto e urbanista. Nesse contexto, é clara a interferência dos alunos e do IAB/SP, na definição da proposta do projeto de lei que regulamentaria exclusivamente a profissão do arquiteto e do urbanista. Além disso, o urbanismo foi objeto de estudos do primeiro centro de pesquisas da FAUUSP, o CPEU, cumprindo dois papéis abordados na criação da Faculdade no contexto da Universidade de São Paulo – a pesquisa e a extensão.

Desde os anos 1930, a crescente urbanização das cidades demandava um número maior de serviços prestados pelos arquitetos: o planejamento de áreas de expansão urbana; a construção de edifícios de habitação e novas residências. A pesquisa com os formandos da FAUUSP mostrou que a construção civil passou a ser objeto de investimento da elite paulistana, que contratava os arquitetos para executar o projeto de novas casas para aluguel. Como complemento desses serviços, os profissionais executavam também o design de móveis para esses novos ambientes, a exemplo da Branco & Preto.

Outra questão profissional, defendida de forma veemente pelo IAB/SP, tratou da atuação do arquiteto como profissional liberal. É possível apontar que essa atividade, a ser exercida preferencialmente pelos arquitetos, estava calcada na decisão tomada por Rino Levi na década de 1920. Para ele, ao ser profissional liberal, o arquiteto estava livre para escolher seus projetos e direcioná-los, segundo suas preferências estéticas. Nesse momento de adoção do moderno, essa estratégia possibilitou a aplicação dos novos conceitos, não tão familiares à sociedade paulistana. Além disso, como profissional liberal, o arquiteto passou a se considerar um gestor, capaz de coordenar equipes, sendo nele centralizada a autoria do projeto de arquitetura e o coordenador das equipes multidisciplinares de projetos urbanos. Deve-se apontar que, em nenhum momento, havia um discurso favorável ao distanciamento total da obra. Desde a atuação do profissional moderno,

associado a outros arquitetos em pequenos escritórios, dedicava-se também à construção – como coordenador e administrador.

A via de mão dupla, percorrida entre os agentes dessa história, não esteve restrita à cidade de São Paulo. As novas demandas profissionais dos arquitetos foram reflexo do que havia ocorrido em outros países e estavam presentes nas demais cidades brasileiras. Pode-se verificar essa afirmação, através das discussões nos congressos. No caso do Brasil, escolas como a de Salvador, do Recife, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul estavam engajadas na luta pela autonomia e pela qualidade do ensino ministrado. Afinal, quanto mais arquitetos, mesmo enquanto alunos, estivessem alinhados à atuação profissional defendida pelos IAB's locais, maior seria o impacto da transformação impressa por eles na sociedade e seu reconhecimento profissional.

Quanto às influências, a citação da Bauhaus – na figura de Walter Gropius – de Le Corbusier e outros modernos, confirmam as relações entre esses e as mudanças implantadas no ensino e na profissão do arquiteto e urbanista moderno. Foram heranças da Bauhaus, a organização do ensino através do atelier – com mais de um professor – a busca pela relação entre teoria e prática, além da atividade do arquiteto com uma função social, especialmente no período em que Hannes Meyer esteve na sua direção. Por sua vez, os ideais de Le Corbusier foram inspirações para o caráter experimental dos exercícios e a busca pelo desenho das respostas. Em ambos os casos, não se aconselhava o afastamento do estudante de casos reais de obras, sendo indicadas a sua participação nos canteiros para conhecimento da execução dos projetos.

A introdução dos preceitos modernos não se tratou apenas da inclusão de autores contemporâneos e de uma abordagem da arquitetura, através de uma nova linguagem, pois referiam-se à própria forma de ensinar arquitetura a partir de problemas reais, da relação entre disciplinas através do atelier e, especialmente, da relação entre a arquitetura e o urbanismo. Além desses, a introdução dos preceitos tratou de uma nova profissão em exercício, profissão essa que tomava para si a responsabilidade cunhada pelas vanguardas russas, no início do século XX, de transformar a sociedade. Todos esses princípios eram parte da ideologia da profissão do arquiteto, difundida pelo IAB/SP. Para esses arquitetos paulistas, a introdução dos preceitos modernos era uma causa, na medida em que seriam capazes de se formar e atuar na construção das cidades, segundo novas técnicas e materiais. O aumento das áreas urbanas e o desenvolvimento da indústria da construção civil atribuíram a esse arquiteto e urbanista novos programas, através dos quais foi possível a esse profissional ampliar o seu nicho de atuação no mercado. Acima de tudo, desse modo, a atuação dos

arquitetos tinha o objetivo de coordenar uma grande mudança na sociedade, tornando-os imprescindíveis em qualquer cenário.

Em vista do impacto que a Reforma de 1962 teve, não apenas no ensino da FAUUSP, mas também no ensino de arquitetura em todo país, pode-se afirmar que o projeto de ideologização da profissão concebido pelo IAB/SP foi bem sucedido. Entende-se que essa mudança no ensino de arquitetura, iniciada com a Reforma de 1962 foi a base para a Reforma de 1968 da FAUUSP e pode ser constatada no projeto do edifício da FAUUSP da Cidade Universitária, projetado em 1961 por João Batista Vilanova Artigas. Por sua vez, a Reforma de 1968 teve reflexos – os quais merecem uma investigação mais ampla – na concepção do Currículo Mínimo de 1969 que, apropriado pela Ditadura Militar, foi reproduzido exhaustivamente, perdendo seu significado e a sua essência, até a sua substituição pelas diretrizes curriculares em 1994.

Deve-se apontar que o ambiente paulistano no qual conviviam os arquitetos associados ao IAB/SP foi de grande contribuição, tanto para a afirmação do moderno como causa, o que pode ser observado na relação com o Grupo Santa Helena do qual participou João Batista Vilanova Artigas – quanto para afirmação de sua profissão. Os arquitetos projetavam esses espaços de convívio, segundo os preceitos modernos e difundiam, em seus boletins, as exposições e movimentos artísticos. A exemplo disso, faziam parte da congregação do IAC os arquitetos Eduardo Kneese de Mello, Oswaldo Bratke, Rino Levi, Alcides da Rocha Miranda, Jacob Ruchti e Lina Bo Bardi. Da mesma forma, participavam da diretoria do MAM, João Batista Vilanova Artigas, Roberto de Cerqueira César, Rino Levi, Jacob Ruchti entre outros. Conforme apontada por Saia (1959) e Artigas (1978), a convivência entre os artistas possibilitou aos arquitetos o convívio com o moderno, encontrando aliados na difusão de uma causa comum.

Diante do exposto, a relação entre os agentes se intensificou ao final da década de 1950, momento oportuno para que os arquitetos e urbanistas requeressem destaque da sua profissão, afinal a grande realização no contexto nacional, a construção de Brasília, estava em andamento. Assim, o IAB/SP redigiu um novo regulamento para a profissão e ganhou o apoio do GFAU. Os diversos agentes que atuaram na constituição da FAUUSP, do IAB/SP e da profissão do arquiteto e urbanista estiveram comprometidos com a introdução dos preceitos modernos no ensino de arquitetura. A participação dos alunos, no processo, permitiu que esse modelo se perpetuasse, vencendo o período da ditadura e chegando à década de 1980, quando, segundo documento da FAUUSP, alguns dos alunos formados entre 1952 e 1962, seguiram dando aulas na Faculdade.

Nesse enredo, é possível observar as bases sólidas que permanecem até os dias de hoje, tanto no ensino, quanto na atuação profissional do arquiteto e urbanista a começar pela unificação da formação profissional. No ensino, pode-se apontar o papel do atelier de projetos como protagonista, e a formação generalista através de conhecimentos históricos, técnicos, artísticos e humanos. Quanto à atuação profissional, a principal herança é a atuação essencial do arquiteto como autor de projetos.

Não se pretende com este trabalho esgotar os acontecimentos e circunstâncias que permearam os anos de 1948 a 1962 e culminaram na Reforma de 1962 da FAUUSP. Pretende-se, no entanto, destacar o papel das ações coletivas que pouco são abordadas em detrimento do destaque dado a figuras emblemáticas. A indissociável relação entre o ensino e a profissão na constituição do arquiteto e urbanista moderno abordada, neste trabalho, indicam a necessidade constante de um reolhar sobre essas relações até os dias atuais. Conforme apontado por Millan (1962), na conceituação de seu atelier de projetos, é um equívoco o ensino de arquitetura sem relação com o atelier, pois ele espelha a atuação do profissional diante da resolução de problemas complexos. Nesse sentido, e dada a atual condição do ensino superior no Brasil, especialmente o de Arquitetura e Urbanismo, reforça-se a necessidade presente de novas pesquisas que (re) situem a atuação e a formação do arquiteto e urbanista na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

- ABEA, **Sobre a História do Ensino de Arquitetura no Brasil**. Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura, 1978, 91p.
- ACAYABA, M. M. **Branco e Preto: uma História do Design Brasileiro nos Anos 50**. São Paulo: Instituto Lina Bo Bardi, 1994.
- “1º Congresso Brasileiro de Arquitetos”, **Acrópole**, jan.fev, 1945.
- 1º Congresso Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo, 1952. Salvador. **Anais...** Salvador: Bureau Internacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo, 1952. 48p.
- 2º Congresso Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo, 1953. Recife. **Anais...** Recife: Bureau Internacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo, 1955. 96p.
- Exposição Nacional de Trabalhos Universitários, 1954. Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Bureau Internacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo, 1954. 170p.
- 4º Congresso Brasileiro de Arquitetos, 1954. São Paulo. **Anais...** São Paulo: Instituto de Arquitetos do Brasil, 1954. 289p.
- ARANTES, O. B. F. in WISNIK, G (org). **Lucio Costa e a Utopia Moderna: Depoimentos do Filme de Geraldo Motta**. Rio de Janeiro: Bang Bang, 2003.
- ARQUIVO EPUSP. **Livros de Atas de Sessões da Congregação da Escola Politécnica – no XVII e XVIII**. Arquivo Central da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, 1946 a 1955. Consultado em 20/05/2013.
- ARQUIVO EPUSP. Processo n ° 176/46. **Proposta de Comissionamento para Realizar Estudos sobre Cursos de Arquitetura nos Estados Unidos**. Arquivo Central da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, 1946. Consultado em 02/10/2012.
- ARQUIVO EPUSP. Processo n ° 9163/46. **Relativo a uma proposta de doação dos irmãos Silvio e Álvaro Penteado de um imóvel de ser destinado para a instalação de uma Faculdade de Arquitetura e Urbanismo**. Arquivo Central da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, 1946. Consultado em 20/05/2013.
- ARQUIVO DO IAB/SP. **Caixa nº 12 – Atas das Assembleias 1954 – 1986**. São Paulo. Consultado em junho de 2013.
- ARQUIVO DO IAB/SP. **Caixa nº 64 – Correspondências Recebidas e Enviadas**. São Paulo. Consultado em junho de 2013.
- ARQUIVO DO IAB/SP. **Caixa nº 98 – Congresso Brasileiro de Arquitetos**. São Paulo. Consultado em junho de 2013.
- ARQUIVO DO IAB/SP. **Caixas nº 107 – Livros de Registro de Atas do Período de 1946 a 1975**. São Paulo. Consultado em junho de 2013.
- ARQUIVO DO IAB/SP. **Dados sobre a FAUUSP**. São Paulo, 1980. Documento da Caixa nº 64, consultada em junho de 2013.

ARTIGAS, J. B. V. Rumos para o ensino de arquitetura, 1956, pp. 64-69 in: **Caminhos da Arquitetura**. São Paulo: Cosac Naify, 2004, 234p.

_____. Prova Didática – A função social do arquiteto, 1984, pp. 187-230 in: **Caminhos da Arquitetura**. São Paulo: Cosac Naify, 2004, 234p.

_____. **Pasta Funcional de João Baptista Vilanova Artigas**. Arquivo Histórico da Escola Politécnica; Consultado em 01 de outubro de 2012.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Lei nº 104 de 21 de Junho de 1948 – Dispõe sobre a criação, na Universidade de São Paulo, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo**. Consultada em 08 de Abril de 2012.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Decreto nº 3.233 de 27 de Outubro de 1955 – Dispõe sobre o regulamento da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade de São Paulo, criada pela Lei n. 104, de 21-6-48, e dá outras providências**. Consultada em 20 de Setembro de 2012.

BIENAL. **Catálogo Geral da I Bienal do Museu da Arte Moderna**. Museu de Arte Moderna de São Paulo, 1951. Consultado em: [http://www.bienal.org.br/publicacao.php?i=110630150206-06562073fe63417489914c78d7b95349&n=name3fe634&t=1%20Bienal%20de%20São%20Paulo%20\(1951\)%20-%20Catálogo%20II](http://www.bienal.org.br/publicacao.php?i=110630150206-06562073fe63417489914c78d7b95349&n=name3fe634&t=1%20Bienal%20de%20São%20Paulo%20(1951)%20-%20Catálogo%20II)

BIENAL. **Catálogo Geral da II Bienal do Museu da Arte Moderna**. Museu de Arte Moderna de São Paulo, 1953. Consultado em: [http://www.bienal.org.br/publicacao.php?i=110630150257-4d636fa24c514e168e26c9242f8c6eae&n=name24c514&t=2%20Bienal%20de%20São%20Paulo%20\(1953\)%20-%20Catálogo](http://www.bienal.org.br/publicacao.php?i=110630150257-4d636fa24c514e168e26c9242f8c6eae&n=name24c514&t=2%20Bienal%20de%20São%20Paulo%20(1953)%20-%20Catálogo).

BIRKHOLZ, L.B.; NOGUEIRA, B.C. **A FAUUSP, sua criação e funcionamento na Vila Penteados**. São Paulo: FAUUSP, 1991. 14p.

_____. **O Centro de Pesquisa e Estudos Urbanísticos**. São Paulo: FAUUSP, 1992. 11p.

BRASIL. **Decreto nº 23.569 de 11 de Dezembro de 1933 – Regula o exercício das profissões de Engenheiro, de Arquiteto e de Agrimensor**. Consultada em 17 de Outubro de 2012.

BRASIL. **Decreto nº 6.283 de 25 de Janeiro de 1934 – Cria a Universidade de São Paulo e dá outras providências**. Consultada em 17 de Outubro de 2012.

BREIA, M. T. de S. **A Transição do Ensino de Arquitetura Beaux-Arts para o Ensino da Arquitetura Moderna na Faculdade de Arquitetura Mackenzie – 1947-1965**. Tese de Doutorado, FAUUSP, São Paulo, 2005, 488p.

BRITO, R. **Neoconcretismo – vértice e ruptura do projeto construtivo brasileiro**. São Paulo: Cosac & Naify Edições, 1999. 112p.

BUZZAR, M. A. **João Batista Vilanova Artigas – Elementos para a Compreensão de um Caminho da Arquitetura Brasileira: 1938 – 1967**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FAUUSP, 1996.

CORBUSIER, L. **Precisões - Sobre um Estado Presente da Arquitetura e do Urbanismo**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004, 295p.

_____. **Mensagem aos Estudantes de Arquitetura.** São Paulo: Martins Fontes, 2006, 77p.

COSTA, L. A Situação no Ensino das Belas Artes in XAVIER, A. (org). **Depoimentos de uma Geração – Arquitetura Moderna Brasileira.** São Paulo: Cosac & Naify, 2003. 408p.

CUNHA, M. W. V da. **O Diálogo entre Arquitetura e Sociedade.** São Paulo: FAUUSP, 1956.

_____. A margem de um inquérito entre jovens arquitetos. **Revista Bem Estar nº 04,** mar.abril, 1959.

DEDECÇA, P. G. **Sociabilidade, Crítica e Posição: O Meio Arquitetônico, As Revistas Especializadas e o Debate do Moderno em São Paulo.** Dissertação de Mestrado, FAUUSP, São Paulo, 2012, 402p.

DOMSCHKE, V. L. **O Ensino de Arquitetura e a Construção da Modernidade.** Tese de Doutorado, FAUUSP, São Paulo, 2007, 331p.

D’OTTAVIANO, C. ; MEDEIROS, F. ;KEESE, J.L.. **GFAU?.** São Paulo: Editora Caramelo. Revista Caramelo nº 6, 1993, pp. 39-40.

DROSTE, M. **Bauhaus: 1919-1930.** Taschen, Bauhaus-Archiv: Berlim. 2001.

DURAND, J. C. G. **A Profissão de Arquiteto (estudo sociológico).** Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 1972,113p.

EDITORIAL. **Construção São Paulo.** São Paulo. Revista Construção São Paulo nº1.3346, 1973, pp. 36-39.

ESCOLA POLITÉCNICA. **Anuário 1946.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 1946.

FACULDADE NACIONAL DE ARQUITETURA - FNA. **Regimento.** Rio de Janeiro. 1945. 40p.

FAUB. **II Encontro de Arquitetura.** Faculdade de Arquitetura da Universidade da Bahia, 1961.

FAUUSP. **Currículo 1957.** São Paulo: Setor de Publicações. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1957.

_____. **Programa Proposto para 1962.** São Paulo: Setor de Publicações. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1962.

_____. **Conclusões dos I, II e III Encontros de Diretores, Professores e Estudantes de Arquitetura em Belo Horizonte 1960, Salvador 1961 E São Paulo 1962.** São Paulo, 1962.

_____. **O Primeiro Fórum de Debates (de 12 a 14 de novembro de 1963).** São Paulo: Setor de Publicações. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1963, 9p.

_____. **Lista dos alunos formados entre 1952 - 1962.** São Paulo: FAUUSP, 2013.

FÁVERO, M. de L. de A. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. In **Educar,** Curitiba, nº 28, p. 17-2006. Editora UFPR.

FERRAZ, G. Habitat prossegue no levantamento sobre as condições do ensino universitário em exposições feitas pelos responsáveis pelas diversas cadeiras da FAUUSP. **Habitat nº 27,** fevereiro, 1956.

_____. De Arquitetura, no Mackenzie. **Habitat nº 30**, maio, 1956.

_____. Ensino de Arquitetura na FAU da Universidade de São Paulo. **Habitat nº 38**, janeiro, 1957.

FICHER, S. **Ensino e Profissão: o curso de Engenheiro-Arquiteto da Escola Politécnica de São Paulo**. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 1989, 2v.

_____. **Os Arquitetos da Poli: Ensino e Profissão em São Paulo**. São Paulo: EDUSP – Editora da Universidade de São Paulo, 2005, 400p.

Departamento Estadual do Instituto dos Arquitetos do Brasil. **FOLHA DA MANHÃ**. São Paulo 07.11. 1943. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/>. Consultado em 04/11/2012.

Inaugurado ontem o Congresso Brasileiro de Arquitetos. **FOLHA DA MANHÃ**. São Paulo 30.01. 1945. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/>. Consultado em 04/11/2012.

Os trabalhos de ontem do Primeiro Congresso Brasileiro de Arquitetos – Resultados dos Estudos e Conclusões da Comissão de Assuntos do Interesse da Profissão. **FOLHA DA MANHÃ**. São Paulo, p. 05, 27.01. 1945. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/>. Consultado em 04/11/2012.

Encerrou-se ontem o Primeiro Congresso Brasileiro de Arquitetos – Aprovadas as conclusões relativas às construções das casas populares e à organização das coletividades humanas. **FOLHA DA MANHÃ**. São Paulo, p. 05, 31.01. 1945. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/>. Consultado em 04/11/2012.

GFAU. **Textos sobre o Ensino de Arquitetura**. São Paulo: Setor de Publicações. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1956.

_____. **Da Profissão de Arquiteto no Brasil**. São Paulo: Setor de Publicações. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1958.

GRAEFF, E. A. **Arte e Técnica na Formação do Arquiteto**. Studio Nobel : Fundação Vilanova Artigas, São Paulo, 1995. 142 p.

GRAVINA, P. B. J. A Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. **Revista Bem Estar nº 03**, nov.dez, 1958.

GROPIUS, W. **Bauhaus: Novarquitectura**. São Paulo: Perspectiva, 1957. 224 p.

IAB. **Ata da Sessão Especial para Fundação do Departamento Estadual de São Paulo do Instituto de Arquitetos do Brasil**. São Paulo 06.11. 1943.

IAB. **Ata da Assembleia nº 10**. Livro A. São Paulo, 1951. Caixa nº 12 do Arquivo do IAB SP. Consultada em 05 de Junho de 2013.

IAB. **Ata da Assembleia nº 25**. Livro B. São Paulo, 1953. Caixa nº 12 do Arquivo do IAB SP. Consultada em 05 de Junho de 2013.

IAB. **Ata da Assembleia nº 26**. Livro B. São Paulo, 1953. Caixa nº 12 do Arquivo do IAB SP. Consultada em 05 de Junho de 2013.

IAB. **Ata da Assembleia nº 54**. Livro A. São Paulo, 1955. Caixa nº 12 do Arquivo do IAB SP. Consultada em 05 de Junho de 2013.

IAB. **Ata da Assembleia nº 55.** Livro C. São Paulo, 1955. Caixa nº 12 do Arquivo do IAB SP. Consultada em 05 de Junho de 2013.

IAB. **Ata da Assembleia nº 56.** Livro C. São Paulo, 1955. Caixa nº 12 do Arquivo do IAB SP. Consultada em 05 de Junho de 2013.

IAB. **Ata da Assembleia nº 67.** Livro C. São Paulo, 1955. Caixa nº 12 do Arquivo do IAB SP. Consultada em 05 de Junho de 2013.

IAB. **Ata da Assembleia nº 68.** Livro C. São Paulo, 1955. Caixa nº 12 do Arquivo do IAB SP. Consultada em 05 de Junho de 2013.

IAB. **Ata da Assembleia nº 69.** Livro C. São Paulo, 1955. Caixa nº 12 do Arquivo do IAB SP. Consultada em 05 de Junho de 2013.

IAB. **Ata da Assembleia nº 70.** Livro C. São Paulo, 1955. Caixa nº 12 do Arquivo do IAB SP. Consultada em 05 de Junho de 2013.

IAB. **Ata da Assembleia nº 71.** Livro A. São Paulo, 1955. Caixa nº 12 do Arquivo do IAB SP. Consultada em 05 de Junho de 2013.

IAB. **Ata da Assembleia nº 86.** Livro C. São Paulo, 1956. Caixa nº 12 do Arquivo do IAB SP. Consultada em 05 de Junho de 2013.

IAB. **Ata da Assembleia nº 87.** Livro C. São Paulo, 1957. Caixa nº 12 do Arquivo do IAB SP. Consultada em 05 de Junho de 2013.

IAB. **Ata da Assembleia nº 88.** Livro C. São Paulo, 1957. Caixa nº 12 do Arquivo do IAB SP. Consultada em 05 de Junho de 2013.

IAB. **Ata da Assembleia nº 91.** Livro C. São Paulo, 1957. Caixa nº 12 do Arquivo do IAB SP. Consultada em 05 de Junho de 2013.

IAB. **Ata da Assembleia nº 111.** Livro C. São Paulo, 1958. Caixa nº 12 do Arquivo do IAB SP. Consultada em 05 de Junho de 2013.

IAB. **Ata da Assembleia nº 112.** Livro C. São Paulo, 1957. Caixa nº 12 do Arquivo do IAB SP. Consultada em 05 de Junho de 2013.

IAB. **Ata da Assembleia nº 115.** Livro C. São Paulo, 1957. Caixa nº 12 do Arquivo do IAB SP. Consultada em 05 de Junho de 2013.

IAB. **Ata da Assembleia nº 116.** Livro C. São Paulo, 1958. Caixa nº 12 do Arquivo do IAB SP. Consultada em 05 de Junho de 2013.

IAB. **Ata da Assembleia nº 117.** Livro C. São Paulo, 1958. Caixa nº 12 do Arquivo do IAB SP. Consultada em 05 de Junho de 2013.

IAB. **Ata da Assembleia nº 118.** Livro C. São Paulo, 1958. Caixa nº 12 do Arquivo do IAB SP. Consultada em 05 de Junho de 2013.

IAB. **Ata da Assembleia nº 123.** Livro C. São Paulo, 1958. Caixa nº 12 do Arquivo do IAB SP. Consultada em 05 de Junho de 2013.

IAB. **Ata da Assembleia nº 124.** Livro C. São Paulo, 1958. Caixa nº 12 do Arquivo do IAB SP. Consultada em 05 de Junho de 2013.

IAB. **Ata da Assembleia nº 126.** Livro A. São Paulo, 1959. Caixa nº 12 do Arquivo do IAB SP. Consultada em 05 de Junho de 2013.

IAB. **Boletim Informativo nº 04 do IV Congresso Brasileiro de Arquitetos.** São Paulo, 1954. Caixa nº 55 do Arquivo do IAB SP. Consultada em 06 de Junho de 2013.

IAB. **Boletim Informativo nº 08 do IV Congresso Brasileiro de Arquitetos.** São Paulo, 1954. Caixa nº 55 do Arquivo do IAB SP. Consultada em 06 de Junho de 2013.

IAB. **Boletim Mensal nº 01.** São Paulo, 1954. 7p.

IAB. **Boletim Mensal nº 09.** São Paulo, 1954. 7p.

IAB. **Boletim Mensal nº 11.** São Paulo, 1954. 5p.

IAB. **Boletim Mensal nº 15.** São Paulo, 1955. 5p.

IAB. **Boletim Mensal nº 19.** São Paulo, 1955. 5p.

IAB. **Boletim Mensal nº 26.** São Paulo, 1956. 5p.

IAB. **Boletim Mensal nº 37.** São Paulo, 1957. 5p.

IAB. **Boletim Mensal nº 38.** São Paulo, 1957. 5p.

IAB. **Boletim Mensal nº 39.** São Paulo, 1957. 5p.

IAB. **Boletim Mensal nº 42.** São Paulo, 1957. 5p.

IAB. **Boletim Mensal nº 48.** São Paulo, 1958. 5p.

IAB. **Boletim Mensal nº 50.** São Paulo, 1958. 5p.

IAB. **Boletim Mensal nº 51.** São Paulo, 1958. 5p.

IAB. **Boletim Mensal nº 52.** São Paulo, 1958. 5p.

IAB. **Boletim Mensal nº 54.** São Paulo, 1958. 5p.

IAB. **Boletim Mensal nº 56.** São Paulo, 1958. 5p.

IAB. **Boletim Mensal nº 61.** São Paulo, 1959.3p.

IAB. **Circular nº 34.** São Paulo, 1945, Caixa nº 55 do Arquivo do IAB SP. Consultada em 06 de Junho de 2013.

IAB. **Regulamento e Bases do 2º Congresso Brasileiro de Arquitetos**. Porto Alegre, 1948. Caixa nº 55 do Arquivo do IAB SP. Consultada em 06 de Junho de 2013.

IAB. **Regulamento do IV Congresso Brasileiro de Arquitetos**. São Paulo, 1954. Caixa nº 55 do Arquivo do IAB SP. Consultada em 06 de Junho de 2013.

IRIGOYEN, A. **Wright e Artigas: Duas Viagens**. Atelier Editorial: São Paulo, 2002, 201p.

KATINSKY, J.R. **Seminário de Ensino**. São Paulo: Grêmio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1956, 5p.

_____ (org.). **Anistia na FAUUSP: a reintegração dos professores cassados pelo AI-5**. São Paulo: GFAU, 1998. 45p.

KOPP, A. **Quando o Moderno não era um estilo e sim uma causa**. Nobel: São Paulo, 1990, 254p.

LEON, E. **IAC: Instituto de Arte Contemporânea – Escola de Desenho Industrial do MASP (1951 – 1953) Primeiros Estudos**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FAUUSP, 2006.

LEVI, R. Os Arquitetos e a Regulamentação Profissional, **Revista Bem Estar nº 04**, 1959.

_____. **O que há na arquitetura**. 1939. Consultado em <http://www.arquitetando.xpg.com.br/texto%20nPAII08.htm>, em 01 de agosto de 2013.

LINO, S. F. A arquitetura moderna latino-americana nas publicações do MoMA: uma modernidade inventada? **Arquitextos**, São Paulo, ano 13, n. 153.03, Vitruvius, fev. 2013 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.153/4662>>.

LIRA, J. **Warchavchik: Fraturas da vanguarda**. São Paulo: Cosac Naify, 2011, 552p.

LITTMANN, W. **Assault on the Ecole: Student Campaigns against Beaux-Arts, 1925-1950**. Journal of Architectural Education (1984-), Vol. 53, nº 3, Fevereiro-2000, pp. 159-166. <http://www.jstor.org/stable/1425634>. Consultado em 31/01/2013.

LOTUFO, Z. **Pasta Funcional de Zenon Lotufo**. Arquivo Histórico da Escola Politécnica; Consultado em 01 de outubro de 2012.

MAGRO, B. S. **Pasta Funcional de Bruno Simões Magro**. Arquivo Histórico da Escola Politécnica; Consultado em 01 de outubro de 2012.

MARQUES, S. **Maestro sem orquestra: um estudo de ideologia do arquiteto no Brasil – 1820 – 1950**. Tese de Doutorado da Universidade Federal de Pernambuco, 1996.

MATERA, S. **Carlos Millan: Um Estudo Sobre a Produção em Arquitetura**. Dissertação de Mestrado. FAUUSP, São Paulo, 2005, 440p.

MELLO, J. L. de A. **A vida e obra do Professor Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia Mello: depoimento cedido a Maria Cecília Loschiavo dos Santos**. São Paulo, 1983, 24p.

MELLO, L. I. R. de A. **Pasta Funcional de Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia Mello**. Arquivo Histórico da Escola Politécnica; Caixa 234; Consultado em 01 de outubro de 2012.

MILLA, A. **Depoimento do Professor Ariosto Mila, cedido a Maria Cecília Loschiavo dos Santos.** São Paulo, 1982, 22p.

MILLAN, C. B. **O Ateliê na Formação do Arquiteto: Relatório Apresentado pelo Professor Carlos Barjas Millan, Coordenador do Grupo de Estudos do Ateliê.** São Paulo: Setor de Publicações. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1962, 46p.

MONTEIRO, A. M. R. de G. **O Ensino de Arquitetura e Urbanismo no Brasil: a Expansão dos Cursos no Estado de São Paulo no Período de 1995 a 2005.** Tese de doutorado. Unicamp, 2007. 293p.

MUMFORD, E.P. **The CIAM discourse on urbanism – 1928/1960.** Cambridge: MIT, 2002, 375p.

NADAI, E. **Ideologia do Progresso e Ensino Superior (São Paulo 1891-1934).** São Paulo: Edições Loyola, 1987, 275p.

NASCIMENTO, A. P. **MAM – Museu para a Metrópole.** Dissertação de Mestrado. São Paulo: FAUUSP, 2003.

PEREIRA, A. B. **III Congresso Nacional de Arquitetos.** Minas Gerais: IAB. 1953. 59p.

PINHEIRO, M. L. B. **Lucio Costa e a Escola Nacional de Belas Artes.** 2005. <http://www.docomomo.org.br/seminario%206%20pdfs/Maria%20Lucia%20Bressan%20Pinheiro.pdf>
Consultado em 01/11/2012.

RIOS, A. M. de los. **A Regulamentação da Profissão do Arquiteto.** Rio de Janeiro, 1934. 191p.

RUCHTI, V. **Jacob Ruchti, a modernidade e a arquitetura paulista (1940-1970).** Dissertação de Mestrado. FAUUSP, São Paulo, 2011, 388p.

SAIA, L. **Arquitetura Paulista** in XAVIER, A. (org). **Depoimentos de uma Geração – Arquitetura Moderna Brasileira.** São Paulo: Cosac & Naify, 2003. 408p.

SAMPAIO, M. R. A. de. **Christiano Stockler das Neves: uma atuação polêmica** in **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros.** São Paulo, nº 39, 1995, pp. 181-196.

SANTOS, C. R. dos; PEREIRA, M. C. da S.; PEREIRA, R. V. da S.; SILVA, V. C. da. **Le Corbusier e o Brasil.** São Paulo. Tessela: Projeto Editora, 1987. 301p.

SANTOS, J. L. T dos. **Cópia da Documentação pertencente ao Prof. João Batista Vilanova Artigas: Depoimentos, Entrevistas – Volume 05.** São Paulo. Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Setor de Obras Raras, 1980?.

_____. **Cópia da Documentação pertencente ao Prof. João Batista Vilanova Artigas: Documentação sobre arquitetura brasileira contemporânea – Volume 03.** São Paulo. Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Setor de Obras Raras, 1980?.

SANTOS, M. C. L. dos. **Escola Politécnica (1894-1984).** São Paulo: Universidade de São Paulo, 1985. 688p.

SANTOS, P. A **Reforma da Escola de Belas-Artes e do Salão** in XAVIER, A. (org). **Depoimentos de uma Geração – Arquitetura Moderna Brasileira.** São Paulo: Cosac & Naify, 2003. 408p.

SEGAWA, H. **Arquiteturas no Brasil: 1900-1990**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP. 2ª Edição. 2009. 224p.

SOUZA, A. R. Debate sobre Arquitetura. **Habitat nº 20**, jan.fev, 1955.

_____. A ENBA, antes e depois de 1930 in XAVIER, A. (org). **Depoimentos de uma Geração – Arquitetura Moderna Brasileira**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. 408p.

TOLEDO, B.L.de. **Vila Penteadado - Registros**. São Paulo. Edusp, 2002. 71p.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Decreto nº 6.283 de 25 de Janeiro de 1934 – cria a Universidade de São Paulo e dá outras providências**. Consultada em 17 de Outubro de 2012.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Vila Penteadado: 100 anos**. São Paulo: FAUUSP, 2002. 171p.

UZEDA, H. C. de. **Ensino Acadêmico e Modernidade - O curso de Arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes: 1890 – 1930**. Tese de Doutorado em História e Crítica da Arte. Rio de Janeiro – UFRJ, 2006.

_____. **O Curso de Arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes e processo de modernização do centro da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX**. 19&20, Rio de Janeiro, v. V, n. 1, jan. 2010. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/arte_decorativa/ad_huzeda.htm>. Consultado em Abril de 2013.

WARHAVCHIK, G. A cerca da Arquitetura Moderna in XAVIER, A (org). **Depoimentos de uma Geração – Arquitetura Moderna Brasileira**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. 408p.

_____. **Fórum: O percurso do ensino da FAU**. São Paulo: Editora Caramelo. Revista Caramelo nº 6, 1993, pp. 09-22.

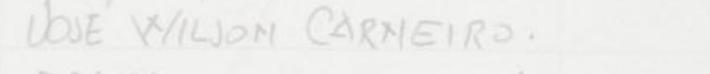
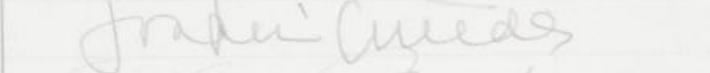
_____. **Vilanova Artigas e a Escola Paulista**. São Paulo. Revista Projeto nº 228, 1999, pp. 48-92.

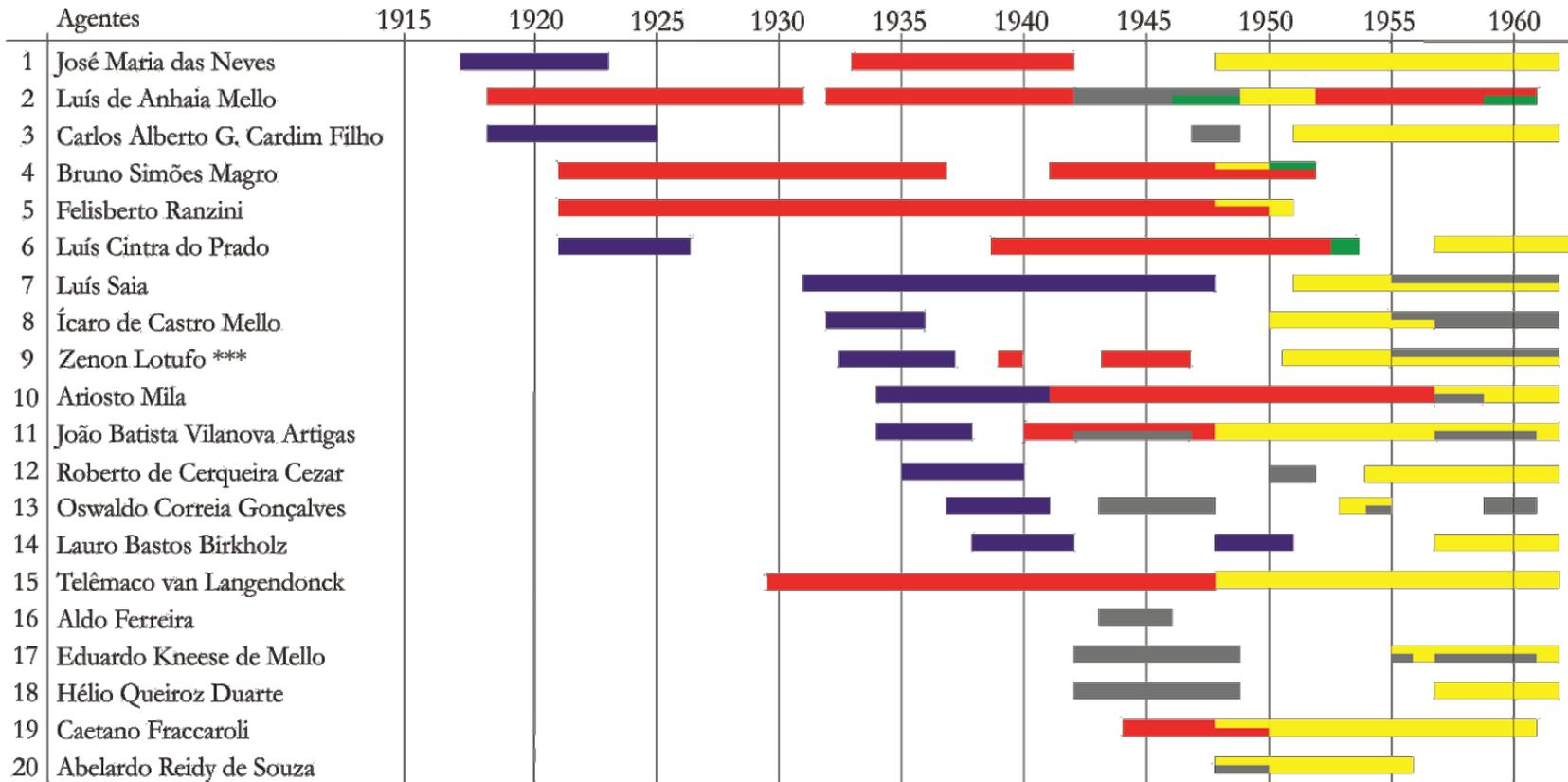
ZANINI, W. **Historia Geral da Arte no Brasil (Vol. 2)**. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 1983.

Imagem 10: Livro de atas das assembleias do IAB/SP.

Fonte: Autora.

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA
8 DE SETEMBRO DE 1959 - ORDEN DO DIA: 1) Indicações profissionais
de arquitetos com o IPESP - Instituto de Previdência do Estado de
São Paulo; 2) Indicação do Delegado-Eleitor do IAB, para votar na
eleição do CREA - 6ª Região em Outubro de 1959; 3) Assinaturas

Nº DE ORDEM	NOMES POR EXTENSO	ASSINATURAS
1	ICARO MELLO	
2	ALFREDO S. PAESANI	
3	HEITOR I	
4	João Clodomiro B. de Abreu	
5	W. M. F.	
6	J. Wilson Carneiro	JOSE WILSON CARNEIRO.
7	Fabio Faberiani	FABIO FABERIANI
8	HIROKO KAWAUCHI	Hiroko Kawauchi
9	Manoel Lúcio Soares Dantas	Manoel - Dantas.
10	Samuel Lafet	
11	J. MAITRE-JEAN	
12	CARLOS BARRAS MILLAN	
13	RUY GAMA	
14	JTAQUIM GUEDES	Jtaquim Guedes
15	LUCIO GRINOVER	
16	RODNEY GUARALDO	
17	ABELARDO GOMES DE ABREU	Abelardo Gomes
18	ROGER HENRI WEILER	
19	JORGE WILHEIM	Jorge Wilhelm
20	Fisico Pentecado	Fisico Pentecado
21	E K Mello	
21	HELIO PENTEADO	Helio Pentecado
22	Ary Albano	Ary Albano
23	Inocencio Fátrocinio	
24	Francisco Whitaku Ferreira	
25	Bernardo Castelo Branco	Bernardo Castelo Branco

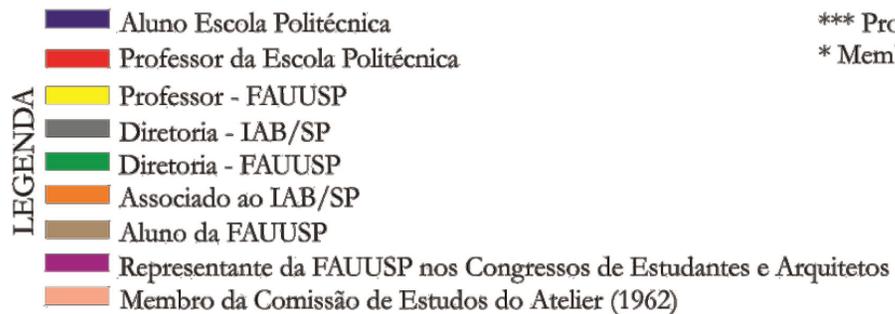
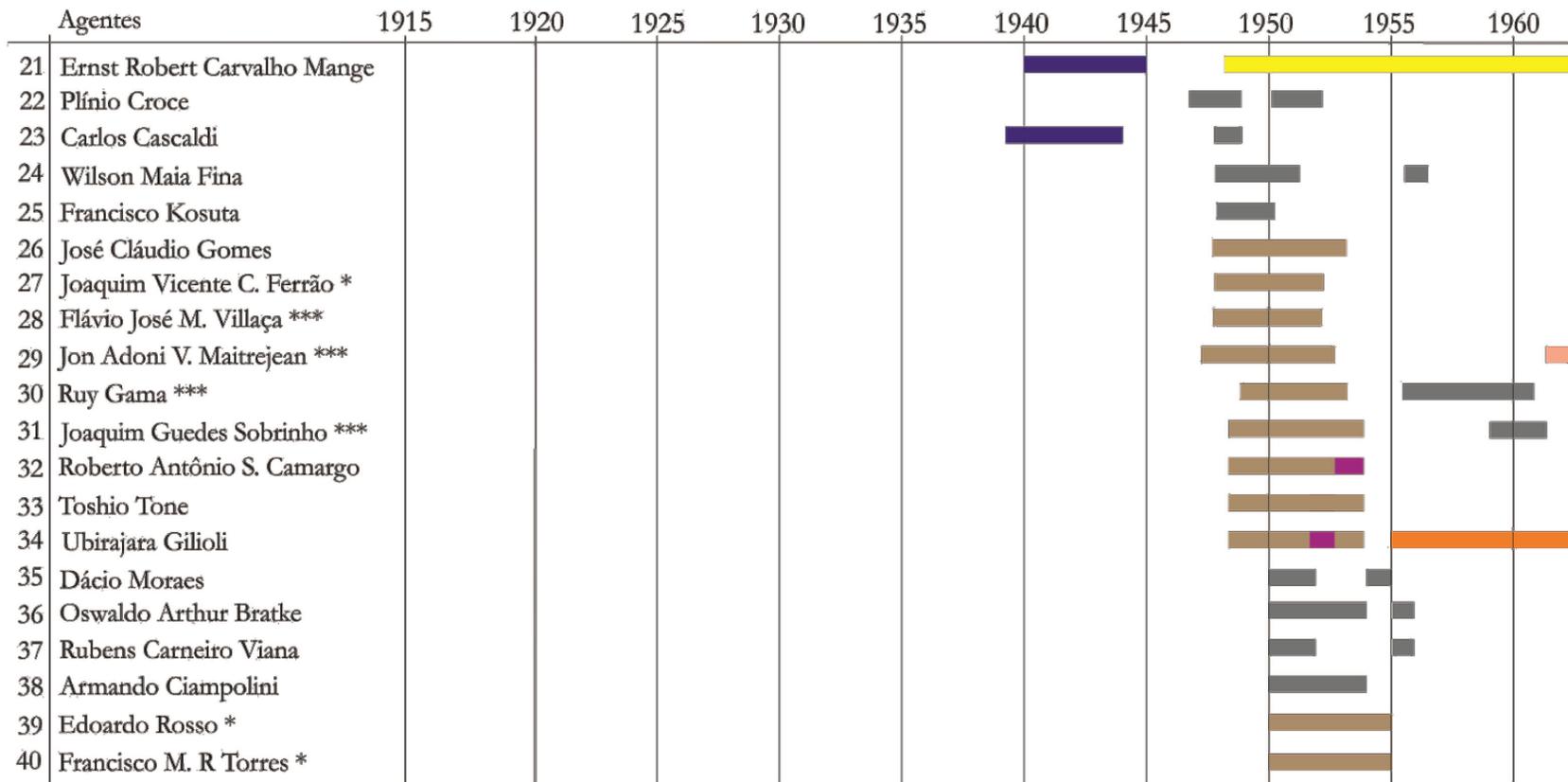


- LEGENDA**
- Aluno Escola Politécnica
 - Professor da Escola Politécnica
 - Professor - FAUUSP
 - Diretoria - IAB/SP
 - Diretoria - FAUUSP
 - Associado ao IAB/SP
 - Aluno da FAUUSP
 - Representante da FAUUSP nos Congressos de Estudantes e Arquitetos
 - Membro da Comissão de Estudos do Atelier (1962)

*** Professor na FAUUSP depois de formado

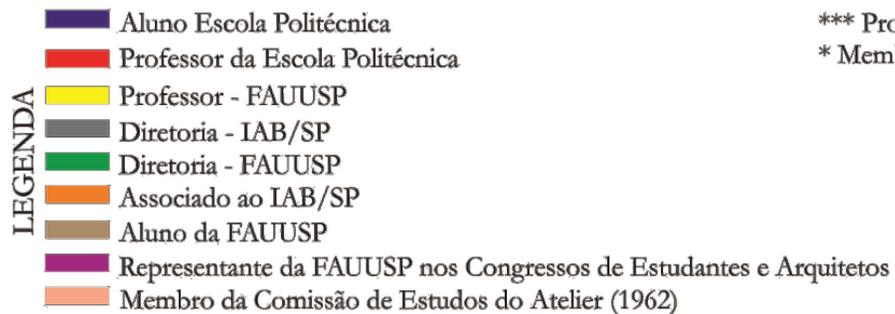
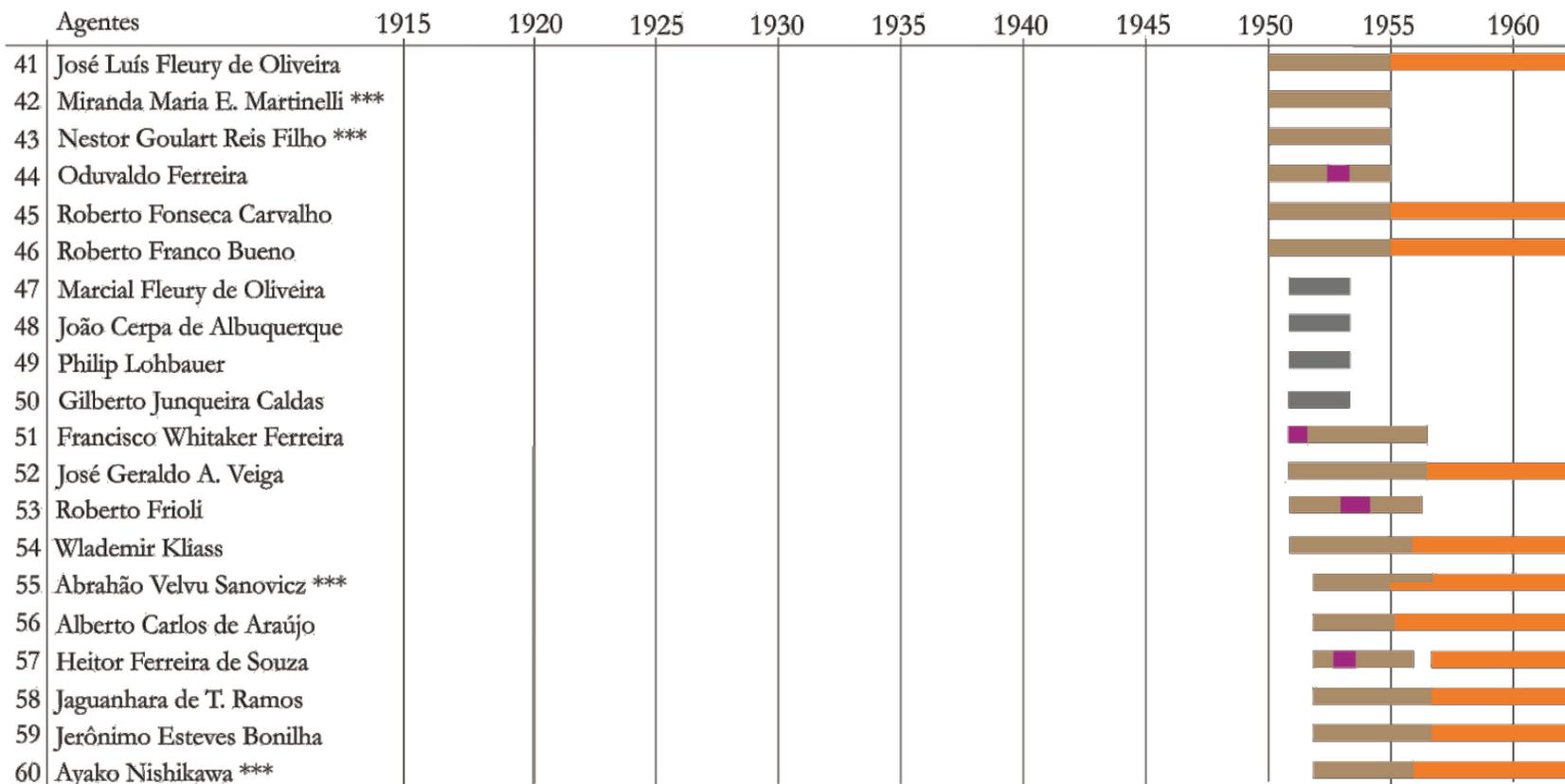
* Membro do GFAU

APÊNDICE | AGENTES DA REFORMA DE 1962 NA FAUUSP



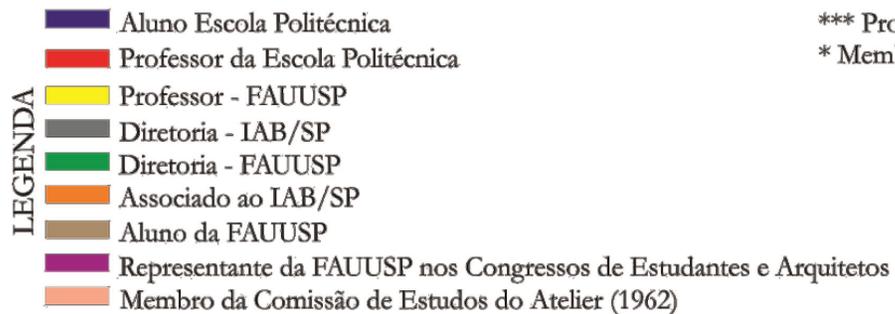
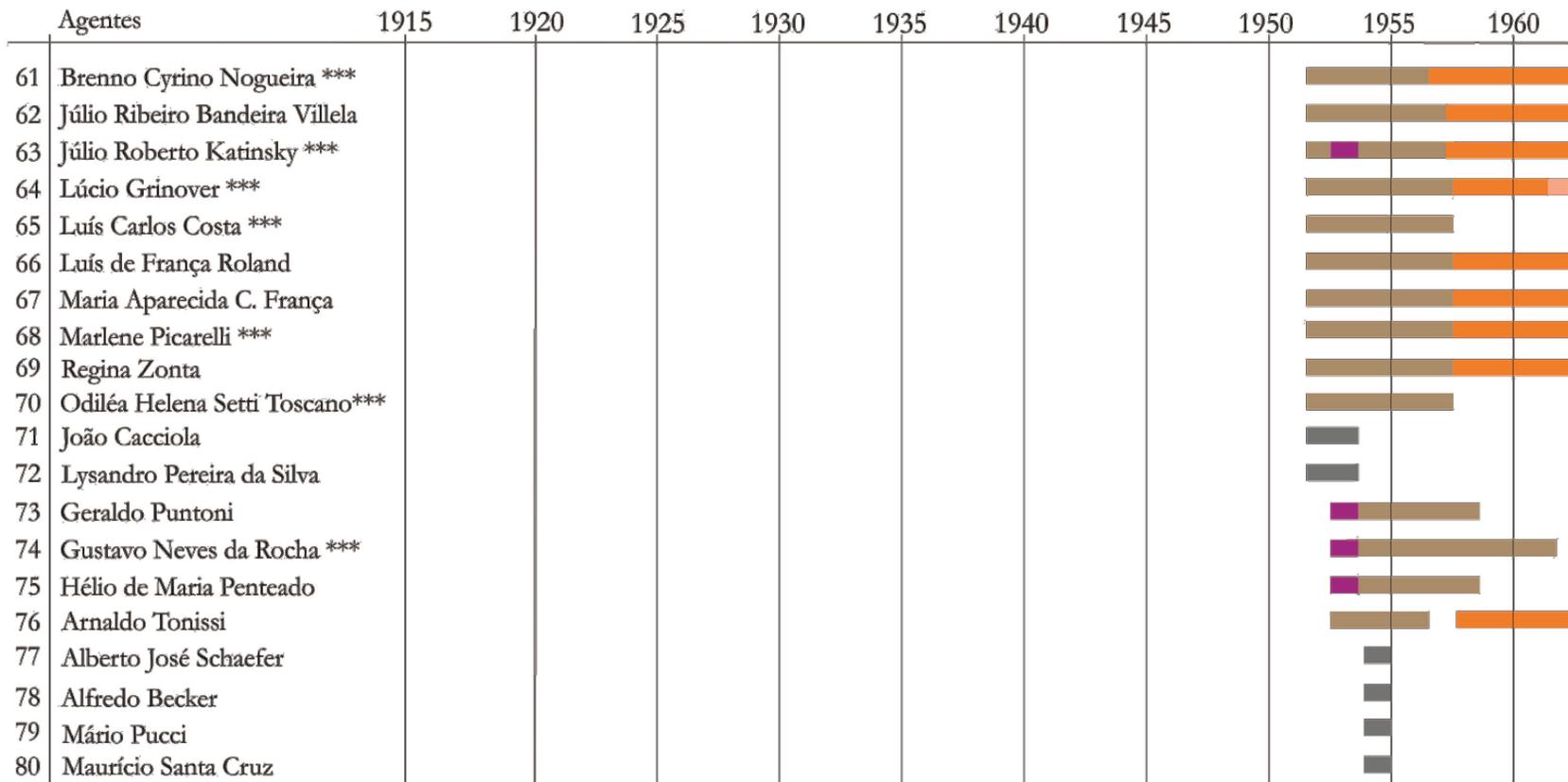
*** Professor na FAUUSP depois de formado

* Membro do GFAU



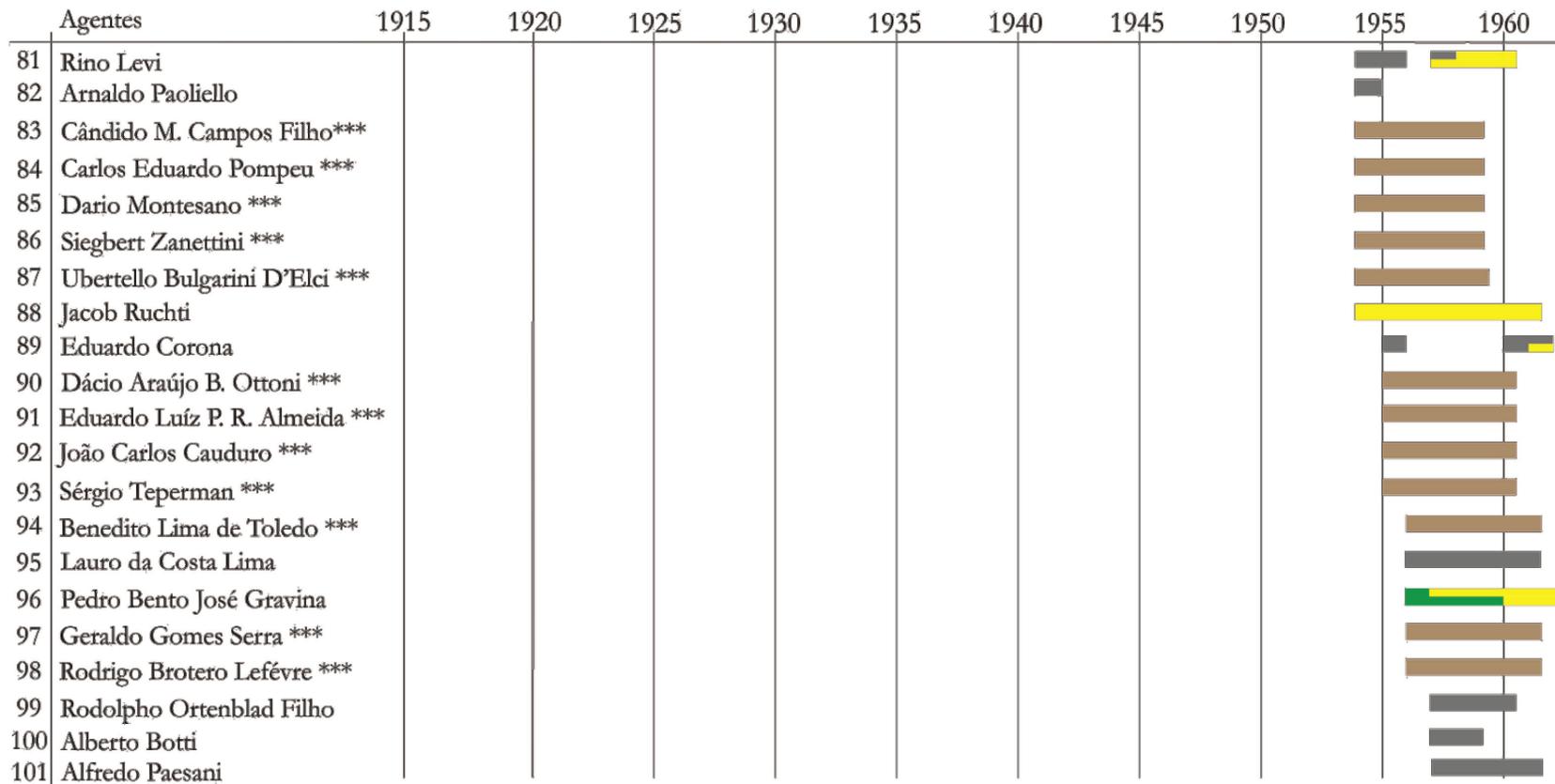
*** Professor na FAUUSP depois de formado

* Membro do GFAU



*** Professor na FAUUSP depois de formado

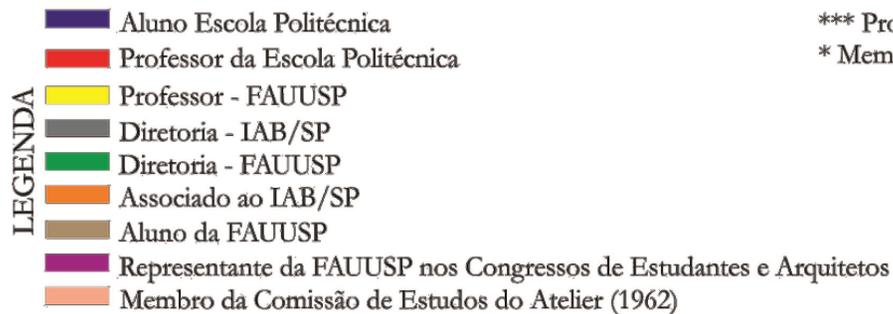
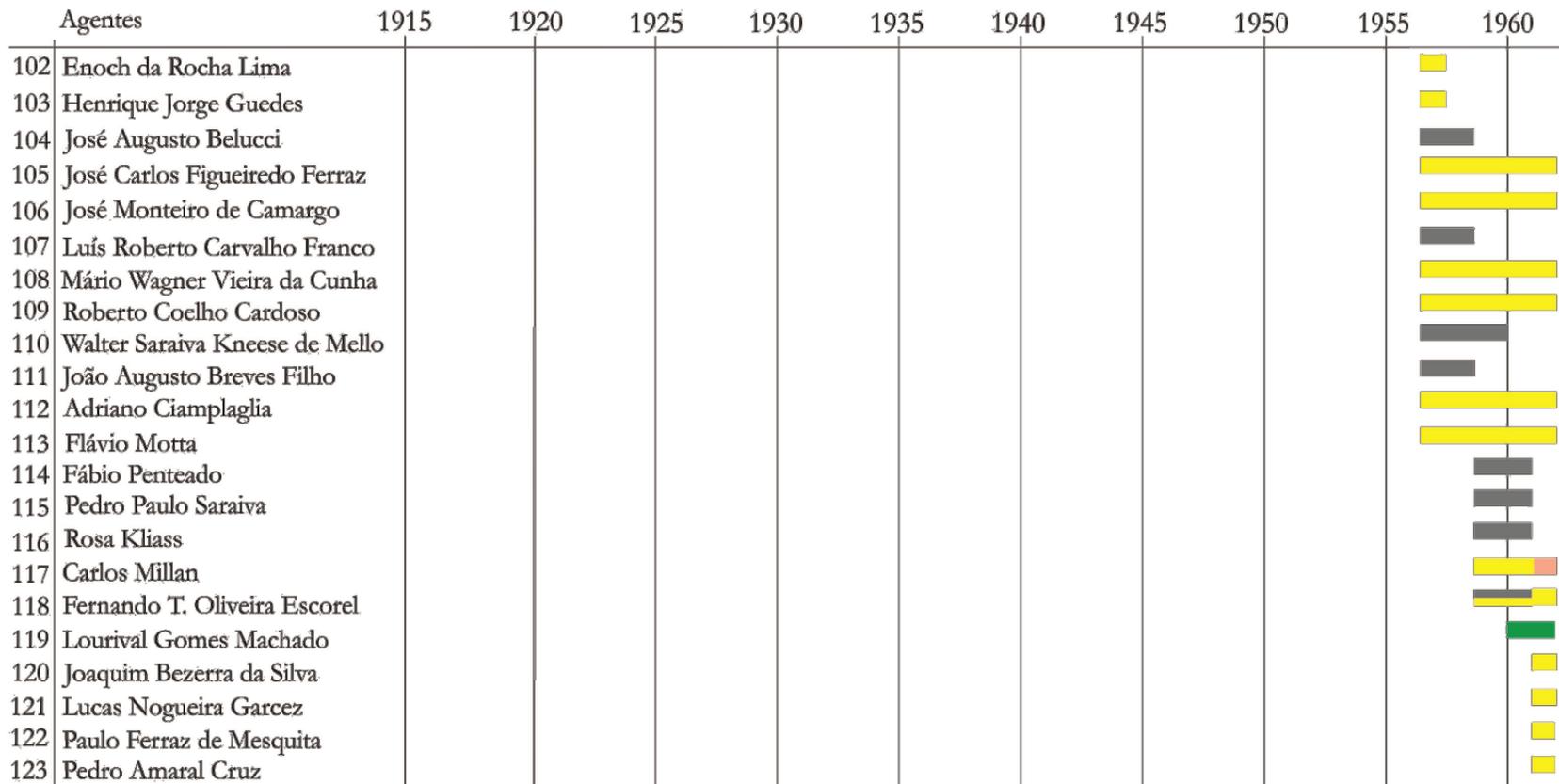
* Membro do GFAU



- LEGENDA**
- Aluno Escola Politécnica
 - Professor da Escola Politécnica
 - Professor - FAUUSP
 - Diretoria - IAB/SP
 - Diretoria - FAUUSP
 - Associado ao IAB/SP
 - Aluno da FAUUSP
 - Representante da FAUUSP nos Congressos de Estudantes e Arquitetos
 - Membro da Comissão de Estudos do Atelier (1962)

*** Professor na FAUUSP depois de formado

* Membro do GFAU



*** Professor na FAUUSP depois de formado

* Membro do GFAU

1. JOSÉ MARIA DAS NEVES

Formou-se engenheiro-arquiteto na Escola Politécnica de São Paulo em 1922. Segundo Ficher (2005), como diretor da Seção de Arquitetura do Serviço de Prédios Escolares da Secretaria da Educação e Saúde Pública, participou dos estudos para a elaboração do projeto para a construção de quarenta novas escolas na cidade de São Paulo:

“... os projetos que então realizou lembram a obra do francês Mallet-Stevens, ainda que também se aproximem do alemão Gropius e do holandês Dudok, e talvez representem o primeiro emprego de uma estética moderna em obras públicas na cidade de São Paulo. Na ocasião, Silva Neves achou necessário justificar o emprego do estilo moderno em vez do neocolonial, o que fez enfatizando a funcionalidade almejada para os novos prédios” (FICHER, 2005, p.211).

Em 1934, através da indicação de Luiz Ignácio de Anhaia Mello, foi contratado para lecionar na Escola Politécnica onde permaneceu até 1937, quando ocupou novamente um cargo público na Seção de Arquitetura e Urbanismo da Comissão Especial de Obras Públicas. Em 1942, voltou a ministrar aulas na Escola Politécnica, foi nomeado catedrático e trabalhou até 1966, quando se aposentou. José Maria da Silva Neves acumulou, entre 1948 e 1962, o cargo de catedrático da cadeira de *Desenho Artístico* do primeiro ano do curso de arquitetura da FAUUSP. De 1957 a 1962, foi professor da FAUUSP na Cadeira nº 22 – Composição Decorativa (FAUUSP, 1957; 1962). Quanto a sua preferência estilística, segundo Ficher (2005), apesar de sua “formação eclética, desde a década de 1930 estava identificado com o modernismo”.

2. LUÍS DE ANHAIA MELLO

Formou-se engenheiro-arquiteto, em 1913, pela Escola Politécnica de São Paulo. Iniciou sua carreira de docente na mesma escola em 1917, passando pela 4ª Seção de Artes, pelas cadeiras de *Arquitetura Civil e Higiene das Habitações*, *Composição Geral I* (1923), *Hidráulica Urbana e Saneamento das Cidades*, *Arquitetura das Cidades* (1925), *Estética*, *Composição Geral e Urbanismo I e II* (1926) na qual foi efetivado catedrático. Depois de dedicar-se à prefeitura de São Paulo, retornou a sua cadeira na Escola Politécnica entre os anos de 1932 e 1941. Em 1943, participou da solenidade de fundação do IAB/SP, ocorrida na Biblioteca Municipal. Em 1950, foi nomeado vice-reitor da Universidade de São Paulo. A partir de 1953, com o fim do curso de engenheiro-arquiteto na Escola Politécnica, passou a ministrar a disciplina de *Noções de Arquitetura* para o curso de engenharia civil. Santos (1985) também destacou o papel de Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia Mello no curso de engenheiro-arquiteto. Foi ele o grande iniciante nos estudos de urbanismo. No final da década de 1920, publicou diversos estudos sobre o assunto, como: “Urbanismo”, “A Cidade, Problema

de Governo”, “O Governo das Cidades”, “Urbanismo: o Problema Financeiro”, “A Verdadeira Finalidade do Urbanismo”, todos resultantes de palestras proferidas no Instituto de Engenharia (FICHER, 2004). Ainda que não fosse ligado profundamente a valores estéticos “nunca adotou uma posição de repúdio à nova estética”. Em um texto, publicado no anuário da Escola Politécnica de São Paulo de 1946, é possível notar a simpatia de Anhaia Mello pela introdução de novos conceitos na produção da arquitetura:

“A arquitetura moderna é mais que uma arquitetura de protesto ao ecletismo. Há um certo número de ideias fundamentais, de elementos positivos de aceitação geral por todas as escolas modernas. A primeira ideia fundamental é que a arquitetura de hoje deve tornar belos e eficientes todos os novos edifícios que os novos problemas do século estão exigindo. A segunda é que devemos desenvolver uma arquitetura que faça seu criador, livre de preconceito e de estilos históricos, de todos os novos materiais que a ciência e a indústria estão fornecendo. E a terceira ideia fundamental do pensamento arquitetônico contemporâneo é que para realizar as duas primeiras ideias – novas formas adotadas e novos problemas e novos materiais – é necessária uma nova criação estética, lógica, serena e simples. Ser belo é função tão real e necessária de qualquer edifício, como ser conveniente e resistente. Esses princípios compreendiam a alta e complexa missão do arquiteto no mundo moderno” (ESCOLA POLITÉCNICA, 1946, p.155).

Foi o principal defensor da criação da FAUUSP (FICHER, 2005). Segundo Ficher (2005), foi por sua decisão que a Faculdade teve a denominação de Arquitetura e Urbanismo. Dirigiu a FAUUSP em dois momentos: de 1948 a 1951 e de 1959 a 1961, quando aposentou-se compulsoriamente. Na FAUUSP, lecionou nas cadeiras de *Teoria da Arquitetura e Urbanismo* (FAUUSP, 1957). Foi, na sua primeira direção, que novos professores arquitetos foram contratados, cariocas e com orientação moderna, como Alcides da Rocha Miranda, Abelardo Reidy de Souza e Hélio de Queiroz Duarte (formados na ENBA em 1931 e 1932), além de Eduardo Corona (formado na FNA). Luís de Anhaia Mello também teve papel importante na construção da Cidade Universitária, distribuindo projetos “entre diversos arquitetos paulistanos, todos identificados com a arquitetura moderna”, todos professores da FAUUSP – Rino Levi, Roberto de Cerqueira Cesar, Eduardo Kneese de Mello, Ícaro de Castro Mello, João batista Vilanova Artigas e Eduardo Corona. De acordo com Ficher (2005), organizou e dirigiu o CPEU de 1958 até a sua aposentadoria.

3. CARLOS ALBERTO GOMES CARDIM FILHO

Iniciou seus estudos no curso de engenharia civil da Escola Politécnica de São Paulo em 1918, diplomando-se em 1924. Nesse mesmo ano, passou a cursar as disciplinas do curso de engenheiro-arquiteto no qual diplomou-se em 1925. Atuou em diversos cargos na prefeitura de

São Paulo, como diretor da Divisão de Urbanismo e do Departamento de Arquitetura, além de secretário de Obras Públicas. Além disso, participou da fundação da Academia de Belas Artes, em São Paulo, onde começou a lecionar a partir de 1925 (FICHER, 2005, p.219). Organizou, em 1932, os primeiros Salões Paulistas de Belas Artes e foi um dos fundadores do IAB/SP em 1943. Em 1951, lecionou na FAUUSP na cadeira de “Arquitetura do Brasil”.

4. BRUNO SIMÕES MAGRO

Em 1905, diplomou-se engenheiro civil e engenheiro-arquiteto pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Iniciou sua atividade de docente na mesma escola, a partir de 1921, lecionando nas disciplinas de *História da Arquitetura, Estética, Estilo; Projetos de Composição Geral e Arquitetura das Cidades* (1925). Foi professor interino nas cadeiras de *Geometria Descritiva e suas aplicações à Sombra e à Perspectiva* (1926, 1929 e 1937), *Estética, Composição Geral e Urbanismo* (1931), *Construções Cívicas. Higiene das Habitações. Noções de Arquitetura* e *História da Arquitetura* em 1936 (FICHER, 2005).

No final da década de 1920, Bruno Simões Magro publicou “As Tendências da Arquitetura Contemporânea”. Conforme Ficher (2005), era uma resenha do resultado do concurso para o Palácio do Congresso Legislativo de São Paulo, relatando o “embate entre as posições tradicionais e a estética modernista que começava a ser divulgada na cidade”:

“Partindo da constatação que havia três tendências na arquitetura europeia contemporânea – “passadistas, futuristas e moderados” - , descreveu como a tendência futurista, ao recusar de modo radical o emprego de ornamentos, resultava em edificações “frias e inexpressivas, sem um motivo de interesse com feição, até certo ponto, antipática” e dependentes do emprego de materiais caros para superar tal efeito” (FICHER, 2005, p.117).

Ficher (2005) comentou ainda que um exemplo de projeto “futurista” foi o de Gregori Warchavchik da Casa Modernista à Rua Santa Cruz, enquanto que dos “passadistas” foi a reprodução dos estilos clássicos e os “moderados” ou “estilo moderno embora moderado”, os prédios em estilo art-déco. Naquele tempo, Bruno Simões Magro apoiava os “modernos sem exageros”, até que se esperasse o reflexo desses prédios na sociedade e fosse decidido que direção estilística devia-se tomar.

Em outra publicação, “Notas à Margem das Conferências Promovidas pela Divisão de Arquitetura”:

“... comentou as conferências realizadas em 1929 no Instituto de Engenharia por dois arquitetos estrangeiros de passagem por São Paulo: o austríaco Steinhoff e o suíço Le Corbusier. Deixando para discutir a palestra de Le Corbusier – “extremado revolucionário – para quem só é aproveitável o que for absolutamente novo”, em um artigo, entrou em maiores detalhes sobre a palestra de Steinhoff, o qual “menos demolidor, embora também revolucionário..., condena a veleidade dos futuristas que pretendem decretar realizações de porvir, mas aconselha o abandono de formas arcaicas”, sendo, portanto um “presenteísta”” (FICHER, 2005, p.118).

Em 1941, retornou à Politécnica como docente interino na cadeira de *Geometria Descritiva* e, em 1942, tornou-se catedrático na de *Noções de Arquitetura e Construções Cíveis; Higiene das Habitações. História da Arquitetura I e II*. Aposentou-se, nessa função, em 1952. Participou da fundação do Instituto de Engenharia, em 1916, e de outra entidade de classe, o Instituto Paulista de Arquitetos, em 1930 (FICHER, 2005, p. 117). Fez parte do primeiro corpo docente da FAUUSP, lecionando nas cadeiras de “Arquitetura Analítica” e “Construção Civil” (FICHER, 2005). Foi diretor da FAUUSP entre 1951 e 1952. Em 1943, participou da solenidade de fundação do IAB/SP, ocorrida na Biblioteca Municipal.

5. FELISBERTO RANZINI

Estudou pintura, escultura e desenho e cursou o Liceu de Artes e Ofícios (FICHER, 2005). Em 1921, foi contratado como professor da Escola Politécnica de São Paulo para a cadeira de *Composição Decorativa*. Em 1926, seguiu lecionando a mesma disciplina que passou a se chamar *Composição Geral e Decorativa, Modelagem*. Foi membro do corpo docente da FAUUSP até 1951, ministrando a cadeira de *Plástica* (FICHER, 2005).

6. LUÍS CINTRA DO PRADO

Em 1926, formou-se engenheiro-civil pela Escola Politécnica de São Paulo. Passou a lecionar na mesma escola em 1938. Foi diretor da FAUUSP em 1953 e, de 1957 a 1962, foi professor da Cadeira nº 04 – *Física Geral e Aplicada* (FAUUSP, 1957; 1962).

7. LUÍS SAIA

Segundo Ficher (2005), Luís Saia teve uma vida conturbada nos estudos, ingressando no curso de engenheiro-arquiteto na Escola Politécnica de São Paulo, em 1932, e concluído apenas em 1948. Iniciou suas atividades de docente na FAUUSP, em 1951, na disciplina de *Arquitetura no Brasil*. Em 1955, realizou uma prova para a vaga de catedrático, mas não foi aprovado (FICHER, 2005). Foi um dos fundadores do MAM (1948) e participou da organização da I Bienal de São Paulo em 1951. Esteve presente nas reuniões do IAB/SP, a partir de 1955, quando contestou

veementemente a aprovação do regulamento da FAUUSP com a inclusão do CPEU. Segundo Ficher (2005), “realizou provas de títulos” em 1955 e, mesmo aprovado, não tomou posse de seu cargo “devido a algum incidente nunca esclarecido e que sempre o magoou”.

8. ÍCARO DE CASTRO MELLO

Iniciou sua formação na Escola de Engenharia do Mackenzie e, em 1933, transferiu-se para o curso de engenheiro-arquiteto da Escola Politécnica de São Paulo onde formou-se em 1935. De acordo com Ficher (2005), iniciou sua atividade profissional, construindo -“naquela época, não se falava em projeto tinha que ser construtor”. Posteriormente, trabalhou como arquiteto no departamento de Educação Física e Esportes quando começou a atuar apenas com projeto. A partir de 1954, “passou a integrar o grupo de arquitetos de orientação moderna que, com patrocínio de Anhaia Mello ficou encarregado de projetar os edifícios do campus da USP”. Foi fundador do IAB/SP, em 1943, e seu presidente entre os anos de 1953 e 1954 e 1956 a 1961. Além disso, defendeu a abertura de escolas autônomas de arquitetura. Participou da fundação da FAUUSP e foi professor na escola em duas cadeiras: de *Pequenas Composições* (1950 a 1953) e catedrático da cadeira de *Grandes Composições* (1954 a 1957) (FICHER, 2005).

9. ZENON LOTUFO

Zenon Lotufo formou-se engenheiro-arquiteto em 1936 na Escola Politécnica. Iniciou sua atividade como docente na mesma escola no cargo de professor adjunto da cadeira de *Composição Geral. Estética. Urbanismo* no ano de 1939. Em uma segunda atuação na Escola Politécnica, em 1944, foi adjunto da cadeira de *Noções de Arquitetura e Construções Cívicas. Higiene das Habitações. História da Arquitetura*. No ano de 1947, foi nomeado interino de João Baptista Vilanova Artigas na cadeira de *Composição Geral. Estética. Urbanismo* (FICHER, 2005, p.289). Essa nomeação veio a partir do pedido de Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia Mello, conforme carta consultada na Pasta do professor Zenon Lotufo do Arquivo Histórico da Escola Politécnica de Universidade de São Paulo, que segue abaixo:

“São Paulo, 12 de Fevereiro de 1947.

Ilmo. Snr.

Dr. Diretor da ESCOLA POLITÉCNICA.

Capital

Saudações.

Estando nos Estados Unidos, onde se demorará até Setembro deste ano, o engenheiro arquiteto João Batista Vilanova Artigas, adjunto da Cadeira de Composição e Urbanismo, venho indicar para substituí-lo, enquanto estiver ausente, o engenheiro-arquiteto Zenon Lotufo.

Como o arquiteto Artigas, está procedendo, nos Estados Unidos, um inquérito sobre o ensino do Urbanismo e Arquitetura, comissionado pela Escola, é preciso providenciar a fim de que a nomeação do arquiteto Zenon Lotufo não implique na perda dos vencimentos que deve continuar a receber o Arquiteto Artigas.

Com a maior consideração,

Luiz de Anhaia Mello”

Segundo Ficher (2005), entre os anos de 1946 e 1947, enquanto era prefeito de Campos do Jordão, afastou-se da atividade de docente e trabalhou com Hélio Queiroz Duarte e Abelardo Reidy de Souza – arquitetos cariocas, “seguidores da arquitetura moderna no Rio de Janeiro” e “responsáveis por sua difusão em São Paulo”. Zenon Lotufo foi membro da comissão de arquitetos, composta por Oscar Niemeyer, Hélio Lage Uchoa Cavalcanti e Eduardo Kneese de Mello, responsáveis pelo projeto do Parque do Ibirapuera. Posteriormente, lecionou na FAUUSP, na década de 1950 e aposentou-se em 1981. Foi um dos autores do projeto da sede do IAB/SP. Em 1957, professor da Cadeira nº 16 – *Composição de Arquitetura, Pequenas Composições I, Desenho Arquitetônico, Plástica I* (FAUUSP, 1957). Em 1980, foi professor auxiliar do Departamento de Projeto da FAUUSP (FAUUSP, 1980).

10. ARIOSTO MILA

Em 1934, diplomou-se engenheiro-arquiteto na Escola Politécnica de São Paulo. Conforme Ficher (2005), em 1942, foi indicado por João Batista Vilanova Artigas para ser professor adjunto da cadeira de *Composição Geral, Estética e Urbanismo*. Em 1943, tornou-se adjunto da cadeira *Noções de Arquitetura e Construções Cíveis; Higiene das Habitações; História da Arquitetura*. Na FAUUSP, ingressou lecionando a disciplina de *Construções Cíveis*. De 1957 a 1962, foi professor da Cadeira nº 09 – *Técnica das Construções, Organização dos Trabalhos e Prática Profissional; Higiene dos Edifícios, Noções de Mecânica dos Solos, Fundações* (FAUUSP, 1957; 1962). Ficher (2005) apontou que, em 1967, o diretor da Faculdade, Pedro Moacyr do Amaral Cruz, abriu concursos para novos catedráticos de modo a “garantir a formação da Congregação da escola”. Aprovado como catedrático, foi o primeiro diretor eleito pela Congregação da FAUUSP. Em 1980, foi professor titular do departamento de Tecnologia da Arquitetura na FAUUSP (FAUUSP, 1980). No IAB/SP, presidiu a comissão de estudo sobre “Ensino de Arquitetura” (FICHER, 2005).

11. JOÃO BATISTA VILANOVA ARTIGAS

Iniciou seus estudos na Faculdade de Engenharia do Paraná, transferindo-se para a Escola Politécnica de São Paulo em 1934. Durante seu tempo de estudante, cursou aulas de modelo vivo na Escola de Belas Artes e passou a frequentar o Grupo Santa Helena (FICHER, 2005). Diplomou-se engenheiro-arquiteto, em 1937. Iniciou sua carreira de docente na mesma escola, em 1940, como professor adjunto da cadeira *Estética; Composição Geral. Urbanismo I e II*, designado pelo diretor da Escola Politécnica, Lucio Martins Rodrigues:

“Em 02 de Agosto de 1941.

Sr. Secretário

Tenho a honra de comunicar Vossa Excelência que, nesta data, designei o adjunto João Baptista Vilanova Artigas para substituir, com prejuízo dos vencimentos, o Prof. Luiz Anhaia Mello, durante seu impedimento como Secretário da Viação na Regência da Cadeira n.º 20: “Estética, Composição Geral; Urbanismo. (1ª e 2ª partes)”.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os protestos de elevada estima e consideração.

Lúcio Martins Rodrigues

Diretor” (Fonte: Pasta do Professor João Baptista Vilanova Artigas no Arquivo Histórico da Escola Politécnica)

Em 1943, participou da solenidade de fundação do IAB/SP, ocorrida na Biblioteca Municipal e passou a ser o 2º adjunto da referida cadeira, pois Luiz Ignácio de Anhaia Mello voltou as suas atividades na Escola Politécnica de São Paulo – conforme carta da época, do então diretor Paulo de Menezes Mendes da Rocha:

“Em 19 de Novembro de 1943.

Sr. Secretário

Tenho a honra de comunicar Vossa Excelência que, em virtude de ter reassumido sua cátedra o Senhor Professor Luiz de Anhaia Mello, na data de 13 do corrente, deixou o cargo de professor interino da cadeira n.º 20: “Estética, Composição Geral; Urbanismo. (1ª e 2ª partes)” desta Escola, o Engenheiro Arquiteto João Batista Vilanova Artigas, tendo reassumido na mesma data as funções de 2º adjunto da referida cadeira.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha consideração.

Paulo de Menezes Mendes da Rocha

Diretor”

Depois de sua viagem aos Estados Unidos, entre 1946 e 1947, passou a exercer a função de docente na FAUUSP; a partir de 1948, começou a lecionar nas cadeiras de *Composição de Arquitetura, Pequenas Composições*; de 1956 a 1957, foi interino na cadeira de *Composição de*

Arquitetura. Pequenas Composições I. Desenho Arquitetônico, Plástica. Em 1958, na disciplina de *Composição de Arquitetura; Grandes Composições I; Plástica III* (FICHER, 2005). Segundo Ficher (2005) em 1949, integrou a comissão de estudos para o regulamento da FAUUSP com Bruno Simões Magro e José Maria da Silva Neves. Além disso, projetou os anexos necessários para a ocupação da Vila Penteado pela FAUUSP. Em 1962, foi professor da FAUUSP na Cadeira nº 19 – *Composição de Arquitetura, Grandes Composições II* (FAUUSP, 1962) e idealizou a proposta da Reforma de 1962. De acordo com Ficher (2005), “suas proposições no campo do ensino receberam imediato reconhecimento”, tendo sido indicado para a Comissão de Formação Profissional da UIA. Em fevereiro de 1964, assumiu a direção do departamento de Projeto, mas foi impedido de exercer suas funções, sendo preso no mesmo ano, acusado pelo Regime Militar e absolvido apenas em 1966. Em 1968, foi eleito um dos membros da Congregação da FAUUSP. Em 1969, com a mudança para o novo edifício projetado por ele na Cidade Universitária, foi aposentado compulsoriamente pelo AI-5. Foi reintegrado ao corpo docente da FAUUSP em 1979 e prestou concurso para professor titular em 1984 (FICHER, 2005). Foi um dos fundadores do IAB/SP e membro das diretorias de 1943 a 1956 e de 1957 a 1958; e vice-presidente da diretoria de 1959 a 1961. Participou, em 1948, da criação do MAM, executando o projeto de adaptação de sua sede e fazendo parte da diretoria, conselho artístico e comissão de arquitetura. Foi membro do conselho da I Bienal de Arte de São Paulo em 1951. João Batista Vilanova Artigas filiou-se ao Partido Comunista em 1945, militando a favor do Comunismo em toda sua vida.

12. ROBERTO CERQUEIRA CÉSAR

Roberto Cerqueira César formou-se engenheiro-arquiteto em 1940. Segundo Ficher (2005), sempre atuou como projetista, como profissional liberal, empregando-se logo após formado no escritório de Rino Levi – um dos defensores do arquiteto profissional liberal e autor de projetos. Em 1943, participou da solenidade de fundação do IAB/SP, ocorrida na Biblioteca Municipal. Foi um dos autores do projeto da sede do Instituto e membro da diretoria em 1955. Participou da criação do MAM, em 1948. Foi professor da FAUUSP entre os anos de 1954 e 1957 da disciplina de *Grandes Composições II* e, de 1958 a 1966, foi professor de *Grandes Composições I* e *Plástica II* entre 1958 e 1966.

13. OSWALDO CORREIA GONÇALVES

Em 1941, formou-se engenheiro-arquiteto na Escola Politécnica de São Paulo. Lecionou na FAUUSP entre os anos de 1954 e 1955 na cadeira de *Grandes Composições* (FICHER, 2005). Além de defensor do ensino autônomo de arquitetura, Oswaldo Correa Gonçalves fez parte do “grupo de arquitetos responsáveis pela difusão da arquitetura moderna na cidade”. Em 1943, foi um dos fundadores do IAB/SP, sendo membro da diretoria de 1943 a 1946; 1947 a 1948; 1955 e 1959 a 1961 (Arquivo IAB/SP). Foi um dos fundadores da Faculdade de Arquitetura de Santos (1969).

14. LAURO BASTOS BIRKHOLZ

Iniciou seus estudos na Escola Politécnica de São Paulo no curso de engenheiro- eletricitista. Passou a cursar as disciplinas do curso de engenheiro-arquiteto em 1938, tendo-o concluído em 1942. Em 1957, iniciou suas atividades de docente na FAUUSP, como assistente de Anhaia Mello. Em 1962, foi professor da FAUUSP na Cadeira n° 23 – *Urbanismo* (FAUUSP, 1962). Assumiu a direção do CPEU, após a aposentadoria de Luis de Anhaia Mello em 1961. Em 1980, professor titular do Departamento de Projeto da FAUUSP (FAUUSP, 1980).

15. TELÊMACO VAN LANGENDONCK

Professor do curso de engenheiro-arquiteto da Escola Politécnica e catedrático da FAUUSP na Cadeira n° 06 – *Resistência dos Materiais; Estabilidade das Construções* (FAUUSP, 1962).

16. ALDO FERREIRA

Vice-presidente da primeira diretoria do IAB/SP (1943 – 1946).

17. EDUARDO KNEESE DE MELLO

Em 1931, formou-se engenheiro-arquiteto no Mackenzie. Foi um dos fundadores do IAB/SP em 1943 e seu primeiro presidente. Em 1947, fez parte da Congregação do IAC do MASP. Participou das negociações para a criação do MAM, em 1948, tornando-se membro do conselho administrativo do museu, assim como do conselho da I Bienal de Arte de São Paulo, em 1951 e autor do projeto do Pavilhão na qual ocorreu na Avenida Paulista. De 1957 a 1962, foi professor da FAUUSP na Cadeira n° 20 – *Arquitetura no Brasil* (FAUUSP, 1957; 1962) onde lecionou até o início da década de 1970.

18. HÉLIO DE QUEIROZ DUARTE

Em 1930, formou-se arquiteto na Escola Nacional de Belas Artes – ENBA do Rio de Janeiro. Foi membro das duas primeiras diretorias do IAB/SP (1943 – 1946 / 1947 – 1948) e um dos autores do projeto de sua sede, participando, pelo instituto, do 4º Congresso Brasileiro de Arquitetos, ocorrido em São Paulo (1954). Em 1957, foi professor da Cadeira nº 18 – *Composição de Arquitetura – Grandes Composições I, Plástica III* (FAUUSP, 1957) e, em 1962, da FAUUSP na Cadeira nº 16 – *Composição de Arquitetura – Pequenas Composições I, Desenho Arquitetônico, Plástica I* (FAUUSP, 1962).

19. CAETANO FRACCAROLI

Estudou na Escola de Belas Artes de Verona e veio ao Brasil em 1929. Iniciou sua atividade de docente, como auxiliar de Felisberto Ranzini, na disciplina de *Composição Decorativa* do curso de engenheiro-arquiteto da Escola Politécnica. Em 1949, foi contratado pela FAUUSP onde lecionou na cadeira de *Plástica* até 1969. Foi membro do Conselho do MAM entre os anos de 1955 e 1956 (FICHER, 2005).

20. ABELARDO REIDY DE SOUZA

Formado na ENBA, foi contratado em 1951, na diretoria de Luiz de Anhaia Mello, para lecionar na FAUUSP. De 1957 a 1962, foi professor da FAUUSP na Cadeira nº 17 – *Composição de Arquitetura – Pequenas Composições II, Plástica II* (FAUUSP, 1957; 1962). Foi vice-presidente do IAB/SP em duas gestões (1947 – 1948 e 1949) e um dos autores do projeto de sua sede.

21. ERNEST ROBERT CARVALHO MANGE

Formado em Engenharia Civil na Escola Politécnica de São Paulo (1945), lecionou na Cadeira nº 21 – *Desenho Artístico* (FAUUSP, 1957; 1962).

22. PLÍNIO CROCE

Foi membro da Branco & Preto e da diretoria do IAB/SP em 1950-1951 e 1956.

23. CARLOS CASCALDI

Formou-se engenheiro-arquiteto na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo em 1944. Foi sócio e membro da diretoria do IAB/SP em 1949. Participou da criação do MAM, em 1948.

24. WILSON MAIA FINA

Em 1943, participou da solenidade de fundação do IAB/SP, ocorrida na Biblioteca Municipal. Foi membro da diretoria do IAB/SP em 1955.

25. FRANCISCO KOSUTA

Em 1943, participou da solenidade de fundação do IAB/SP, ocorrida na Biblioteca Municipal e foi membro da diretoria de 1949.

26. JOSÉ CLAUDIO GOMES

Formado na FAUUSP na segunda turma (1953). Em 1980, foi professor assistente do Departamento de Projeto da FAUUSP (FAUUSP, 1980).

27. JOAQUIM VICENTE C. FERRÃO

Graduado na primeira turma (1952), foi representante da FAUUSP no IAB/SP e criou a Associação de Antigos Alunos da FAUUSP (Ata nº 12, 1952, IAB/SP).

28. FLÁVIO JOSÉ M. VILLAÇA

Formado na FAUUSP na segunda turma (1953). Em 1980, foi professor assistente do Departamento de Projeto da FAUUSP (FAUUSP, 1980).

29. JON ADONI V. MAITREJEAN

Formado na FAUUSP na segunda turma (1953), tornou-se professor da Faculdade no ano seguinte. Foi membro da Comissão de Estudos do Atelier (1962) e participante ativo das reuniões da diretoria do IAB/SP.

30. RUY GAMA

Formou-se em 1953, na segunda turma da FAUUSP. Em 1958, já era professor da Faculdade. Foi membro da diretoria do IAB/SP entre os anos de 1956 e 1958. Em 1980, foi professor assistente do Departamento de Arquitetura e Estética do Projeto da FAUUSP (FAUUSP, 1980).

31. JOAQUIM GUEDES SOBRINHO

Formou-se na terceira turma da FAUUSP (1954) e participou da diretoria do IAB/SP entre os anos de 1959 e 1961. Em 1980, foi professor assistente do Departamento de Projeto da FAUUSP (FAUUSP, 1980).

32. ROBERTO ANTÔNIO S. CAMARGO

Formou-se na terceira turma da FAUUSP (1954) e participou do 3º Congresso de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo em 1954.

33. TOSHIO TONE

Formou-se na terceira turma da FAUUSP (1954) e foi representante da FAUUSP no 2º Congresso de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo em 1953.

34. UBIRAJARA GILIOLI

Formou-se na quinta turma da FAUUSP (1956) e associou-se ao IAB/SP, como aspirante em 1955 (Ata nº 73, 1955). Foi representante da FAUUSP no 3º Congresso de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo em 1954.

35. DÁCIO MORAES

Em 1943, participou da solenidade de fundação do IAB/SP, ocorrida na Biblioteca Municipal. Foi diretor do IAB/SP na gestão de 1950 a 1951.

36. OSWALDO ARTHUR BRATKE

Em 1931, formou-se engenheiro-arquiteto pelo Mackenzie. Participou da solenidade de fundação do IAB/SP e foi presidente no biênio 1950 – 1951 e membro da diretoria nas gestões de 1952 – 1953 e 1955. Participou da Congregação do IAC/MASP em 1947.

37. RUBENS CARNEIRO VIANA

Diretor do IAB/SP na gestão de 1950 a 1951 e em 1955

38. ARMANDO CIAMPOLINI

Presidente do IAB/SP no biênio 1952 – 1953.

39. EDOARDO ROSSO

Formou-se na quarta turma da FAUUSP (1955). Foi presidente do GFAU e representante do grêmio nas reuniões da diretoria do IAB/SP (Ata nº 24, 1953; Ata nº 55, 1955).

40. FRANCISCO M. R. TORRES

Formou-se na quarta turma da FAUUSP (1955) e foi presidente do GFAU.

41. JOSÉ FLEURY DE OLIVEIRA

Formou-se na quarta turma da FAUUSP (1955). Associou-se ao IAB/SP, como aspirante em 1955 (Ata nº 58, 1955). Em 1980, foi professor auxiliar do Departamento de Tecnologia da Arquitetura na FAUUSP.

42. MIRANDA MARIA E. MARTINELLI

Formou-se na quarta turma da FAUUSP (1955). Em 1980, foi professora assistente do Departamento de Projeto da FAUUSP (FAUUSP, 1980).

43. NESTOR GOULART REIS FILHO

Formou-se na quarta turma da FAUUSP (1955). Em 1980, foi professor titular do Departamento de Arquitetura e Estética do Projeto da FAUUSP (FAUUSP, 1980).

44. ODUVALDO FERREIRA

Formou-se na quarta turma da FAUUSP (1955). Participou do 3º Congresso de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo em 1954.

45. ROBERTO FONSECA DE CARVALHO

Formou-se na quarta turma da FAUUSP (1955). Associou-se ao IAB/SP, como aspirante no mesmo ano (Ata nº 63, 1955).

46. ROBERTO FRANCO BUENO

Formou-se na sexta turma da FAUUSP (1957) e associou-se ao IAB/SP no ano seguinte em 1958 (Ata nº 106, 1958).

47. MARCIAL FLEURY DE OLIVEIRA

Foi vice-presidente do IAB/SP no biênio 1952-1953.

48. JOÃO CERPA DE ALBUQUERQUE

Foi membro da diretoria do IAB/SP no biênio 1952-1953.

49. PHILIP LOHBAUER

Foi membro da diretoria do IAB/SP no biênio 1952-1953.

50. GILBERTO JUNQUEIRA CALDAS

Participou da criação do MAM em 1948. Foi membro da diretoria do IAB/SP no biênio 1952-1953.

51. FRANCISCO WHITAKER FERREIRA

Formou-se na sexta turma da FAUUSP (1957) e associou-se ao IAB/SP no ano seguinte em 1958 (Ata nº 106, 1958). Foi representante da Faculdade no 1º, 2º e no 3º Congresso Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo.

52. JOSÉ GERALDO A. VEIGA

Formou-se na sexta turma da FAUUSP (1957) e associou-se ao IAB/SP no ano seguinte em 1958 (Ata nº 106, 1958).

53. ROBERTO FRIOLI

Formou-se na quinta turma da FAUUSP (1956) e foi representante da Faculdade no 3º Congresso de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo em 1954.

54. WLADEMIR KLIASS

Formou-se na quinta turma da FAUUSP (1956) e associou-se ao IAB/SP, como aspirante em 1955 (Ata nº 73, 1955).

55. ABRAHÃO VELVU SANOVICZ

Formou-se na sétima turma da FAUUSP (1958) e associou-se ao IAB/SP em 1958. Em 1980, professor assistente do Departamento de Projeto da FAUUSP (FAUUSP, 1980).

56. ALBERTO CARLOS DE ARAÚJO

Formou-se na sexta turma da FAUUSP (1957) e associou-se ao IAB/SP no ano seguinte em 1958 (Ata nº 106, 1958).

57. HEITOR FERREIRA DE SOUZA

Formou-se na quinta turma da FAUUSP (1956) e associou-se ao IAB/SP, como aspirante em 1955 (Ata nº 73, 1955). Foi representante da FAUUSP no 3º Congresso de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo em 1954.

58. JAGUANHARA DE T. RAMOS

Formou-se na sexta turma da FAUUSP (1957) e associou-se ao IAB/SP no ano seguinte em 1958 (Ata nº 106, 1958).

59. JERÔNIMO ESTEVES BONILHA

Formou-se na sexta turma da FAUUSP (1957) e associou-se ao IAB/SP no ano seguinte em 1958 (Ata nº 106, 1958).

60. AYAKO NISHIKAWA

Formou-se na sexta turma da FAUUSP (1957) e associou-se ao IAB/SP no ano seguinte em 1958 (Ata nº 106, 1958). Em 1980, foi professor assistente do Departamento de Projeto da FAUUSP (FAUUSP, 1980).

61. BRENNO CYRINO NOGUEIRA

Formou-se na sexta turma da FAUUSP (1957) e associou-se ao IAB/SP no ano seguinte em 1958 (Ata nº 106, 1958). Em 1980, foi professor assistente do Departamento de Projeto da FAUUSP (FAUUSP, 1980).

62. JULIO RIBEIRO BANDEIRA VILLELA

Formou-se na sétima turma da FAUUSP (1958) e associou-se ao IAB/SP, como aspirante em 1955 (Ata nº 58, 1955).

63. JÚLIO ROBERTO KATINSKY

Formou-se na sexta turma da FAUUSP (1957) e associou-se ao IAB/SP no ano seguinte em 1958 (Ata nº 106, 1958). Em 1954, representou a Faculdade no 3º Congresso de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo. Em 1980, foi professor assistente do Departamento de Arquitetura e Estética do Projeto da FAUUSP (FAUUSP, 1980).

64. LÚCIO GRINOVER

Formou-se na sexta turma da FAUUSP (1957) e associou-se ao IAB/SP no ano seguinte em 1958 (Ata nº 106, 1958). Em 1962, foi membro da Comissão de Estudos do Atelier. Em 1980, foi professor titular do Departamento de Projeto da FAUUSP (FAUUSP, 1980).

65. LUÍS CARLOS COSTA

Formou-se na sétima turma da FAUUSP (1958). Em 1980, foi professor auxiliar do Departamento de Projeto da FAUUSP.

66. LUIS DE FRANÇA ROLAND

Formou-se na sexta turma da FAUUSP (1957) e associou-se ao IAB/SP no ano seguinte em 1958 (Ata nº 106, 1958).

67. MARIA APARECIDA C. FRANÇA

Formou-se na sexta turma da FAUUSP (1957) e associou-se ao IAB/SP no ano seguinte em 1958 (Ata nº 106, 1958).

68. MARLENE PICARELLI

Formou-se na sexta turma da FAUUSP (1957) e associou-se ao IAB/SP no ano seguinte em 1958 (Ata nº 106, 1958). Em 1980, foi professora assistente do Departamento de Projeto da FAUUSP (FAUUSP, 1980).

69. REGINA ZONTA

Formou-se na sexta turma da FAUUSP (1957) e associou-se ao IAB/SP no ano seguinte em 1958 (Ata nº 106, 1958).

70. ODILÉIA HELENA SETTI TOSCANO

Formou-se na sétima turma da FAUUSP (1958). Em 1980, foi professora auxiliar do Departamento de Projeto da FAUUSP (FAUUSP, 1980).

71. JOÃO CACCIOLA

Foi membro da diretoria do IAB/SP no biênio 1952 – 1953.

72. LYSANDRO PEREIRA DA SILVA

Foi diretor da FAUUSP entre 1954 e 1956. Em 1957, foi professor da FAUUSP na Cadeira nº 10 – *Hidráulica, Hidráulica Urbana e Saneamento* (FAUUSP, 1957).

73. GERALDO PUNTONI

Formou-se na oitava turma da FAUUSP (1959). Foi representante da Faculdade no 3º Congresso de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo em 1954.

74. GUSTAVO NEVES DA ROCHA

Formou-se na décima primeira turma da FAUUSP (1962). Foi representante da Faculdade no 3º Congresso de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo em 1954. Em 1980, foi professor auxiliar do Departamento de Arquitetura e Estética do Projeto da FAUUSP (FAUUSP, 1980).

75. HÉLIO DE MARIA PENTEADO

Formou-se na sétima turma da FAUUSP (1958). Foi representante da FAUUSP no 3º Congresso de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo em 1954.

76. ARNALDO TONISSI

Formou-se na quinta turma da FAUUSP (1956) e associou-se ao IAB/SP em 1958.

77. ALBERTO JOSÉ SCHAEFER

Foi membro da diretoria do IAB/SP em 1954.

78. ALFREDO BECKER

Foi membro da diretoria do IAB/SP em 1954.

79. MÁRIO PUCCI

Foi membro da diretoria do IAB/SP em 1954.

80. MAURÍCIO SANTA CRUZ

Foi membro da diretoria do IAB/SP em 1954.

81. RINO LEVI

Em 1943, participou da solenidade de fundação do IAB/SP, ocorrida na Biblioteca Municipal. Participou da Congregação do IAC/MASP em 1947 e das negociações para a criação do MAM, em 1948, tornando-se primeiro secretário do museu. Foi presidente do IAB/SP em 1954 e 1955. Em 1957, foi professor da FAUUSP na Cadeira nº 19 – *Composição de Arquitetura – Grandes Composições II* (FAUUSP, 1957).

82. ARNALDO PAOLIELLO

Foi membro da diretoria do IAB/SP em 1954.

83. CÂNDIDO MALTA CAMPOS FILHO

Formou-se na oitava turma da FAUUSP (1959). Em 1980, foi professor assistente do Departamento de Projeto da FAUUSP (FAUUSP, 1980).

84. CARLOS EDUARDO POMPEU

Formou-se na oitava turma da FAUUSP (1959). Em 1980, foi professor auxiliar do Departamento de Tecnologia da Arquitetura da FAUUSP (FAUUSP, 1980).

85. DARIO MONTESANO

Formou-se na oitava turma da FAUUSP (1959). Em 1980, foi professor assistente do Departamento de Projeto da FAUUSP (FAUUSP, 1980).

86. SIEGBERT ZANETTINI

Formou-se na oitava turma da FAUUSP (1959). Em 1980, foi professor assistente do Departamento de Projeto da FAUUSP (FAUUSP, 1980).

87. UBERTELLO BULGARINI D'ELCI

Formou-se na oitava turma da FAUUSP (1959). Em 1980, foi professor auxiliar do Departamento de Tecnologia da Arquitetura na FAUUSP (FAUUSP, 1980).

88. JACOB RUCHTI

Formou-se no curso de Engenheiro-Arquiteto do Mackenzie. Participou da Congregação do IAC/MASP em 1947 e da criação do MAM em 1948. Foi membro da organização da I Bienal de Arte de São Paulo e da Branco & Preto. Lecionou na FAUUSP na disciplina de *Composição Decorativa* entre os anos de 1954 – 1961 (RUCHTI, 2011).

89. EDUARDO CORONA

Arquiteto formado na ENBA do Rio de Janeiro, foi editor do Boletim do IAB/SP entre os anos de 1956 e 1959. Foi membro de duas diretorias do Instituto – a de 1956 e a de 1959 a 1961. De 1957 a 1962, foi professor da FAUUSP na Cadeira nº 14 – *Teoria da Arquitetura* (FAUUSP, 1957; 1962). Em 1980, foi professor titular do Departamento de Arquitetura e Estética do Projeto da FAUUSP (FAUUSP, 1980).

90. DÁCIO ARAÚJO B. OTTONI

Formou-se na nona turma da FAUUSP (1960). Em 1980, foi professor assistente do Departamento de Arquitetura e Estética do Projeto da FAUUSP (FAUUSP, 1980).

91. EDUARDO LUIZ P. R. ALMEIDA

Formou-se na nona turma da FAUUSP (1960). Em 1980, foi professor assistente do Departamento de Projeto da FAUUSP (FAUUSP, 1980).

92. JOÃO CARLOS CAUDURO

Formou-se na nona turma da FAUUSP (1960). Em 1980, foi professor assistente do Departamento de Projeto da FAUUSP (FAUUSP, 1980).

93. SÉRGIO TEPERMAN

Formou-se na nona turma da FAUUSP (1960). Em 1980, foi professor colaborador do Departamento de Projeto da FAUUSP (FAUUSP, 1980).

94. BENEDITO LIMA DE TOLEDO

Formou-se na décima turma da FAUUSP (1961). Em 1980, foi professor assistente do Departamento de Arquitetura e Estética do Projeto da FAUUSP (FAUUSP, 1980).

95. LAURO DA COSTA LIMA

Vice-presidente do IAB/SP no biênio 1957-1958 e membro da diretoria de 1959-1961.

96. PEDRO BENTO JOSÉ GRAVINA

Foi diretor da FAUUSP entre os anos de 1956 a 1959. De 1957 a 1962, foi professor catedrático da FAUUSP na Cadeira nº 08 – *Grandes Estruturas* (FAUUSP, 1957; 1962).

97. GERALDO GOMES SERRA

Formou-se na décima turma da FAUUSP (1961). Em 1980, foi professor auxiliar do Departamento de Tecnologia da Arquitetura da FAUUSP (FAUUSP, 1980).

98. RODRIGO BROTERO LEFÉVRE

Formou-se na décima turma da FAUUSP (1961). Em 1980, foi professor auxiliar do Departamento de Projeto da FAUUSP (FAUUSP, 1980).

99. RODOLPHO ORTENBLAD FILHO

Foi editor do Boletim do IAB/SP entre os anos de 1955 e 1956. Membro de duas diretorias do IAB/SP – 1956 e 1957 a 1958.

100. ALBERTO BOTTI

Membro da diretoria do IAB/SP entre 1957 e 1958.

101. ALFREDO PAESANI

Foi editor do Boletim do IAB/SP entre os anos de 1956 e 1959. Membro das diretorias do IAB/SP entre os anos de 1957 – 1958 e 1959 – 1961.

102. ENOCH DA ROCHA LIMA

Em 1957, foi professor da FAUUSP na Cadeira n° 13 – *Arquitetura Analítica* (FAUUSP, 1957).

103. HENRIQUE JORGE GUEDES

Em 1957, foi professor da FAUUSP na Cadeira n° 11 – *Topografia, Elementos de Astronomia de Posição* (FAUUSP, 1957).

104. JOSÉ AUGUSTO BELUCCI

Membro das diretorias do IAB/SP de 1956 e 1957-1958.

105. JOSÉ CARLOS FIGUEIREDO FERRAZ

De 1957 a 1962, foi professor catedrático da FAUUSP na Cadeira n° 07 – *Estrutura, Correntes de Madeira, Metálicas e de Concreto Simples e Armado* (FAUUSP, 1962).

106. JOSÉ MONTEIRO DE CAMARGO

De 1957 a 1962, foi professor da FAUUSP na Cadeira n° 01 – *Cálculo Diferencial e Integral; Geometria Analítica; Nomografia* (FAUUSP, 1957;1962).

107. LUÍS ROBERTO DE CARVALHO FRANCO

Membro da diretoria do IAB/SP entre os anos de 1959 e 1961.

108. MARIO WAGNER VIEIRA DA CUNHA

Em 1956, publicou um dos textos sobre Ensino de Arquitetura sob pedido do GFAU. Em 1957, foi professor da FAUUSP na Cadeira n° 12 – *Noções de Economia Política, Estatística Aplicada, Organização Administrativa, Legislação e Contabilidade Específica* (FAUUSP, 1957).

109. ROBERTO COELHO CARDOSO

De 1957 a 1962, foi professor da FAUUSP na Cadeira n° 28 – *Arquitetura Paisagística* (FAUUSP, 1957; 1962).

110. WALTER SARAIVA KNESSE DE MELLO

Vice-presidente do IAB/SP na gestão de 1956 e membro da diretoria de 1957 – 1958.

111. JOÃO AUGUSTO BREVES FILHO

De 1957 a 1962, foi professor da FAUUSP na Cadeira n° 03 – *Mecânica* (FAUUSP, 1957; 1962).

112. ADRIANO CIAMPAGLIA

Participou da criação do MAM, em 1948. Foi vice-presidente do IAB/SP na gestão de 1955 e um dos autores do projeto da sede do instituto.

113. FLÁVIO MOTTA

De 1957 a 1962, foi professor da FAUUSP na Cadeira n° 15 – *História da Arte, Estética* (FAUUSP, 1957; 1962). Em 1980, foi professor titular do Departamento de Arquitetura e Estética do Projeto da FAUUSP (FAUUSP, 1980).

114. FÁBIO PENTEADO

Membro da diretoria do IAB/SP de 1959 a 1961.

115. PEDRO PAULO SARAIVA

Membro da diretoria do IAB/SP de 1959 a 1961.

116. ROSA KLIASS

Membro da diretoria do IAB/SP de 1959 a 1961.

117. CARLOS MILLAN

Formado em Arquitetura no Mackenzie, passou a lecionar na FAUUSP em 1959. Participou da Comissão para a reforma do ensino na Faculdade e redigiu o texto “O Atelier na Formação do Arquiteto”. Foi membro do Branco & Preto e da diretoria do IAB/SP entre os anos de 1959 e 1961

118. FERNANDO T. OLIVEIRA ESCOREL

Em 1962, foi professor da FAUUSP na Cadeira nº 05 – *Materiais de Construção* (FAUUSP, 1962).

119. LOURIVAL GOMES MACHADO

Formado em Direito e em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo. Na FAUUSP, além de diretor (1961 – 1964), ministrou aulas de *História da arte e estética*.

120. JOAQUIM BEZERRA DA SILVA

Em 1962, foi professor da FAUUSP na Cadeira nº 13 – *Arquitetura Analítica* (FAUUSP, 1962).

121. LUCAS NOGUEIRA GARCEZ

Em 1962, foi professor da FAUUSP na Cadeira nº 10 – *Hidráulica, Hidráulica Urbana e Saneamento* (FAUUSP, 1962).

122. PAULO FERRAZ DE MESQUITA

Em 1962, foi professor da FAUUSP na Cadeira nº 11 – *Topografia, Elementos de Astronomia de Posição* (FAUUSP, 1962).

123. PEDRO AMARAL CRUZ

Em 1962, foi professor catedrático da FAUUSP na Cadeira nº 02 – *Geometria Descritiva e Aplicações* (FAUUSP, 1962).